

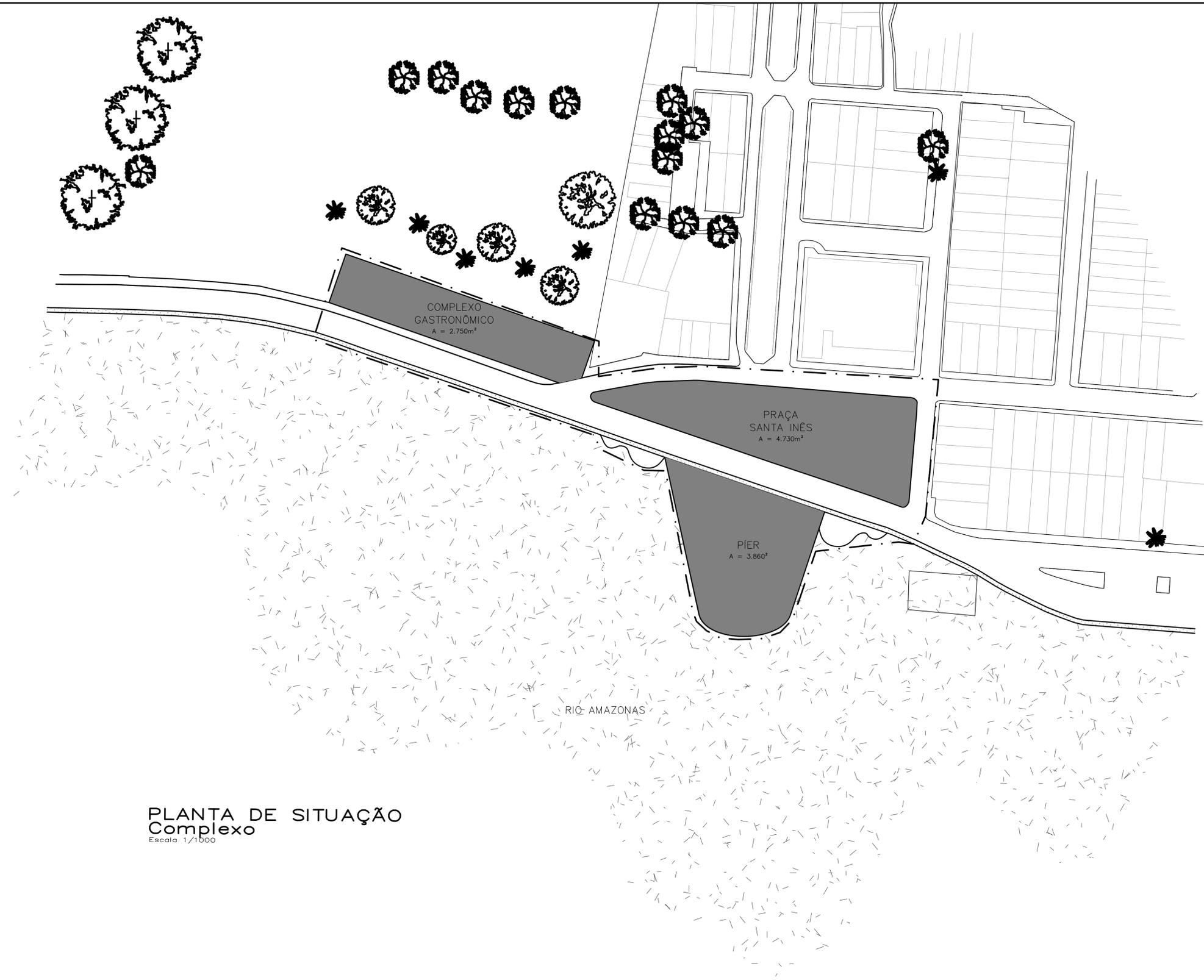


UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

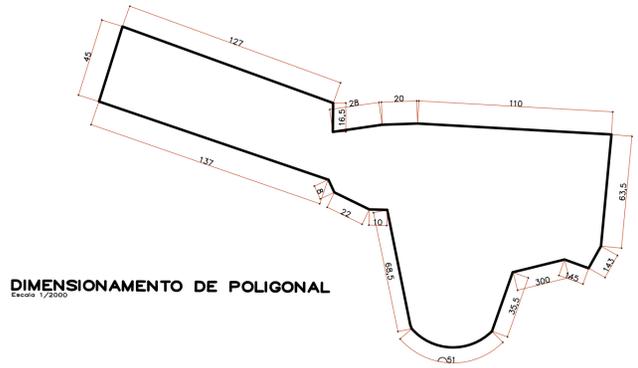
THAÍS DE ARAÚJO OLIVEIRA

**NA ESQUINA DO RIO AMAZONAS:  
REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA SANTA INÊS ESCRITA PELA PRÁXIS  
CULTURAL**

MACAPÁ  
2021

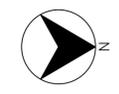


**PLANTA DE SITUAÇÃO**  
Complexo  
Escala 1/1000



**DIMENSIONAMENTO DE POLIGONAL**  
Escala 1/2000

**LEGENDAS**



- ÁREA DE INTERVENÇÃO
- POLIGONAL DA INTERVENÇÃO
- RIO AMAZONAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ REITORIA DE GRADUAÇÃO  
BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

autora projeto  
**THAÍS DE ARAÚJO OLIVEIRA**

ORIENTADORA  
Me. KATRÍCIA CORREA

AVALIADORES  
Dr. ALESSANDRO FILLA  
Ms. JACY NETO CORREA

desenho  
**PLANTA BAIXA**

localização  
**Av. Beira Rio, Centro, Macapá - AP**

assunto  
**Complexo Esquina do Rio Amazonas**

conteúdo  
**PLANTA DE SITUAÇÃO  
DELIMITAÇÃO DA POLIGONAL DE INTERVENÇÃO**

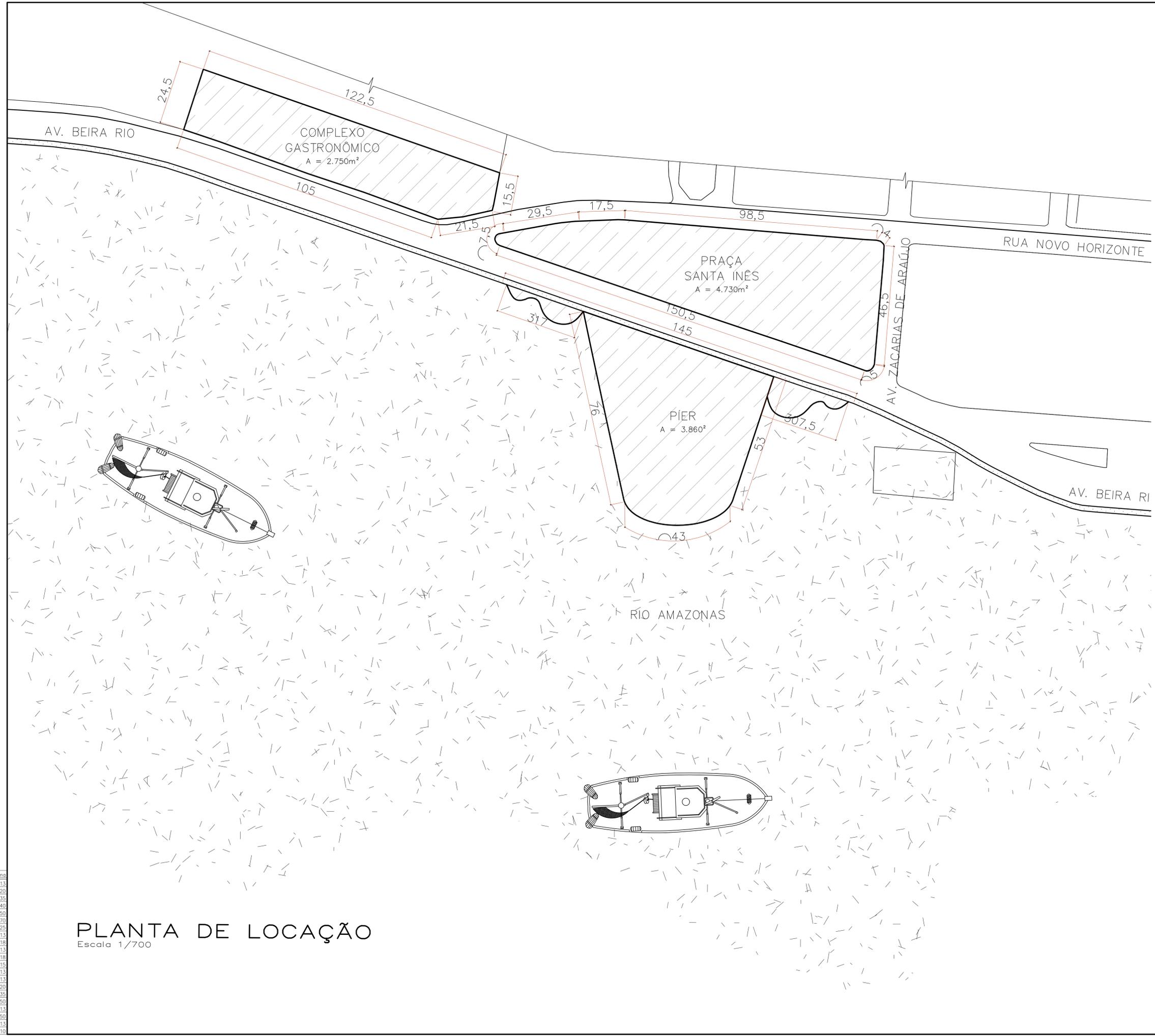
área da intervenção  
**17.000 M<sup>2</sup>**

área construída  
**11.340 M<sup>2</sup>**

data  
**MAIO DE 2021**

**EXECUTIVO**  
**01 / 15**

Cor	Pena
01	0,13
02	0,20
03	0,35
04	0,40
05	0,50
06	0,70
07	0,25
08(color)	0,13
09	0,18
10(color)	0,13
13	0,18
17(color)	0,15
24(color)	0,13
32	0,13
40(color)	0,20
106(color)	0,35
130(color)	0,50
150(color)	0,13
152(color)	0,50
250(color)	0,13
251(color)	0,10



**LEGENDAS**

- ÁREA DE CONSTRUÇÃO
- POLIGONAL DA INTERVENÇÃO
- RÍO AMAZONAS

---

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ REITORIA DE GRADUAÇÃO  
BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

---

autora projeto  
**THAÍS DE ARAÚJO OLIVEIRA**

---

ORIENTADORA  
Me. KATRÍCIA CORREA

AVALIADORES  
Dr. ALESSANDRO FILLA  
Ms. JACY NETO CORREA

---

desenho  
**PLANTA BAIXA**

---

localização  
**Av. Beira Rio, Centro, Macapá - AP**

---

assunto  
**Complexo Esquina do Rio Amazonas**

---

conteúdo  
**PLANTA DE LOCAÇÃO**

---

área da intervenção  
**17.000 M²**

---

área construída  
**11.340 M²**

---

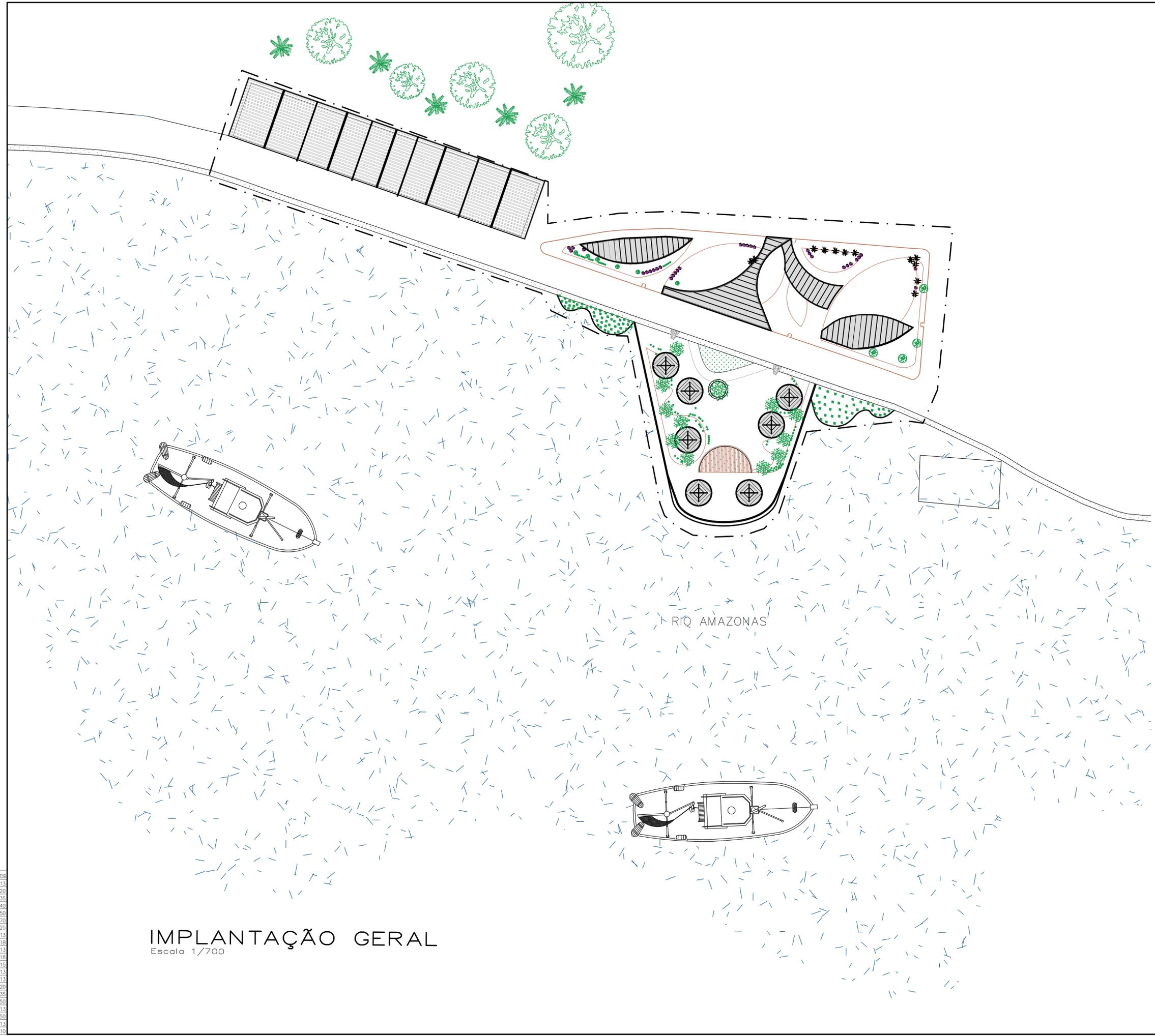
data  
**MAIO DE 2021**

---

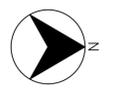
EXECUTIVO  
**02 / 15**

**PLANTA DE LOCAÇÃO**  
Escala 1/700

Cor	Pena
01	0,13
02	0,20
03	0,35
04	0,40
05	0,50
06	0,70
07	0,25
08(color)	0,13
09	0,18
10(color)	0,13
13	0,18
17(color)	0,15
24(color)	0,13
32	0,13
40(color)	0,20
106(color)	0,35
130(color)	0,50
150(color)	0,13
152(color)	0,50
250(color)	0,13
251(color)	0,10



LEGENDAS



-  POLIGONAL DA INTERVENÇÃO
-  RIO AMAZONAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
 PRÓ REITORIA DE GRADUAÇÃO  
 BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

autora projeto  
**THAÍS DE ARAÚJO OLIVEIRA**

ORIENTADORA  
 Me. KATRÍCIA CORREA  
 AVALIADORES  
 Dr. ALESSANDRO FILLA  
 Ms. JACY NETO CORREA

desenho  
**PLANTA BAIXA**

localização  
**Av. Beira Rio, Centro, Macapá - AP**

assunto  
**Complexo Esquina do Rio Amazonas**

conteúdo  
 IMPLANTAÇÃO

área da intervenção  
**17.000 M<sup>2</sup>**

área construída  
**11.340 M<sup>2</sup>**

data  
**MAIO DE 2021**

EXECUTIVO  
**03 / 15**

**IMPLANTAÇÃO GERAL**  
 Escala 1/700

Cor	Pena
01	0,13
02	0,20
03	0,35
04	0,40
05	0,50
06	0,70
07	0,25
08(color)	0,13
09	0,18
10(color)	0,13
13	0,18
17(color)	0,15
24(color)	0,13
32	0,13
40(color)	0,20
106(color)	0,35
130(color)	0,50
150(color)	0,13
152(color)	0,50
250(color)	0,13
251(color)	0,10

LEGENDAS



QUADRO DE ESQUADRIAS

Eq.	Comprimento (m)	Altura (m)	Pelote (m)	TIPO	MATERIAL	ESPECIFICAÇÕES
J1	0,70	0,85	1,50	BASCULANTE	ALUMÍNIO E VIDRO	Conjunto 4 folhas
J2	0,80	0,80	1,50	BASCULANTE	ALUMÍNIO E VIDRO	Conjunto 3 folhas
J3	1,20	0,60	1,85	BASCULANTE	ALUMÍNIO E VIDRO	
J4	0,87	0,60	1,85	BASCULANTE	ALUMÍNIO E VIDRO	
J5	1,00	1,20	1,20	ABRIR	ALUMÍNIO E VIDRO	
J6	1,17	1,20	1,40	CORRER	ALUMÍNIO E VIDRO	2 folhas
J7	2,00	1,40	1,25	CORRER	ALUMÍNIO E VIDRO	
M1	4,90	2,50	-	FIXO	MADEIRA	Muxarabi com tema de folhas
M2	3,28	2,50	-	FIXO	MADEIRA	Muxarabi com tema de folhas
M3	3,00	2,50	-	FIXO	MADEIRA	Muxarabi com tema de folhas
PORTAS						
P01	2,53	2,63	-	ABRIR	MADEIRA	Porta Dupla
P02	1,00	2,10	-	ABRIR	ALUMÍNIO E VIDRO	Porta Dupla
P03	0,80	2,10	-	ABRIR	MADEIRA	Porta Dupla
P04	0,96	2,10	-	ABRIR	MADEIRA	Com sinalização conforme NBR
P05	0,60	1,80	-	ABRIR	MDF	Dividória

N°	QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES
PAREDE	
01	CERÂMICA ACETINADA POLIDA 60x60 COR BRANCA
02	PINTURA ACRÍLICA COR CRÔMIO
03	PINTURA ACRÍLICA NA COR MENTA
04	MDF E PORCELANATO BLACK ECLIPSE 160x80
05	PAINEL DE DIVISÓRIA RIPADA EM MADEIRA

N°	QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES
PISO	
01	CERÂMICA ACETINADA POLIDA 60x60 COR BRANCA
02	GRANILITE COLORIDO DO TIPO POLIDO 100X100CM
03	ASSOALHO DE MADEIRA

N°	QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES
TETO	
01	FORRO EM DRYWALL COR BRANCA
02	ESTRUTURA DE MADEIRAMENTO DA COBERTURA APARENTE
03	SEM FORRO/COBERTURA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ REITORIA DE GRADUAÇÃO  
BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

autora projeto  
**THAÍS DE ARAÚJO OLIVEIRA**

ORIENTADORA  
Me. KATRÍCIA CORREA

AVALIADORES  
Dr. ALESSANDRO FILLA  
Ms. JACY NETO CORREA

desenho  
**PLANTA BAIXA**

localização  
Av. Beira Rio, Centro, Macapá - AP

assunto  
Complexo Esquina do Rio Amazonas

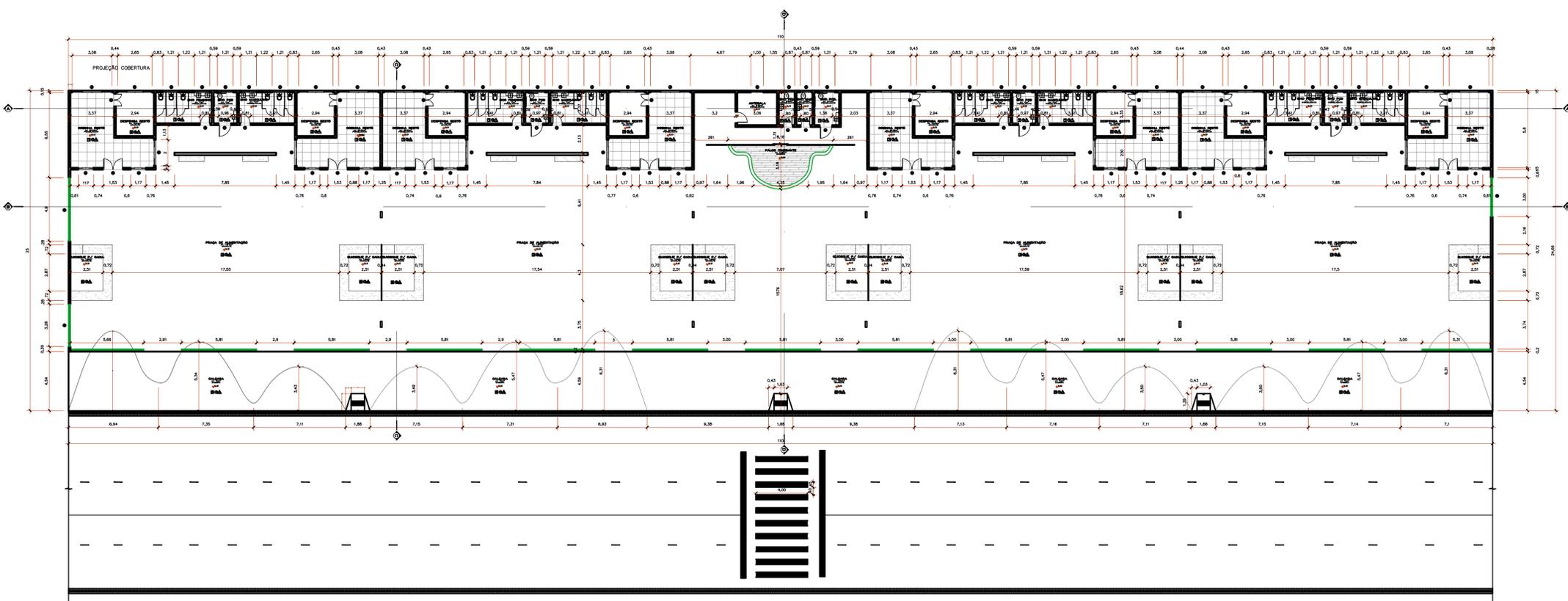
conteúdo  
PLANTA BAIXA DO BLOCO RESTO  
LAYOUT

área da intervenção  
**17.000 M<sup>2</sup>**

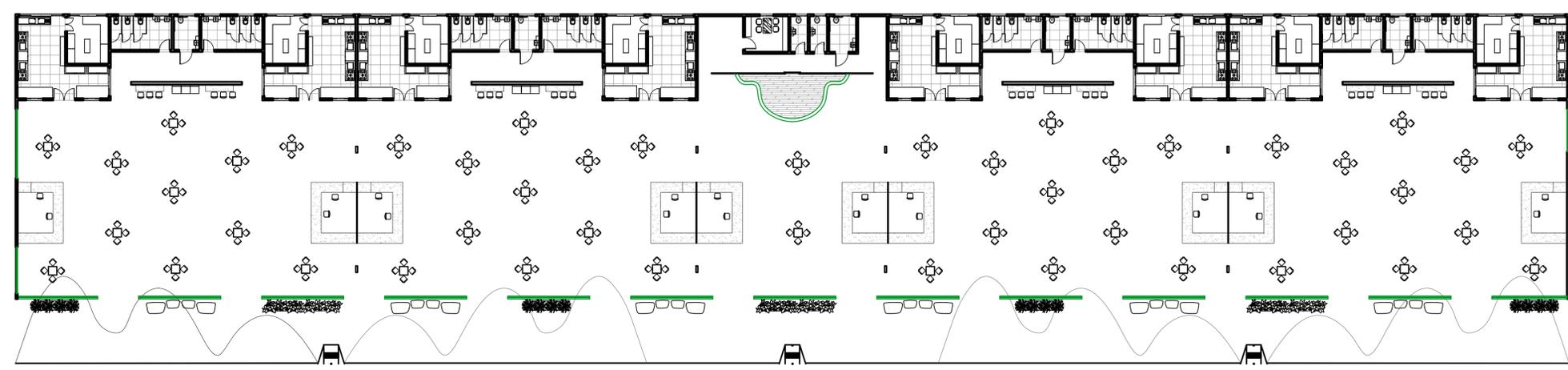
área construída  
**2.750 M<sup>2</sup>**

data  
MAIO DE 2021

EXECUTIVO  
**04/15**



**PLANTA BAIXA**  
**ÁREA RESTO**  
Escala 1/200



**LAYOUT**  
**ÁREA RESTO**  
Escala 1/200

Cor	Pena
01	0,13
02	0,20
03	0,35
04	0,40
05	0,50
06	0,70
07	0,25
08(color)	0,13
09	0,18
10(color)	0,13
13	0,18
17(color)	0,15
24(color)	0,13
32	0,13
40(color)	0,20
106(color)	0,35
130(color)	0,50
150(color)	0,13
152(color)	0,50
250(color)	0,13
251(color)	0,10

LEGENDAS



QUADRO DE ESQUADRIAS

Esq.	Comprimento (m)	Altura (m)	Pelotril (m)	TIPO	MATERIAL	ESPECIFICAÇÕES
JANELAS E FECHAMENTOS						
J1	0.70	0.85	1.50	BASCULANTE	ALUMÍNIO E VIDRO	Conjunto 4 folhas
J2	0.80	0.80	1.50	BASCULANTE	ALUMÍNIO E VIDRO	Conjunto 3 folhas
J3	1.20	0.60	1.85	BASCULANTE	ALUMÍNIO E VIDRO	
J4	0.87	0.60	1.85	BASCULANTE	ALUMÍNIO E VIDRO	
J5	1.00	1.20	1.20	ABRIR	ALUMÍNIO E VIDRO	
J6	1.17	1.20	1.40	CORRER	ALUMÍNIO E VIDRO	2 folhas
J7	2.00	1.40	1.25	CORRER	ALUMÍNIO E VIDRO	
M1	4.90	2.50	-	FIXO	MADEIRA	Muxarabi com tema de folhas
M2	3.28	2.50	-	FIXO	MADEIRA	Muxarabi com tema de folhas
M3	3.00	2.50	-	FIXO	MADEIRA	Muxarabi com tema de folhas
PORTAS						
P01	2.53	2.63	-	ABRIR	MADEIRA	Porta Dupla
P02	1.00	2.10	-	ABRIR	ALUMÍNIO E VIDRO	Porta Dupla
P03	0.80	2.10	-	ABRIR	MADEIRA	
P04	0.96	2.10	-	ABRIR	MADEIRA	Com sinalização conforme NBR
P05	0.60	1.80	-	ABRIR	MDF	Dividória

QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES

**PARADE**

01	CERÂMICA ACETINADA POLIDA 60x60 COR BRANCA
02	PINTURA ACRÍLICA COR CRÔMIO
03	PINTURA ACRÍLICA NA COR MENTA
04	MDF E PORCELANATO BLACK ECLIPSE 160x80
05	PAINEL DE DIVISÓRIA RIPADA EM MADEIRA

QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES

**PISO**

01	CERÂMICA ACETINADA POLIDA 60x60 COR BRANCA
02	GRANILITE COLORIDO DO TIPO POLIDO 100X100CM
03	ASSOALHO DE MADEIRA

QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES

**TETO**

01	FORRO EM DRYWALL COR BRANCA
02	ESTRUTURA DE MADEIRAMENTO DA COBERTURA APARENTE
03	SEM FORRO/COBERTURA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ REITORIA DE GRADUAÇÃO  
BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

autora projeto  
**THAÍS DE ARAÚJO OLIVEIRA**

ORIENTADORA  
Me. KATRÍCIA CORREA

AVALIADORES  
Dr. ALESSANDRO FILLA  
Ms. JACY NETO CORREA

desenho  
**PLANTA BAIXA**

localização  
Av. Beira Rio, Centro, Macapá - AP

assunto  
Complexo Esquina do Rio Amazonas

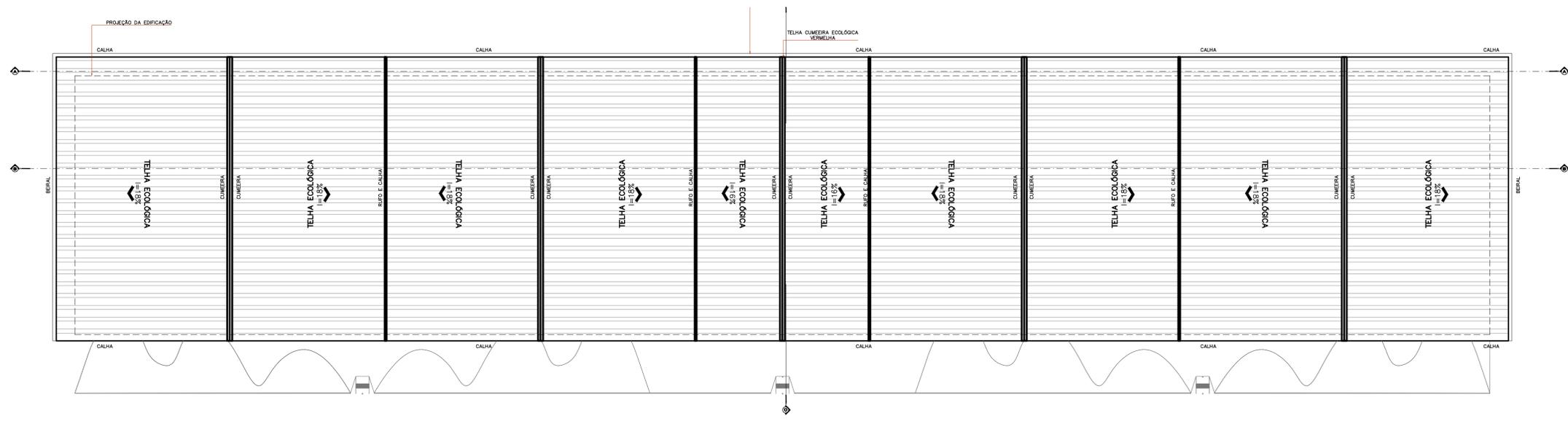
conteúdo  
**PLANTA DE COBERTURA  
DETALHE**

área de intervenção  
**17.000 M<sup>2</sup>**

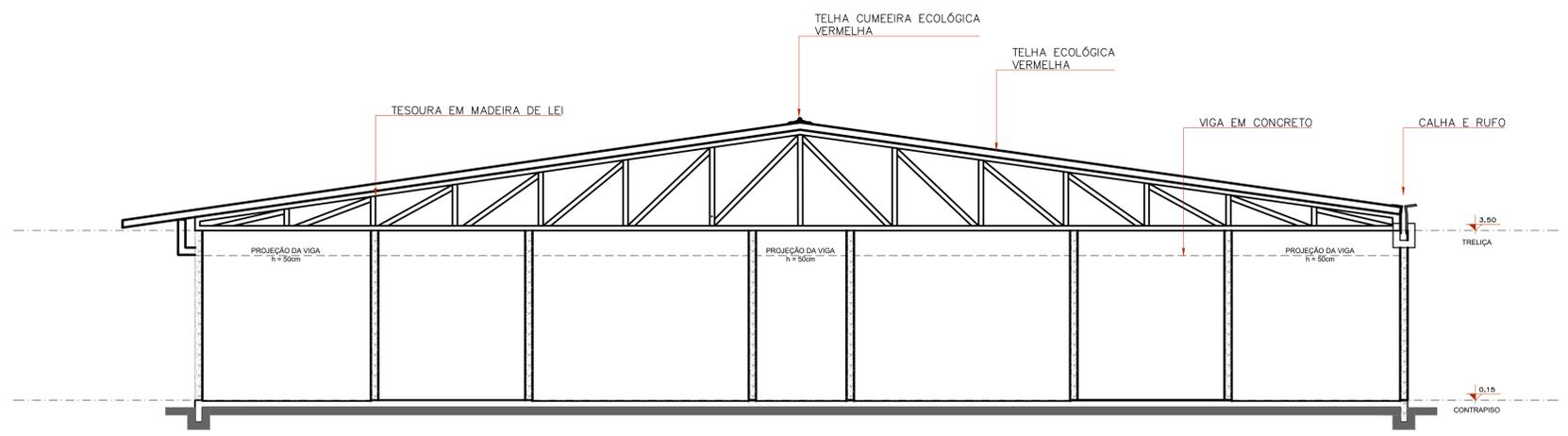
área construída  
**2.750 M<sup>2</sup>**

data  
MAIO DE 2021

EXECUTIVO  
**05** / 15



**COBERTURA  
ÁREA RESTO**  
Escala 1/200



**DETALHE COBERTURA  
ÁREA RESTO**  
Escala 1/50

Cor	Pena
01	0,15
02	0,20
03	0,35
04	0,40
05	0,50
06	0,70
07	0,25
08(color)	0,13
09	0,18
10(color)	0,13
13	0,18
17(color)	0,15
24(color)	0,13
32	0,13
40(color)	0,20
106(color)	0,35
130(color)	0,50
150(color)	0,13
152(color)	0,50
250(color)	0,13
251(color)	0,10

LEGENDAS



QUADRO DE ESQUADRIAS

Eq.	Compr. (m)	Altura (m)	Pelotil (m)	TIPO	MATERIAL	ESPECIFICAÇÕES
JANELAS E FECHAMENTOS						
J1	0.70	0.85	1.50	BASCULANTE	ALUMÍNIO E VIDRO	Conjunto 4 folhas
J2	0.80	0.80	1.50	BASCULANTE	ALUMÍNIO E VIDRO	Conjunto 3 folhas
J3	1.20	0.60	1.85	BASCULANTE	ALUMÍNIO E VIDRO	
J4	0.87	0.60	1.85	BASCULANTE	ALUMÍNIO E VIDRO	
J5	1.00	1.20	1.20	ABRIR	ALUMÍNIO E VIDRO	
J6	1.17	1.20	1.40	CORRER	ALUMÍNIO E VIDRO	2 folhas
J7	2.00	1.40	1.25	CORRER	ALUMÍNIO E VIDRO	
M1	4.90	2.50	-	FIXO	MADERA	Muxarabi com tema de folhas
M2	3.28	2.50	-	FIXO	MADERA	Muxarabi com tema de folhas
M3	3.00	2.50	-	FIXO	MADERA	Muxarabi com tema de folhas
PORTAS						
P01	2.53	2.63	-	ABRIR	MADERA	Porta Dupla
P02	1.00	2.10	-	ABRIR	ALUMÍNIO E VIDRO	Porta Dupla
P03	0.80	2.10	-	ABRIR	MADERA	
P04	0.96	2.10	-	ABRIR	MADERA	Com sinalização conforme NBR
P05	0.60	1.80	-	ABRIR	MDF	Dividória

Nº	QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES
PAREDE	
01	CERÂMICA ACETINADA POLIDA 60x60 COR BRANCA
02	PINTURA ACRÍLICA COR CRÔMIO
03	PINTURA ACRÍLICA NA COR MENTA
04	MDF E PORCELANATO BLACK ECLIPSE 160x80
05	PAINEL DE DIVISÓRIA RIPADA EM MADEIRA

Nº	QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES
PISO	
01	CERÂMICA ACETINADA POLIDA 60x60 COR BRANCA
02	GRANILITE COLORIDO DO TIPO POLIDO 100X100CM
03	ASSOALHO DE MADEIRA

Nº	QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES
TETO	
01	FORRO EM DRYWALL COR BRANCA
02	ESTRUTURA DE MADEIRAMENTO DA COBERTURA APARENTE
03	SEM FORRO/COBERTURA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ REITORIA DE GRADUAÇÃO  
BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

autora projeto  
**THAÍS DE ARAÚJO OLIVEIRA**

ORIENTADORA  
Me. KATÍCIA CORREA  
AVALIADORES  
Dr. ALESSANDRO FILLA  
Ms. JACY NETO CORREA

desenho  
**PLANTA BAIXA**

localização  
Av. Beira Rio, Centro, Macapá - AP

assunto  
Complexo Esquina do Rio Amazonas

conteúdo

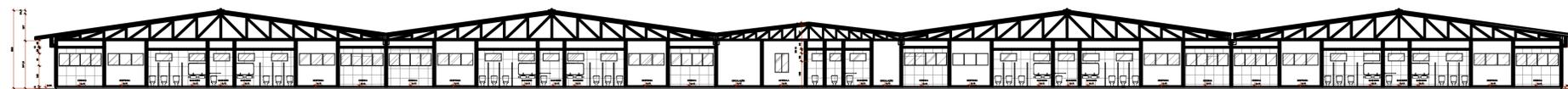
CORTES

área da intervenção  
**17.000 M<sup>2</sup>**

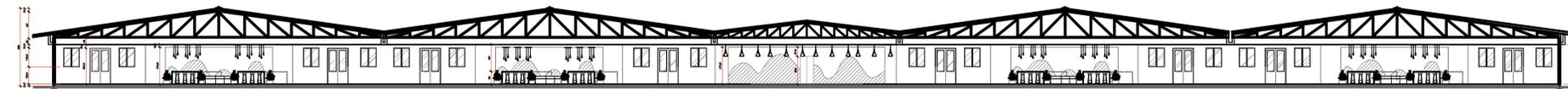
área construída  
**2.750 M<sup>2</sup>**

data  
MAIO DE 2021

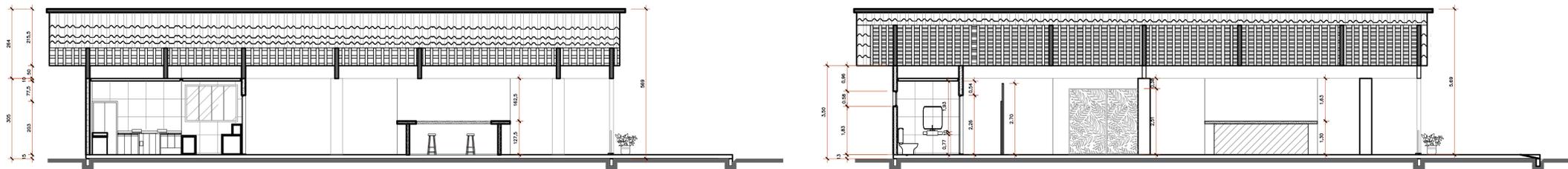
EXECUTIVO  
**06** / 15



**CORTE AA**  
ÁREA RESTO  
Escala 1/200



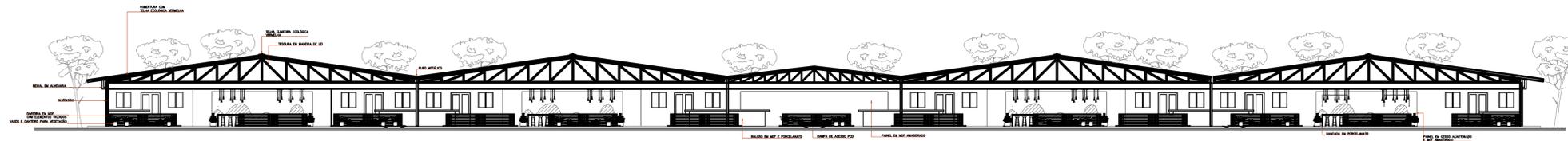
**CORTE BB**  
ÁREA RESTO  
Escala 1/200



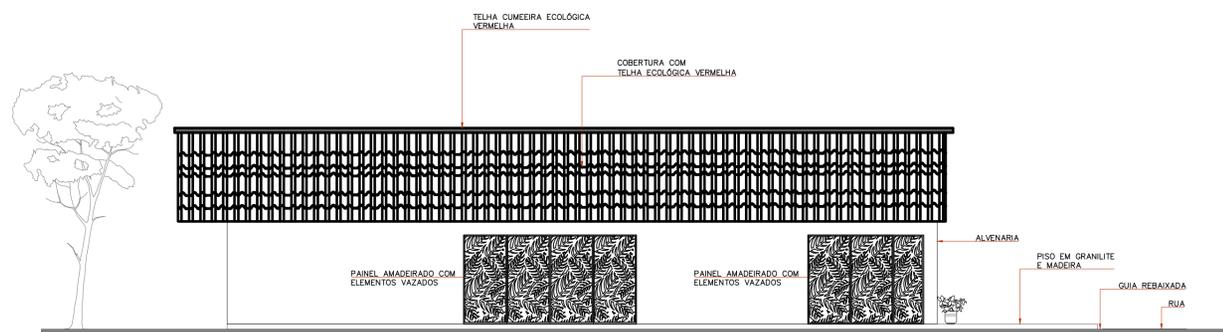
**CORTE CC**  
ÁREA RESTO  
Escala 1/100

**CORTE DD**  
ÁREA RESTO  
Escala 1/100

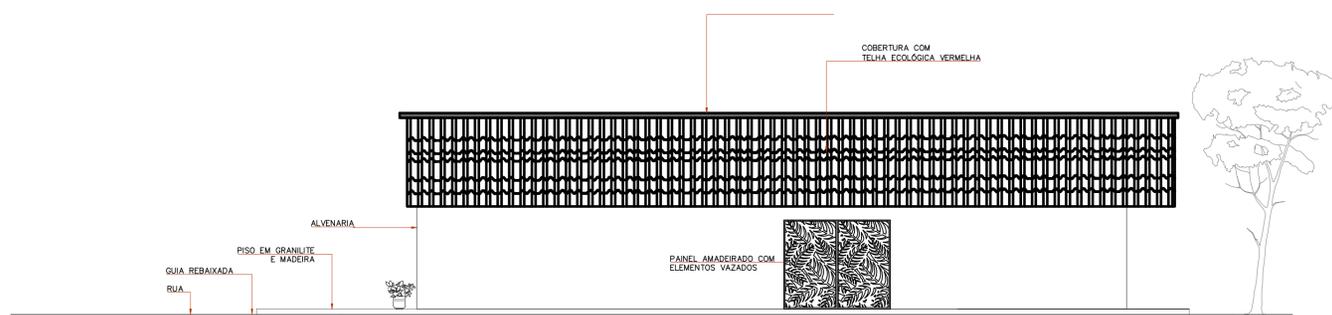
Cor	Penso
01	0,13
02	0,20
03	0,35
04	0,40
05	0,50
06	0,70
07	0,25
08(color)	0,13
09	0,18
10(color)	0,13
13	0,18
17(color)	0,15
24(color)	0,13
32	0,13
40(color)	0,20
106(color)	0,35
130(color)	0,50
150(color)	0,13
152(color)	0,50
250(color)	0,13
251(color)	0,10



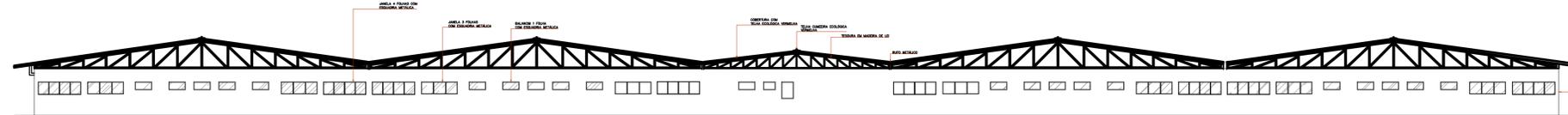
FACHADA 1  
ÁREA RESTO  
Escala 1/200



FACHADA 2  
ÁREA RESTO  
Escala 1/100



FACHADA 3  
ÁREA RESTO  
Escala 1/100



FACHADA 4  
ÁREA RESTO  
Escala 1/200

LEGENDAS



QUADRO DE ESQUADRIAS

Eq.	Compr. (m)	Altura (m)	Pel. (m)	TIPO	MATERIAL	ESPECIFICAÇÕES
JANELAS E FECHAMENTOS						
J1	0,70	0,85	1,50	BASCULANTE	ALUMÍNIO E VIDRO	Conjunto 4 folhas
J2	0,80	0,80	1,50	BASCULANTE	ALUMÍNIO E VIDRO	Conjunto 3 folhas
J3	1,20	0,60	1,85	BASCULANTE	ALUMÍNIO E VIDRO	
J4	0,87	0,60	1,85	BASCULANTE	ALUMÍNIO E VIDRO	
J5	1,00	1,20	1,20	ABRIR	ALUMÍNIO E VIDRO	
J6	1,17	1,20	1,40	CORRER	ALUMÍNIO E VIDRO	2 folhas
J7	2,00	1,40	1,25	CORRER	ALUMÍNIO E VIDRO	
M1	4,90	2,50	-	FIXO	MADEIRA	Muxarabi com tema de folhas
M2	3,28	2,50	-	FIXO	MADEIRA	Muxarabi com tema de folhas
M3	3,00	2,50	-	FIXO	MADEIRA	Muxarabi com tema de folhas
PORTAS						
P01	2,53	2,63	-	ABRIR	MADEIRA	Porta Dupla
P02	1,00	2,10	-	ABRIR	ALUMÍNIO E VIDRO	Porta Dupla
P03	0,80	2,10	-	ABRIR	MADEIRA	
P04	0,96	2,10	-	ABRIR	MADEIRA	Com sinalização conforme NBR
P05	0,60	1,80	-	ABRIR	MDF	Dividória

Nº	QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES
PAREDE	
01	CERÂMICA ACETINADA POLIDA 60x60 COR BRANCA
02	PINTURA ACRÍLICA COR CRÔMIO
03	PINTURA ACRÍLICA NA COR MENTA
04	MDF E PORCELANATO BLACK ECLIPSE 160x80
05	PAINEL DE DIVISÓRIA RIPADA EM MADEIRA

Nº	QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES
PISO	
01	CERÂMICA ACETINADA POLIDA 60x60 COR BRANCA
02	GRANILITE COLORIDO DO TIPO POLIDO 100X100CM
03	ASSOALHO DE MADEIRA

Nº	QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES
TETO	
01	FORRO EM DRYWALL COR BRANCA
02	ESTRUTURA DE MADEIRAMENTO DA COBERTURA APARENTE
03	SEM FORRO/COBERTURA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ REITORIA DE GRADUAÇÃO  
BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

autora projeto  
**THAÍS DE ARAÚJO OLIVEIRA**

ORIENTADORA  
Me. KATRÍCIA CORRÊA  
AVALIADORES  
Dr. ALESSANDRO FILLA  
Ms. JACY NETO CORRÊA

desenho  
**PLANTA BAIXA**

localização  
Av. Beira Rio, Centro, Macapá - AP

assunto  
Complexo Esquina do Rio Amazonas

conteúdo  
**ELEVAÇÕES**

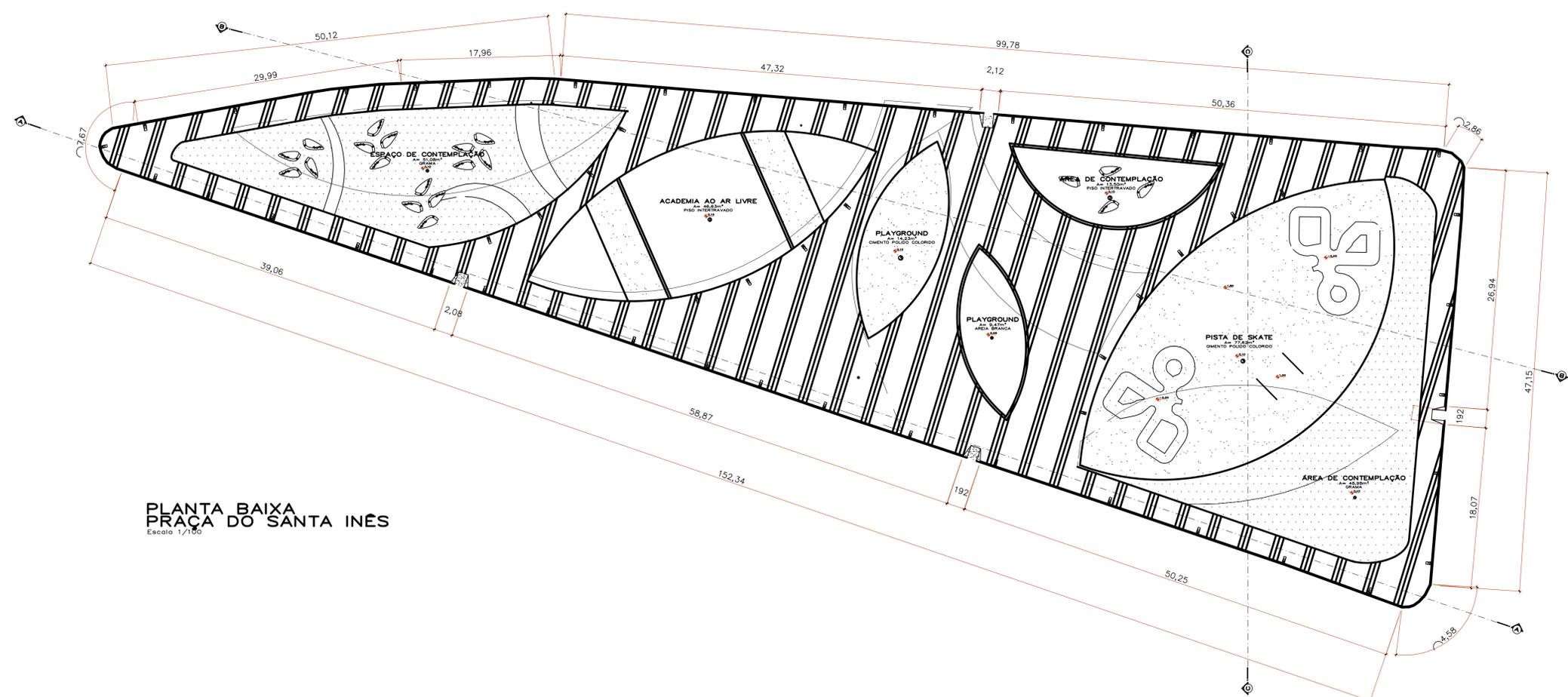
área da intervenção  
**17.000 M<sup>2</sup>**

área construída  
**2.750 M<sup>2</sup>**

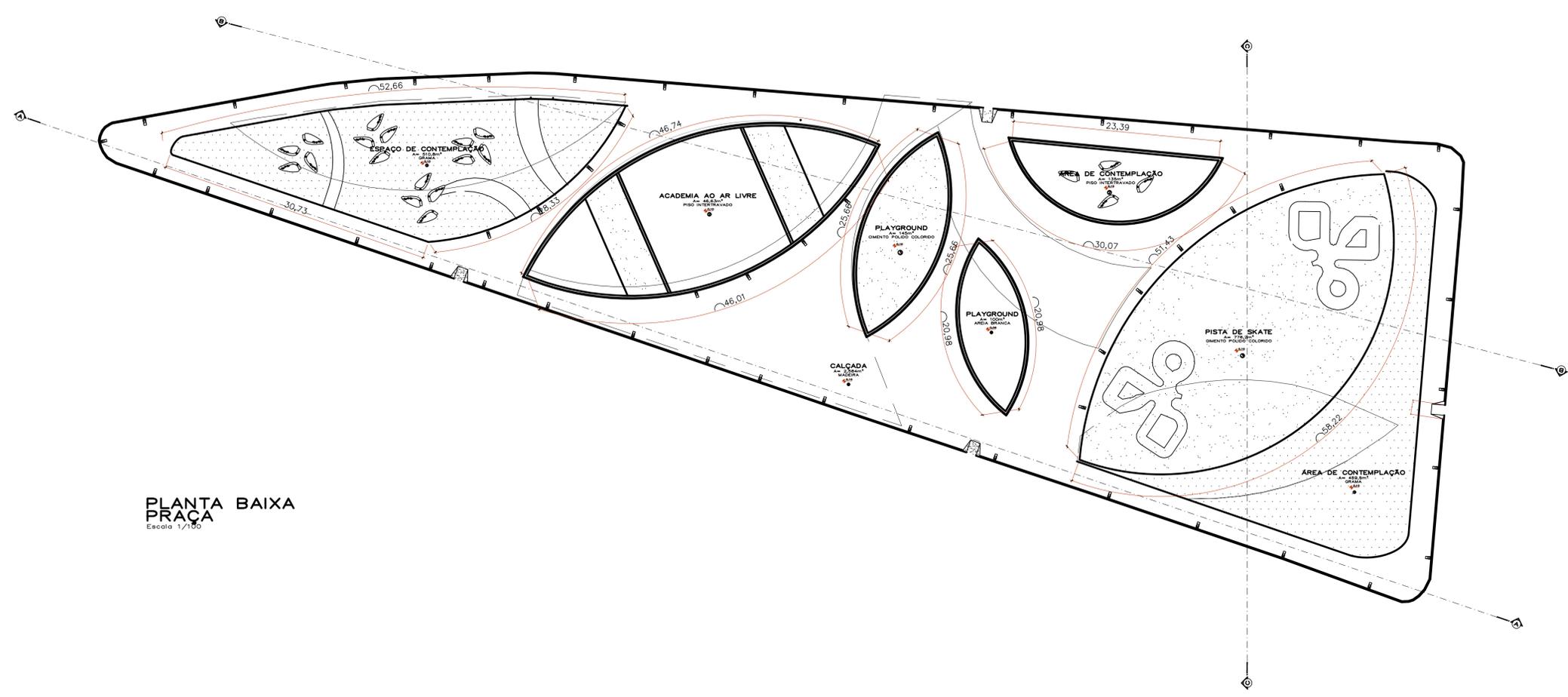
data  
MAIO DE 2021

EXECUTIVO  
**07** / 15

Cor	Penas
01	0,13
02	0,20
03	0,35
04	0,40
05	0,50
06	0,70
07	0,25
08(color)	0,13
09	0,18
10(color)	0,13
13	0,18
17(color)	0,15
24(color)	0,13
32	0,13
40(color)	0,20
106(color)	0,35
130(color)	0,50
150(color)	0,13
152(color)	0,50
250(color)	0,13
251(color)	0,10



**PLANTA BAIXA  
PRAÇA DO SANTA INÊS**  
Escala 1/100



**PLANTA BAIXA  
PRAÇA**  
Escala 1/100

Cor	Penso
01	0,13
02	0,20
03	0,35
04	0,40
05	0,50
06	0,70
07	0,25
08(color)	0,13
09	0,18
10(color)	0,13
13	0,18
17(color)	0,15
24(color)	0,13
32	0,13
40(color)	0,20
106(color)	0,35
130(color)	0,50
150(color)	0,13
152(color)	0,50
250(color)	0,13
251(color)	0,10

**LEGENDAS**



QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES	
MOBILIÁRIO URBANO	
BALIZADOR DE SOLO MODELO COM 4 FACHOS	
ILUMINAÇÃO ALTA 10,5 m	
BANCO EM CONCRETO E ASSENTO EM MADEIRA	

QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES	
PISO	
01	GRAMA EMERALDA
02	PISO INTERTRAVADO
03	CIMENTO POLIDO COLORIDO
04	MADEIRA
05	AREIA BRANCA

QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES			
VEGETAÇÃO			
SÍMBOLO	NOME POPULAR	ESPÉCIE	ALTURA
	BEIJINHO	Impatiens parviflora	80 cm
	ESTRELÍCIA	Strelitzia reginae	1,0 a 1,20 metros
	ARAÇÁ	Psidium cattleianum	3 metros
	DASILÍRIO	Dasyliion acrotrichum	1,0 a 1,5 metros
	AÇAZEIRO	Euterpe oleracea	6 metros

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ REITORIA DE GRADUAÇÃO  
BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

autora projeto  
**THAÍS DE ARAÚJO OLIVEIRA**

ORIENTADORA  
Me. KATRÍCIA CORRÊA

AVALIADORES  
Dr. ALESSANDRO FILLA  
Ms. JACY NETO CORRÊA

desenho  
**PLANTA BAIXA**

localização  
Av. Beira Rio, Centro, Macapá - AP

assunto  
Complexo Esquina do Rio Amazonas

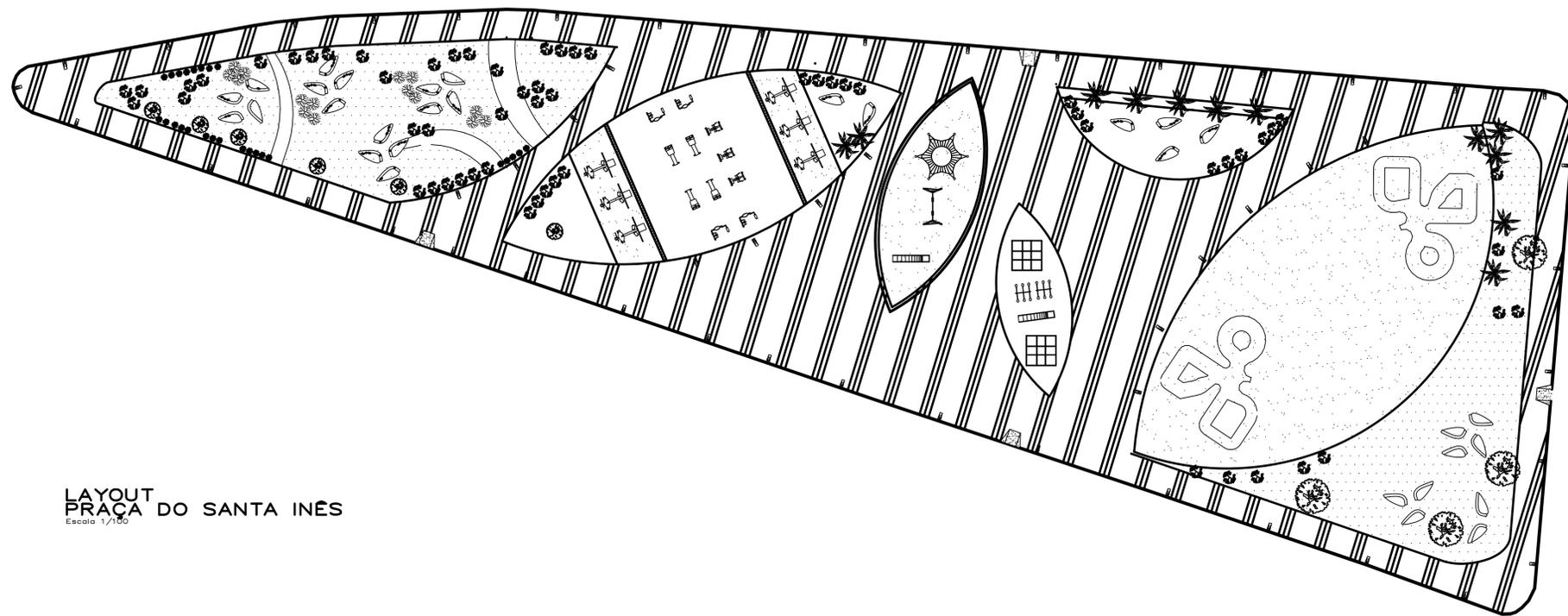
conteúdo  
PLANTA BAIXA PRAÇA  
medidas externas e internas

área da intervenção  
**17.000 M<sup>2</sup>**

área construída  
**4.730 M<sup>2</sup>**

data  
MAIO DE 2021

EXECUTIVO  
**08/15**



LAYOUT  
PRAÇA DO SANTA INÊS  
Escala: 1/100

LEGENDAS



QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES	
MOBILIÁRIO URBANO	
	BALIZADOR DE SOLO MODELO COM 4 FACHOS
	ILUMINAÇÃO ALTA 10.5 m
	BANCO EM CONCRETO E ASSENTO EM MADEIRA

QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES	
PISO	
01	GRAMA EMERALDA
02	PISO INTERTRAVADO
03	CIMENTO POLIDO COLORIDO
04	MADEIRA
05	AREIA BRANCA

QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES			
VEGETAÇÃO			
SÍMBOLO	NOME POPULAR	ESPÉCIE	ALTURA
	BEIJINHO	Impatiens parviflora	80 cm
	ESTRELÍCIA	Streitzia reginae	1.0 a 1.20 metros
	ARAÇÁ	Psidium cattleianum	3 metros
	DASILÍRIO	Dasylium acrotrichum	1.0 a 1.5 metros
	AÇAIZEIRO	Euterpe oleracea	6 metros

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ REITORIA DE GRADUAÇÃO  
BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

autora projeto  
THAÍS DE ARAÚJO OLIVEIRA

ORIENTADORA  
Me. KATÍCIA CORREA

AVALIADORES  
Dr. ALESSANDRO FILLA  
Ms. JACY NETO CORREA

desenho  
PLANTA BAIXA

localização  
Av. Beira Rio, Centro, Macapá - AP

assunto  
Complexo Esquina do Rio Amazonas

conteúdo  
LAYOUT

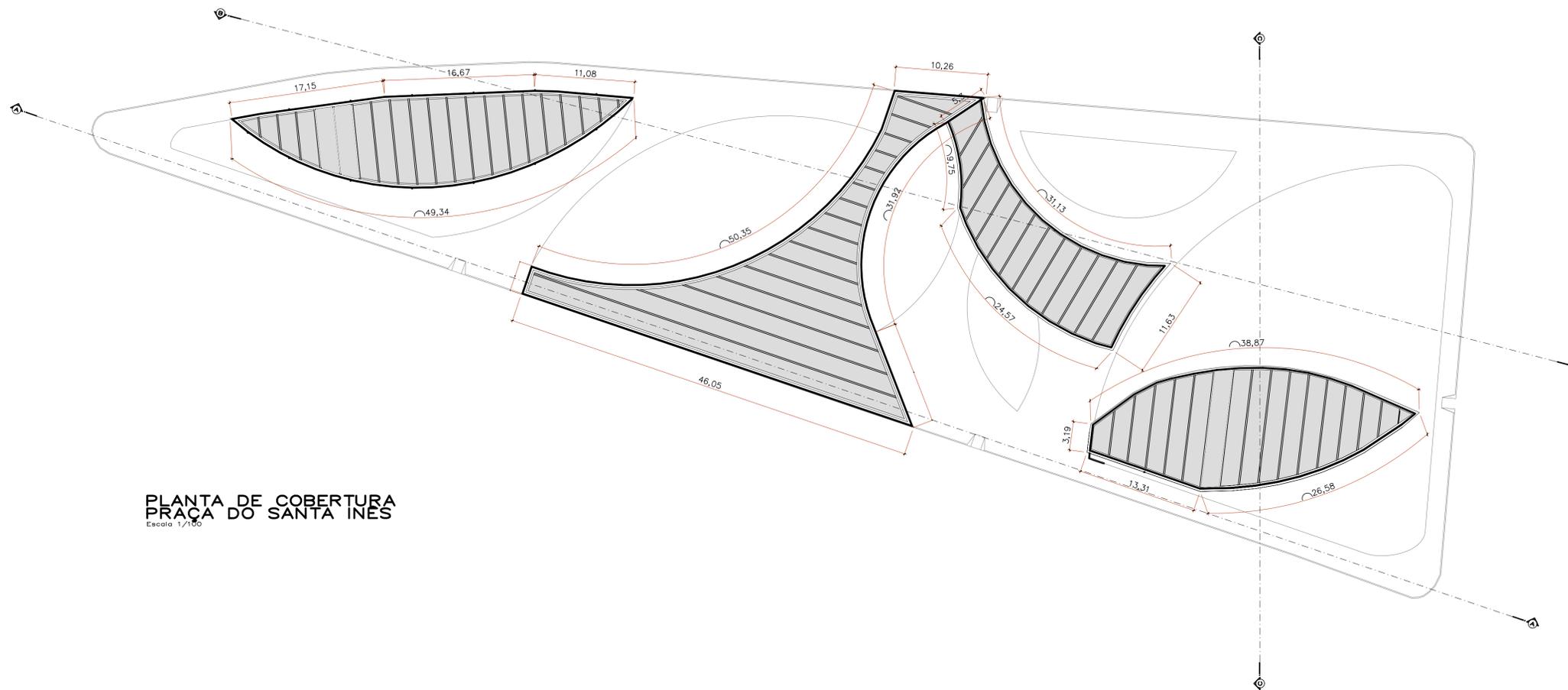
área da intervenção  
17.000 M<sup>2</sup>

área construída  
4.730 M<sup>2</sup>

data  
MAIO DE 2021

EXECUTIVO  
09 / 15

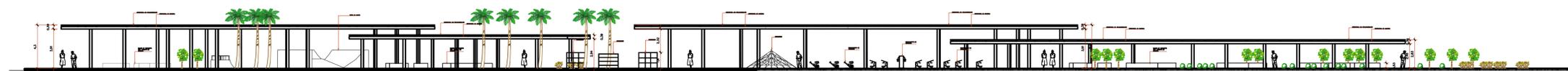
Cor	Penas
01	0,13
02	0,20
03	0,35
04	0,40
05	0,50
06	0,70
07	0,25
08(color)	0,13
09	0,18
10(color)	0,13
13	0,18
17(color)	0,15
24(color)	0,13
32	0,13
40(color)	0,20
106(color)	0,35
130(color)	0,50
150(color)	0,13
152(color)	0,50
250(color)	0,13
251(color)	0,10



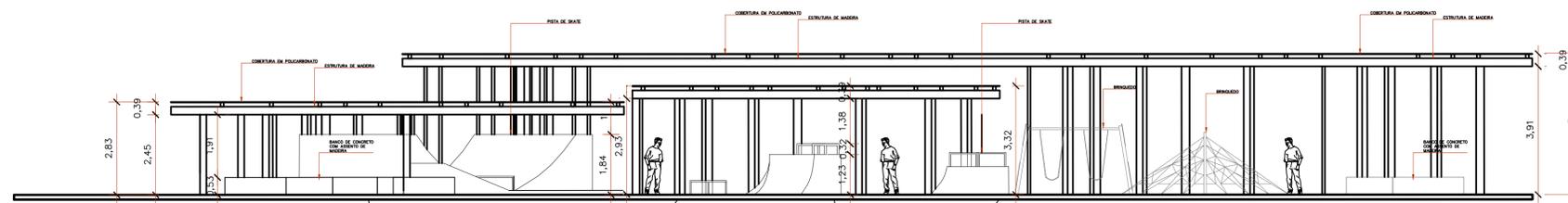
**PLANTA DE COBERTURA  
PRAÇA DO SANTA INÊS**  
Escala 1/100



**CORTE AA  
PRAÇA**  
Escala 1/100



**CORTE BB  
PRAÇA**  
Escala 1/100



**CORTE CC  
PRAÇA**  
Escala 1/100

Cor	Pena
01	0,13
02	0,20
03	0,35
04	0,40
05	0,50
06	0,70
07	0,25
08(color)	0,13
09	0,18
10(color)	0,13
13	0,18
17(color)	0,15
24(color)	0,13
32	0,13
40(color)	0,20
106(color)	0,35
130(color)	0,50
150(color)	0,13
152(color)	0,50
250(color)	0,13
251(color)	0,10

**LEGENDAS**



QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES	
MOBILIÁRIO URBANO	
BALIZADOR DE SOLO MODELO COM 4 FACHOS	
ILUMINAÇÃO ALTA 10.5 m	
BANCO EM CONCRETO E ASSENTO EM MADEIRA	

QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES	
PISO	
01	GRAMA EMERALDA
02	PISO INTERTRAVADO
03	CIMENTO POLIDO COLORIDO
04	MADEIRA
05	AREIA BRANCA

QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES			
VEGETAÇÃO			
SÍMBOLO	NOME POPULAR	ESPÉCIE	ALTURA
	BEIJINHO	Impatiens parviflora	80 cm
	ESTRELÍCIA	Strelitzia reginae	1.0 a 1.20 metros
	ARAÇÁ	Psidium cattleianum	3 metros
	DASILÍRIO	Dasylium acrotrichum	1.0 a 1.5 metros
	AÇAZEIRO	Euterpe oleracea	6 metros

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ REITORIA DE GRADUAÇÃO  
BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

autora projeto  
**THAÍS DE ARAÚJO OLIVEIRA**

ORIENTADORA  
Me. KATRÍCIA CORRÊA  
AVALIADORES  
Dr. ALESSANDRO FILLA  
Ms. JACY NETO CORRÊA

desenho  
**PLANTA BAIXA**

localização  
Av. Beira Rio, Centro, Macapá - AP

assunto  
Complexo Esquina do Rio Amazonas

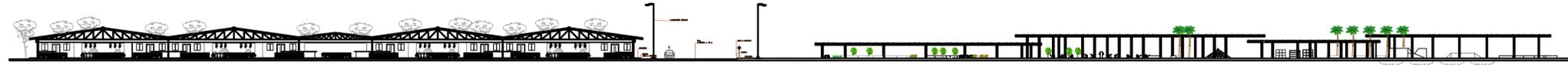
conteúdo  
PLANTA DE COBERTURA  
CORTES

área da intervenção  
**17.000 M<sup>2</sup>**

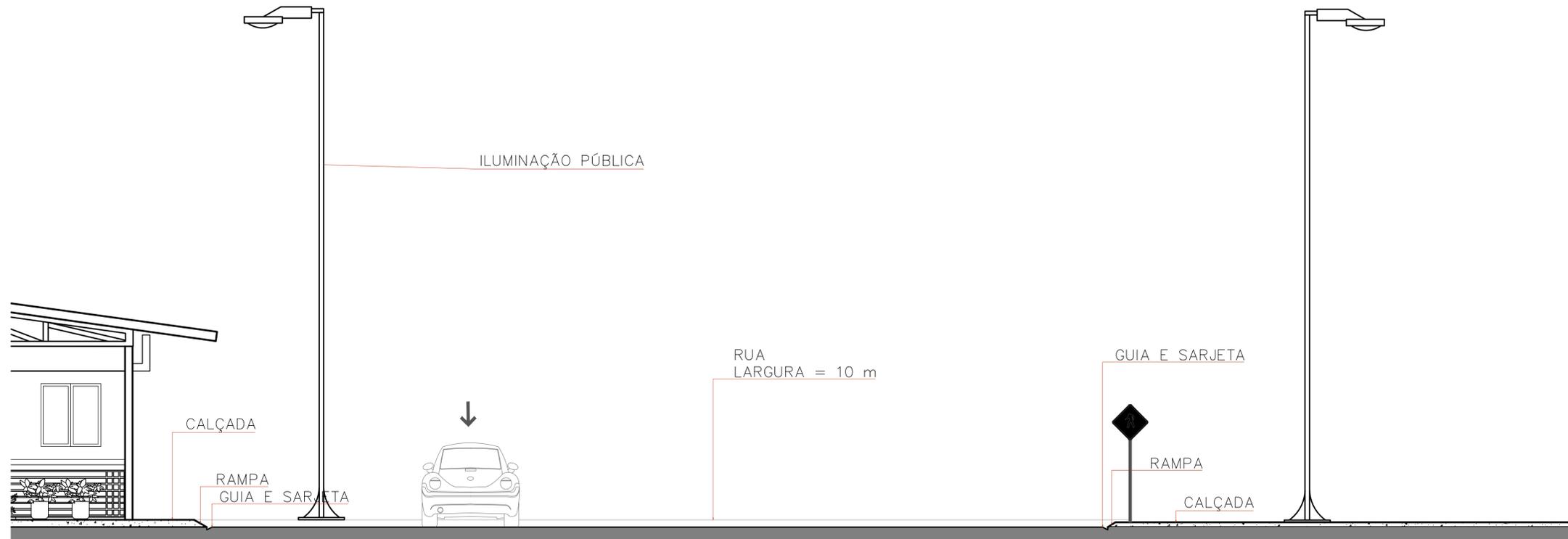
área construída  
**4.730 M<sup>2</sup>**

data  
MAIO DE 2021

EXECUTIVO  
**10/15**



CORTE AA  
CONEXÃO RESTO E PRAÇA



CORTE AA  
CONEXÃO RESTO E PRAÇA  
Escala 1/3000

Cor	Pena
01	0,13
02	0,20
03	0,35
04	0,40
05	0,50
06	0,70
07	0,25
08(color)	0,13
09	0,18
10(color)	0,13
13	0,18
17(color)	0,15
24(color)	0,13
32	0,13
40(color)	0,20
106(color)	0,35
130(color)	0,50
150(color)	0,13
152(color)	0,50
250(color)	0,13
251(color)	0,10

LEGENDAS



QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES	
	MOBILIÁRIO URBANO
	BALIZADOR DE SOLO MODELO COM 4 FACHOS
	ILUMINAÇÃO ALTA 10,5 m
	BANCO EM CONCRETO E ASSENTO EM MADEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ REITORIA DE GRADUAÇÃO  
BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

autora projeto  
**THAÍS DE ARAÚJO OLIVEIRA**

ORIENTADORA  
Me. KATRÍCIA CORRÊA  
AVALIADORES  
Dr. ALESSANDRO FILLA  
Ms. JACY NETO CORRÊA

desenho  
**PLANTA BAIXA**

localização  
Av. Beira Rio, Centro, Macapá - AP

assunto  
Complexo Esquina do Rio Amazonas

conteúdo  
DETALHAMENTO DE VIA  
CORTE

área da intervenção  
**17.000 M<sup>2</sup>**

área construída  
**11.340 M<sup>2</sup>**

data  
MAIO DE 2021

EXECUTIVO  
**11 / 15**

LEGENDAS



QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES	
	MOBILIÁRIO URBANO
	BALIZADOR DE SOLO MODELO COM 4 FACHOS
	ILUMINAÇÃO ALTA 10,5 m
	BANCO EM CONCRETO E ASSENTO EM MADEIRA

QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES	
PISO	
01	GRAMA EMERALDA
02	PISO INTERTRAVADO
03	CIMENTO POLIDO COLORIDO
04	MADEIRA
05	AREIA BRANCA

QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES			
VEGETAÇÃO			
SÍMBOLO	NOME POPULAR	ESPÉCIE	ALTURA
	BELINHO	Impatiens parviflora	80 cm
	ESTRELÍCIA	Strelitzia reginae	1.0 a 1.20 metros
	ARAÇÁ	Psidium cattleianum	3 metros
	DASILÍRIO	Dasyliroon acrotrichum	1.0 a 1.5 metros
	ÇAIZEIRO	Euterpe oleracea	6 metros

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ REITORIA DE GRADUAÇÃO  
BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

autora projeto  
**THAÍS DE ARAÚJO OLIVEIRA**

ORIENTADORA  
Me. KATRÍCIA CÔRREA  
AVALIADORES  
Dr. ALESSANDRO FILLA  
Ms. JACY NETO CÔRREA

desenho  
**PLANTA BAIXA**

localização  
Av. Beira Rio, Centro, Macapá - AP

assunto  
Complexo Esquina do Rio Amazonas

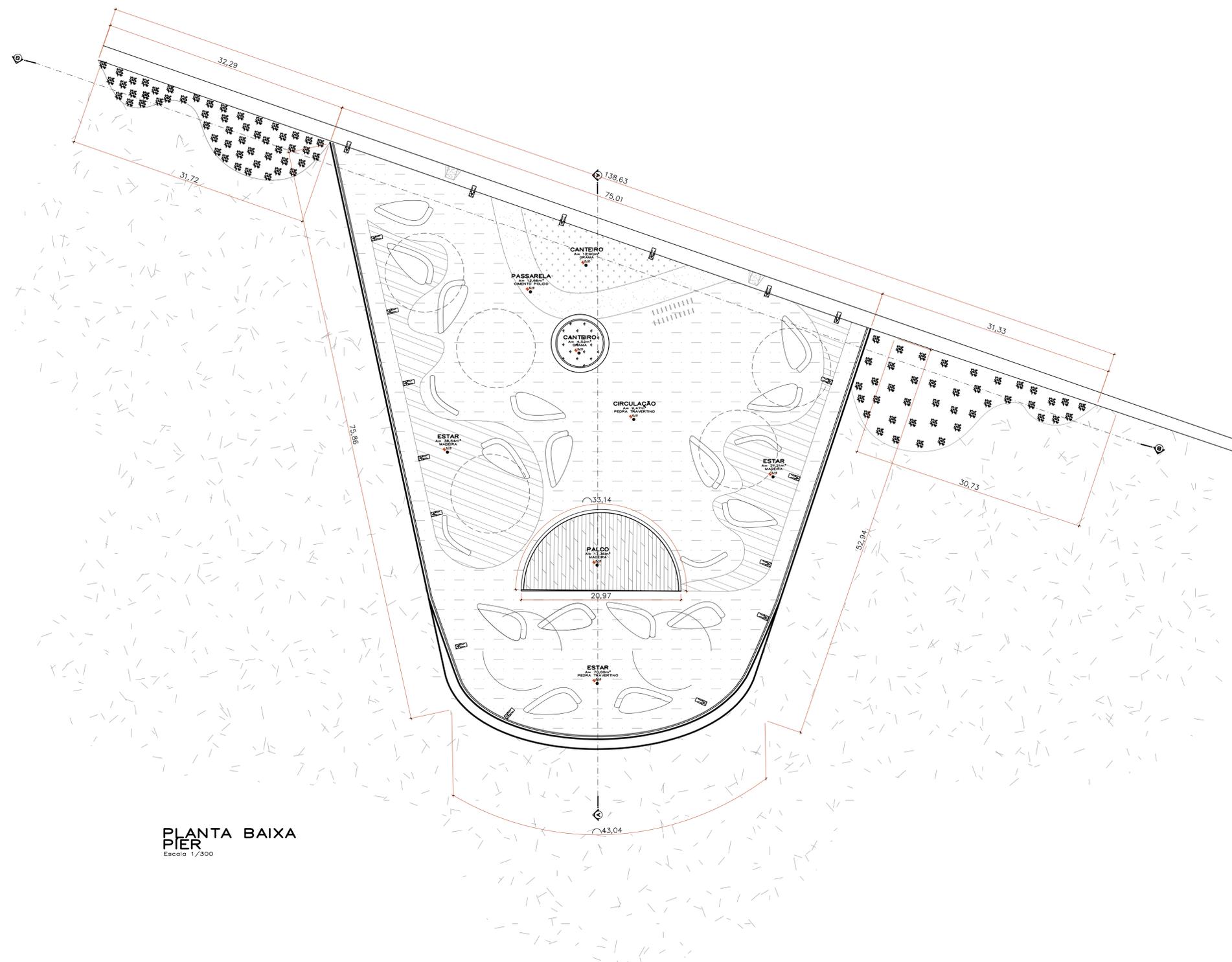
conteúdo  
PLANTA BAIXA PIER

área da intervenção  
**17.000 M<sup>2</sup>**

área construída  
**3.860 M<sup>2</sup>**

data  
MAIO DE 2021

EXECUTIVO  
**12/15**



**PLANTA BAIXA**  
**PIER**  
Escala 1/300

Cor	Pena
01	0,13
02	0,20
03	0,35
04	0,40
05	0,50
06	0,70
07	0,25
08(color)	0,13
09	0,18
10(color)	0,13
13	0,18
17(color)	0,15
24(color)	0,13
32	0,13
40(color)	0,20
106(color)	0,35
130(color)	0,50
150(color)	0,13
152(color)	0,50
250(color)	0,13

LEGENDAS



QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES	
	MOBILIÁRIO URBANO
	BALIZADOR DE SOLO MODELO COM 4 FACHOS
	ILUMINAÇÃO ALTA 10,5 m
	BANCO EM CONCRETO E ASSENTO EM MADEIRA

QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES	
	PISO
01	GRAMA EMERALDA
02	PISO INTERTRAVADO
03	CIMENTO POLIDO COLORIDO
04	MADEIRA
05	AREIA BRANCA

QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES			
VEGETAÇÃO			
SÍMBOLO	NOME POPULAR	ESPÉCIE	ALTURA
	BELINHO	<i>Impatiens parviflora</i>	80 cm
	ESTRELÍCIA	<i>Strelitzia reginae</i>	1.0 a 1.20 metros
	ARAÇÁ	<i>Psidium cattleianum</i>	3 metros
	DASILÍRIO	<i>Dasyliroon acrotrichum</i>	1.0 a 1.5 metros
	AÇAZEIRO	<i>Euterpe oleracea</i>	6 metros

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ REITORIA DE GRADUAÇÃO  
BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

autora projeto  
**THAÍS DE ARAÚJO OLIVEIRA**

ORIENTADORA  
Me. KATRÍCIA CORRÊA

AVALIADORES  
Dr. ALESSANDRO FILLA  
Ms. JACY NETO CORRÊA

desenho  
**PLANTA BAIXA**

localização  
Av. Beira Rio, Centro, Macapá - AP

assunto  
Complexo Esquina do Rio Amazonas

conteúdo  
LAYOUT

área da intervenção  
**17.000 M<sup>2</sup>**

área construída  
**3.860 M<sup>2</sup>**

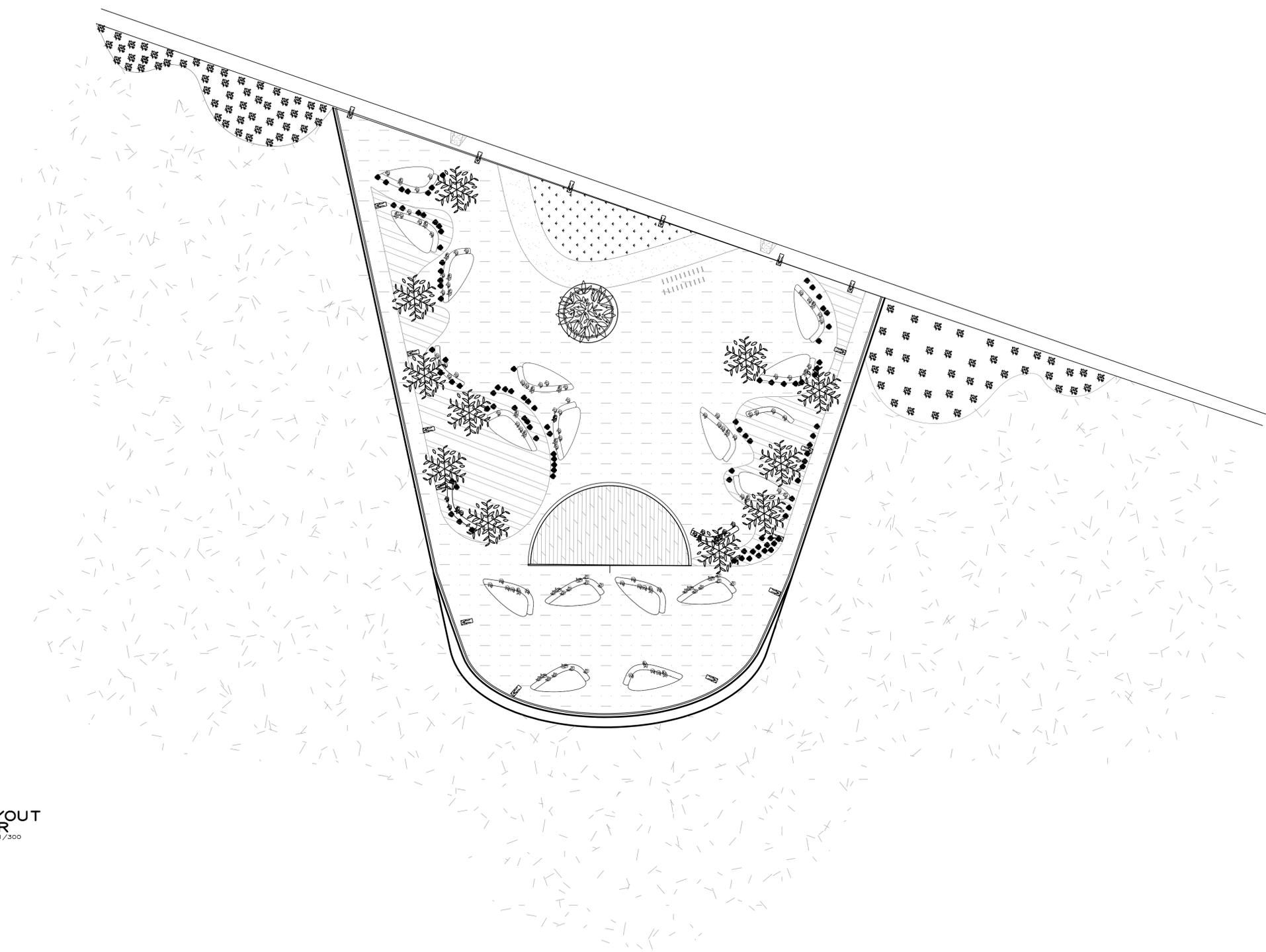
data  
MAIO DE 2021

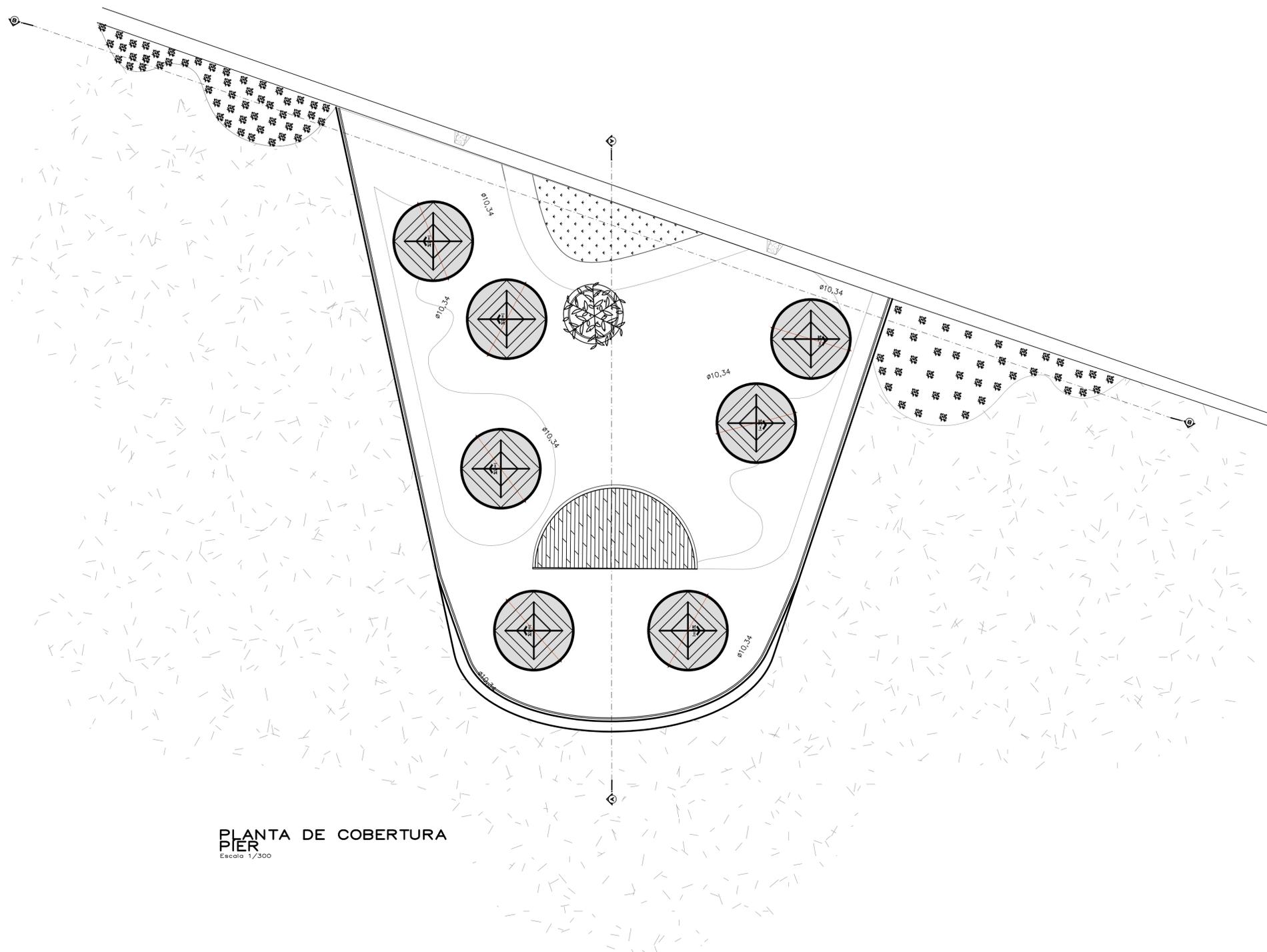
EXECUTIVO  
**13**/<sub>15</sub>

LAYOUT  
PIER

Escala 1/300

Cor	Pena
01	0,13
02	0,20
03	0,35
04	0,40
05	0,50
06	0,70
07	0,25
08(color)	0,13
09	0,18
10(color)	0,13
13	0,18
17(color)	0,15
24(color)	0,13
32	0,13
40(color)	0,20
106(color)	0,35
130(color)	0,50
150(color)	0,13
152(color)	0,50
250(color)	0,13
251(color)	0,10





**PLANTA DE COBERTURA**  
**PIER**  
 Escala 1/300

Cor	Pena
01	0,13
02	0,20
03	0,35
04	0,40
05	0,50
06	0,70
07	0,25
08(color)	0,13
09	0,18
10(color)	0,13
13	0,18
17(color)	0,15
24(color)	0,13
32	0,13
40(color)	0,20
106(color)	0,35
130(color)	0,50
150(color)	0,13
152(color)	0,50
250(color)	0,13
251(color)	0,10

**LEGENDAS**



QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES	
	MOBILIÁRIO URBANO
	BALIZADOR DE SOLO MODELO COM 4 FACHOS
	ILUMINAÇÃO ALTA 10,5 m
	BANCO EM CONCRETO E ASSENTO EM MADEIRA

QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES	
PISO	
01	GRAMA ESMERALDA
02	PISO INTERTRAVADO
03	CIMENTO POLIDO COLORIDO
04	MADEIRA
05	AREIA BRANCA

QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES			
VEGETAÇÃO			
SÍMBOLO	NOME POPULAR	ESPÉCIE	ALTURA
	BÉIJINHO	Impatiens parviflora	80 cm
	ESTRELÍCIA	Strelitzia reginae	1.0 a 1.20 metros
	ARAÇÁ	Psidium cattleianum	3 metros
	DASILÍRIO	Dasyliion acrotrichum	1.0 a 1.5 metros
	AÇAZEIRO	Euterpe oleracea	6 metros

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
 PRÓ REITORIA DE GRADUAÇÃO  
 BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

autora projeto  
**THAÍS DE ARAÚJO OLIVEIRA**

ORIENTADORA  
 Me. KATÍCIA CORRÊA

AVALIADORES  
 Dr. ALESSANDRO FILLA  
 Ms. JACY NETO CORRÊA

desenho  
**PLANTA BAIXA**

localização  
 Av. Beira Rio, Centro, Macapá - AP

assunto  
 Complexo Esquina do Rio Amazonas

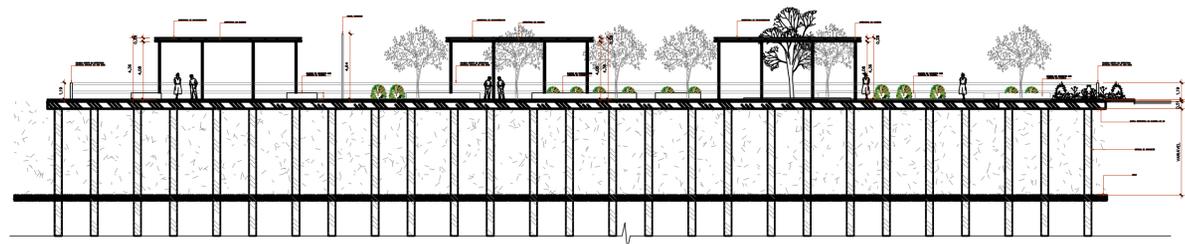
conteúdo  
 PLANTA DE COBERTURA

área da intervenção  
**17.000 M<sup>2</sup>**

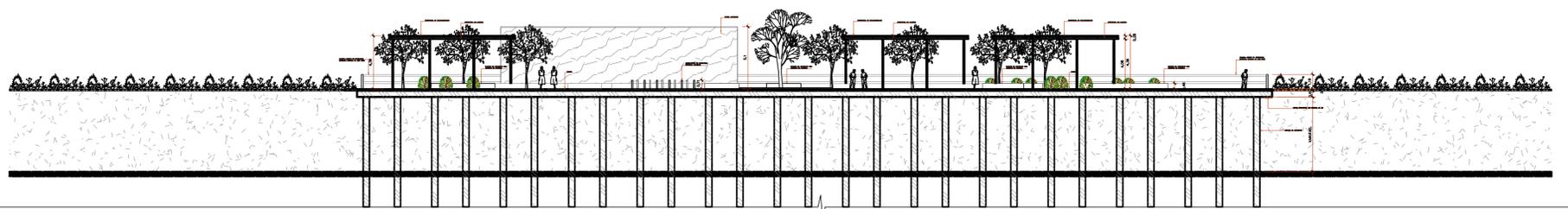
área construída  
**3.860 M<sup>2</sup>**

data  
 MAIO DE 2021

EXECUTIVO  
**14/15**



**CORTE AA**  
**PIER**  
Escala 1/300



**CORTE BB**  
**PIER**  
Escala 1/300

LEGENDAS



QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES	
MOBILIÁRIO URBANO	
	BALIZADOR DE SOLO MODELO COM 4 FACHOS
	ILUMINAÇÃO ALTA 10,5 m
	BANCO EM CONCRETO E ASSENTO EM MADEIRA

QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES	
PISO	
01	GRAMA ESMERALDA
02	PISO INTERTRAVADO
03	CIMENTO POLIDO COLORIDO
04	MADEIRA
05	AREIA BRANCA

QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES			
VEGETAÇÃO			
SÍMBOLO	NOME POPULAR	ESPÉCIE	ALTURA
	BELINHO	Impatiens parviflora	80 cm
	ESTRELÍCIA	Strelitzia reginae	1.0 a 1.20 metros
	ARAQUÁ	Psidium cattleianum	3 metros
	DASILÍRIO	Dasyliiron acrotrichum	1.0 a 1.5 metros
	AÇAIZEIRO	Euterpe oleracea	6 metros

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ REITORIA DE GRADUAÇÃO  
BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

autora projeto  
**THAÍS DE ARAÚJO OLIVEIRA**

ORIENTADORA  
Me. KATÍCIA CORREA

AVALIADORES  
Dr. ALESSANDRO FILLA  
Ms. JACY NETO CORREA

desenho  
**PLANTA BAIXA**

localização  
Av. Beira Rio, Centro, Macapá - AP

assunto  
Complexo Esquina do Rio Amazonas

conteúdo  
CORTES

área da intervenção  
**17.000 M<sup>2</sup>**

área construída  
**3.860 M<sup>2</sup>**

data  
MAIO DE 2021

EXECUTIVO  
**15**/<sub>15</sub>

Cor	Pena
01	0,13
02	0,20
03	0,35
04	0,40
05	0,50
06	0,70
07	0,25
08(color)	0,13
09	0,18
10(color)	0,13
13	0,18
17(color)	0,15
24(color)	0,13
32	0,13
40(color)	0,20
106(color)	0,35
130(color)	0,50
150(color)	0,13
152(color)	0,50
250(color)	0,13
251(color)	0,10

THAÍS DE ARAÚJO OLIVEIRA

**NA ESQUINA DO RIO AMAZONAS:  
REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA SANTA INÊS ESCRITA PELA PRÁXIS  
CULTURAL**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá, como requisito para obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Me. Katrícia Milena Almeida Corrêa.

MACAPÁ  
2021

THAÍS DE ARAÚJO OLIVEIRA

**NA ESQUINA DO RIO AMAZONAS:  
REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA SANTA INÊS ESCRITA PELA PRÁXIS  
CULTURAL**

Trabalho de Conclusão de Curso II  
apresentado ao Curso de Bacharelado em  
Arquitetura e Urbanismo da Universidade  
Federal do Amapá, como requisito para  
obtenção do título de bacharel em  
Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Me. Katrícia Milena  
Almeida Corrêa.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Me. Katrícia Milena Almeida Corrêa  
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP  
Orientadora

---

Prof. Me. Jacy Soares Corrêa Neto  
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP  
Examinador interno

---

Prof. Dr. Alessandro Filla Rosaneli  
Universidade Federal do Paraná – UFPR  
Examinador convidado

MACAPÁ

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá  
Elaborada por Cristina Fernandes – CRB-2/1569

---

Oliveira, Thaís de Araújo.

Na esquina do rio Amazonas: requalificação da praça Santa Inês escrita pela práxis cultural. / Thaís de Araújo Oliveira; orientadora, Katrícia Milena Almeida Corrêa. – Macapá, 2021.

204 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Amapá, Coordenação do curso de Arquitetura e Urbanismo.

1. Espaços públicos. 2. Planejamento urbano – Macapá (AP). 3. Política urbana. I. Corrêa, Katrícia Milena Almeida, orientadora. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

712.5 O48n  
CDD. 22 ed.

---

Mamãe, Chrys, Papai. Dedico a vocês o fruto da minha curiosidade e busca por sabedoria que aprendi no nosso lar. Obrigada por me ensinarem com amor qual o peso da caneta e com ele poder sonhar alto.

## AGRADECIMENTOS

Normalmente é tão fácil agradecer, mas vi que esta tarefa é difícil quando um filme passa em nossa cabeça e relembramos de onde viemos e aonde chegamos. Ainda não cheguei ao fim da estrada, na verdade, sinto que agora é a hora em que coloco a mochila nas costas e começo a jornada, porque aqui é o primeiro passo. Contudo, os meus agradecimentos começaram muito antes de eu colocar tudo na bagagem e decidir partir para a aventura que é a busca da educação e conhecimento.

Gratidão à mamãe, minha insubstituível inspiração. Que me ensinou a sonhar alto e longe, que me mostrou que conhecimento nunca é demais e apoia minhas escolhas. É tudo por ti, mãezinha.

Gratidão ao papai, por ser minha força e a lenha da minha curiosidade, por ter impulsionado minhas primeiras indagações sobre o mundo e por cada conversa sob as noites estreladas na cadeira de balanço.

Gratidão à Chrys, minha irmã, meu maior amor e incentivo. Por partilhar comigo a vida, carinho, conhecimento e palavras que me motivam. É maravilhoso saber que eu nunca estarei sozinha, pois a tenho.

Gratidão à inigualável professora Katrícia, minha orientadora e mentora, agradeço por estar fazendo o meu percurso ser leve e prazeroso, por desmistificar o que é o fim da graduação e este trabalho tão temido, por me ensinar mesmo durante uma pandemia e isolamento, por confiar no meu potencial quando eu mesma duvidei da minha capacidade. Por mais professores(as) como você.

Aos meus amigos que sempre tiraram um tempo para escutar o que eu tenho para falar e sempre é muito, que impulsionam meus sonhos todos os dias, que torcem para que eu os alcance e que me empurram para frente quando o universo não colabora tanto. Seja lá onde eu estou, sempre. Quem tem amigos, tem tudo. Eu sou sortuda.

Dedico cada palavra deste trabalho à minha família, amigos, professores e à Universidade Pública, pois tudo aqui apresentado é fruto de vários pedaços do meu percurso e pelo o que a educação gratuita fez por mim. À Universidade Federal do Amapá e à Universidade Federal do Paraná, que foram os esteios do meu ensino, fazendo crescer em mim a vontade de explorar cada vez mais, por me permitirem viver tantas alegrias e aprender enormemente com iniciações científicas, grupos de pesquisa, extensões, monitorias, mobilidade acadêmica, etc.

Que junto comigo e depois de mim, mais pessoas possam ter acesso ao ensino e as incríveis experiências que só a universidade pode proporcionar.

Seguirei aprendendo e espero fazer a diferença.

## RESUMO

Fruto das inquietações acerca do espaço público, esta pesquisa se debruça no entendimento do que é o espaço urbano público, principalmente no que tange à Praça do Santa Inês, localizada na cidade de Macapá, Amapá. A investigação adentra em diálogos sobre a negligência da atualização de políticas públicas que respaldam a construção e inserção deste espaço público na urbe, além de averiguar de que forma a práxis cultural e o planejamento participativo atuam como ferramentas de enfrentamento da segregação socioespacial e problemas sociourbanos. À vista disto, o objetivo desta monografia é compreender como o planejamento urbano participativo e suas metodologias podem colaborar para o desenvolvimento de um projeto de requalificação urbana para a Praça do Santa Inês e seu entorno, às margens do Rio Amazonas, na cidade de Macapá, transpondo isto em um projeto urbano-arquitetônico. Dos procedimentos metodológicos para alcançar este objetivo, a pesquisa se faz, *à priori*, de levantamento bibliográfico e pesquisa-participante para apreensão do objeto de estudo, incluindo também metodologias participativas para responder às indagações teóricas da investigação, esclarecendo sobre o espaço urbano público, suas necessidades e configurações na contemporaneidade do lugar e da cidade, pavimentando então o caminho para a proposta de requalificação urbana da Praça do Santa Inês. O resultado deste percurso estudado é o projeto de requalificação urbana traduzido no “Complexo Esquina do Rio Amazonas”, projeto este que engloba a praça, um bloco gastronômico e um píer que permite maior conexão com o rio de banha a frente de Macapá.

**Palavras-chave:** Espaço Urbano Público. Planejamento Urbano Participativo. Práxis Cultural. Requalificação Urbana. Amazônia.

## ABSTRACT

As a result of concerns about the public space, this research focuses on the understanding of what is the public urban space, especially which concerns Praça do Santa Inês, located in the city of Macapá, Amapá. The investigation enters into dialogues about the negligence of updating public policies that support the construction and insertion of this public space in the city. In addition, it investigates how cultural praxis and participatory planning acts as tools for confronting socio-spatial segregation and socio-urban problems. In view of this, the objective of this monograph is to understand how participatory urban planning and its methodologies can contribute to the development of an urban redevelopment project for Praça do Santa Inês and its surroundings, on the banks of the Amazon River, in the city of Macapá, transposing this into an urban-architectural project. About the methodological procedures to achieve this goal, the research is, *a priori*, a bibliographic survey and participatory research for the apprehension of the object of study, also including participatory methodologies to answer the theoretical questions of the investigation, clarifying the public urban space, its needs and configurations in the contemporaneity of the place and the city, thus paving the way for the proposed urban redevelopment of Praça do Santa Inês. The result of the path studied is the urban redevelopment project translated into the “Amazon River Corner Complex”, a project that encompasses the square, a gastronomic block and a pier that allows for greater connection with the bathing river in front of Macapá city.

**Keywords:** Public Urban Space. Participatory Urban Planning. Cultural praxis. Urban requalification. Amazon.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Diagrama com diretrizes do World Resources Institute.....	32
Figura 2 – Diagramas com conceitos de Lewis Mumford para as cidades. ....	33
Figura 3 – Atividade de mapeamento coletivo na comunidade do Caximba, em Curitiba – PR. .....	43
Figura 4 – Atividade de diagnóstico participativo na comunidade do Caximba, em Curitiba – PR. ....	44
Figura 5 – Atividade realizada pelo Coletivo Cidade Quintal. ....	45
Figura 6 – Coletivo MOB.....	45
Figura 7 – Maquete eletrônica do plano de massas Projeto Recife-Olinda (PE). ....	55
Figura 8 – High Line Park. ....	56
Figura 9 – Herdade São Lourenço do Barrocal. ....	57
Figura 10 – LightPathAKL. ....	59
Figura 11 – Pista de skate. ....	61
Figura 12 – Pista de skate sendo utilizada. ....	61
Figura 13 – Elevação do projeto em Moscou. ....	62
Figura 14 – Projeto Level Up. ....	63
Figura 15 – Pavilhão Level Up. ....	64
Figura 16 – Modelo eletrônico do Level Up. ....	64
Figura 17 – Pontes debaixo da rodovia no Infra-Space 1.....	65
Figura 18 – Áreas caminháveis do projeto. ....	66
Figura 19 – Planta baixa da intervenção Infra-Space 1.....	66
Figura 20 – Área de convivência do Infra-Space 1.....	67
Figura 21 – Estrutura de arquibancada do projeto TransBorda. ....	68
Figura 22 – Estrutura entre pilotis do projeto TransBorda. ....	68
Figura 23 – Instalação de brinquedos do projeto TransBorda. ....	69
Figura 24 – Rede multiuso do projeto TransBorda. ....	69
Figura 25 – Centro Comunitário Camburi.....	70
Figura 26 – Centro Comunitário Camburi.....	71
Figura 27 – Centro Comunitário Camburi.....	71
Figura 28 – Praça das Flores, bairro Planalto. ....	73
Figura 29 – Praça das Flores, bairro Planalto. ....	74
Figura 30 – Parklet em Belém.....	75
Figura 31 – Parklet em Belém.....	75
Figura 32 – Localização de Macapá, Amapá, na região Amazônica. ....	81
Figura 33 – Mapa de expansão urbana de Macapá de 1943 a 2014.....	84
Figura 34 – Mapa de identificação de praças na cidade de Macapá. ....	88
Figura 35 – Implantação de parques infantis esportivos (playground).....	89
Figura 36 – Projeto do Deck da Rua Hildemar Maia em Macapá – AP. ....	89
Figura 37 – Obra pronta do Deck da Rua Hildemar Maia em Macapá – AP.....	90
Figura 38 – Parque do Forte em Macapá – AP.....	91
Figura 39 – Praça Floriano Peixoto em Macapá – AP.....	92
Figura 40 – Mercado Central de Macapá. ....	93
Figura 41 – Centro de Artes e Esportes Unificados na Zona Norte, Macapá – AP.....	94
Figura 42 – Orla do Rio Amazonas na cidade de Macapá – AP.....	95
Figura 43 – Calçada externa do Estádio Glicério Marques em Macapá - AP. ....	96

Figura 44 – Evento esportivo de corrida no entorno do Estádio Zerão em Macapá - AP.....	97
Figura 45 – Prática de exercício físico no entorno do Aeroporto Internacional de Macapá. .	98
Figura 46 – Campo de areia tomado por mato no bairro Cabralzinho, em Macapá - AP.....	99
Figura 47 – Quadra poliesportiva às adjacências da estação desativada de esgoto da CAESA no bairro Perpétuo Socorro, popularmente conhecida como Caesinha, em Macapá - AP.....	99
Figura 48 – Localização do bairro Santa Inês em Macapá – AP. ....	103
Figura 49 – Captura de tela do filme Antítese, mostrando a orla nos anos 1990.....	104
Figura 50 – Igarapé do Elesbão no ano de 1969. ....	105
Figura 51 – Cais do Santa Inês anteriormente (entre 198? e 199?)......	106
Figura 52 – Captura de tela do filme Antítese, mostra a orla de Macapá nos anos 1990. ..	107
Figura 53 – Restaurantes situados na orla de Macapá - AP. ....	108
Figura 54 – Zoneamento bioclimático Brasileiro.....	111
Figura 55 – Condicionantes bioclimáticos da área de estudo.....	111
Figura 56 – Incidência solar no sentido poente.....	112
Figura 57 – Vista da praça do Santa Inês e seus usos. ....	113
Figura 58 – Mapa de uso e ocupação do entorno da área de estudo.....	114
Figura 59 – Classificação viária na área de estudo.....	114
Figura 60 – Rotatória localizada na Av. Pedro Lazarino, no bairro Santa Inês. ....	115
Figura 61 – Ponto de ônibus em frente ao Conjunto Habitacional Mucajá, em Macapá - AP. ....	115
Figura 62 – Arborização do entorno da Praça.....	116
Figura 63 – Arborização dentro da Praça.....	117
Figura 64 – Atual setorização espacial da praça do Santa Inês. ....	118
Figura 65 – Pista de skate da praça do Santa Inês.....	118
Figura 66 – Quiosques da praça do Santa Inês. ....	119
Figura 67 – Playground da praça do Santa Inês. ....	119
Figura 68 – Iluminação do entorno.....	120
Figura 69 – Macrozoneamento do município de Macapá – AP. ....	121
Figura 70 – Áreas de Especial Interesse em Macapá – AP. ....	122
Figura 71 – Zoneamento de Macapá - AP. ....	123
Figura 72 – Academia ao ar livre à direita da pista de skate. ....	126
Figura 73 – O que tornaria o lugar mais agradável e utilizável? .....	130
Figura 74 – Quais são as características? .....	132
Figura 75 – Meios de transporte utilizados para ir à praça. ....	132
Figura 76 – Mapa ilustrativo de onde moram os entrevistados. ....	133
Figura 77 – Elementos mencionados para participação popular. ....	133
Figura 78 – Diagrama de problemáticas e diretrizes. ....	136
Figura 79 – Diagrama do programa arquitetônico e urbanístico.....	138
Figura 80 – Masterplan do Complexo. ....	140
Figura 81 – Disposição dos eixos do projeto.....	140
Figura 82 – Estudo preliminar do eixo gastronômico.....	141
Figura 83 – Estudo preliminar do eixo descompressão.....	142
Figura 84 – Estudo preliminar do eixo desporto: Pista de Skate. ....	143
Figura 85 – Estudo preliminar do eixo desporto: Playground. ....	144
Figura 86 – Estudo preliminar do eixo sarau: Píer Cultural. ....	145
Figura 87 – Organograma/Fluxograma do projeto. ....	146
Figura 88 – Navegação no Rio Amazonas.....	147

Figura 89 – Diagrama sobre o conceito projetual.....	148
Figura 90 – Vista aérea do Bloco Restô.....	149
Figura 91 – Fachada do Bloco Restô.....	150
Figura 92 – Calçada do Bloco Restô.....	150
Figura 93 – Interior do Bloco Restô.....	151
Figura 94 – Interior sem forro, madeiramento aparente. ....	151
Figura 95 – Vista da parede com quiosque e muxarabi. ....	152
Figura 96 – Praça de Alimentação. ....	153
Figura 97 – Palco muscial.....	154
Figura 98 – Bancadas.....	154
Figura 99 – Corredor dos banheiros. ....	155
Figura 100 – Perspectivas do Bloco Restô. ....	156
Figura 101 - Vista aérea do Píer Cultural.....	157
Figura 102 - Calçamento interno do píer e vegetação.....	158
Figura 103 - Ponta do Píer.....	159
Figura 104 - Muxarabi.....	159
Figura 105 - Áreas de Estar.....	160
Figura 106 - Uso do espaço do Píer. ....	160
Figura 107 - Bicletário. ....	161
Figura 108 - Perspectivas do Píer Cultural.....	162
Figura 109 - Vista aérea da Praça do Santa Inês.....	163
Figura 110 - Áreas de Contemplação. ....	163
Figura 111 - Área de Estar com cobertura. ....	164
Figura 112 - Área de Estar sem cobertura. ....	164
Figura 113 - Academia ao ar livre. ....	165
Figura 114 - Vista do espaço de academia.....	165
Figura 115 - Playground. ....	166
Figura 116 - Playground em caixa de areia.....	166
Figura 117 - Playground em piso cimentício.....	167
Figura 118 - Pista de Skate.....	167
Figura 119 - Pista e área adjacente. ....	168
Figura 120 - Lateral da Pista de Skate.....	168
Figura 121 - Perspectivas da Praça do Santa Inês.....	169

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distinção conceitual entre espaços livres urbanos e espaços livres de urbanização.....	29
Quadro 2 - Diferentes tipos de acesso.....	30
Quadro 3 - Descrição de usos e atividades do Setor de Lazer 2.....	123
Quadro 4 - Parâmetros para ocupação do solo.....	124
Quadro 5 - Anexo III - Parâmetros para destinação de áreas de uso público.....	125
Quadro 6 - Quantificação de gênero participante na entrevista.....	127

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária dos participantes da pesquisa.....	126
Gráfico 2 - Costuma vir a este lugar?.....	127
Gráfico 3 - Frequência de visitas à Praça do Santa Inês.....	128
Gráfico 4 - Atividades praticadas na Praça do Santa Inês. ....	128
Gráfico 5 - Você se sente à vontade e seguro neste local?.....	129
Gráfico 6 - O que é espaço público?.....	130
Gráfico 7 - O lugar reflete aspectos culturais? .....	131

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

DRUP	Diagnóstico Rápido urbano Participativo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SEMPPE	Secretaria Municipal de Parcerias e Projetos Estratégicos
SEMINF	Secretarias Municipais Infraestrutura
SEMMAS	Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SEMIEL	Secretarias Municipais de Juventude, Esporte e Lazer
SEMULSP	Secretarias Municipais de Limpeza Urbana
IMPLURB	Institutos Municipais de Planejamento Urbano
MANAUSTRANS	Institutos municipais de Engenharia e Fiscalização de Trânsito
PDDUA	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá
PDUC	Plano de Desenvolvimento Urbano Comunitário para o Bairro Caximba
CEA	Companhia de Energia do Amapá

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO .....	15
1.2 DÚVIDA-CHAVE .....	17
1.3 JUSTIFICATIVA .....	17
1.4 OBJETIVOS .....	18
1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	19
<b>2 DOS DISCURSOS E PRÁTICAS: OLHARES SOBRE A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PÚBLICO, POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERVENÇÕES URBANAS</b> .....	<b>23</b>
2.1 DO ESPAÇO URBANO AOS ESPAÇOS PÚBLICOS DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS .....	24
2.2 AS FACETAS DO PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL .....	34
<b>1.2.1 A Política urbana, O Estatuto da Cidade e o Plano Diretor</b> .....	<b>34</b>
<b>1.2.2 O planejamento urbano participativo nas cidades brasileiras</b> .....	<b>40</b>
2.3 INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS EM ESPAÇOS PÚBLICOS SOB A ÓTICA DA CULTURA .....	47
<b>2.3.1 A cultura na reterritorialização dos espaços públicos</b> .....	<b>47</b>
<b>2.3.2 As intervenções urbanísticas em espaços públicos</b> .....	<b>53</b>
<b>3 ESPAÇOS DE VIDA URBANA: PERSPECTIVAS CORRELATAS</b> .....	<b>60</b>
3.1 INTERVENÇÕES INTERNACIONAIS .....	60
<b>3.1.1 Pista de Skate Sob o Viaduto Krymsky, Moscou</b> .....	<b>60</b>
<b>3.1.2 Pavilhão Level Up, Croácia</b> .....	<b>63</b>
<b>3.1.3 Infra-Space 1, Estados Unidos</b> .....	<b>65</b>
3.2 INTERVENÇÕES NACIONAIS .....	67
<b>3.2.1 Intervenção TransBorda, Rio de Janeiro – RJ</b> .....	<b>68</b>
<b>3.2.2 Centro Comunitário Camburi, São Paulo</b> .....	<b>70</b>
3.3 INTERVENÇÕES REGIONAIS .....	72
<b>3.3.1 Praça das Flores, Manaus</b> .....	<b>72</b>
<b>3.3.2 Parklet - Ocupando o Espaço Público, Belém – PA</b> .....	<b>74</b>
3.4 ANÁLISE DOS ESTUDOS .....	76
<b>4 O CRESCIMENTO DO MUNICÍPIO: URBANIZAÇÃO E EXPANSÃO URBANA DE MACAPÁ</b> .....	<b>78</b>
4.1 A EXPANSÃO URBANA DE MACAPÁ NO CONTEXTO REGIONAL E LOCAL .....	78
<b>4.1.1 A urbanização das cidades amazônicas</b> .....	<b>79</b>
<b>4.1.2 Macapá em pauta: a expansão urbana tucuju</b> .....	<b>81</b>

4.2 A PRÁTICA URBANA E A FORMAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS LIVRES NA CAPITAL AMAPAENSE .....	87
<b>5 LEITURA DO ESPAÇO: HISTÓRIA, CARTOGRAFIAS E DIÁLOGOS SOBRE A PRAÇA DO SANTA INÊS.....</b>	<b>102</b>
5.1 PERCURSOS HISTÓRICOS DO BAIRRO SANTA INÊS .....	102
5.2 ANÁLISE URBANÍSTICA DA ÁREA.....	109
<b>5.2.1 Aspectos bioclimáticos .....</b>	<b>110</b>
<b>5.2.2 Uso e ocupação do solo.....</b>	<b>113</b>
<b>5.2.3 Acessos e classificação viária.....</b>	<b>114</b>
<b>5.2.4 Arborização .....</b>	<b>116</b>
<b>5.2.5 Setorização da Praça do Santa Inês.....</b>	<b>117</b>
<b>5.2.6 Iluminação do entorno.....</b>	<b>120</b>
<b>5.2.5 Condicionantes legais .....</b>	<b>120</b>
5.3 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS.....	125
<b>6 TEORIA QUE VIRA MATÉRIA: PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA DA PRAÇA DO SANTA INÊS .....</b>	<b>135</b>
6.1 DAS PROBLEMÁTICAS QUE PROMOVEM IDEIAS: AS NECESSIDADES NO PROJETO.....	136
<b>6.1.1 Respondendo às problemáticas: diretrizes projetuais .....</b>	<b>136</b>
<b>6.1.2 Escalas de Intervenção do Projeto .....</b>	<b>137</b>
<b>6.1.3 Programa de necessidades arquitetônicas e urbanísticas .....</b>	<b>138</b>
<b>6.1.4 Para além de uma requalificação: Masterplan do Complexo Esquina do Rio Amazonas.....</b>	<b>139</b>
<b>6.1.5 Disposição de eixos na área de intervenção .....</b>	<b>140</b>
<b>6.1.6 Organograma/Fluxograma .....</b>	<b>145</b>
6.2 O PARTIDO ARQUITETÔNICO TRANSFORMADO EM VIVÊNCIA .....	146
6.3 COMPLEXO “ESQUINA DO RIO AMAZONAS” .....	148
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>170</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>172</b>
<b>APÊNDICE I.....</b>	<b>183</b>
<b>APÊNDICE II.....</b>	<b>14</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O percurso histórico da cidade de Macapá configura um processo de expansão urbana que ocorre com velocidade acelerada. Esta expansão se soma ao cenário em que as capitais brasileiras passam por inúmeras intervenções urbanísticas orientadas sob a ótica capitalista em entregar projetos alavancados principalmente para promoção política. Desta maneira, são realizadas obras de má qualidade que não atendem a real necessidade da população, que possuem um período de execução muito longo e, tampouco, contam com a participação dos indivíduos que usufruem dos espaços edificados, bem como dos espaços públicos.

Além disso, os projetos voltados para os espaços públicos possuem enfoque insuficiente na qualidade e no atendimento à demanda da população que desfruta destes ambientes. Uma vez que os espaços públicos são arquitetados com negligência de políticas públicas, na tentativa de suprir demandas advindas deste rápido crescimento da cidade, deixa-se de lado a atenção da construção de um espaço público com acessos facilitados, diversidade de uso, considerando a escala humana com boa mobilidade para pedestres, enxergando as demandas heterogêneas existentes, sobretudo, as que exigem a participação social para a criação de ambientes que traduzam e materializem a cultura macapaense, entre outros.

Neste contexto, o trabalho possui a intenção de compreender o espaço público da Praça do Santa Inês, localizada em Macapá – AP, seus usos, as particularidades que a tornam singular para o estudo dos espaços públicos da cidade, bem como os aspectos que levaram ao abandono parcial daquele espaço, identificando os entraves que permeiam a construção e execução de melhorias urbanas destinadas ao objeto de estudo e quais as práticas seriam adequadas para contribuir na resolução dos problemas urbanos averiguados – entre elas, a de requalificação urbana. A investigação também reúne alguns exemplos onde metodologias participativas foram eficazes em identificar os agentes modeladores do espaço, que participaram democraticamente no planejamento dos espaços, visando nortear a fase projetual desta pesquisa, além de outros exemplares que fazem referência aos conceitos aqui abordados.

A pesquisa toma como base os temas de participação popular e planejamento urbano participativo enquanto ferramentas democráticas para a elaboração de projetos urbanísticos mais adequados em atender a comunidade, visto que, a

configuração física dos espaços públicos atua como um abrigo para dinâmicas que são indissociáveis das práticas sociais, estabelecendo relações diretas entre a condição de cidadania e o espaço público, isto é, um uso e a vivência afetiva (GOMES, 2002).

## 1.1 PROBLEMATIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Pouco se discute, entre gestores municipais, população e na própria academia sobre os espaços públicos de Macapá, se têm trazido qualidade de vida à população local ou se atendem às demandas das pessoas que hoje os utilizam, diante das variadas formas de uso e apropriações desses lugares. Ainda, é incipiente o entendimento do que é o espaço por parte dos usuários, pois, estes consideram como espaço público apenas os espaços livres ou abertos, desconsiderando outros tipos de espaços que a comunidade tem direito ao acesso e que servem para o usufruto e bem-estar da comunidade, tanto quanto uma praça, um parque ou jardins.

A falta de manifestação da população local em participar, seja da construção, que aponta para um meio mais democrático da produção do espaço, quanto da própria vivência de alguns lugares, demonstra que os espaços públicos de Macapá não estão sendo priorizados enquanto espaços de convívio coletivo e de lazer entre as pessoas de modo efetivo. Do contrário, estes assinalam uma característica de passagem e não de permanência, colocando em evidência os motivos que geram esse afastamento, diante das características e acontecimentos atuais da área em estudo no contexto da cidade.

Além disto, a cidade se encontra diante de um quadro em que o principal instrumento de ordenamento urbano se encontra defasado e desalinhado do que orienta o Estatuto da Cidade, no que diz respeito a atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, pois, o Plano Diretor do Município de Macapá é datado do ano de 2004, estando 17 anos sem revisão e atualização. Isto põe o crescimento da cidade à mercê de ferramentas reguladoras que já não exprimem o que ocorre na urbe e nas dinâmicas sociais que permeiam o município.

Com isto, a regulação urbanística obsoleta dá margem ao crescimento urbano com perfil desordenado e informal, gerando também o que Corrêa (2005, p.38) chama de inércia ou cristalização, isto é, “organização espacial intra-urbana através da

permanência de certos usos em certos locais, apesar de terem cessado as causas que no passado justificaram a localização deles”.

A monofuncionalidade de usos nos bairros centrais das cidades também é um dos fatores que condenam a maior parte dos espaços públicos de Macapá entre eles, a Praça do Santa Inês, localizada na faixa de orla da cidade de Macapá, no bairro de mesmo nome e que configura a divisa com a zona central do município. Este aspecto proporciona apenas a passagem ou o esvaziamento destes ambientes públicos pelos usuários, trazendo um desequilíbrio polarizado de usos em determinados horários. Consequentemente, este cenário gera insegurança, sendo tomado pela violência, abandono, precarização, desvalorização do espaço para os pedestres, dentre outros.

O conceito de inércia será tratado aqui como um catalisador para os problemas sociourbanos, que serão estudados mais adiante, pois, na área, observa-se que as práticas esportivas, bem como as atividades de comércio e de lazer seguem estagnadas, não havendo melhorias deste espaço público para retomar de modo efetivo estas atividades, sem ações que atendam a totalidade usos, práticas existentes e aos perfis dos usuários que surgiram ali na atualidade.

Em contrapartida, são gerados espaços que ignoram as características ou práticas locais, fazendo com que estes sejam menos utilizados pela população. Ainda, dentre os fatores que causam o afastamento ou abandono destes espaços públicos por parte da população, se reitera a depredação da infraestrutura urbana pela falta de segurança pública e a falta de conexão deste ambiente com outras áreas do bairro e da cidade. Não havendo condições atrativas para o local, as atividades de lazer, convívio social, práticas de esportes, entre outros, tendem a ser mais raras naquele espaço. Outro ponto a ser ressaltado se trata do esquecimento das potencialidades do lugar, que poderiam ser melhor exploradas para exprimir as características da cidade e de quem a habita, além de prover lugares apropriados para os usos que nascem espontaneamente devido a necessidade de adaptação dos usuários no espaço.

Dito isto, a pesquisa apresenta a seguinte questão norteadora: De que forma o processo metodológico participativo destinado à requalificação urbana de espaços públicos, que considere aspectos da cultura local, pode estimular a apropriação desses espaços, especificamente à Praça do Santa Inês em Macapá, por usuários e não usuários?

## 1.2 DÚVIDA-CHAVE

A partir do problema apresentado, a inquietação a ser respondida é de que forma o processo metodológico participativo destinado à requalificação urbana, considerando a cultura local, pode estimular a apropriação desses espaços, especificamente a Praça do Santa Inês em Macapá? A investigação almeja saber como processo metodológico participativo destinado a requalificação urbana de espaços públicos, considerando este viés da cultura local é uma ferramenta que colabora para a minimização dos problemas formais e sociourbanos elencados na área de estudo, a Praça do Santa Inês em Macapá, Amapá, visando o exercício do direito à cidade, bem como a atenuação das crises sociais observadas.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

Percebe-se, assim, que os espaços públicos das cidades devem ser estruturados de modo a garantir a qualidade de vida e melhora dos índices de desenvolvimento humano, de segurança e saúde no ambiente urbano. Neste sentido, é fundamental entender como ocorrem as práxis sociais e a vida pública nestes locais, a fim de que os projetos que estão sendo executados na cidade não sejam apenas para o cumprimento de metas quantificáveis, mas que estes transformem efetivamente a realidade urbana cotidiana, com projetos e soluções tanto eficazes quanto duráveis.

Os processos de planejamento participativo devem ser vistos como elementos prioritários para o desenvolvimento da cidade, visando o bem-estar social de seus habitantes, no contexto de um meio ambiente equilibrado. Além disso, o caráter cultural e a identidade local são importantes para a dinâmica desses espaços por meio dos usos e práticas diversas. Para tanto, pensar no planejamento urbano participativo é essencial para a requalificação de espaços públicos, a fim de devolver à população ambientes mais saudáveis, com segurança pública, culturalmente vastos e socialmente democráticos, aumentando a capacidade do cidadão em exercer o seu direito à cidade.

Os espaços públicos, como a Praça do Santa Inês neste estudo, conformam os vínculos comunitários nos bairros, pois, são nestes espaços que se manifestam as trocas e as relações humanas, a diversidade de usos e a vocação de cada lugar, bem

como os conflitos e as contradições da sociedade. Deste modo, considera-se que a Praça do Santa Inês é uma localidade de encontros, podendo ser utilizada também como espaço de mobilização política por parte dos moradores para atenuar os conflitos sociais e as deficiências verificadas naquele espaço.

É importante entender que, quanto mais diversificados e dinâmicos forem os espaços de uma cidade, menos desigual e mais democrática torna-se a sociedade. Para tanto, é indispensável que se compreenda a relevância destes fatores, de modo a aprofundar os estudos e as análises sobre os espaços públicos de Macapá, em especial, a Praça do Santa Inês.

Um bom espaço público é aquele que cria condições necessárias para a permanência de seus usuários (ROGERS, 2017). Logo, torna-se imprescindível analisar os diferentes entendimentos sobre o que é um espaço público por parte da população. É a vitalidade dos espaços que convida as pessoas a ocupá-los ou não, e o que assegura esta vitalidade é a perspectiva de usufruir de diversas formas os espaços públicos.

Assim, a Praça do Santa Inês se torna um lugar de especial importância no cenário de uma proposta para a requalificação urbana como elemento dinamizador daquele espaço, no intuito de gerar uma externalidade positiva, por meio de uma sinergia que atraia pessoas, recursos e práticas culturais. A proposta de requalificação urbana supõe enfrentar uma vasta gama de conflitos, cuja solução constitui um dos principais desafios para o planejamento urbano participativo, visando o desenvolvimento da cidade.

#### 1.4 OBJETIVOS

- Geral
  - i. Compreender como o planejamento urbano participativo e suas metodologias podem colaborar para o desenvolvimento de um projeto de requalificação urbana para a Praça do Santa Inês e seu entorno, às margens do rio Amazonas, na cidade de Macapá.
  
- Específicos

- i. Compreender a relação entre espaço público, planejamento urbano participativo, políticas de regulação e práticas urbanísticas, ancoradas na cultura local, que intervêm nestes espaços;
- ii. Analisar casos correlatos em que a participação popular contribuiu para o desenvolvimento de intervenções urbanas em espaços públicos;
- iii. Desenvolver uma análise urbanística da área em estudo, que aponte as particularidades, características físicas e simbólicas, problemáticas que nela incidem, bem como as potencialidades do local;
- iv. Elaborar uma proposta de requalificação urbana à luz do planejamento urbano participativo, que leve em consideração a valorização cultural para possíveis atividades e usos que atendam as demandas locais e contribua para o desenvolvimento local.

## 1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Entende-se por metodologia a aplicação de procedimentos e técnicas observados para se construir o conhecimento com a finalidade de validar e comprovar sua utilidade, e o método é o procedimento ou caminho para alcançar um determinado fim (PRODANOV; FREITAS, 2013). Neste sentido, a pesquisa se atém em dois processos de investigação, amparados por técnicas diversas, a fim de estudar as temáticas levantadas anteriormente.

Primeiramente, o estudo parte do método dialético que, conforme Gadotti (1990, p.15) expressa um modo específico de argumentar, que consiste na descoberta das contradições contidas no raciocínio analisado, ou seja, a pesquisa se utiliza de uma dúvida sistemática sobre o escopo teórico-conceitual, procedendo por análises e sínteses. Logo, passa pelo momento de investigação, com o esforço prévio de uma apropriação analítica, reflexiva, do objeto de pesquisa, a Praça Santa Inês, antes de sua exposição metódica. Para validar esta dialética, usa-se o levantamento bibliográfico, construindo desta maneira, os capítulos teóricos desenvolvidos “a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p. 50). Com base em livros, teses e dissertações se configura, então, uma conversa entre autores que discutem sobre o espaço urbano público, políticas públicas, planejamento participativo e aspectos culturais com a finalidade de esclarecer os apontamentos da pesquisa.

*A posteriori*, o trabalho segue com o item de levantamento, configurando a metodologia pesquisa-participante para apreensão do objeto de estudo. Segundo Gil (2008, p. 103) a observação participante, ou observação ativa, “consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada”. Este reconhecimento de campo se dará a partir da participação social alavancada como uma estratégia para solucionar problemas e conquistar melhores condições de vida para todos, de modo que possibilite a elaboração do projeto urbanístico direcionado à Praça do Santa Inês.

Entre as técnicas selecionadas para o desenvolvimento desta metodologia estão o Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP) executado juntamente com entrevistas e o mapeamento, que neste momento também é um artifício do DRUP.

O DRUP consiste num grupo de técnicas para coleta de informação que podem ser usadas por projetos de desenvolvimento para descobrir as principais características, os problemas prioritários que afetam a população e as possíveis soluções dentro da comunidade (MEDVEDOVSKI et al., 2015).

A metodologia DRUP foi elencada no caráter participativo, pois evita que se recolham dados em excesso que fujam do objetivo da pesquisa. Colabora para a rápida resolução de questões e o mais importante, contribui para que se tenha uma participação local mais forte, diferente das pesquisas formais longas e caras.

Dentre as ferramentas que o DRUP dispõe para a sua realização, a pesquisa se faz das entrevistas semiestruturadas, onde as discussões serão informais, baseadas numa lista flexível de tópicos com perguntas-chaves. A produção de diagramas para compilar o resultado das conversas com os usuários do espaço são elaboradas após, condensando as respostas objetivamente, tendo em vista melhorar a comunicação dos resultados da pesquisa. Também, os Perfis Transversais, isto é, caminhadas onde se percorre a área de estudo acompanhado da população, reconhecendo diferenças nos usos do solo, acidentes geográficos e vegetação, práticas culturais, infraestrutura urbana, mobiliário, etc, sendo que esta ferramenta gera um diagrama transversal, ou seja, a representação esquemática da caminhada realizada pelo pesquisador, neste caso, o produto destes Perfis são imagens fotográficas que esclarecem as dinâmicas do objeto de estudo.

Estas ferramentas se aliam à observação direta, a partir de uma pesquisa de campo (*in loco*), a fim de que se entre em contato direto com as condições de vida local, os problemas, as pessoas, as relações para realização de projeto e por último,

o mapeamento participativo, que diz respeito ao estudo de mapas já elaborados ou criação de novos mapas a partir de desenhos e observação de campo. Servem para informar a localização das diferentes atividades, dos usos do solo, de pontos focais de conflitos ou de adesão da comunidade.

Entende-se o mapeamento participativo como uma abordagem interativa baseada nos conhecimentos das populações locais permitindo aos participantes desse processo criar seus mapas representando os elementos mais significativos para essa população. Andrade e Carneiro (2009) afirmam a importância desse instrumento para compreensão do uso do espaço pelas comunidades, que ficam encorajadas a modelar e desenhar quais detalhes devem ser incluídos, apagados ou modificados do seu território na elaboração dos documentos cartográficos.

A aplicação das metodologias foi realizada à vista do momento que o mundo passa e que eclodiu em Março de 2020: a pandemia de Covid-19. Uma vez que, para se evitar a contaminação pelo vírus é preciso manter distâncias seguras, não promover aglomerações e não compartilhar objetos entre pessoas, tanto as entrevistas semiestruturadas do DRUP quanto as anotações e cartas gráficas serão elaboradas pela pesquisadora. Dito isto, as entrevistas se dividiram em 5 dias para aplicação, onde serão obtidas respostas de 10 pessoas em cada dia distinto e então, somam 50 respostas que fundamentam as diretrizes projetuais.

Finalmente, por meio da apreensão de todos os resultados obtidos na pesquisa teórica e *in loco*, a próxima etapa consiste no desenvolvimento do projeto de requalificação urbana voltado à Praça do Santa Inês, em Macapá.

Estas metodologias utilizadas colaboram para responder às indagações teóricas da pesquisa, esclarecendo sobre o espaço urbano, suas necessidades e configurações na contemporaneidade do lugar e da cidade. Já a pesquisa de campo servirá como elemento esclarecedor dos pontos que serão levados em consideração ao longo da concepção projetual e suas verificações integram as informações que estruturam as ferramentas necessárias neste processo.

O produto final desta pesquisa será concebido a partir de um programa de necessidades aferido em campo, onde este *briefing* apresentará as características do objeto de estudo, seu entorno e outros levantamentos acerca da infraestrutura. Em seguida, sustentado nas informações prévias, o estudo preliminar trabalhará a primeira etapa conceitual do projeto, onde a elaboração de croquis, diagramas e outras representações gráficas mostrarão as propostas de solução para o anteprojeto.

Este último, então, define todos os aspectos técnicos da requalificação da Praça do Santa Inês, por meio de plantas baixas, cortes, elevações, plantas de localização e situação, entre outros, juntamente com a representação do projeto em perspectivas digitais, o que proporcionará a visualização do resultado final mais próxima à realidade pensada.

## **2 DOS DISCURSOS E PRÁTICAS: OLHARES SOBRE A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PÚBLICO, POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERVENÇÕES URBANAS**

O espaço urbano é o palco da discussão inicial deste capítulo (CORRÊA, 2005; MATOS, 2010; PANERAI, 1994). Dado este ponto de partida, o primeiro tópico aqui abordado explora as definições e caracterizações do espaço urbano, bem como os diversos segmentos que surgem na compreensão do que é o espaço público (BARCELLOS, 1999) a partir da reflexão sobre a atuação dos variados agentes sociais que interferem em sua formação, as dinâmicas sociais que deliberam a construção do espaço urbano e seus elementos estruturantes.

Neste diálogo entre as acepções pontuadas, se recorta, finalmente, o cenário que fomenta esta pesquisa: o espaço urbano público, reiterando sua importância para o cotidiano da cidade como elemento que traz qualidade de vida e cede espaço para manifestação de identidade através de sua apropriação por parte dos habitantes, a fim de se alcançar a produção de uma cidade mais democrática.

São expostos no segundo momento do capítulo os percursos da política urbana no Brasil a fim de resgatar as motivações e necessidades que fomentaram a sua inserção na Constituição Federal de 1988 e quais os instrumentos que surgiram a partir desta discussão (BRASIL, 1988). Este segundo tópico perpassa pelos documentos que legitimam as práticas urbanas e como eles vem sendo aplicados, reconhecendo as contradições postas pelos próprios instrumentos de planejamento urbano e da política urbana que influenciam diretamente na construção do espaço urbano público no que também tange a participação popular, desta maneira, ainda são apontados alguns exemplos de metodologias participativas que visam efetivar a produção do espaço com a população.

Finalmente, o que eferve o terceiro ponto deste capítulo são as práticas e intervenções utilizadas para transformar o espaço urbano, tratando sobre os termos teóricos e seus respectivos significados na prática, entre eles, discute-se a “renovação”, “revitalização”, “reabilitação” e a “requalificação urbana” (DEL RIO, 1991; MOREIRA, 2007; RUFINONI, 2009). O tópico assinala como cada intervenção se manifesta no espaço e a mão que orienta a sua utilização, além da finalidade e as intenções por trás de cada tipo de prática.

Com o arcabouço apreendido a partir das discussões levantadas neste capítulo, é possível analisar de forma coerente o objeto de estudo desta pesquisa e, assim, averiguar uma ferramenta adequada que viabilize o projeto a ser desenvolvido ao final deste trabalho, com a finalidade de requalificar o espaço urbano e para que aconteça a promoção de qualidade de vida para os habitantes, bem como o desenvolvimento da cidade.

## 2.1 DO ESPAÇO URBANO AOS ESPAÇOS PÚBLICOS DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS

Dada a amplitude da discussão sobre espaço urbano e o que é o espaço público, é fundamental pontuar que há uma diferença na conceituação destes termos a partir da observação e implicações de cada um deles.

Para Lefebvre (2001), o espaço é um produto social, isto é, cada sociedade produz seu próprio espaço a partir de suas relações sociais, de suas bases produtivas e culturais. Assim, o espaço serve como ferramenta de ideias e ações e funciona como um meio de controle e dominação. Desta forma, o espaço urbano é tido como um produto de escala maior, pois, além de representar uma configuração espacial, ou seja, a forma da cidade e tudo o que ela carrega, este conceito engloba diversas dinâmicas sociais que acarretam nos fenômenos urbanos, agentes diversos que se manifestam na cidade e inúmeros outros instrumentos e conceitos que validam o espaço urbano (CÔRREA, 2005; SANTOS, 1985; SUTIL, 2003).

Quanto à caracterização do espaço público, o debate se inicia no que diz respeito aos acessos que, segundo Costa (2019) podem ser físicos (a possibilidade de entrada um determinado espaço), sociais (que determina se o espaço é propício para determinadas classes) ou visuais (a capacidade de se observar o que acontece dentro de um espaço), logo, estão vinculados às ocorrências de manifestações sociais, culturais, identitárias, visto que este ambiente se torna um campo de luta que infere na existência também de um viés de apropriação por parte de uma comunidade, que considera este espaço público como palco de expressão social.

Corrêa (2005, p. 9) define o espaço urbano como “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e um campo de lutas”, isto é, representa de modo material as relações e as dinâmicas locais de uma sociedade.

O autor supracitado também aponta que os processos espaciais da cidade são originados de uma determinada estrutura socioeconômica e são responsáveis pela criação das formas espaciais que possuem determinadas funções sociais e econômicas. Assim, condicionantes da forma urbana estão relacionados aos acontecimentos e vivências encontrados dentro deste espaço, além destes agentes que manifestam suas necessidades e intenções dentro do campo que é o espaço urbano público (CÔRREA, 2005).

Para Santos (1985), o espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. Conseqüentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção do espaço.

Estes processos que configuram a cidade são viabilizados pela ação dos diversos agentes sociais, entre eles estão os empresários industriais e comerciais, empresários imobiliários e construtoras, proprietários de terra, o Estado e os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 2005).

Dentro desta dinâmica com diversos agentes e ocorrências, Corrêa (2005) dá destaque para a acumulação de capital e a reprodução social, que colaboram para a formação territorial. “Estes processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana.” (CORRÊA, 2005, p.36). Estes segmentos apontados são articulados por diversos fluxos de diferentes naturezas, podendo ser por pessoas, informações, ideologias, etc.

Essa articulação no interior do espaço urbano se dá entre os diferentes usos do solo que definem áreas como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão (CORRÊA, 2005).

O espaço urbano também acontece dentro de um recorte temporal, visto que a cidade está em constante mudança e expansão, onde surgem novas dinâmicas e novas necessidades. Desta maneira, Sutil (2003) aponta que o espaço urbano produz linguagens e significados e renova-os constantemente, entretanto, a passagem do tempo é capaz de calcificar diversos elementos culturais, produzidos em diferentes

épocas, num mesmo espaço urbano. Assim, mesmo que a cidade dê continuidade à sua expansão, os espaços públicos permanecem sendo nós importantes dentro da cidade.

Seguindo o entendimento acima apresentado, Panerai (2006, p. 163) reafirma que: “O mapa da cidade revela-se, em primeiro lugar, no traçado de seus espaços públicos. Estes se organizam em redes contínuas e hierarquizadas, duas qualidades que parecem ser fundamentais”.

Estas concepções já registradas aqui mostram que o espaço público continua tendo o papel de “estrutura fundamental sobre a qual se apoia a grande duração que assegura a permanência da cidade” (PANERAI, 1994, p. 70). A ideia de valorização do espaço urbano através do espaço público tem sido ratificada pelo governo de diversas cidades ao redor do mundo, como em Barcelona, Frankfurt, Londres, Nova Iorque, que sustentam suas propostas de reforma urbana na priorização do espaço público como base do movimento de melhoramento urbano. Isso significa dizer que se acredita na possibilidade de, a partir da provisão de um melhor espaço público, expandir um rol de transformações que qualificam as cidades contemporâneas.

Com enfoque no protagonismo do espaço público na cidade através de sua configuração física, Panerai (2006) destaca o intuito de promover a distribuição e a circulação de pessoas e serviços. O espaço público para o autor diz respeito “a totalidade das vias: rua e vielas, bulevares e avenidas, largo e praças, passeios e esplanadas, cais e pontes, mas também rios e canais, margens e praias” (PANERAI, 2006, p. 79-80).

Sendo assim, o espaço público é um dos principais pilares que organiza a vida nas cidades e colabora para a configuração espacial de um bairro ou região, sendo utilizado como ponto de encontro e até referência espacial de uma localização. Trata-se de um espaço de convívio de uma população e sua integração que dá unidade à cidade. Tendo em vista o panorama do espaço urbano como um sistema único e articulado, Panerai (2014) traz a perspectiva quanto as configurações formais da cidade onde,

A unidade da cidade fica evidente na hierarquia dos espaços públicos e em particular das vias. Algumas delas organizam o território por grandes distâncias, não somente porque permitem percorrê-lo, mas porque estruturam suas partes. O tecido dos diferentes bairros orienta-se a partir delas, os equipamentos e as atividades estão vinculados a elas. Em uma

visão seletiva que não se atém ao detalhe das partes, a rede de vias representa o mapa da cidade (PANERAI, 2014, p. 164).

Outro ponto importante é que o espaço público também possui íntima ligação com o ambiente biofísico, pois, muitas vezes, a presença de áreas verdes dentro do espaço urbano ocorre através da inclusão de arborização. A arborização urbana é de fundamental importância para o equilíbrio do ecossistema local e à qualidade de vida da população, reduzindo os aspectos negativos causados pela urbanização (SARDINHA, JUNIOR E SILVA, 2016).

Ainda, as áreas verdes geradas pelos espaços públicos implicam na produção de um paisagismo, que é um componente importante na paisagem urbana, pois fornece sombra, diminui a poluição do ar e sonora, absorve parte dos raios solares, protege-nos contra o impacto direto dos ventos, reduz o impacto das gotas da chuva sobre o solo e a erosão, além de embelezar a cidade (KOCHI E CLEMENTE, 2012). Por fim, vale ressaltar que o espaço público ambienta as questões como a apropriação de diversos ambientes da cidade por parte dos seus habitantes devido aos aspectos simbólicos e de pertencimento com o lugar.

Os espaços públicos atuam como elementos que estruturam e condicionam a malha urbana e têm função essencial de integração e continuidade territorial, permitindo a circulação de pessoas e a apropriação deste espaço (LEITE, 2002). Desse modo,

Um espaço urbano somente se constitui em um espaço público quando nele se conjugam certas configurações espaciais e um conjunto de ações. Quando as ações atribuem sentidos de lugar e pertencimento a certos espaços urbanos, e, de outro modo, essas espacialidades incidem igualmente na construção de sentidos para as ações, os espaços urbanos podem se constituir como espaços públicos: locais onde as diferenças se publicizam e se confrontam politicamente (LEITE, 2002, p. 116).

Entende-se, então, que o indivíduo possui o papel de produtor do espaço urbano e, assim, deve ter o direito de acesso a este lugar no qual revela identidades, vontades e manifesta seu direito de ir e vir. Desse modo, “o espaço público é por natureza mais aberto e a primeira função que o distingue do espaço privado é a facilidade de acesso. O espaço público é de todos e de ninguém em particular, em princípio, todos o podem usar com os mesmos direitos” (MATOS, 2010, p. 20).

A partir do diálogo estabelecido entre os autores sobre a conceituação, bem como caracterização de espaço urbano, entramos no conceito de que todos têm acesso ao espaço público e isto se encaminha para a ideia do que é este espaço e como ocorre a concepção espacial, que permite este ir e vir por parte dos habitantes da cidade, além do exercício do direito dos usuários da cidade ao usufruto de um lugar. Na concepção de Barcellos (1999, p.34),

Acostuma-se definir espaço livre pelo seu oposto, o espaço fechado, o qual é determinado pela existência dos planos das paredes e tetos das edificações. O espaço livre é entendido, assim, como todo espaço não ocupado pelo volume das edificações destinadas ao abrigo das atividades humanas (BARCELLOS, 1999, p. 34).

Logo, o autor enuncia que o espaço livre pode ser entendido como uma parte da paisagem utilizada para delimitar áreas de estudos e intervenções. Ainda, o autor supracitado subdivide o espaço livre em duas categorias: a primeira, como o espaço urbano livre e, a segunda, como o sistema de espaços livres de urbanização e, dentro desta conceituação do que são os espaços urbanos livres, o autor ainda pontua a existência de um recorte do que é o espaço livre para o uso público e o de uso privado.

Deste modo, percebe-se que, na conjuntura urbana, os espaços livres são predominantes, pois, é por meio deles que as pessoas comumente circulam e desempenham suas atividades de lazer ou trabalho. Cabe ressaltar que, esses espaços podem estar inseridos no perímetro urbano de uma cidade, sendo denominados espaços livres de edificação ou podem se localizar em um território ainda não urbanizado recebendo, então, a denominação “espaços livres de urbanização” (MACEDO, 1995).

Kliass e Magnoli (2006, p. 247) afirmam que “o conceito urbanístico de espaço livre está intimamente ligado à vida das cidades; estas são sentidas por suas ruas, praças e parques, que caracterizam a paisagem urbana<sup>1</sup>”. Assim, um espaço livre pode desempenhar múltiplas funções que são alteradas segundo as necessidades dos usuários e a própria dinâmica social. Os usos específicos que indicam como o espaço é apropriado são decorrentes das atividades ali desenvolvidas (SILVA, 2009).

---

<sup>1</sup> Para Cullen (1983, p. 14), “a paisagem urbana é a arte de tornar coerente e organizado, visualmente, o emaranhado de edifícios, ruas e espaços que constituem o ambiente urbano”. O autor exemplifica o conceito ao apontar uma rua ou avenida em linha reta, cuja perspectiva visual seja assimilada rapidamente, torna-se monótona ou então grandiosa.

Para Panerai (2006), a distinção entre espaços públicos e privados pertence ao campo do direito, o qual toma, segundo as culturas e as épocas, formas jurídicas diferentes. A seguir, o quadro 1 traz a síntese apresentada por Barcellos (1999, p.36), onde é possível observar as categorias de análise abordadas para distinguir algumas tipologias de configuração físico-espacial dos espaços livres (urbanos e rurais).

Quadro 1 - Distinção conceitual entre espaços livres urbanos e espaços livres de urbanização.

<b>Espaços livres Urbanos</b>		<b>Espaços livres de Urbanização</b>	
<b>Privados:</b> Jardins residenciais ou comerciais, pátios, quintais, etc.	<b>Públicos:</b> Parques, praças, ruas, largos, becos, etc.	<b>Privados:</b> As diferentes modalidades de propriedade rural particular.	<b>Públicos:</b> Terras do poder público em geral, faixas de domínio de estradas, terras devolutas, áreas de marina, parques nacionais, etc.

Fonte: Barcellos (1999, p.37).

Dentro das perspectivas aqui abordadas, é possível entender que os espaços podem ser configurados dentro do âmbito privado e do público. Os espaços livres de urbanização, mesmo que públicos, implicam em usos não comuns aos cidadãos, pois são espaços destinados a atividades mais restritas, enquanto os espaços urbanos livres no viés público visam atender à população como um espaço aberto, livre, para o lazer, para que a comunidade usufrua e transite na cidade. À vista disto, o presente trabalho adotará apenas o conceito de espaços urbano público, a fim de não confrontar estes atravessamentos das nomenclaturas e tornar a discussão acessível, além de a área de estudo ser contemplada com uma melhor análise.

Revisando o conceito aqui trabalhado sobre o viés público, Habermas (2003) descreve a esfera pública ou espaço público como o espaço de discussão, fundamentado na capacidade de confrontar argumentos racionais com a opinião baseada na razão. A soberania da população ou uma comunidade, em sociedades complexas, passou a ser compreendida como um processo prático de argumentação, fruto da interceptação e sobreposição de discursos. Assim, este espaço de discussão e processo prático de debate sobre o espaço na esfera pública perpassa pela ideia de acesso a estes espaços públicos.

Quanto aos tipos de acesso aos espaços públicos aqui apresentados, Alex (2008) afirma existir três modalidades de acesso: físico, visual e simbólico; os quais, combinados, são capazes de definir um espaço mais convidativo ao uso.

Quadro 2 - Diferentes tipos de acesso.

<b>Acesso Físico</b>	Ausência de barreiras, espaciais e arquitetônicas, para se entrar e sair do lugar, aqui devem ser analisadas também aberturas e percursos
<b>Acesso Visual</b>	É a qualidade do primeiro contato visual do usuário que mesmo à distância deve entender o lugar como um todo ampliando o campo visual ao máximo possível
<b>Acesso Simbólico</b>	São os sinais sutis ou ostensivos que definem usos e usuários do espaço, convidam ou afastam ao uso, controlam e mesmo setorizam um espaço

Fonte: Alex, (2008).

Neste sentido, as categorias de espaço público mencionados e esses acessos criam o que Haesbaert (2007) chama de “identidade territorial”, isto é, o resultado das relações sociais de um grupo em um determinado espaço ao longo de um tempo, que acontecem na cidade, possibilitam que se compreenda não apenas as relações sociais do grupo estudado, mas também a noção de pertencimento a um território. Para o autor,

A identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. [...] De forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes. (HAESBAERT, 1999, p. 172).

Entretanto, mesmo com esta manifestação de identidade e pertencimento no espaço público, o que se percebe no cotidiano das cidades é a incerteza na qualidade de apropriação do espaço e uma imposição de uma relação caracterizada pelo esvaziamento destes, pela expansão do espaço privado e pelo aumento da segregação socioespacial, decorrentes da sobrevalorização de fatores econômicos (DIAS E SILVA, 2017). Neste sentido, Habermas (2003) identifica como papel da comunicação a formação de identidades, comportamentos e sociabilidades. Desta maneira, a comunicação pode agir para a construção e transformação de espaços públicos e ampliar o conceito de sociedade, cidadania e subjetividade, portanto, o de esfera pública.

Todas as problemáticas acima apresentadas geraram novos modelos culturais e de comportamento que transformam radicalmente a sociabilidade, ao modificar os usos e as formas de relacionamento dos e nos lugares, ressignificando a prática socioespacial (SOBARZO, 2006).

Matos (2010, p. 18) também pontua que:

(...) os espaços públicos do centro da cidade, herdados de outras épocas e tradicionalmente os mais significativos, os mais simbólicos, que vão perdendo o seu papel para vários segmentos da população, sobretudo os que residem mais longe destes centros, frequentando-os cada vez menos à noite e fins-de-semana. Mas, ao mesmo tempo, são reapropriados e partilhados por outros grupos diversificados, por um lado, os com estilos de vida mais cosmopolitas e os turistas, devido ao valor patrimonial, simbólico e artístico destes espaços e por outro, pelos sem-abrigo, que aí encontram local para pernoitar (MATOS, 2010, p. 18).

A inconsistência na apropriação do espaço público – devido fatores como insegurança, falta de infraestrutura ou de atividades que convidem a população a usufruir do espaço – não acarreta somente no esvaziamento da urbe, mas também justifica os problemas que atingem locais como as praças, as ruas e os centros urbanos. É necessário identificar quais os tipos de apropriação estão ocorrendo (se é uma apropriação individual, de grupos de pessoas com atividades específicas, comunitária, turística, comercial, de lazer, etc.), para que os espaços públicos sejam adequados para determinados usos, formas de apropriação e permanência. Nesta ótica, apontava Jacobs (2000), precursora do ativismo urbano, sobre os “olhos da rua” que colaboram para a manutenção da segurança da pólis, sem os quais as cidades se tornavam inóspitas, inseguras. Como resultado desse espraiamento da cidade, temos fatores como o aumento do tráfego, a não permanência das pessoas e a deficiência das relações sociais, que conduzem à morte das cidades.

Neste sentido, alguns manuais como “O Desenho das Cidades Seguras” (2016), apontam alguns conceitos e aplicações de diretrizes que colaboram para a resolução e mediação de determinados conflitos urbanos se fazendo de metodologias e ações objetivas que atuam de modo cirúrgico na cidade, transformando o ambiente em acordo com os próprios cidadãos e valorizando a escala do pedestre, que deve ser priorizada para que se alcance bons níveis de segurança pública. A criação e melhoria de vias e lugares para pedestres implica no estímulo da presença dos habitantes nas ruas, enxergando mais o que acontece nos bairros e gerando maior controle para diminuição da insegurança da população. O manual supracitado pontua

algumas diretrizes (figura 1) que ajudam a trazer o usuário para o espaço público por meio de vias compartilhadas; zonas de pedestres; acesso mais seguro a locais para aprender e brincar; vias de lazer; praças e *pocket parks*.

Figura 1 – Diagrama com diretrizes do World Resources Institute.



Fonte: Elaborado pela autora (2020) com base em WRI (2016).

Muito antes desta perspectiva, autores como Mumford (1937), censurava a força que o transporte acelerado e motorizado acarretou nas cidades, como o espraiamento, o desenvolvimento de subúrbios e o desinteresse pelas articulações dos espaços públicos no contexto da urbe. Ainda, suas críticas às condições de acesso, frequência de uso e a integração das praças e parques ao tecido urbano também cabem ao momento atual (MUMFORD, 1960). Tais concepções (figura 2) reiteram a importância de se erguer cidades com a escala voltada para as pessoas, com vias e espaços planejados, possibilitando o desenvolvimento da mobilidade ativa e a promoção de uma cidade que admite a interação com quem vive ali.

Figura 2 – Diagramas com conceitos de Lewis Mumford para as cidades.



Fonte: Elaborado pela autora (2020) com base em Mumford (1979).

Castells (2009) discorre que, ao criar, diversificar e também ao valorizar espaços públicos, a cidade se transforma em um espaço físico carregado de identidade, em lugar simbólico de construção da cidadania.

Verifica-se então que, para o resgate destes espaços públicos, a participação popular e a conexão estabelecida entre o meio e o cidadão são elementos importantes, pois, a própria comunidade é agente modificador da configuração formal da cidade e, assim, pode traduzir suas necessidades em um ambiente construído de modo a valorizar o meio urbano. Neste prisma, Liberalino (2011, p. 131) ressalta que:

Apropriamo-nos da cidade quando nos identificamos com ela, e a partir desta relação de identidade com o ambiente urbano, passamos a dar sentido de lugar ao que antes era apenas local, e assim, podemos atuar neste ambiente atribuindo uma nova imagem, ou seja, personalizando o espaço (LIBERALINO, 2011, p. 131).

Finalmente, entende-se que o espaço urbano dá visibilidade para diversas formas de configurações espaciais, entre eles, o espaço público, que vai além de um espaço que recebe pessoas, configura a morfologia da cidade ou retoma o verde ao meio urbano. Logo, o espaço público permite um caminhar democrático e se torna um palco aberto às construções sociais, identitárias e culturais de uma sociedade. O espaço público se torna pertinente, pois gera poder político e induz a influência dos cidadãos em produzir efeito nas deliberações democráticas, assumindo de forma autorizada um protagonismo na construção do espaço urbano público, reafirmando uma cidade mais democrática.

## 2.2 AS FACETAS DO PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL

O espaço público é de fundamental importância para a configuração da cidade, visto que estes espaços atuam como referências geográficas, pontos de encontro no espaço urbano, atendem às diversas demandas da sociedade, no que diz respeito ao lazer, expressão cultural e cidadania, entre outros aspectos. Neste sentido, cabe aos gestores públicos aplicarem medidas para organização da política urbana e a prática das ferramentas dispostas para esta política.

Portanto, este tópico vislumbra apresentar a temática da política urbana e, por conseguinte, o planejamento urbano, perpassando pelas provocações da Constituição Federal de 1988 que ocasionaram na definição de importantes mudanças no planejamento territorial com o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor, bem como o planejamento participativo conduzido pelo poder público, universidades e ONGs.

### **1.2.1 A Política urbana, O Estatuto da Cidade e o Plano Diretor**

A política urbana é abordada pela Constituição de 1988 nos artigos 182 e 183 apontando a competência para os três níveis de governo: Federal, Estadual e Municipal. Todavia, o protagonista da realização desta política é o município, haja vista que está intrinsecamente ligado à população em escala local.

Neste sentido, com o processo de democratização do Estado em curso a partir dos anos 1980, desenvolve-se no Brasil, um novo paradigma de gestão pública, que se situa no campo político democrático e popular, caracterizado pela descentralização de poder, participação dos cidadãos e de eixos sociais coletivos nos processos de deliberação política no âmbito local (OLIVEIRA, 2003). A descentralização aqui verificada, juntamente com a democratização do poder de decisões de interesse do Estado e da sociedade foi de suma importância para o fortalecimento do direito à cidadania. Contudo, embora a definição da política urbana tenha sido um marco para a resolução dos problemas verificados na cidade, muitas vezes nem a União, nem os Estados e nem o município compreendem como acontecem os fenômenos urbanísticos e para quem se inferem os ônus e bônus deste processo de expansão desordenada das cidades.

No Brasil, a partir deste marco da inserção da política urbana é que se verifica o encaminhamento do processo de mudanças na gestão estatal e no planejamento

territorial, como o modelo político-administrativo territorial, ou seja, com o mecanismo das novas articulações políticas. A promulgação da Constituição de 1988 restituiu a democracia e promoveu a cidadania, garantindo direitos individuais e sociais.

Os princípios de igualdade que passaram a ser fundamentados no capítulo da Política Urbana da Constituição Brasileira de 1988 foram também os princípios dos ideários do Fórum da Reforma Urbana, criado em 1987, para a efetiva participação social no processo Constitucional. Segundo Saule Júnior (2010):

O Movimento Nacional pela Reforma Urbana articulou o cenário de participação popular em todo o Brasil no processo da Constituinte de 1988, formado por um grupo heterogêneo, cujos participantes atuavam em diferentes e complementares temáticas do campo urbano. Reuniu-se uma série de organizações da sociedade civil, movimentos, entidades de profissionais, organizações não-governamentais, sindicatos. Entre eles a Federação Nacional dos Arquitetos, Federação Nacional dos Engenheiros, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR), Movimento dos Favelados, Associação dos Mutuários, Instituto dos Arquitetos, Federação das Associações dos Moradores do Rio de Janeiro (FAMERJ), Pastorais, movimentos sociais de luta pela moradia, entre outros (SAULE JÚNIOR, 2010, p. 260).

O Movimento Nacional pela Reforma Urbana acendeu no processo da Assembleia Nacional Constituinte, na segunda metade da década de 1980. Esse grupo de organizações brasileiras, que lutava por cidades com melhores condições de vida para todos, estava voltado para a justiça social, para a democratização do espaço urbano e para o uso social da propriedade (SAULE JÚNIOR, 2010).

Dentro da Constituição brasileira de 1988, o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001, foi proposto para regulamentar o capítulo II da Política Urbana. O Estatuto foi organizado, assim como a própria Constituição, na perspectiva de democratização do Estado Nacional.

A lei define princípios, diretrizes de ação e instrumentos urbanísticos e de gestão a serem implementados pelo poder público municipal por meio do Plano Diretor e em outros dispositivos legais que podem ser complementares ao Plano Diretor, tais como a lei de uso e ocupação do solo, os planos regionais, o plano de circulação e transporte e o plano de habitação, além da lei orgânica municipal, todos eles auxiliando o processo de planejamento urbano.

O Estatuto da Cidade recomenda como princípio e diretriz, que o Plano Diretor deverá ser formado junto com a sociedade civil do município, bem como em contato

com órgãos técnicos em escala nacional e regional, pois eles têm as suas políticas em nível metropolitano e faz-se imprescindível abordar uma articulação possível com os planos estaduais e federais para facilitar projetos a serem realizados em nível local e regional.

Nos princípios e diretrizes do Estatuto da Cidade há a função social da cidade, sendo esta função relacionada aos direitos sociais urbanísticos sobre habitação, trabalho, lazer e mobilidade, também sobre cidadania, saúde e segurança. Além disso, faz parte da função social da cidade que se ofereça serviços de forma universalizada a população para que usufruam destes serviços como um direito de todos. Ainda, a função social da cidade está atrelada à perspectiva democrática da gestão e da participação social na elaboração e aprovação de projetos e instrumentos para a gestão e o planejamento urbano.

No Estatuto se reconhece a “cidade real” e as mazelas sociais desses espaços da cidade relegados à exclusão, por isso, a importância de se legalizar as áreas e os imóveis ocupados com a finalidade de moradia, através de instrumentos expressos no Estatuto, como o de regularização fundiária (RODRIGUES, 2005). A regularização fundiária urbana consta na Lei Federal nº 11.977/2009 e diz respeito ao “processo que inclui medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais com a finalidade de incorporar os núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes” (BRASIL, 2012).

Desta maneira, o Estatuto da Cidade assinala os direitos e deveres de todos os sujeitos sociais na ocupação do solo urbano, avaliando a cidade como uma produção social, onde os conflitos existentes no espaço devem ser debatidos e acordados. Isto posto, o solo urbano é entendido como a base para o desenvolvimento de atividades econômicas, moradia, equipamentos coletivos e infraestruturas, ou seja, ele não representa apenas o suporte aos empreendimentos econômicos, mas deve atender ao preceito de que a propriedade urbana tem uma função social.

Além disto, o Estatuto da Cidade tornou obrigatória a existência de planos diretores nas cidades com mais de 20.000 habitantes, integrantes de áreas metropolitanas, áreas turísticas, cidades inseridas em áreas de impacto ambiental de empreendimentos regionais e nacionais, como também aquelas cidades onde os gestores públicos pretendam utilizar os instrumentos urbanísticos disponíveis nesta legislação. Todavia, antes da constituição federal de 1988,

A crítica que sempre foi feita aos planos diretores é de que eles eram inefetivos, porque sendo apenas instrumentos tecnocráticos para conseguir financiamentos federais e internacionais estavam desvinculados do sistema de decisão do poder municipal, do sistema de gestão na cidade propriamente dita (ROLNIK, 2001, p. 26).

O Plano Diretor representa então uma ferramenta primordial que orienta as políticas de desenvolvimento e de expansão urbana, de acordo com as disposições previstas na Constituição Federal de 1988, instituído no artigo 182, que se dirige para o ordenamento do desenvolvimento das funções sociais da cidade, assim como garantir o bem-estar de seus habitantes. Tais preceitos são fortalecidos pelo Estatuto da Cidade, que reafirma os princípios básicos estabelecidos pela Constituição Federal, preservando o caráter municipalista, a centralidade do Plano Diretor como instrumento da política urbana e a ênfase na gestão democrática (CARVALHO, 2001).

Sobre como ocorre a elaboração do plano, Villaça (1999) aponta:

O plano diretor é um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal (VILLAÇA, 1999, p. 238).

Neste sentido, o Plano diretor é o documento que

[...] explicita as políticas de ordenamento territorial, articulando políticas setoriais como a de saneamento básico e mobilidade urbana, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas (art. 40, parágrafo primeiro, do Estatuto da Cidade) (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2003, p. 11).

A partir dos anos 1990, o caráter físico-territorial do plano diretor potencialmente “elegeu como objeto fundamental o espaço urbano de sua produção, reprodução e consumo” (VILLAÇA, 1999, p.9). Além disso, os planos diretores se tornam marcos com deliberações que visam o ordenamento ideal da cidade, contudo, os gestores públicos que não se utilizam dessas ferramentas legais fazem com que as cidades se encaminhem para a configuração espacial que possuem hoje: desordenadas. Assim, Villaça (1999) ressalta:

A década de 90 pode ser considerada como marca do fim de um período na história do planejamento urbano brasileiro porque ela determina o início do seu processo de politização, fruto do avanço da consciência e organização populares. Essa politização ficou clara desde as metodologias de elaboração e dos conteúdos de alguns planos até os debates travados nos Legislativos e fora deles, em várias cidades importantes do país (VILLAÇA, 1999, p. 8).

Considerando o pressuposto de que planejar significa direcionar, antecipar o futuro ao momento presente, Silva (2000, p. 134) afirma que o Plano Diretor possui um caráter geral e global tendo como função “sistematizar o desenvolvimento físico, econômico e social do território municipal, visando o bem-estar da comunidade local”. Além disso, ele objetiva a promoção de espaços urbanos com habitabilidade e implantação de projetos públicos urbanos que visam o bem-estar social.

Souza (2008) esclarece alguns pontos básicos do planejamento urbano ao assinalar alguns elementos como:

Pensamento orientado para o futuro; escolha entre alternativas; consideração de limites, restrições e potencialidades; consideração de prejuízos e benefícios; possibilidades de diferentes cursos de ação, os quais dependem de condições e circunstâncias variáveis (SOUZA, 2008, p. 36)

Quanto a isso, no que diz respeito à implementação de todos esses indicativos, Maricato (2014) observa que há uma incoerência na efetivação do Plano Diretor e que

Há uma distância imensa entre discurso e prática entre nós. Invariavelmente textos dos planos diretores são sempre muito bem-intencionados, afirmam uma cidade para todos, harmônica, sustentável e democrática. A implementação do plano, entretanto, tende a seguir a tradição: o que favorece a alguns é realizado, o que os contraria é ignorado (MARICATO, 2014, p. 96).

O planejamento e a gestão do espaço urbano, deste modo, frequentemente ocorreram em caráter descomprometido com a realidade empírica e com as práticas urbanas concretas, sendo que boa parte do crescimento urbano se deu fora de qualquer lei ou de qualquer plano (MARICATO, 2000). Muitas vezes as práticas de participação popular no plano e gestão das cidades não são postas em práticas desde o seu primeiro estágio, visto que, não se percebe uma mobilização social ou convite para que a sociedade participe disto.

Segundo Santos (2003), o planejamento precisa deixar de estar a serviço do capital e colocar-se a serviço da sociedade como um todo, evidenciando a

necessidade de implantação de uma gestão que esteja alicerçada no planejamento urbano participativo e em uma gestão comprometida em atender às principais necessidades da população.

Maricato (2014), quando trata da acumulação de capital coordenando o desenvolvimento das cidades, não só brasileiras, está preocupada quanto às tensões políticas que o Brasil vive atualmente e, para a autora, a reforma urbana que pense a vida nas cidades de forma menos vulnerável para seus habitantes é central na insatisfação dos cidadãos e urgentemente vital. Ainda, para Maricato (2014, p. 19):

[...] a vida nas cidades está se tornando insuportável, em especial a condição de (i)mobilidade. As cidades estão se tornando verdadeiras bombas socioecológicas e não apenas para os mais pobres, congestionamentos infundáveis, poluição do ar e da água, violência, especulação imobiliária, aumento dos alugueis acima da inflação, são alguns dos temas que impõem aos trabalhadores um cotidiano de sofrimento, atingindo também a classe média (MARICATO, 2014, p. 19).

Percebe-se então que, tanto a acumulação de capital quanto a divisão de classes da sociedade definem acessos diferenciados aos vários setores urbanos. A escolha ocorre de acordo com o poder de compra da pessoa, seja para habitação ou para o lazer público. Neste sentido, Clark (1991) analisa que quem tem condição financeira melhor tem maior escolha; enquanto as pessoas de menor renda pegam qualquer espaço que sobrou, quando todos já exerceram suas escolhas.

O que se verifica é que os atores sociais que mais participam dessas escolhas são os que possuem melhor poder aquisitivo, assim, os gestores projetam as cidades voltadas para estas pessoas que podem pagar pelo espaço. Nesse sentido, Santos (1987, p.57) ressalta que:

O lazer na cidade se torna igualmente ao lazer pago, inserido a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e pelo ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque são essenciais [...] o espaço em que vivemos é na verdade, um espaço sem cidadãos (SANTOS, 1987, p. 57).

Assim, verifica-se a necessidade da atuação das pessoas no processo da construção da cidade. Contextualizando os pontos aqui expressos à realidade da cidade de Macapá, os gestores desconhecem e não sabem como operar diante das problemáticas intraurbanas devido essa rápida expansão que vem ocorrendo em Macapá, logo, o Plano Diretor não responde mais aos problemas urbanos que

surgiram em seu período de crescimento. Embora se tenha um instrumento legal que reforça esta inserção da população no planejamento urbano, o processo não garante a manifestação dos anseios reais e que precisam ser observados para a elaboração do espaço público, objeto de estudo desta pesquisa.

### **2.2.2 O planejamento urbano participativo nas cidades brasileiras**

Segundo Ascher (1998), os atuais modos de produção do território e do urbano são regidos por lógicas generalizantes que transcendem as peculiaridades socioculturais, ambientais e econômicas locais. A produção do espaço, agregando a participação da população, é uma ideia que vem sendo trabalhada na contemporaneidade e sendo requisitada pelo Estatuto da Cidade. Entretanto, nem sempre é uma ação executada e ainda há bastante dificuldade, pois, no cenário observado no Brasil, são poucos os exemplos de planejamento participativo que obtiveram sucesso.

A compreensão atual do que é participação teve como base o ideário participativo construído a partir dos anos 1960, em uma perspectiva inicial, por definição, popular. Para Lavallo (2012),

O ideário participativo como participação popular não remetia às eleições, nem às instituições do governo representativo, e tampouco era liberal no sentido de invocar um direito que contempla o livre envolvimento dos cidadãos, de toda a população com maioria independentemente da sua inserção nas classes sociais. O ideário participativo não foi vertebrado por um princípio de restauração democrática, mas de emancipação popular (LAVALLE, 2012, p. 34).

Segundo Dowbor (2008) a participação comunitária é instrumento básico do poder local e, por conseguinte, do desenvolvimento com base local e se constitui hoje, claramente, no mecanismo mais racional de regulação das principais atividades da área social, da urbanização, da pequena e média produção.

Considerando que o país não possui tradições de política participativa, Dowbor (2008) reconhece que, organizar esta participação exige muita flexibilidade e o aproveitamento de todas as oportunidades de mobilização. O autor ainda complementa que para promover a participação comunitária é preciso também desenvolver uma consciência comunitária que passa, entre outros aspectos, pelo

conhecimento da realidade a que o cidadão está inserido, pressupondo o conhecimento da realidade local, com suas deficiências e potencialidades.

Para Vainer (2002), o fortalecimento da organização popular e a efetivação da participação, que pressupõe ultrapassar o patamar das pequenas concessões, que perpetuam o clientelismo ou o populismo, é o orientador para uma verdadeira coesão popular em torno de uma revolução urbana permanente. Ascher (2011), por seu turno, defende que:

A “participação” dos habitantes, dos usuários da cidade e dos atores da sociedade civil na concepção das decisões locais, e mesmo na sua realização, é uma necessidade para adaptar a democracia representativa às exigências da sociedade contemporânea (ASCHER, 2011, p. 128).

Segundo Martins (2002), é importante visualizar a participação enquanto resultado do processo de construção social, que está sujeito a fatores históricos e culturais. O autor compreende que essa participação advém de uma capacidade do cidadão ou de uma comunidade em interagir, cooperar, associar-se e confiar, isto é o que ele chama de capital social onde se assume o potencial de desenvolvimento também na dimensão cultural e não apenas sociológica ou espacial.

Existem inúmeras formas de estimular este conhecimento da realidade e mobilizar a participação popular. Dowbor (2008) aponta para a mobilização das capacidades científicas locais em torno da resolução dos problemas básicos enfrentados pelo município e pela região por meio das instituições acadêmicas e de pesquisa.

Ainda, de acordo com Dowbor (2008), outro modo de organização da participação popular se inspira em uma visão real da divisão espacial do município, ordenando o espaço municipal de acordo com a sua lógica demográfica, condições de vida, bem como os elos comunitários. O autor acredita que o sentimento de pertencimento ou identidade local da população deve ser estimulado. Logo, para que as características supracitadas possam ser incluídas no planejamento das cidades e de seus espaços públicos, o Estatuto da Cidade aponta importantes perspectivas no que se refere ao controle social deste processo de construção.

O Estatuto garante que o Plano Diretor inclua a participação da sociedade. E esta participação pública apresenta como benefício o acolhimento dos interesses

coletivos, abrindo caminhos para o ajuste da atuação dos gestores públicos às efetivas necessidades da população: econômicas, sociais, ambientais, culturais, entre outras.

Devido à ressignificação do Plano Diretor pelo Estatuto da Cidade, tem-se que este deve ser construído, obrigatoriamente, por meio de uma gestão participativa com o intuito de alcançar as funções sociais da cidade e da propriedade, com a prevalência dos interesses coletivos sobre os individuais ou mesmo sobre determinados grupos (SCHVARSBURG, 2013).

Assim, os artigos 43 a 45 do Estatuto dispõe sobre a participação popular nos planos diretores por intermédio de quatro instrumentos para garantia da gestão democrática, quais sejam: os órgãos colegiados de política urbana nos níveis nacional, estadual e municipal; os debates, as audiências e as consultas públicas; as conferências sobre assuntos de interesse urbano nos níveis nacional, estadual e municipal; e a iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (BRASIL, 2001).

Contudo, percebe-se que a forma de participação prevista tanto no Plano Diretor quanto no Estatuto da Cidade apresenta um protagonismo muito passivo, com questionável capacidade de apreender a opinião pública, visto que estas ações que envolvem a participação de gestores públicos e comunidade acontecem através das assembleias, reuniões, etc, e, como pontuado anteriormente, o país não possui uma população ativa no âmbito político, que é palco dos encaminhamentos sobre o planejamento urbano do município.

Desta forma, o protagonismo de uma comunidade não é proporcionado exclusivamente através da iniciativa do poder público, pois, com o fomento do conhecimento científico desenvolvido nas Universidades Públicas, há a promoção de um planejamento participativo dentro destas instituições, juntamente com estudantes e profissionais interdisciplinares, além de outros tipos de atores sociais que elaboram o planejamento junto à comunidade se fazendo de diversas metodologias.

É interessante observar que a universidade de modo geral possui sua maneira de trabalhar a participação ativa das pessoas, que dá voz às demandas sociais expressas e as necessidades de uma comunidade. Isto se dá através de projetos de pesquisa e extensão, que buscam levar o conhecimento para fora da universidade e também absorver informações além do modo empírico.

Cabe pontuar que as metodologias utilizadas na universidade e que conseguem obter variados graus de participação popular dependendo da atividade

desenvolvida resgatam as iniciativas de mapeamentos participativos que se difundiram em meados da década de 1980, com práticas bastante manuais e no âmbito local. Neste sentido, Acselrad (2015) reitera que,

Desde o final da década de 1980, milhares de pessoas, grupos de diferentes origens que não pensavam como cartógrafos começaram a fazer mapas. Alguns fizeram com lápis e papel; houve ainda mapas elaborados em tecidos ou com materiais como argila e folhas; outros optaram pelo uso do GPS, laptops e software de SIG (ACSELRAD, 2015, p. 12).

Resgatar este modo de mapeamento inferiu em um modo de obter uma participação mais viva e ativa da população nas atividades de conhecimento de objetos de estudos com a utilização de croquis geográficos, dando preferência ao incentivo do conhecimento local, desenvolvendo e facilitando a comunicação entre os habitantes e estudantes da área, objeto de investigação, como observado na figura 3.

Figura 3 – Atividade de mapeamento coletivo na comunidade do Caximba, em Curitiba – PR<sup>2</sup>.



Fonte: Acervo da autora (2019).

Mais um método de tornar convidativa a participação da comunidade é a elaboração de croquis (figura 4). Trata-se de um instrumento que desperta a memória afetiva dos habitantes sobre o espaço urbano, trazendo os significados dos elementos da cidade e, muitas vezes, é capaz de traduzir fronteiras, pontos importantes da cidade, do território e seus limites, fundamentados nas experiências que colaboram para melhor representar uma área em estudo.

---

<sup>2</sup> Atividade realizada no Projeto de Extensão “Plano de Desenvolvimento Urbano Comunitário para o Bairro Caximba (PDUC)” na Universidade Federal do Paraná.

Figura 4 – Atividade de diagnóstico participativo na comunidade do Caximba, em Curitiba – PR<sup>3</sup>.



Fonte: Acervo da autora (2019).

Outra forma de manifestação de apropriação do espaço público e desenvolvimento de atividades colaborativas ou participativas com a comunidade ocorre por meio de ONGs<sup>4</sup> ou de coletivos<sup>5</sup>, parcela bastante expressiva dentro das ações de mobilização social e que disseminam a consciência do papel do munícipe na construção do espaço público de uma cidade. Majoritariamente, as ações desenvolvidas partem de estudantes universitários, arquitetos e urbanistas que se engajam no cumprimento da função social da profissão, juntamente com voluntários e a comunidade.

Nesta pesquisa destacamos o relevante papel desenvolvido por coletivos que unem a prática da participação popular ao processo de cuidar da cidade, entre eles estão o Coletivo Cidade Quintal, que atua em Vitória – ES e o Coletivo MOB, de Brasília – DF.

O Coletivo Cidade Quintal atua como um laboratório de práticas urbanas, é uma organização que trabalha para que a cidade, o bairro, a rua, a praça, a calçada,

---

<sup>3</sup> Atividade realizada no Projeto de Extensão “Plano de Desenvolvimento Urbano Comunitário para o Bairro Caximba (PDUC)” na Universidade Federal do Paraná.

<sup>4</sup> Organizações não-governamentais.

<sup>5</sup> Organizações coletivas são entidades formais não estão vinculadas ao aparelho estatal; que produzem bens ou serviços para atender seus próprios membros e/ou o público externo, que não distribuam os excedentes financeiros porventura auferidos em atividades realizadas pela entidade, mas que podem contar com um corpo de funcionários que recebem remuneração; que são autogovernadas e onde existe participação de voluntários e há colaboradores na forma de apoiadores esporádicos ou participantes mais ou menos passivos, os quais podem se tornar sustentadores políticos ou financeiros se as condições exigirem (TAVARES, 2003).

possa ser o quintal de casa. Para isso, realiza intervenções artísticas, conforme a figura 5 aponta, e atividades culturais, apoiadas em metodologias colaborativas, que estimulam o surgimento de novas relações entre as pessoas e os espaços (CIDADE QUINTAL, 2019).

Figura 5 – Atividade realizada pelo Coletivo Cidade Quintal.



Fonte: ArchDaily Brasil (2019).

O laboratório fomenta a arte urbana, a revitalização, e o embelezamento de espaços públicos, transformando praças, muros e fachadas em verdadeiras obras de arte, sempre sob a inspiração da história e da cultura de cada comunidade. Através destas identidades, criam-se narrativas impulsionadas de dentro para fora. Por meio de abordagens participativas e metodologias ágeis, se aposta em um processo que crie relações verdadeiras entre pessoas e lugares.

Já o coletivo MOB – Movimento e Ocupe seu Bairro – nasceu da união de cinco amigas urbanistas que acreditam que as pessoas precisam resgatar o que chamamos de consciência coletiva. As aglomerações de pessoas são o que tornam um espaço, cidade. E como observado na figura 6, é nas áreas comuns de convivência cotidiana onde ocorrem as trocas de ideias, valores, e finalmente a criação da identidade de uma população (COLETIVO MOB, 2016).

Figura 6 – Coletivo MOB.



Fonte: ArchDaily Brasil (2019).

Os espaços públicos são também um reflexo de como encaramos a cidade. Se a sociedade acredita que estes espaços estão depredados, sujos, mal cuidados, pouco atrativos, então é a maneira como se escolheu que estejam. E o MOB acredita que isso só mudará quando os usuários entenderem que o espaço comum é de todos e não apenas de um governante ou uma empresa privada que não cuidou e não cumpriu o seu papel. Se os indivíduos querem mudança, é necessário dar o exemplo (COLETIVO MOB, 2016).

Estes coletivos carregam em suas ações um reflexo de como o espaço público deve ser construído dentro da cidade, resgatando os conceitos abordados em inúmeros documentos das políticas públicas, mas que muitas vezes acabam não sendo utilizados. Isto também ocorre por meio do entendimento de que o espaço público comum é para todos e que o responsável pela sua manutenção não é somente o poder público ou mesmo os responsáveis do setor privado, mas a coletividade que compõe a urbe. Ainda, os coletivos vêm resgatar os preceitos abordados legalmente, lembrando que as políticas públicas existentes e que é preciso exigir que sejam cumpridas.

O conjunto destes agentes articuladores fomentam, portanto, a discussão sobre tudo que vem sendo debatido desde os anos 1980 e cobram então a aplicação das ferramentas existentes para a promoção deste universo democrático da construção das cidades e dos espaços públicos.

## 2.3 INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS EM ESPAÇOS PÚBLICOS SOB A ÓTICA DA CULTURA

Um espaço público sem função social afasta a sociedade e reafirma um ciclo vicioso de abandono e degradação, do aumento do índice de criminalidade e de insegurança que impedem as pessoas de desfrutar daquele bem coletivo. Lerner (2011), em sua acupuntura urbana, afirma a importância da ocupação de espaços vazios<sup>6</sup> com atividades culturais, assim como os espaços de uso misto, evitando o desenvolvimento da criminalidade das ruas e do abandono de áreas por falta de uso.

Desse modo, esta seção resgata discussões que nos levam a pensar em intervir em espaços degradados sob a ótica cultural, que afeta diretamente vários aspectos da condição humana e pode colaborar para efetivação de espaços públicos mais democráticos.

### 2.3.1 A cultura na reterritorialização dos espaços públicos

Uma cidade que pensa na qualidade de vida de seus habitantes necessita ser convidativa, aproximando a cidade dos cidadãos, do pedestre, do usuário e tornando-o mais seguro. Como já mencionado, a ausência de pessoas que circulam no espaço público reflete em uma desterritorialização, tornando o espaço público inóspito e gerando, assim, um ciclo vicioso que envolve a falta de conexão entre os espaços da cidade, bem como a falta de manutenção e criação desses espaços para as pessoas.

A desterritorialização aqui apontada é definida justamente pela quebra de vínculos ou afastamento das pessoas de um dado território<sup>7</sup>, o que acarreta na perda de territorialidades<sup>8</sup> pessoais ou coletivas dos territórios físicos ou simbólicos. Ao

---

<sup>6</sup> Maricato (2001) afirma que os vazios urbanos são então resíduos do crescimento acelerado, ou então são frutos de áreas de antiga atividade industrial ou locais de transporte sem uso, como zonas portuárias, ferroviárias, áreas degradadas ou até mesmo esquecidas na malha urbana para especulação imobiliária.

<sup>7</sup> Por território se compreende um espaço vivido em que, por meio das relações entre os atores sociais, é definido e delimitado (RAFFESTIN, 1993).

<sup>8</sup> Para Sack (1986), a territorialidade é um comportamento humano espacial. Uma expressão de poder que não é nem instintiva e nem agressiva, apenas se constitui em uma estratégia humana para afetar, influenciar e controlar o uso social do espaço, abarcando escalas que vão do nível individual ao quadro internacional.

processo de desterritorialização está incluído o processo de reterritorialização que remete a certa adaptação ao novo território constituído (SANTOS, 1996).

Desta forma, o território passa a ser ressignificado por novos usos e papéis, ao mesmo tempo em que se transforma em um território vivido. Quando um espaço público recebe uma nova função enquanto espaço urbano, ele se torna um território vivido, conforme a perspectiva de Raffestin (1993). Também, nesta linha, compartilha-se da visão de Haesbaert (2001, p. 121) que diz que o território envolve:

[...] as dimensões simbólica e cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico do espaço onde vivem (podendo ser, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: apropriação e ordenamento do espaço com forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. Assim, associar o controle físico ou a dominação objetiva do espaço a uma apropriação simbólica, mais subjetiva, implica discutir o território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, sobre qual se constrói não apenas um controle físico, mas também laços de identidade social (HAESBAERT, 2001, p. 121).

Quando o ser humano reterritorializa um espaço ele se torna um agente ativo no território, a partir de uma ressignificação. Segundo Haesbaert (2001), o homem está sempre abandonando territórios e fundando novos, ou seja, desterritorializando e reterritorializando espaços. Isto tudo acentua a necessidade de que estes espaços devem ser pensados em colaboração com a própria comunidade, de modo participativo, onde as pessoas devem ser convidadas a pensar o espaço coletivamente.

Assim, pontua-se que o espaço público não é importante somente para o lazer, mas para o desenvolvimento socioambiental e econômico de todos os grupos sociais, principalmente, os mais vulneráveis. Além disso, os espaços públicos também são fundamentais para a manifestação de um espírito local, da cidadania e da expressão cultural. Logo, cabe aqui apresentar uma outra forma elementar de direito à cidade e manifestação de cidadania nos espaços públicos: a cultura.

A cultura, portanto, é um fator indispensável para o enfrentamento da segregação socioespacial, que representa uma forte barreira à apropriação dos espaços públicos. O aspecto cultural incorpora a dimensão simbólica das relações entre usuários e espaços públicos e está diretamente vinculada à identidade de um lugar, como um modo de significação que comunica e apresenta ordens sociais.

Aqui, a cultura é materializada e reconhecida como um conceito expressos pelo conceito de práxis. *Práxis*, do grego, de acordo com Vásquez (1968) indica “ação”, um conceito filosófico da atividade prática. “Práxis, em grego antigo, significa ação para levar a cabo algo, mas uma ação que tem seu fim em si mesma e que não cria ou produz um objeto alheio ao agente ou a sua atividade” (VÁSQUEZ, 1968, p. 5).

A práxis, assim sendo, junta classes fundamentais tais como: transformação do meio natural em que vive o homem (conquista e humanização da natureza, modificação, supressão e criação de objetos, transformação das condições naturais da vida humana); criação de distintas formas e instituições da vida humana – das interações, comunicação mútua e trabalho cooperativo e associativo. A luta pela sobrevivência leva à transformação das condições sociais da vida humana que é ao mesmo tempo autocriação e criação coletiva do homem. (VÁSQUEZ, 1968).

Em concordância com este pensamento supracitado, as ideias de práxis desenvolvidas por Karl Marx apontam que “são os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam com essa realidade que lhes é própria seu pensamento e os produtos desse pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.” (MARX, 1965, p. 22).

Dito isto, a práxis se constitui de elementos subjetivos bem como a produção e a interpretação das percepções, emoções, a educação dos próprios sentidos, a seleção, o estabelecimento de valores, as operações mentais e demais formas de respostas dadas à realidade. Aliado ao desenvolvimento humano e exercícios do cotidiano, está a cultura, prática estruturalmente espontânea, empírica e de caráter experimental por meio de conhecimentos adquiridos ao longo da tradição, e transmitidos de geração em geração pelos costumes e pelas narrativas orais e escritas. Para Bauman (2012),

a cultura é a única faceta da vida e condição humana que o conhecimento da realidade e o interesse do ser humano pelo auto aperfeiçoamento e pela realização se fundem em um só (BAUMAN, 2012, p. 300).

A diversidade e a pluralidade que constituem a cultura são fatores de transformação dos indivíduos e da sociedade, em que, ainda de acordo com Bauman,

A cultura é singularmente humana no sentido de que é só o homem, entre todas as criaturas vivas, é capaz de desafiar sua realidade e reivindicar um significado mais profundo, a justiça, a liberdade e o bem-seja ele individual e coletivo (BAUMAN, 2012, p. 302).

Neste sentido, o trabalho abarca a ideia de práxis cultural como uma ação espontânea do ser humano, que carrega suas simbologias, os significados do convívio social, as identidades que marcam a sociedade local e sua tradição e o modo de se expressar na cidade, deixando uma característica única na relação indivíduo-cidade por meio das expressões materiais na urbe, em que o cidadão atua na cidade como ser que cria a realidade, sujeito que produz de forma ativa a práxis na sua materialidade (KOSIK, 2010).

Do ponto de vista normativo do direito positivo, ou seja, dos principais dispositivos legais presentes na Constituição Federal de 1988 para a manifestação e vivência das práticas culturais, destacam-se os artigos 215, 216 e 216-A, que concretizam os direitos culturais. Assim, dispõem:

**Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.**

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II - produção, promoção e difusão de bens culturais;

IV - democratização do acesso aos bens de cultura;

V - valorização da diversidade étnica e regional.

**Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:**

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. [...].

**Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.**

§ 1º O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios:

I - diversidade das expressões culturais;

II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;

X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social; (BRASIL, 1988, grifo da autora).

Os artigos supracitados garantem o dever do Estado em valorizar a cultura, garantir o exercício da cultura e a difusão das manifestações culturais, bem como assegurar o acesso às fontes de cultura nacional e a participação da população no processo de promoção deste desenvolvimento cultural. Esse dever advém dos princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito,

[...] que incluem a cidadania, a dignidade da pessoa humana, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a garantia do desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução da desigualdade sociais e regionais e a promoção do bem de todos (SALLES, 2014, p. 26-27).

Compreende-se assim que os direitos culturais representam também os direitos fundamentais, tendo em vista que possuem o mesmo peso dado aos demais direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, entre eles os direitos sociais e econômicos.

O acesso à cultura, por sua vez, é meio para consubstanciar o direito de igualdade e de identidade individual, que tem por finalidade reafirmar os direitos de gozo das liberdades de manifestação do pensamento e exercício dos direitos políticos, garantindo assim, os direitos sociais e a concretização dos direitos de solidariedade (SALLES, 2014).

Os direitos fundamentais culturais, em uma interpretação *stricto sensu*, não devem ser entendidos de forma diferente dos demais direitos fundamentais, tendo em vista que são alocados em um mesmo patamar, como: os direitos econômicos, sociais, individuais, de liberdade, igualdade, entre outros. Além disso, em uma interpretação *lato sensu*, os direitos fundamentais podem ser compreendidos como a expressão da cultura humana em um estado constitucional (CUNHA FILHO, 2004).

No contexto de espaço público e cultura como exercício do direito do cidadão, é necessário elucidar atravessamentos entre estes objetos estudados, assim, se encontra o conceito de “paisagem cultural”, onde a paisagem por si só já carrega significados para além do âmbito formal, estético ou paisagístico do espaço, sendo

ponte para a expressão desta práxis culturais. Para Santos (2006, p.66), a paisagem é “um conjunto de formas que num dado momento exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza”.

Já a ideia de paisagem cultural redireciona a paisagem para um conceito menos estático e mais fluido (BLANKENSHIP, 2016) e também se mostra como o resultado de todo um percurso do conceito entre diferentes áreas e com objetivos diversos, mas que apontam que a paisagem se constrói a partir de circunstâncias específicas geográficas, sociais e culturais (BLANKENSHIP, 2016).

Nos anos de 1990, as paisagens culturais recebem especial interesse internacional dentro da comunidade científica de conservação e os processos socioculturais e políticos alcançam importância na interpretação da paisagem, sendo o conceito aceito e dando ênfase a subjetividade inerente ao conceito, contrastando com a busca de objetividade para o conceito em décadas anteriores. (FOWLER, 2003). Buggey (2000, p.22) elucida que as paisagens culturais foram definidas, por exemplo, no encontro Asia-Pacific Regional Workshop, em 1994, como "extensas ou pequenas, contiguas ou não, áreas, itinerários na espiritualidade, tradição cultural e práticas dos povos".

A paisagem cultural também se caracteriza pelo modo no qual é percebida por um indivíduo, ou por uma comunidade, testemunhando, do passado ao presente, o relacionamento entre o homem e seu meio ambiente. Possibilitando, a partir de sua observação, especificar culturas e locais, sensibilidades, práticas, crenças e tradições. (UNESCO. Recomendação da Europa, 1995).

Em 1999, a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) definiu paisagem cultural como a representação do trabalho combinado da natureza e do homem e que:

[...] são ilustrativas da evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência das determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto internas, quanto externas. Elas deveriam ser selecionadas com base tanto em seu extraordinário valor universal e sua representatividade em termos de região geocultural claramente definida, quanto por sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais e distintos daquelas regiões. (UNESCO. Convenção do Patrimônio Mundial, 1999).

Assim, em 2009, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) entra em concordância com as considerações da UNESCO acerca da paisagem cultural e avaliou “[...] a porção peculiar

do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas, ou atribuíram valores.” (IPHAN, 2009).

Assim, a importância de resgatar o conceito de paisagem cultural à percepção do espaço público e como ambiente de manifestação da prática cultural local se ratifica no que Araújo (2009, p. 39) diz sobre os valores associativos serem significativos na compreensão das paisagens etnográficas, constituídas por uma forte carga simbólica, mas que “estes também podem ser fortes componentes da construção do significado de paisagens históricas e vernaculares”, como é a Orla do Rio Amazonas e a Praça do Santa Inês, que está inscrita neste espaço e é o objeto de estudo desta pesquisa.

### **2.3.2 As intervenções urbanísticas em espaços públicos**

A fim de garantir que todos os pontos observados nesta pesquisa sejam tomados como elementos norteadores para a efetiva apropriação dos espaços públicos, destacam-se as diversas intervenções e ferramentas que colaboram no desenvolvimento e melhoria desses espaços nas cidades, com novos usos e significados ou pelo resgate de seus valores simbólicos e identitários.

Sob a ótica das intervenções em espaços urbanos, muitos termos são ainda recentes, em constante discussão teórica e prática. Desta maneira, os termos acabam sendo tomados como semelhantes, intercambiáveis ou híbridos entre si, no que concerne às suas definições, visto que a diferença está em nuances individuais que dizem respeito à finalidade das propostas, localização e até dos agentes interessados em determinado tipo de intervenção. Não é à toa que, inicialmente, as discussões abordavam a temática das intervenções com um único conceito, o de “renovação urbana”, este que englobava termos como “reabilitação”, “conservação” e “redesenvolvimento”.

Os termos “revitalização”, “recuperação”, “renovação”, “reconversão”, “reciclagem”, “restauro breve” e etc., muitas vezes, são empregados de forma descompromissada e inconsequente, sem a devida preocupação com o rigor conceitual que qualquer tipo de intervenção em bens de valor cultural exige (RUFINONI, 2009). Logo, é preciso entender a finalidade de cada tipo de intervenção e, assim, poder interpretar e analisar as necessidades de cada espaço urbano.

## a) Renovação

Entre as diferentes intervenções urbanísticas feitas no espaço de uma cidade está a renovação urbana, cujo conceito, de acordo com Maricato (2001), pode ser comparado a uma intervenção cirúrgica feita em que edifícios deteriorados são substituídos por construções novas e maiores, geralmente pertencentes à estética pós-moderna.

Em um processo de renovação invariavelmente ocorrem demolições e há uma intensificação no uso e ocupação do solo urbano, com novos serviços relacionados aos setores mais dinâmicos da economia, como: serviços de informática, publicidade, sedes de grandes corporações e shopping centers. Ocorre, ainda, a expulsão de unidades de pequeno comércio e serviços, bem como dos moradores locais, que não possuem mais condições de viver na região devido à valorização imobiliária decorrente deste processo.

Um dos principais objetivos da renovação urbana é sanear o espaço coletivo, restabelecendo o princípio de ordem e devolvendo a harmonia ao espaço urbano. Entretanto, esse tipo de intervenção pode negligenciar os elementos pré-existentes para privilegiar um uso planejado, onde o projeto é o protagonista. Nas palavras de Ferrara (1988, p. 63), em processos de renovação urbana, “a cidade não se produz, mas é produto”.

Para Portas (1986, p. 94), a renovação urbana emergiu com o movimento modernista, seguindo as diretrizes da Carta de Atenas, sendo a “substituição pura e simples das estruturas físicas existentes como condição apriorística da adaptação das cidades herdadas às ‘necessidades da vida moderna’”.

O conceito da renovação urbana é assinalado pela ideia de demolição do edificado e conseqüente permuta por uma construção nova, geralmente com características morfológicas e tipológicas díspares, com novas atividades econômicas adaptadas ao processo de modificação urbana. Um exemplo de renovação é o empreendimento batizado de “Novo Recife” (figura 7) que, por si só, dá pistas do modelo de intervenção que se propõe. Verifica-se uma total desconsideração ao patrimônio urbano ambiental local e às peculiaridades do sítio industrial na implantação.

Figura 7 – Maquete eletrônica do plano de massas Projeto Recife-Olinda (PE).



Fonte: Direitos Urbanos (2012).

#### b) Revitalização

O termo “revitalização urbana” remonta a década de 1960, onde surgiu a carência de contrariar o declínio urbano no Reino Unido, onde, *a priori*, as ações de revitalização urbana tinham como intuito a resolução dos problemas existentes na malha urbana, quer de caráter mais específico, quer de natureza espacial mais alargada.

Januzzi e Razente (2007) consideram a revitalização urbana como uma nova postura de intervenção, que procura dar vitalidade às áreas por meio de uma série de atividades, levando em consideração questões econômicas, sociais, funcionais e ambientais, articulando as oportunidades, as vantagens competitivas e um urbano cada vez mais globalizado.

O objetivo maior da revitalização urbana é atrair para as áreas de intervenção novas famílias, novas atividades econômicas, novos equipamentos coletivos e novas atividades comerciais, mantendo, sempre que possível, as atividades já instaladas, recuperando-as e modernizando-as (MATOS, 2007).

Portanto, para que a revitalização urbana ocorra efetivamente, deve haver um planejamento detalhado, que leve em consideração o ambiente existente, o entorno, os estudos de ocupação para uso misto, a criação de agentes catalisadores e de uma boa imagem, gestão contínua e participação de várias esferas (JANUZZI; RAZENTE, 2007).

O High Line Park (figura 8) é um grande exemplo de como um projeto de revitalização pode transformar o espaço social, ambiental e economicamente. Para tanto, o espaço de uma ferrovia elevada transformou-se em um parque urbano de referência internacional.

Figura 8 – High Line Park.



Fonte: Hometeka (2013).

### c) Reabilitação

Recentemente, um dos termos mais utilizados nas intervenções urbanísticas é a reabilitação, muitas vezes também chamada de requalificação urbana. O termo, no seu sentido de origem, significa o restabelecimento de direitos que, na jurisprudência, é “a ação de recuperar a estima e a consideração” (CHOAY; MERLIN, 1988, p. 573).

Segundo Berrio e Orive (1974), o termo reabilitação vinha se consolidando até configurar-se como um dos aspectos fundamentais da conservação do patrimônio e, no texto da Convenção da UNESCO de 1972, substituiu praticamente o termo restauração, aplicado tanto em arquitetura como em urbanismo.

Nesta intervenção procura-se ao máximo preservar as pequenas propriedades, as edificações antigas e os usos existentes, mantendo o caráter do ambiente construído, sem oferecer obstáculos à população local de continuar habitando a área. Assim, uma reabilitação urbana é baseada no conceito de

intervenção mínima, derivando das experiências ocorridas na década de 1980, como o exemplo da reabilitação de antigos bairros em Lisboa, sob a coordenação do arquiteto Felipe Lopes. O objetivo destas intervenções, em diferentes graus, é a preservação do patrimônio histórico, artístico e paisagístico.

O projeto de reabilitação urbana da Herdade São Lourenço do Barrocal (figura 9) é um exemplo de como a reabilitação deve seguir seus princípios e ter em consideração a história e a vivência do lugar. O valor acrescido deste projeto advém da preocupação pelo conhecimento da história do local e pela relevância à vivência a ele atribuída. Outro ponto levado em consideração na referida intervenção foi a preocupação com a arquitetura bioclimática, no que diz respeito ao posicionamento dos edifícios.

Figura 9 – Herdade São Lourenço do Barrocal.



Fonte: Expresso (2016).

#### d) Requalificação

Moreira (2007) afirma que o termo requalificação é recente, surgido no final dos anos 80, sendo que, até 1998, nos vocabulários urbanísticos publicados, os conceitos utilizados diversificavam entre revitalização, recuperação ou reabilitação, aparentemente designando o mesmo processo. Sua definição foi melhor consolidada devido à Carta de Lisboa<sup>9</sup>, onde se registrou a diferenciação destas intervenções

---

<sup>9</sup> A Carta de Lisboa é um documento surgiu de uma reflexão conjunta iniciada no I Encontro de Reabilitação Urbana em Lisboa, em março de 1993, foi continuada no Rio de Janeiro em abril de 1994, tendo o I Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana, realizado em Lisboa, em outubro de 1995,

urbanísticas. A autora define a requalificação de acordo com o documento VALIS - Valorização de Lisboa em 1990 - que se refere ao significado do conceito como:

Recuperar o sentido da localização residencial das populações, através de múltiplas ações e medidas, que vão da infraestruturação à valorização da imagem interna e externa, passando pela provisão dos adequados serviços e pela equidade no acesso ao emprego (MOREIRA, 2007, p. 118).

Entende-se, por conseguinte, que a requalificação se trata de um instrumento que, segundo Guerra (2005, p. 21), busca a “melhoria das condições de vida das populações, promovendo a construção e recuperação de equipamentos e infraestruturas e a valorização do espaço público com medidas de dinamização social e econômica”. Para Del Rio (1991, p. 36), diferentemente da renovação urbana, que possui um aspecto modernista, a requalificação urbana seria uma:

[...] nova postura que se distancia igualmente, tanto dos processos traumáticos de renovação seletiva de áreas desocupadas, preservação de interesse histórico e cultural, reciclagem cuidadosa de usos em imóveis históricos, promoção de novos usos e recuperação ambiental (DEL RIO, 1991, p. 36).

Um exemplo de requalificação é LightPathAKL (figura 10), estruturado em um percurso linear de 600 metros para ciclistas no centro da cidade de Auckland, na Nova Zelândia, criado sobre um trecho abandonado de uma antiga rodovia desativada, possibilitando assim, a criação de novas conexões no tecido urbano da cidade, trazendo uma nova dinâmica para as áreas vizinhas.

---

constituído uma etapa decisiva que permitiu chegar a conclusões úteis para Portugal e Brasil (CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, 1995).

Figura 10 – LightPathAKL.



Fonte: ArchDaily Brasil (2019).

A partir do entendimento dos conceitos de cada ferramenta supracitada, percebe-se que, para a formulação de um projeto voltado ao meio urbano é preciso entender suas reais demandas, a partir da evolução da cidade e dos agentes que continuamente dinamizam os usos e apropriações desse espaço.

Assim, neste capítulo abordou-se o espaço urbano público sob a ótica de um planejamento urbano participativo, bem como foi resgatada a necessidade de defesa das manifestações culturais como artifício fundamental para concepção, desenvolvimento e continuidade de práticas sociais em um espaço urbano público.

Logo, a partir da compreensão do que são as intervenções urbanísticas e como estas ferramentas atuam na cidade, esta pesquisa tomará como elemento norteador o conceito de requalificação urbana direcionada a espaços urbanos públicos.

Deste modo, os estudos de casos apresentados no próximo capítulo desta pesquisa seguem o viés pautado na ferramenta de requalificação urbana, pois, o que se busca, por conseguinte, no projeto urbanístico desenvolvido no último capítulo deste estudo é a ascensão de novos usos ao promover a recuperação do espaço público, para a promoção da qualidade de vida e dinamização de atividades socioculturais da Praça do Santa Inês, visando o desenvolvimento local. Ainda, os exemplos a seguir buscam o resgate de alguns conceitos já apresentados, com a finalidade de abarcar ao máximo o que foi discutido, quanto cultura, participação popular, entre outros.

### **3 ESPAÇOS DE VIDA URBANA: PERSPECTIVAS CORRELATAS**

A finalidade deste estudo de casos correlatos é analisar como os espaços públicos estão sendo produzidos ou modificados nas cidades, considerando, então, três escalas territoriais distintas: internacional, nacional e regional. Estes três escopos trazem perspectivas ímpares para a pesquisa, onde é possível verificar os tipos de problemas, como estes vêm sendo enfrentados e quais e como se estabelecem as resoluções arquitetônicas e urbanas nas diferentes escalas investigadas. Compreender as problemáticas nos âmbitos supracitados viabiliza uma gama maior de ferramentas utilizadas para o enfrentamento de problemáticas também encontradas em Macapá.

Cabe averiguar, além disso, quais os aspectos estão sendo observados na hora de se pensar em um projeto de melhoria do ambiente urbano e os agentes que estão participando desta transformação, verificando a presença do planejamento participativo, os aspectos locais e culturais considerados, as modalidades de intervenção, entre outros.

Por conseguinte, apresentar cenários distintos sugere um maior leque de entendimentos sobre como o modo de produção desses lugares e a variedade de ideias que podem ser desenvolvidas de acordo com o que é levado em consideração nas análises do lugar, visto que, além do próprio espaço, a cultura e as dinâmicas socioeconômicas de cada cidade influenciam no uso, no movimento deste lugar e na conexão que ele apresenta ou não com a cidade.

#### **3.1 INTERVENÇÕES INTERNACIONAIS**

Nas intervenções em âmbito internacional destacam-se três casos: a Pista de Skate Sob o Viaduto Krymsky, Moscou; o Pavilhão Level Up, Croácia; e o Infra-Space 1, Estados Unidos, ambos analisados a seguir.

##### **3.1.1 Pista de Skate Sob o Viaduto Krymsky, Moscou**

Por resolução do Governo de Moscou, a Strelka KB, a STRELKA Architects e a Snøhetta, em cooperação com a Federação de Skate e a Tsekh, sendo esta uma empresa russa que produz e testa equipamentos para pistas de skate, criaram

um novo ponto de atração para skatistas (figura 11). O local, sob um viaduto, é bem pequeno e existem duas rodovias em ambos os lados, estes que atuam como condicionantes do projeto. Sendo assim, foram feitas cercas altas com redes de segurança.

Figura 11 – Pista de skate.



Fonte: ArchDaily Brasil (2018)

O novo espaço público tornou-se imediatamente popular entre skatistas (figura 12) e jovens, e os espaços próximos ao viaduto Krimsky estão sempre lotados – perto da estação de metrô Park Kultury e no cruzamento de várias rotas de pedestres. Apenas uma zona sob o viaduto permanece sem uso, pois costumava ser um estacionamento.

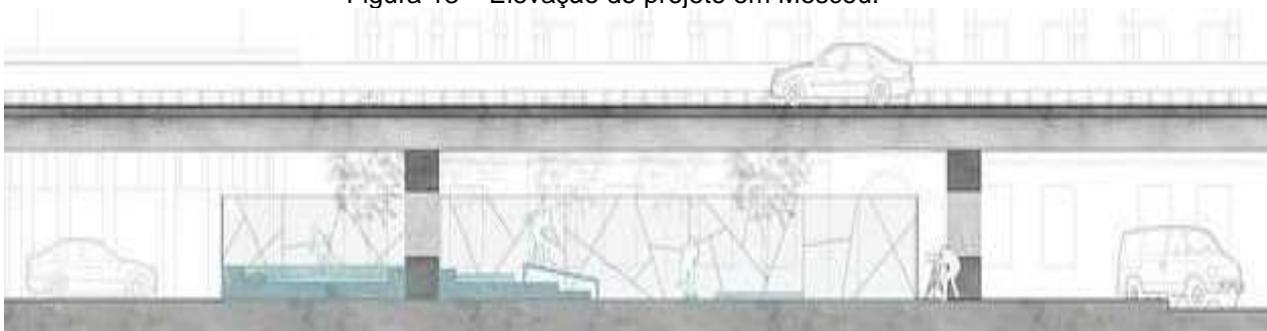
Figura 12 – Pista de skate sendo utilizada.



Fonte: ArchDaily Brasil (2018)

Segundo os arquitetos responsáveis, a criação de uma pista de skate sob o viaduto fazia parte do plano de reconstrução de um Garden Ring – uma avenida circular ao redor do centro de Moscou. Antes da reconstrução, esse lugar era usado como estacionamento. Assim, era um ambiente bastante abandonado e sem equipamentos. O local está situado perto da estação de metrô e do parque central, o que gerou potencial para transformá-lo em uma pista de skate (figura 13). Agora, este espaço público faz parte da vida social de Moscou e é um novo ponto de encontro para os jovens.

Figura 13 – Elevação do projeto em Moscou.



Fonte: ArchDaily Brasil (2018)

A ideia de uma pista de skate naquele local surgiu no escritório norueguês Snøhetta, que trabalhava no projeto do Garden Ring. Para finalizar o projeto da Strelka Architects, eles recorreram à Federação de Skate e à equipe da Tsekh, que projeta skates há 10 anos. Uma das premissas do projeto era não fazer elementos em grande escala e que levasse a grandes acelerações, características de pistas skate mais sérias, mas sim gerar uma plataforma simples para iniciantes, já que este é um lugar tão transitório.

O anfiteatro de dois níveis com degraus e elementos universais é apropriado para iniciantes e para aqueles que querem andar e praticar as manobras. Para se livrar da monótona cor cinza, o piso foi preenchido de concreto colorido especial e a cobertura é o próprio viaduto que protege da chuva e do sol. O local foi criado tendo em mente a Praça Krymskaya, onde muitos já andam de skate em Moscou ou tentam aprender. O novo local acrescentou elementos faltantes na Praça e deu vida ao lugar que não era utilizado.

Neste exemplo, percebe-se que na construção do projeto não houve participação dos usuários para adequação. Contudo, a parceria entre o âmbito público e privado deu chance de dar vida a um lugar sem grandes perspectivas de projeto e

gerar uma atividade atrativa no espaço ocioso da cidade, espaço este que também vira potencial para a incidência da falta de segurança, desuso e afastamento da população do entorno. Outro ponto a ser ressaltado sobre o uso interessante deste exemplo é a escala de projeto, onde o pequeno espaço possibilitou um respiro urbano nas atividades do local, gerando movimento do público e conseqüentemente, mais segurança.

### 3.1.2 Pavilhão Level Up, Croácia

Desenvolvido por Brett Mahon, Joonas Parviainen, Saagar Tulshan e Shreyansh Sett na Croácia, no ano de 2018, o Level Up (figura 14) é uma instalação que atua como uma oficina de projeto e construção específica para o local, com o objetivo de usar o telhado da extensão cuboidal anexada ao edifício Export Drvo ao lado do Canal Morto no Delta Canal de Rijeka e trazê-lo à vida como um ponto de encontro para a população.

Figura 14 – Projeto Level Up.



Fonte: Rahul Palagani (2018).

O pavilhão começa na rua, com vários níveis atingindo o terraço elevado construído no topo da extensão (figura 15). O usuário pode subir ou pular, sentar ou dormir, conhecer e cumprimentar, reunir um grupo. Mostra-se então uma configuração diferenciada deste espaço público, visto que ele permite uma interação com a vista do porto em si, local este que é visto como degradado e que dificilmente convida a população para uso como espaço público de permanência.

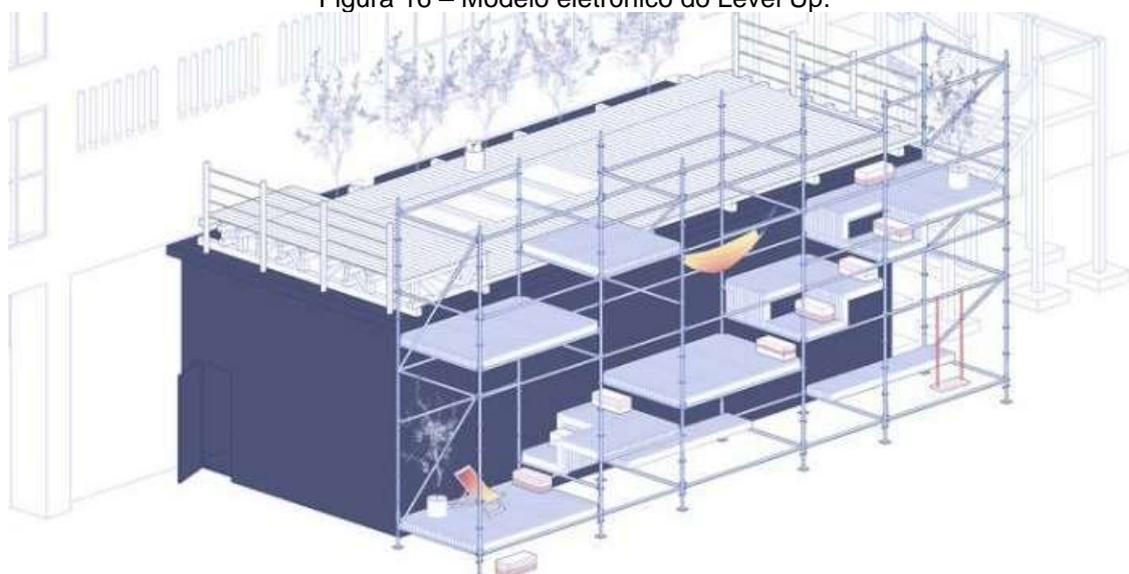
Figura 15 – Pavilhão Level Up.



Fonte: Rahul Palagani (2018).

Em vez de criar uma nova área urbana pública, o Level Up enfatiza a recuperação do espaço existente. Cria uma varanda para o Delta com uma estética industrial, atuando como uma fachada pública (figura 16). Em uma época em que a permanência da forma construída define a arquitetura, o Level Up celebra o urbanismo efêmero, convidando todos a refletir sobre a impermanência material e espacial. O espaço também vai se construindo de acordo com esses usos sugeridos e a dinâmica anterior do lugar, respeitando o aspecto participativo que foi considerado no momento projetual.

Figura 16 – Modelo eletrônico do Level Up.



Fonte: Mahon, Parviainen, Tulshan, Sett (2018).

Este exemplo vislumbra outros pontos a serem pensados no resultado desta pesquisa: o resgate da conexão e integração com o rio e sua vista, além de animar um uso de caráter permanente, como um ponto de encontro. O rio, por si só, promove boas sensações e desperta aconchego no usuário, sendo assim um ponto forte e atrativo para que a instalação seja bem utilizada.

O Level Up também reitera a possibilidade de criação de espaços públicos em lugares degradados e que repelem os usuários, trabalhando com a ressignificação do local e despertando novos potenciais com materiais diferenciados para a sua construção, visto que é um projeto quase plenamente estrutural, contando apenas com o rio para agregar elementos naturais ao espaço.

### 3.1.3 Infra-Space 1, Estados Unidos

O projeto intitulado Infra-Space (figura 17) foi construído em 2017 pelo Landing Studio e possui uma área total de 32375.0m<sup>2</sup>.

Figura 17 – Pontes debaixo da rodovia no Infra-Space 1.



Fonte: Landing Studio (2017).

Segundo os arquitetos responsáveis pelo projeto, o Infra-Space é o projeto piloto de um estudo conduzido pelo Departamento de Transportes de Massachusetts (MassDOT) no Estado todo, e que tem como objetivo do projeto o processo de revitalizar as paisagens sob viadutos de rodovias elevadas (figura 18).

Tais áreas de sub-viaduto geralmente têm características prejudiciais, sendo inacessíveis, escuras, barulhentas devido ao trânsito intenso de veículos e que interrompem o tecido urbano, não sendo diretamente interligadas às dinâmicas sociais das grandes cidades, remetendo à falta de segurança e que são lugares com baixa

possibilidade de criação de ambientes apropriados para o descanso e lazer. Desta maneira, o projeto visa quebrar o estigma de que ali não seria possível criar espaços vívidos na cidade nem proporcionar bons ambientes para os munícipes.

Figura 18 – Áreas caminháveis do projeto.



Fonte: Landing Studio (2017).

O objetivo do projeto é reparar essas interrupções, introduzindo conexões multimodais, aumentando a segurança e o conforto por meio de novos usos e iluminação. O projeto (figura 19) incorpora melhorias ambientais significativas, transformando as paisagens sob rodovias em infraestrutura verde de águas pluviais para tratar as vastas quantidades de escoamento da rodovia que, de outra forma, contaminariam as vias navegáveis locais. As áreas de manutenção para inspeções estruturais funcionam como áreas de programação pública.

Figura 19 – Planta baixa da intervenção Infra-Space 1.



Fonte: Landing Studio (2017).

A iniciativa tem o intuito de criar novos espaços públicos positivos (figura 20), mas que não tenha simplesmente que construir parques. Dessa forma, o design completo do Infra-Space 1 visa reorganizar e redefinir os padrões de material e design de infraestrutura de transporte de maneiras inovadoras para moldar um domínio público mais benéfico, onde os protagonistas sejam os caminhos multimodais, o gerenciamento de águas pluviais paisagens e iluminação, a fim de devolver à sociedade uma área urbana de qualidade e paisagem de acesso público.

Figura 20 – Área de convivência do Infra-Space 1.



Fonte: Landing Studio (2017).

Este projeto inspira um atento às questões de infraestrutura para melhorar o relacionamento entre o espaço público e os elementos do entorno, principalmente no que diz respeito à iluminação e espaços caminháveis que transmitam segurança para o pedestre, este que é valorizado enquanto o espaço antes era exclusivo dos automóveis.

### 3.2 INTERVENÇÕES NACIONAIS

Nas intervenções em escala nacional são analisadas a Intervenção TransBorda, no Rio de Janeiro – RJ, projeto de intervenção itinerante, que fez parte de uma exposição; e o Centro Comunitário Camburi, em São Paulo, que exprime a força da comunidade local em um projeto participativo com o uso de materiais sustentáveis para a sua construção.

### 3.2.1 Intervenção TransBorda, Rio de Janeiro – RJ

O projeto Transborda nasce do convite feito pelo Museu de Arte do Rio (MAR) a fim de criar uma arena para a programação pública de rodas, debates e performances durante o período da exposição “*Quem não luta tá morto! Arte, Democracia e Utopia*”. O Estúdio Chão, responsável pelo projeto, se propôs a provocar os próprios limites do museu com o espaço público (figura 21).

Figura 21 – Estrutura de arquibancada do projeto TransBorda.



Fonte: ArchDaily Brasil (2020).

Um conjunto de arquibancadas e plataformas (figura 22) transforma o ato de ocupar os pilotis do MAR num gesto de atravessamento de muros e ativação do espaço público, promovendo espaços de descontração e lazer através da apropriação espontânea dos usuários, que se deslocam e interagem com o ambiente.

Figura 22 – Estrutura entre pilotis do projeto TransBorda.



Fonte: ArchDaily Brasil (2020).

A TransBorda age como um dispositivo poético para provocar a realidade e fazer um chamado à imaginação, pondo corpos de todas as formas e idades em movimento sobre pés e mãos para atravessar o muro de vidro dos pilotis do Museu de Arte do Rio (figura 23).

Figura 23 – Instalação de brinquedos do projeto TransBorda.



Fonte: ArchDaily Brasil (2020)

A instalação funcionou entre setembro de 2018 e maio de 2019, e tornou-se uma atração amplamente apropriada pelas crianças do bairro e visitantes (figura 24), sendo uma importante iniciativa dentro de um reposicionamento estratégico do museu na comunidade e na cidade, empreendido pela sua nova direção, e que tem resultado em significativa ampliação de público.

Figura 24 – Rede multiuso do projeto TransBorda.



Fonte: ArchDaily Brasil (2020)

A intervenção trabalha com o convite às pessoas de diversos gêneros e recortes de faixa-etária à apropriação do espaço, pois não dita os usos da instalação, apenas fornece os elementos de infraestrutura e explora a possibilidade de criar um espaço público convidativo para todos.

### 3.2.2 Centro Comunitário Camburi, São Paulo

O centro comunitário (figura 25) é construído em Cambury, uma cidade litorânea a 50 km de Ubatuba. Situa-se no Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Picinguaba, em São Paulo. Para proteger os remanescentes florestais, o governo criou vários parques como o Parque Estadual da Serra do Mar, que foi fundado em 1977. Entretanto, deste modo, restringiu, também, significativamente as atividades de seus moradores. Há 150 anos quilombolas e caiçaras, misturados em uma comunidade homogênea, seguem uma vida tradicional baseada na agricultura, caça e pesca.

Figura 25 – Centro Comunitário Camburi.



Fonte: Nelson Kon (2018).

O projeto todo feito com a utilização de bambu oferece outros meios de sobrevivência financeira no setor da construção ecológica e tenta consolidar a unidade da comunidade através de edifícios municipais. Para o projeto (figura 26), três requisitos principais foram solicitados por parte da associação local de Cambury:

primeiramente, a criação de um espaço comunitário para manter reuniões, atividades escolares ou outros eventos, além de várias salas separadas para classes e espaços para armazenar material; formar uma percepção de centro geográfico do bairro; integrar o edifício dentro da paisagem circundante e a escola existente localizada no mesmo terreno.

Figura 26 – Centro Comunitário Camburi.



Fonte: Nelson Kon (2018).

O centro é orientado na direção do mar para aproveitar o vento principal. Elevando o teto e evitando paredes perpendiculares que podem bloquear o fluxo de ar no interior do edifício, o fluxo de ventilação é ideal. Em condições quentes (figura 27) e úmidas, maiores velocidades de vento tem um efeito positivo sobre o bem-estar fisiológico, bem como psicológico.

Figura 27 – Centro Comunitário Camburi.



Fonte: Nelson Kon (2018).

A cooperativa local de eco-construção, recebeu um treinamento essencial para o projeto e teve suas habilidades aperfeiçoadas e agora podem prestar serviços de qualidade para servir diferentes clientes, uma forma de gerar uma nova receita. Ao lado da cooperativa construtora, surgiram outras formas que se relacionam diretamente com a associação do bairro para gerar renda, por exemplo os eco-monitores que fornecem renda através do turismo e a recente padaria da comunidade que fornece renda para várias mulheres que fazem e vendem pão. Artesãos locais também tem uma loja na entrada da vila, de onde agora vendem artefatos para os turistas de passagem.

Neste projeto, são importantíssimas as ressalvas sobre as características locais e as questões culturais acerca da comunidade que utiliza o espaço do centro comunitário. Os materiais valorizam a cultura e dinâmicas locais, se fazendo também da ajuda e capacitação da cooperativa, o que traz um equilíbrio simpático para o projeto no exercício da justiça social.

### 3.3 INTERVENÇÕES REGIONAIS

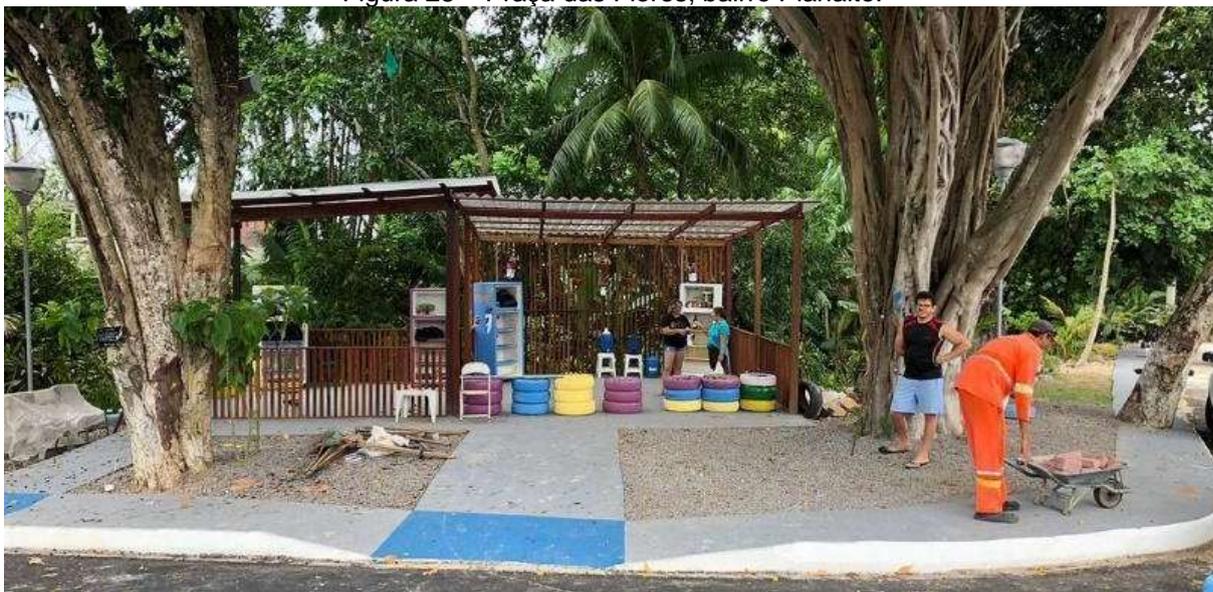
Nas intervenções em escala regional são analisadas a Praça das Flores, Manaus e o Parklet - Ocupando o Espaço Público, Belém – PA.

#### **3.3.1 Praça das Flores, Manaus**

Com a adoção do programa “Adoção de Espaços Públicos”, implementado pela Prefeitura de Manaus, as praças da cidade estão sendo revitalizadas, parques recuperados e melhor qualidade de vida para a população de Manaus com áreas de convívio social revigoradas. A paisagem e a rotina nos bairros da capital estão mudando e melhorando. Entre os lugares que passaram por esta intervenção está a Praça das Flores, localizada no bairro Planalto (figura 28).

Este projeto parte da Secretaria Municipal de Parcerias e Projetos Estratégicos (Semppe) e diversas empresas. Ainda, a própria população passa a ter um entendimento maior da importância do colaborativismo no serviço público e têm sido parceira das ações da prefeitura.

Figura 28 – Praça das Flores, bairro Planalto.



Fonte: Diário AM (2018).

As principais participantes da obra foram a construtora MRV e a MAC Empreendimentos Imobiliários, onde realizam serviços de recuperação do espaço e moradores voluntários da comunidade estão ajudando a pintar e organizar cada detalhe. Com o fim das obras, a Associação do Conjunto Flamanal cuidará da praça e terá sua manutenção garantida pelos próximos cinco anos.

A revitalização e adoção da praça é fruto de uma ação integrada entre a Semppe e as secretarias municipais de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semmas), Limpeza Urbana (Semulsp), Infraestrutura (Seminf), de Juventude, Esporte e Lazer (Semjel) e os institutos municipais de Planejamento Urbano (Implurb) e de Engenharia e Fiscalização de Trânsito (Manaustrans).

Além disso, a revitalização da Praça das Flores conta com revitalização urbana e também paisagística, com a construção de novas calçadas com acessibilidade que garante a possibilidade de acesso à todos os usuários da praça, novo mobiliário urbano que conta com bancos, novo paisagismo que se integra à identidade local, novas lixeiras que suprem a demanda da população, a praça também conta com uma nova biblioteca ao ar livre, onde funciona o “Espaço do Conhecimento Sustentável”, playground para as crianças, iluminação decorativa em LED, pintura das quadras, academia ao ar livre adaptada para cadeirantes (figura 29), além de asfaltamento, pintura do meio-fio, calçadas e iluminação LED no entorno que colabora para a segurança do local e conforto dos usuários em transitar ali.

Figura 29 – Praça das Flores, bairro Planalto.



Fonte: Diário AM (2018).

Na Praça das Flores se nota a participação dos moradores locais no processo de requalificação da pracinha e também no fomento de uma educação coletiva sobre a importância desta participação popular e no desenvolvimento do projeto. Esta conexão fomenta o aspecto afetivo dos usuários com o local e pode ser um aliado para a manutenção e cuidado dos espaços públicos.

### 3.3.2 Parklet - Ocupando o Espaço Público, Belém – PA

O Parklet é um modelo de mobiliário urbano recente que vem se popularizando devido ao intuito de devolver os espaços urbanos aos cidadãos, valorizando a escala humana e vem como uma alternativa para valorizar o passeio público, incentivando a população a caminhar pela cidade e estimulando o uso dos transportes públicos e dos transportes não motorizados, influenciando diretamente na popularização dos conceitos de mobilidade ativa.

A iniciativa do Parklet busca humanizar e democratizar o uso da rua, tornando-a mais atrativa e convidativa a ser vivida. Extensões temporárias de calçada promovem o uso da via pública de forma mais democrática, gerando lugares melhores para se viver e conviver. A inserção do Parklet privilegia o convívio das pessoas em via pública, sendo um espaço público de pequena escala podendo gerar novas perspectivas de uso da rua.

Figura 30 – Parklet em Belém.



Fonte: Laboratório da cidade (2017).

Em Belém, os parklets (Figura 30) colaboram na criação de espaços públicos em meio ao caos da cidade, trazendo uma interação diferenciada entre a população e o espaço, melhorando a convivência de todos e promovendo o uso do solo de maneira democrática, não somente voltado para automóveis.

Figura 31 – Parklet em Belém.



Fonte: Laboratório da cidade (2017).

Além disso, os parklets dão vida à cidade, aos percursos do dia a dia e criam espaços bonitos e agradáveis em meio à selva de pedra, gerando vontade de andar

a pé. Os parklets fazem um convite a alma, na cidade que a suprime em meio a tanto caos. Trazem a essência da cidade em um pequeno espaço (Figura 31), que pode servir para uma pausa, para um descanso, para encontrar um amigo, ler um livro, e principalmente, não servir a nada disso e a tantas outras coisas, essa é a beleza da democracia do espaço público.

### 3.4 ANÁLISE DOS ESTUDOS

Percebe-se que os estudos de caso trazidos aqui possuem inúmeras características distintas, diferem uns dos outros e isto se deve à própria ideia de que o espaço público pode ser diversificado de acordo com os atores que se manifestam em tal espaço urbano público e se apropriam dele, a identidade local trazida para o espaço, bem como os agentes responsáveis por planejar e construir estes espaços públicos. Além disso, todo espaço tem o intuito de atingir um objetivo e sanar problemas. Estudar casos diversos coloca em pauta a variedade de maneiras possíveis para solucionar adversidades semelhantes, que nem sempre condicionam o projeto a se tornar uma praça ou parque.

Embora os casos estudados perpassem por pistas de skate, cais e praças, até projetos de pouca permanência, eles buscam resolver tribulações semelhantes, como falta de apropriação da cidade e do espaço público, dar vida aos lugares que não cumprem função social ou até mesmo dar vida aos pontos da cidade onde não se vê possibilidade de haver um espaço público, sem mencionar os problemas sociais e espaciais em si. Ainda, os vários correlatos apontam para a resolução de outros impasses, como a insegurança, a deterioração do espaço, a falta de relação com o meio ambiente e a não participação da população de alguma maneira na produção do local.

Outra observação é que, principalmente nos casos internacionais, o vetor das melhorias é o próprio gestor público que atua em parceria com empresas privadas com a finalidade de trazer um bom espaço urbano à população, embora pouco se note algum protagonismo da comunidade em seu desenvolvimento, é percebido que, ao projetar, o responsável atenta para as dinâmicas que acontecem no entorno e dá foco em trazer usos que condizem com a realidade. Nos casos apontados, fora do Brasil, o próprio ato de usar os espaços de passagem e transição são considerados potenciais lugares de apropriação da cidade e um ambiente a ser melhorado.

No Brasil, os casos apresentados apontam para o incentivo à apropriação. Mesmo os espaços comunitários podem gerar uma sensação de afastamento e não ser tão convidativos, logo, estimular este uso do espaço é um ponto para que a população se visualize utilizando o lugar e então dando identidade local ou resgatando esta questão identitária. Ainda se verifica a necessidade de melhor observar o que acontece na cidade, utilizar mais os lugares ociosos e conectar esses espaços públicos de alguma forma.

Quanto aos casos verificados na região Norte, há uma grande dificuldade em encontrar espaços públicos diferenciados para a população. Majoritariamente, os espaços públicos pensados pelos gestores se tratam de praças e jardinetes, isto alimenta a ideia de que as pessoas tendem a relacionar o espaço público com o espaço livre de uma praça.

O projeto da Praça das Flores, em Manaus, pode ser apontado como um projeto comum, que apenas devolve um espaço reformado à população, mesmo que instigue a participação na construção e manutenção do ambiente.

Já em Belém, a ideia de parklets parte de um grupo que estuda as possibilidades da cidade, entretanto, não há fomento do incentivo por parte dos gestores municipais nem incentivo financeiro que ajude a criar mais deste tipo de espaço. Porém, já se vislumbra uma nova tipologia de projeto para a cidade.

Portanto, esta seleção de projetos ajuda a ampliar o conhecimento sobre como o espaço público vem sendo construído nas diferentes escalas e lugares, seja ele nacional ou internacional. Todos servem para inspirar os enfrentamentos de problemas muito semelhantes e que são diagnosticados no objeto de estudo desta pesquisa, a Praça do Santa Inês, para que a discussão do “fazer mais do mesmo” seja debatida e os horizontes se ampliem.

Os projetos são intervenções provocativas que fogem da conjectura de uma praça comum e dão atenção ao espaço público como um gesto artístico e lutam pelo protagonismo dos encontros humanos sobre a forma arquitetônica, saindo das fronteiras usuais.

## 4 URBANIZAÇÃO E EXPANSÃO URBANA DE MACAPÁ

Este capítulo se divide em dois momentos: a compreensão da urbanidade amazônica em conformidade com a realidade da região Norte e também local, e a prática urbana e a formação dos espaços públicos de Macapá .

O primeiro tópico discute o nascimento dos processos de urbanização nas cidades amazônicas a fim de entender as características da configuração urbana que se difere dos modelos do Sudeste e Sul do país, as motivações da ocupação e expansão acelerada das cidades nortistas, bem como sua influência no crescimento da cidade de Macapá e as problemáticas que a afligem (BECKER, 2013; MENESES, 2000; TRINDADE JR, 2015). Além disso, o tópico quantifica o crescimento do município com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possibilitando visualizar o espraiamento da população na capital no decorrer dos anos.

No segundo momento deste capítulo são discutidas as práxis urbanas relativas à formação dos espaços públicos na cidade de Macapá. Entre os aspectos, são resgatados os parâmetros legais do Plano Diretor para o desenvolvimento das áreas de interesse turístico ou de influência de atividades com significativo impacto ambiental na urbe (PDDUA, 2004). O tópico também traz exemplos de espaços públicos em Macapá, apresentando as diversas manifestações e atividades que ocorrem nestes locais, a fim de verificar as características dos espaços públicos locais, como estes são distribuídos na cidade, suas problemáticas e potencialidades.

### 4.1 A EXPANSÃO URBANA DE MACAPÁ NO CONTEXTO REGIONAL E LOCAL

Nesta seção serão tratados os aspectos relativos ao processo de urbanização da região amazônica baseados na implantação de empreendimentos que geraram um alto índice de migração para o Norte do Brasil, bem como a expansão da cidade de Macapá em função do aumento populacional acelerado a partir dos anos 1940 e das relações urbanas com as cidades próximas que formam um eixo de centralidade urbana (TRINDADE JR., 2009; AMARAL, 2010).

#### 4.1.1 A urbanização das cidades amazônicas

Os processos de urbanização nas cidades amazônicas, em sua maioria, foram expressivamente conturbados e frutos de decisões externas ao contexto regional. Consequentemente, após a implantação de empreendimentos significativos, pertinentes à projetos de mineração, agropecuária e de colonização induzida, muitos problemas foram surgindo em todos os campos que compõem as áreas urbanizadas, de modo especial, em relação à moradia, infraestrutura, serviços e recursos ambientais, refletindo um uma nova dinâmica populacional para a região, bem como em um crescimento urbano desordenado em grande parte das cidades amazônicas.

É importante ressaltar neste contexto que, a configuração urbana e regional amazônica apresenta características, de certa forma, diferenciadas com relação ao urbanismo industrial típico das regiões do Centro-Sul brasileiro, o que remonta a um aspecto ímpar da urbanização, onde os rios e a floresta possuem um papel importante em sua condição urbana.

Neste sentido, Trindade Jr (2015, p. 330) aponta que, para se estudar a região, é preciso ter noção da urbano-diversidade a fim de “conceber uma Amazônia urbana, plural e diversa, à semelhança do que se pensa em relação à biodiversidade e à sociodiversidade”, que contrapõe a ideia de homogeneidade reservada à Amazônia.

Desta maneira, a forma de urbanização na Amazônia se distingue por ser uma unidade regional não homogênea, apresentando diversos processos de expansão, notadamente econômicos e sociais, mas com fortes implicações políticas e culturais. Tal lógica territorial de produção do espaço amazônico é referida por Becker (2013) como “floresta urbanizada”, isto é, uma metáfora sobre a região que possui inúmeras possibilidades, seja pela exploração capital, de recursos, da força de trabalho e outros, que definiam novas maneiras de se apropriar do território já ocupado, apropriação esta que ocorreu por meio da implantação de redes de integração espacial com outros polos do país e indução de fluxos migratórios para a região.

Para Meneses (2000), a década de 1990 consagrou a intensificação do processo de urbanização da Amazônia, comprovado não só pelo aumento da população urbana, como também pelo surgimento de novos municípios. Para a autora citada, estes centros urbanos locais, independentemente de sua posição na hierarquia

urbana, fomentaram o apoio logístico para que novos municípios amazônicos fossem implementados.

Neste sentido, a região recebeu um fluxo de deslocamento de pessoas em uma velocidade bastante acelerada e, devido a este contexto, acarretou-se em um movimento descompassado na expansão urbana sem o adequado planejamento urbano, que se conseguisse abrigar toda a população tão logo. Para tanto, no intuito de atender a demanda populacional do período, somente eram pensadas as habitações, como elementos desagregados do planejamento urbano.

Ao verificar esta intensificação no crescimento populacional, a Região Norte ganhou peso relativo na distribuição de sua população no total do País: respondia por 4,43% da população nacional, em 1970, passando para 5,57%, em 1980, e alcançando 6,83%, no ano de 1991 (CUNHA; BAENINGER, 2000).

Entre 1991 e 2000, a região recebeu cerca de 700 mil migrantes. Em 2000, 4,3 milhões de habitantes (21% da população residente) na Amazônia eram migrantes. Desse total, cerca de dois terços eram originários das outras regiões do país, enquanto um terço veio da própria região (migração intra-regional) (CELENTANO, 2007).

Desse modo, observa-se que a migração exerce forte influência no crescimento demográfico regional. A densidade demográfica dos municípios da Amazônia varia de acordo com sua proximidade aos eixos fluviais e rodoviários, ou seja, diz respeito à forma de acesso das pessoas às cidades, pois estes criam as principais conexões entre as centralidades urbanas.

Neste cenário, Celentano (2007) afirma que, em 2000, 52% dos municípios da Amazônia tinham densidade demográfica igual ou inferior a 5 habitantes/ km<sup>2</sup>, enquanto em 44%, a densidade oscilava entre 5-50 hab./km<sup>2</sup>. Somente em 4% dos municípios (capitais e municípios de ocupação antiga), a densidade demográfica era superior a 50 habitantes/km<sup>2</sup>.

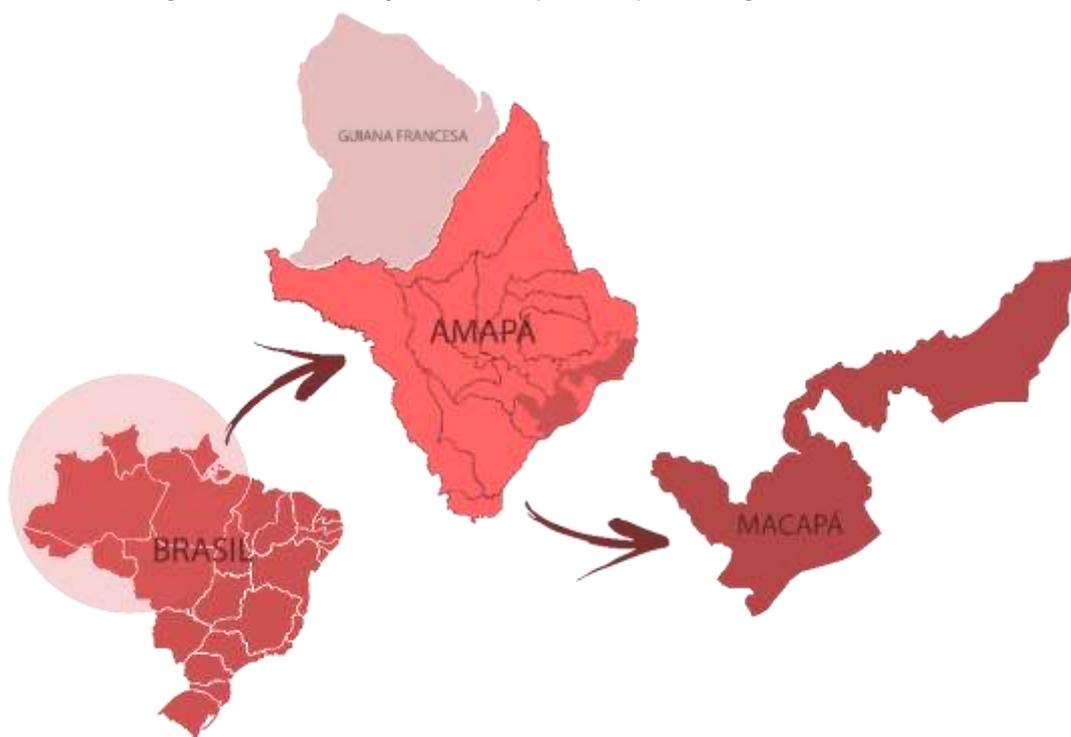
De acordo com o IBGE (2007), a região Amazônica apresentava 25,4 milhões de habitantes, representando 12,1% da população total do Brasil. No entanto, a densidade populacional da Amazônia com o número de 4,27 hab./km<sup>2</sup> é bastante baixa em comparação aos números do Brasil e a da Região Sudeste, também para o ano-base 2007, de 21,61 e de 84,23 hab./km<sup>2</sup>, respectivamente. Enquanto para o ano de 2019, o IBGE estima que o número de habitantes passou para 28,9 milhões.

#### 4.1.2 Macapá em pauta: a expansão urbana tucuju

Macapá, sendo uma cidade amazônica, também acompanha este cenário de urbanização desordenada, como já mencionado, onde, dentre os diversos conflitos identificados em seu espaço, ressaltam-se aqueles de ordem urbano-ambiental.

Neste contexto, a capital do Amapá (Figura 32) enquadra-se como uma cidade média amazônica. Segundo Amaral (2010), a partir do processo de metropolização da Amazônia<sup>10</sup>, Macapá representa a centralidade do Estado do Amapá e também das ilhas do Marajó, próximas à capital. Trindade Jr. (2009) por seu turno, aponta que tal centralidade é resultado da intensificação dos fluxos entre Belém e Macapá, permitindo que esta alcance o limite fronteiriço com a Guiana Francesa<sup>11</sup>.

Figura 32 – Localização de Macapá, Amapá, na região Amazônica.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Apesar de Macapá não apresentar uma centralidade urbana típica das cidades industrializadas, quando se analisa sua influência e estrutura no contexto de

<sup>10</sup> Que se iniciou nos anos 1970 com a urbanização das capitais estaduais da Região Norte e incentivo da criação da Zona Franca de Manaus (SOUSA, 2016)

<sup>11</sup> A Guiana Francesa possui nome oficial Departamento Francês do Ultramar (*Département d'Outre-mer*), está situada na América do Sul, sendo limitada, à norte, pelo Oceano Atlântico, à leste e sul, pelo estado do Amapá, à oeste, pelo Suriname.

cidade média, nota-se uma dinâmica econômica intensa com a metrópole regional Belém e uma conjuntura urbana e econômica forte com a cidade de Santana, segundo maior município do Amapá, depois de Macapá, concentrando grande parte da atividade econômica e populacional do estado do Amapá, ocasionando, o que se denomina “macrocefalia urbana”, que diz respeito a um crescimento acentuado e concentrado de população e atividades comerciais em determinado perímetro urbano (AMARAL, 2010).

No que diz respeito ao conceito de cidade média, é necessário analisar outras informações do que exclusivamente os indicadores demográficos, como considerar a relevância e a diversidade de papéis exercidos na cidade no contexto da rede urbana.

As cidades médias exercem papéis estratégicos na rede urbana regional, sendo referência para os pequenos aglomerados urbanos, bem como para áreas rurais tangentes a elas, vinculando-se simultaneamente aos centros urbanos maiores e mais importantes hierarquicamente.

Para Steinberger e Bruna (2001), o elo urbano regional das cidades médias confere a elas a função de núcleos estratégicos na rede urbana, visto que aglutinam as vantagens de serem aglomerados urbanos com expressiva dinâmica econômica, articulados ao espaço regional, conformando, assim, sua área de influência.

Cabe assinalar a distinção feita entre “cidade de porte médio” e “cidade média”, pois embora o tamanho demográfico seja um dado importante, ele por si só não caracteriza o que aqui se entende por cidade média.

Sposito *et al.* (2007) destacam o papel que a cidade desempenha regionalmente, exercendo forte relação com a área na qual está situada e pela concentração e centralização econômica, tendo em vista a realidade regional.

No mesmo sentido, Corrêa (2007) chama atenção para a concentração da oferta de bens e serviços para uma “hinterlândia regional”, onde este termo diz respeito à um território contíguo à costa marinha ou a um rio, servido por meio ou vias de transportes terrestres, fluviais ou lacustres para a qual se encaminham de forma direta as mercadorias desembarcadas no porto, ou seja, a localização da cidade média possibilita o desenvolvimento de atividades especializadas destinadas ao mercado nacional.

Assim, destacam-se enquanto características de uma cidade média:

[...] o papel de intermediação entre as pequenas e as grandes (cidades) então são cidades que comandam uma região, que polarizam uma região, que crescem em detrimento da sua própria região ou crescem em função da sua própria região, as duas coisas acontecem. Cidades médias que ampliam seus papéis, porque diminuem os papéis das cidades pequenas, a partir de uma série de mecanismos econômicos, ou cidades que, em função do tipo de atividade que têm, das lideranças que ali se encontram, são capazes de crescer e propor um projeto ou desempenhar um papel político, econômico e social de crescimento para toda uma região (SPOSITO, 2009, p. 19).

Macapá é a capital e a maior cidade do Amapá. Localizada na Amazônia Setentrional, atualmente, mais de 95,7% de sua população reside no ambiente urbano (IBGE, 2017). Sua história mostra que seu crescimento urbano, até a transformação do Território Federal do Amapá em Estado, através da Constituição Federal de 1988, foi consequência de grandes projetos econômicos voltados à exploração, ligados: ao extrativismo, à exploração mineral e às políticas públicas direcionadas à “ocupação” e ao desenvolvimento da Amazônia.

Os pontos mencionados representaram fatores marcantes nesta nova configuração, influenciando diretamente na dinâmica populacional, com expressivo crescimento, fato que gerou o processo de expansão urbana de Macapá.

Quanto ao planejamento urbano da cidade, o diagnóstico do Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Macapá, desenvolvido pela fundação João Pinheiro, em 1973, sinaliza que as áreas disponíveis para expansão não supririam as demandas de crescimento populacional, assim sugere então, a expansão da zona sul da cidade ao longo da rodovia JK, na estrada Macapá/Fazendinha (PEREIRA, 2013).

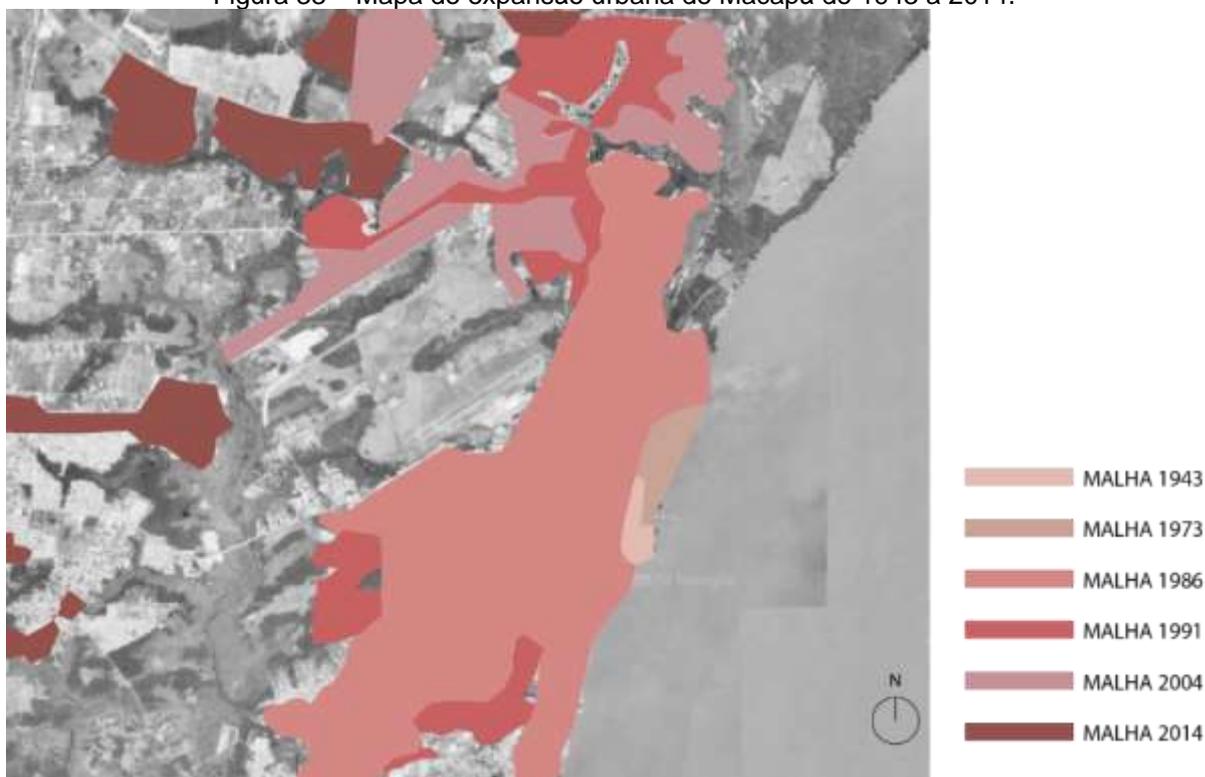
Ainda, Portilho (2006) ressalta que a expansão da cidade se deu em direção ao 3º BIS, com o surgimento do bairro Alvorada, do São Lázaro às margens da BR 156, do Perpétuo Socorro (Baixada do japonês), e do Jardim Felicidade, complementando o processo no sentido da zona norte de Macapá.

Com a estadualização do Amapá em 1988, geram-se novas dinâmicas no interior da região. No entanto, é a partir da década de 1990, que novos fluxos econômicos, sociais e demográficos, novos atores e novas redes se configuram no espaço da sub-região de Macapá. Dentre eles, cabe citar a fragmentação política do espaço amapaense, a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), o retorno da mineração, além da expansão da infraestrutura energética, bem como novas relações fronteiriças entre o Amapá e a Guiana Francesa.

Os censos do IBGE (1990, 2010) mostram que, entre 1990 e 2010, logo após o processo de estadualização, a população de Macapá cresceu 136,48%, passando de 132.668 habitantes para 381.214 em 2010.

De acordo com o IBGE (2016), a ampliação populacional no Estado do Amapá até 2016 chegou a 268%, e na sub-região de Macapá 270%, quase o mesmo percentual nesse período e continua a crescer progressivamente. Este fator implica diretamente sobre a expansão espacial da cidade (Figura 33), inferindo na consolidação de uma paisagem de matriz cada vez mais urbana, com o declínio e isolamento de áreas verdes e espaços públicos.

Figura 33 – Mapa de expansão urbana de Macapá de 1943 a 2014.



Fonte: Elaborado pela autora (2020) com base em Silva (2017).

Além dos fatores supracitados, as alterações ambientais de origem antrópica impactam diretamente sobre o funcionamento urbano, tornando-o deficiente e de baixa qualidade para aqueles que o habitam.

Na estimativa de 2019, o número de habitantes da cidade já chega a 503.327 pessoas (IBGE, 2019). Tal migração ocorre devido a busca populacional para acessar serviços, como saúde e educação, bem como à expectativa de conseguir melhores condições de trabalho. Assim, Macapá, que possui um processo de desenvolvimento

urbano tardio, sofre com a expansão acelerada para atender a demanda populacional que se instala na cidade.

A ausência de investimento em planejamento urbano levou a cidade a ampliar seus limites de forma tumultuada, sem o acompanhamento de infraestrutura, formando espaços através de invasões, termo popular que designa a ocupação de uma propriedade ou solo urbano que não cumpre função social conforme previsto no Código Civil, consolidando assim, este modelo característico de urbanização desordenada em Macapá (SOUZA, 2014).

Outra problemática incidente em Macapá, trata-se da ausência de integração e diálogo entre as diferentes esferas do poder público para a elaboração de planejamentos e a condução de uma gestão urbana efetiva. Por conseguinte, como reflexo da velocidade de expansão da cidade, Silva (2017, p. 433) comenta que, no mesmo período em que o setor privado começa a atuar mais ativamente na produção do espaço urbano de Macapá, ocorre uma “mudança no papel do estado no que se refere à condução do processo de expansão urbana”. A mudança referida pela autora é a decisão do poder público de priorizar a edificação de conjuntos habitacionais, os quais se diferenciam dos loteamentos populares, uma vez que objetivam a construção de moradias para a população de baixa renda.

Com estes fatores também se verifica o direcionamento das políticas públicas que passaram a ter enfoque na demanda populacional, pois havia a falta de capacidade de absorção da mão de obra, advinda de outros estados, em busca de oportunidades de emprego no âmbito administrativo e na procura de vagas proporcionadas pelo setor de exploração mineral no Amapá pós-estadualização deste, que gerou déficits na habitação, nos serviços e na infraestrutura da capital.

Acioly e Davidson (1998, p. 10) elucidam que esse aumento das densidades urbanas “afetam diretamente processos de desenvolvimento urbano tanto ao nível da cidade quanto do bairro como, por exemplo, o congestionamento, a falta de espaço de lazer, a baixa qualidade ambiental”. Sob outra perspectiva, a precariedade de equipamentos e estruturas urbanas necessárias para o estado de bem-estar social de sua população decorrem das imperfeições das políticas públicas, por ineficiências de gestão e gerenciamento urbano, aumentando o grau de deficiência da aplicação dos planejamentos propostos.

Em vista disto, Tostes (2013) pontua que:

Discutir o espaço urbano no Amapá, especialmente das cidades de Macapá e Santana, resulta pensar na configuração de funções complementares e espaços de ampla articulação regional, passando pela necessidade sobre como aplicar um planejamento urbano, agregador e sistêmico, ou a sua ausência, acentuando graves problemas sociais existentes nas duas cidades e na região (TOSTES, 2013, p. 2).

Cabe destacar que, os problemas urbanos ocasionados pelo crescimento caótico nas principais cidades do Amapá resultam também da falta de articulação entre as cidades e da pouca integração dos poderes públicos nas diferentes esferas na implementação de políticas públicas, levando em consideração as especificidades locais. Além disso, alerta-se para a baixa capacidade institucional das estruturas públicas locais em acessar e executar recursos públicos, necessários para prover as principais cidades amapaenses de estruturas urbanas necessárias a uma adequada qualidade de vida da população (TOSTES, 2011).

Os fatores aqui ressaltados, que conduzam à expansão urbana de Macapá, refletem significativamente na qualidade de vida de sua população, onde, segundo Gatti (2013) é e sempre será medida pela dimensão da vida coletiva que é expressa nos seus espaços públicos dispostos democraticamente pela cidade, seja no parque, na praça, na praia ou mesmo na rua.

O espaço público de uma cidade é o lugar do lazer, do descanso, da conversa corriqueira, da livre circulação, da troca e, sobretudo, da possibilidade do encontro com o outro, estes que se perdem devido à falta de atento nas regulações urbanas e no caráter identitário da população que não se vê nos espaços propostos para a cidade de Macapá.

Devido ao crescimento acelerado da cidade de Macapá aqui apontado, poucos projetos voltados para os espaços públicos da cidade foram efetivados e a preocupação foi direcionada a fim de suprir mormente as demandas da questão habitacional do município, deixando de lado as necessidades da comunidade que estão voltadas para o âmbito do lazer, bem como o afastamento das raízes culturais e as práticas coletivas e democráticas de se pensar a cidade.

## 4.2 A PRÁTICA URBANA E A FORMAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS LIVRES NA CAPITAL AMAPAENSE

Como já discutido, o Plano Diretor tem um papel fundamental no modo de produção da cidade e rege inúmeras considerações nas particularidades formais do espaço urbano, bem como do espaço público. Para além disto, é primordial para o desenvolvimento de áreas de interesse turístico, como se observa na Orla de Macapá e, ainda, para aquelas zonas localizadas em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no país, pois estes estão atrelados aos aspectos de qualidade de vida de uma população.

A acepção do desenho de cidade não adota um padrão mundial, variando de município para município. Os organismos governamentais tendem a se basear em critérios quantitativos, sobretudo populacionais, ao considerar a existência de uma cidade, assim como os espaços públicos que serão construídos. Para entender como são distribuídos estes pontos de convívio social público no meio urbano de Macapá, é preciso compreender que os diversos elementos que moldam a configuração das cidades, na visão de Monte-Mór (2006, p. 6), “definem as formas de organização da população e localização das atividades econômicas, referenciam identidades sociais, definem as formas várias de constituição comunitária”.

Conforme apontado, assim são providos os espaços indispensáveis para o desenvolvimento e expansão do município, logo, a cidade terá mais ou menos espaços públicos de acordo com a análise desta necessidade urbana. Dito isto, é possível entender como os espaços públicos são distribuídos na cidade de Macapá. De acordo com o mapeamento disponível no Plano Diretor do município, isto é, a catalogação formal dos espaços públicos da cidade, em 2004 constam 30 espaços referentes a praças no meio urbano (figura 34). Além disso, o mapeamento da última atualização do Plano Diretor levanta os jardins públicos e jardinetes, entretanto, estes não se configuram como praças ou não são espaços que recebem os mesmos usos.

Figura 34 – Mapa de identificação de praças na cidade de Macapá.



Fonte: Elaborado pela autora (2020) com base no Plano Diretor (2004).

É possível confirmar este déficit dos espaços utilizando os dados em análise quantitativa e distributiva por meio do CEP, o coeficiente do espaço público que “trata-se de uma medida adimensional que relaciona a área total dos tipos de espaços públicos (agregados em 3 categorias: ruas, praças e parques) com a área total de um dado recorte territorial”. (ROSANELI, 2019, p.12). Neste sentido, empregando o próprio mapa disponibilizado no Plano Diretor de Macapá com o quantitativo de espaços públicos e o total de área do município é possível aferir que, dentro do recorte territorial de 6,407km<sup>2</sup> da cidade de Macapá, a quantidade de espaços públicos é de apenas 8.4%, atestando um desequilíbrio da distribuição dos espaços públicos em relação a cidade.

Ainda, conforme o mapa apresentado, é possível notar que os espaços públicos mais assistidos e de maior área espacial se localizam na região central da cidade e que outra quantidade relevante destes espaços se manifesta no sentido Zona Sul da cidade. Outro aspecto ressaltado é que as demais praças registradas no mapeamento se encontram dispersas na malha urbana, onde, possivelmente, estas praças atendem além do bairro onde estão situadas, mas também os bairros adjacentes. Na cidade de Macapá se verifica então uma má distribuição de espaços públicos que se deu devido à expansão urbana que hoje conta com 28 bairros oficializados e mais 33 bairros que passam pelo processo de nova delimitação e definição por meio da Secretaria Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano (PREFEITURA DE MACAPÁ, 2020).

Para além disto, cabe ressaltar que o mapeamento não abarca os espaços que surgiram de modo espontâneo recentemente, nem os que foram criados na última gestão municipal e não traduz mais o quantitativo de espaços públicos existentes no município. Embora o mapeamento não mostre novas áreas criadas, algumas destas áreas já existentes têm recebido projetos como maneira de revitalizar a cidade e promover um maior número de usos, assim tem acontecido nos conjuntos habitacionais. Residenciais como Mestre Oscar, na zona norte, e Mucajá, na zona sul, receberam instalação de brinquedos; e a Praça Nossa Senhora da Conceição, na zona sul, e nos bairros Araxá e Buritizal também serão contemplados com a instalação de parques infantis pela Prefeitura de Macapá (figura 35).

Figura 35 – Implantação de parques infantis esportivos (playground).



Fonte: Prefeitura de Macapá, 2020

Outro exemplo de espaço público que não faz parte do mapeamento do ano de 2004 que já está bastante defasado é o Deck da Rua Hildemar Maia (figura 36).

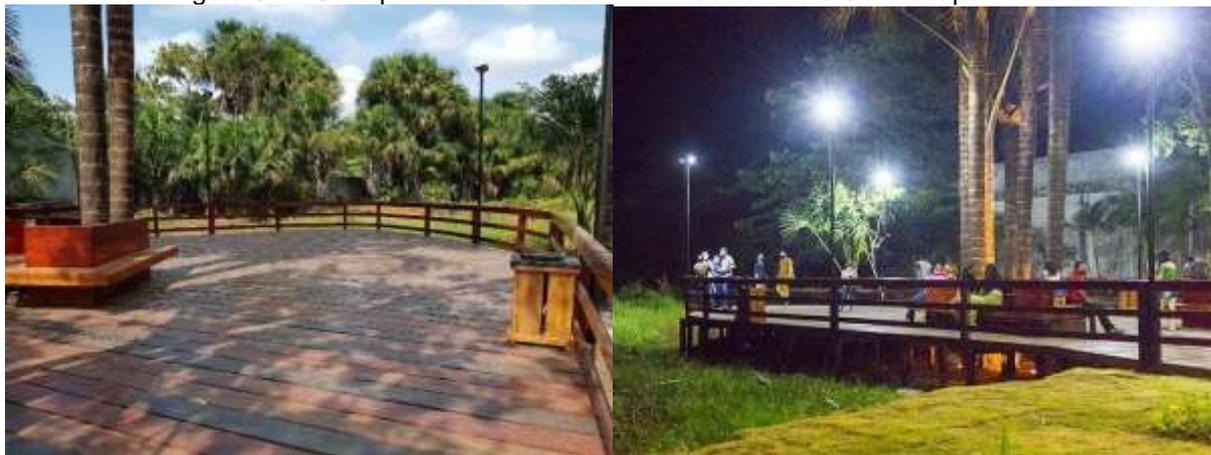
Figura 36 – Projeto do Deck da Rua Hildemar Maia em Macapá – AP.



Fonte: Prefeitura de Macapá, 2020.

Este é um projeto entregue em Outubro de 2020 (figura 37), que respeita os aspectos ambientais da cidade e busca valorizar aspectos culturais por meio do uso da madeira no deck construído utilizando a técnica de pilotis, pois considera o meio ambiente onde o projeto está inserido: uma área de ressaca, isto é, uma área de canal natural de vazão das águas pluviais.

Figura 37 – Obra pronta do Deck da Rua Hildemar Maia em Macapá – AP.



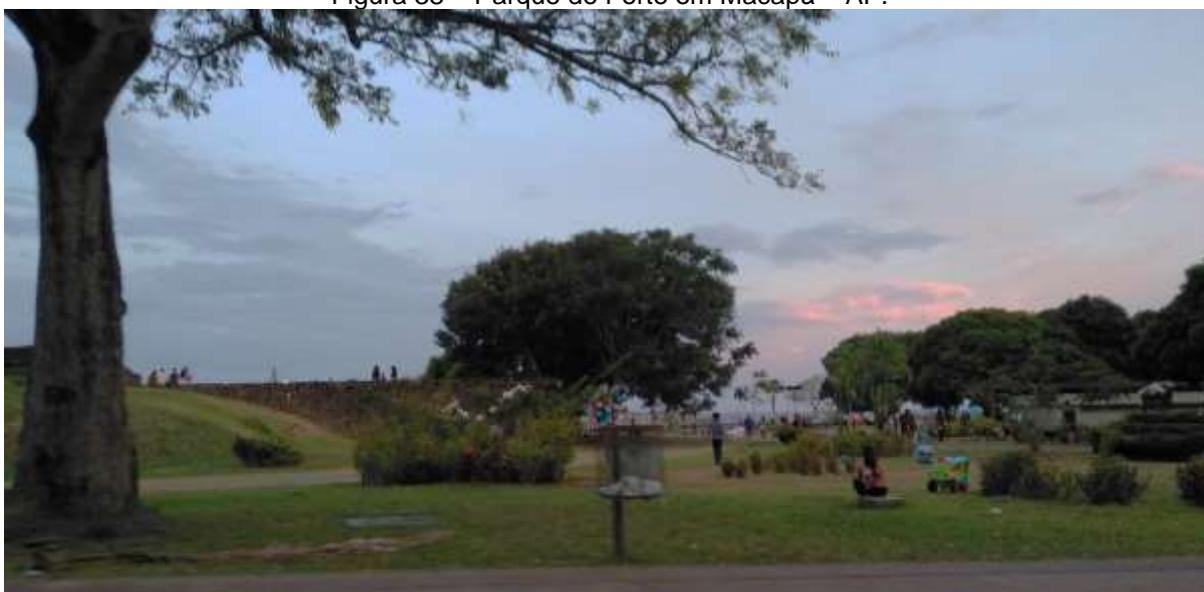
Fonte: Prefeitura de Macapá, 2020a:2020b

Observando os espaços públicos de Macapá, percebe-se uma grande variedade de características nos casos abordados e esta multiplicidade de atributos cria espaços com qualidades particulares e que não incumbem uma generalização. O uso destes espaços públicos compete características com relação físico-espacial, pois não possuem áreas similares, variam de tamanho conforme são dispostas na cidade, desta forma, a dimensão destes lugares infere na infraestrutura planejada, pois alguns possuem arborização, pequenos lagos, bancos e decks, enquanto outros pouco possuem aspectos relativos à infraestrutura e não promovem conforto para serem bem utilizados.

Ainda, aspectos bioclimáticos influenciam em como estes ambientes serão utilizados, sobretudo, durante o dia, pois a insolação excessiva ou falta de cobertura que promova sombra e áreas refrescantes afeta nos horários em que estes espaços serão vivenciados. Desta maneira, alguns espaços públicos se caracterizam pelo maior uso durante a noite, como os lugares que sugerem usos gastronômicos. Estas questões concernentes às características dos espaços públicos devem ser resolvidas pelo plano diretor, que pontua a criação de diversos espaços e os adequa ao espaço onde estão inseridas na cidade.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá (PDDUA), elaborado em 2004, constitui as diretrizes e normas fundamentais para a ordenação territorial e para que a propriedade urbana desempenhe sua função social. Quanto à criação de espaços públicos como os apontados no mapa anterior, o PDDUA salienta estratégias de qualificação urbana que implicam na provisão dos espaços públicos que, quando observadas em prática, são ferramentas que compõem um paralelo com a criação de espaços verdes, como observado no Parque do Forte (figura 38), inaugurado no ano de 2006 ao lado da Fortaleza de São José de Macapá.

Figura 38 – Parque do Forte em Macapá – AP.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

O parque foi elaborado pela Arquiteta Paisagista Rosa Kliass e o projeto envolvia três eixos: revitalização interna, revitalização externa e o museu da Fortaleza de São José de Macapá, assim, compondo um complexo paisagístico tido como uma das maiores representações paisagísticas e de relevante identificação para a cidade, onde antes era um espaço residual.

Assim, o espaço público da cidade de Macapá é tido como um instrumento de controle e preservação desses espaços arborizados, especialmente no centro urbano, à exemplo disto, também há a Praça Floriano Peixoto (figura 39), no centro de Macapá. A praça conta com infraestrutura como: banquinhos, playground, pista de skate e conta com dois pequenos lagos que tornam a praça mais convidativa, visto que, após a revitalização no ano de 2016, os pedalinhos foram reativados e mais atividades são desenvolvidas neste espaço público. Ainda, segundo Guimarães

(2010), estas áreas verdes, como visto na praça, exercem importantes funções ambientais, de modo que sua presença no meio urbano não se limita apenas ao cumprimento da função paisagística ou recreativa, tradicionalmente vistas, e sim como peças-chaves no provimento dos serviços ambientais nas cidades, ou seja, elevando sua importância como componente indispensável ao equilíbrio urbano-ambiental.

Figura 39 – Praça Floriano Peixoto em Macapá – AP.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Seguindo outro extremo do que se assinala quanto aos espaços públicos arborizados, a cidade também apresenta grandes empreendimentos públicos voltados para o turismo e consumo de produtos locais que oferecem escassa arborização, sendo assim, o espaço acaba por ser usado em horários de menor insolação, pois também não se verificam arborização, coberturas ou proteção solar para que a frequência de uso do local seja maior, como ilustra a área frontal do Mercado Central de Macapá (figura 40). O local, que tem origem no ano de 1953, passou por um processo de revitalização que durou 4 anos. Em 2020, o edifício de arquitetura colonial foi reinaugurado e internamente sua estrutura conta com 63 boxes de venda, elevador com acessibilidade, banheiros, etc, entretanto, sua fachada, que sugere tantas formas de uso devido à extensa área livre, é totalmente exposta. Neste sentido, a falta de proteção solar promove um uso maior a partir do fim da tarde, em contrapartida, o anoitecer evoca a sensação de insegurança que afasta a população dos espaços públicos.

Figura 40 – Mercado Central de Macapá.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Adentrando no que o PDDUA fala sobre a criação dos espaços públicos, dos objetivos descritos no Art. 33 do capítulo V sobre a qualificação urbana, o PDDUA de Macapá dispõe:

- I - ordenar as atividades desenvolvidas nos espaços públicos da cidade;
- II - instituir, consolidar e revitalizar centros urbanos dinâmicos;
- III - adotar padrões urbanísticos que melhorem a acessibilidade e favoreçam a criação de uma nova identidade urbanística para a cidade, condizentes com as características climáticas e culturais de Macapá. (PDDUA, 2004).

Quanto a subseção que diz respeito às áreas de interesse turístico, o PDDUA aponta no Art. 137 como áreas destinadas prioritariamente para o desenvolvimento de atividades voltadas para o turismo sustentável, incluindo os espaços públicos e privados de cultura e lazer, onde tem por objetivo atender as metas e as diretrizes expressas nesta lei, especialmente na estratégia para proteção do meio ambiente.

Portanto, neste prisma cultural, confere-se a existência de alguns espaços como o Centro de Artes e Esporte Unificados (figura 41), conhecido como CEU das Artes, que atua desde o âmbito de atendimento socioeducacional até desportivo e cultural no bairro Infraero II e adjacências, na zona norte de Macapá. Dentre a programação deste espaço público, o CEU oferece atividades culturais, esportivas, profissionais e sociais, e possui salas multiuso, cineteatro, auditório, telecentro para inclusão digital, biblioteca e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), além de espaços de esporte e lazer, quadra poliesportiva, parque, pista de skate. O

espaço é, sobretudo, um núcleo de inclusão social e de cidadania para as comunidades menos assistidas.

Figura 41 – Centro de Artes e Esportes Unificados na Zona Norte, Macapá – AP.



Fonte: Prefeitura de Macapá, 2020

Além dos pontos já descritos, sobre a subseção do PDDUA que discorre sobre áreas turísticas visa que sejam implantados programas, planos e projetos de recuperação e proteção da orla do Rio Amazonas (figura 42), das margens dos igarapés e dos marcos turísticos, que favoreçam a criação de espaços públicos de lazer, desta forma, é possível promover ainda mais o uso de todo o percurso da orla de Macapá, que hoje recebe diariamente inúmeras pessoas para a prática de caminhada, circulam de bicicleta e usam os pequenos decks para contemplação.

Em continuidade, o Art. 158 da seção VI reforça que o plano possui a finalidade de qualificar os espaços públicos na Cidade de Macapá e promover melhorias na acessibilidade urbana, em parceria com entidades de classe e de moradores, para adequação dos calçamentos e melhoria na conservação e manutenção das vias públicas.

Figura 42 – Orla do Rio Amazonas na cidade de Macapá – AP.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Para Silva (1995, p. 238), o Plano Diretor é considerado um plano, “porque estabelece os objetivos a serem atingidos, o prazo em que estes devem ser alcançados [...], as atividades a serem executadas e quem deve executá-las. É diretor, porque fixa as diretrizes do desenvolvimento urbano do Município”. Contudo, a leitura dos pontos destinados aos espaços públicos da cidade de Macapá assinala para um descaso na construção destes, além das questões de abandono, falta de manutenção, segurança pública que tem gerado uma segregação da população e falta de uso.

Além disso, com o Plano Diretor desatualizado, novas áreas e atividades foram surgindo e modificando as dinâmicas previstas anteriormente para estes espaços, isto é, atingem objetivos diferentes dos apontados pela legislação e partem de uma apropriação voluntária dos habitantes, variando de acordo com normas criadas espontaneamente por esta população.

Desta maneira, de acordo com Gomes (2012, p. 30), o espaço apropriado e normado pelos grupos sociais nas cidades torna-se público “na medida em que as dinâmicas sociais que nele ocorrem pressupõe usos coletivos ainda que regulados por um contrato social, ditado e inerente aos seus frequentadores”. Dentro desta lógica, representa-se muito do que é visto em determinados espaços, seja público ou privado, da cidade de Macapá onde há a apropriação popular devido à percepção de um espaço residual que pode ser utilizado para outras finalidades, para além do que o projeto almeja.

As extensas partes da cidade que se desenvolvem além das conjecturas urbanísticas, que surgem fora das vistas dos espaços de controle e alheios a qualquer

tipo de projeto formalizado configuram, assim, áreas residuais urbanas. Estas passam a existir conforme mudanças dos processos de produção capitalista refletidas no território, definindo as suas formas de acordo com uma rede de espaços residuais, associada à rede de fluxos de pessoas e que foi ganhando força com o passar dos anos.

Sustentando isto, verifica-se o uso alternativo atribuído ao entorno imediato de estádios de futebol da cidade de Macapá. À vista disto, o Estádio Glicério Marques (figura 43), que está situado próximo à zona central, permitindo fácil acesso ao seu entorno, tem passado por um processo de apropriação e mutação da dinâmica urbana em sua delimitação espacial devido a chegada de um novo uso, mesmo que isto aconteça na área externa ao estádio propriamente dito. As calçadas da quadra deste estádio foram apropriadas pela população com a finalidade da prática de caminhada e corrida nos horários de baixa insolação (manhã e tarde), alterando a simbologia e integração entre este espaço e a cidade.

Figura 43 – Calçada externa do Estádio Glicério Marques em Macapá - AP.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Da mesma maneira, este fenômeno acontece com o Estádio Zerão, na zona sul da cidade de Macapá, onde há menos provisão de espaço públicos destinados ao lazer e prática esportiva. Neste último, há uma grande área pública livre que, devido à inconstância de atividades ali realizadas, passou a manifestar a presença dos habitantes do entorno para a realização da prática de atividades esportivas (figura 44).

Sendo assim, se verifica na cidade de Macapá a reformulação de determinados usos e inserção de atividades nos espaços que não são formalmente designados para tal.

Figura 44 – Evento esportivo de corrida no entorno do Estádio Zerão em Macapá - AP.



Fonte: Nafes (2016).

Para Pereira (2011, p. 75),

[...] estes espaços vazios de formalidade, porém cheios de identidade, demonstram-se cada vez mais potenciais e aptos para responder e acompanhar as mudanças da maioria das relações sociais da cotidianidade urbana (PEREIRA, 2011, p. 75).

Logo, diante desta manifestação social de apropriação dos espaços da cidade por meio dos usos alternativos e passíveis da vontade da população, percebe-se, portanto, que se multiplicam as possibilidades de reunião entre pessoas e se alavancam as maneiras de haver uma construção do pertencimento da sociedade ao espaço público quando são observados os agentes ou identidades, assim como as experiências urbanas que advém de necessidades reais.

Outro espaço que dialoga com o apontamento supracitado é o Aeroporto Internacional de Macapá (figura 45) e a resignificação de seu uso após a reforma deste lugar. Ainda que se trate de um espaço de operações aéreas e prestação de serviço aeroportuário, o espaço existente no entorno e o estacionamento ensejam o significado de espaço público na interpretação da população, sendo assim, passou a receber pessoas em busca de área livre também para a prática de caminhada e outros esportes, como skatismo e patinação.

Figura 45 – Prática de exercício físico no entorno do Aeroporto Internacional de Macapá.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Tais exemplos mencionados reforçam que “lugares banais, lotes abandonados, estacionamentos ou calçadas procuram a sua identidade na multiplicidade de atividades temporárias que acolhem” (PEREIRA, 2011, p. 91). Desta maneira, diferentes configurações espaciais podem acabar se convertendo em principais pontos de reunião, onde a constante mutabilidade social, estética e política é capaz de os usar, interpretar e lhes dar sentido.

Destoando da centralidade da cidade, onde ainda se percebe um esforço na criação de espaços públicos, as áreas destinadas à expansão da cidade são ainda mais atingidas pela carência destes ambientes que visam o lazer e a vivência coletiva, validando os apontamentos feitos acerca da má distribuição destes espaços.

Palheta et al (2016) faz uma análise sobre os espaços públicos localizados na área mais integrada da zona Norte da cidade e discute sua insuficiência, pois não atendem boa parte das necessidades da população local, pois, na região há apenas um espaço público destinado à circulação que está servindo como área de vivência coletiva, sendo este o canteiro central da Rua Tancredo Neves, usado para práticas de caminhadas e corridas. Em outros bairros, como no Cabralzinho (figura 46), há evidências de abandono do espaço público.

Figura 46 – Campo de areia tomado por mato no bairro Cabralzinho, em Macapá - AP.



Fonte: Victor Vidigal (2019).

Percorrendo outras zonas da cidade, tanto a provisão de espaços públicos, quanto a manutenção destes é precária, colocando em risco a segurança dos usuários, como verificado em praças dos bairros Cidade Nova e Perpétuo Socorro da zona leste de Macapá (figura 47).

Figura 47 – Quadra poliesportiva às adjacências da estação desativada de esgoto da CAESA no bairro Perpétuo Socorro, popularmente conhecida como Caesinha, em Macapá - AP.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A falta de manutenção e a sujeira não apenas afasta as crianças do local, onde é possível encontrar os brinquedos de madeira sem condições de uso, a exemplo das gangorras, escorregadores e balanços, mas, ainda, traz perigo para a

comunidade em virtude da erosão do calçamento da praça provocada pela força do rio Amazonas.

Sendo assim, a prática espacial, para Lefebvre (2006, p.68) “engloba produção e reprodução, lugares especificados e conjuntos espaciais próprios a cada formação social, que assegura a continuidade numa relativa coesão.” As práticas espaciais, portanto, são produtos da vivência e percepção do espaço pela sociedade ou pelos indivíduos em suas relações. O conceito associa desta maneira, a “realidade cotidiana” e a “realidade urbana”.

Compreende-se que a percepção do espaço garante a continuidade das relações socioespaciais e as práticas espaciais abrem caminho para o espaço da representatividade e tradução do conjunto de necessidades sociais e urbanas. Para Lefebvre (2006), o espaço da representação, exprime as experiências vividas e nessas vivências, pode ser o ponto de partida para qualquer discussão que pretenda promover alguma transformação do urbano.

Então é imprescindível inferir quais práxis são predominantes nos lugares, quais as “convergências simbólicas” e as experiências partilhadas nesse processo de edificação ou reconstrução do público no espaço das cidades. E, para além, verificar este cruzamento de vários espaços e atividades convergem para a redefinição das condições da sociedade, sendo capazes de conferir uma nova forma à cidade.

Vazios urbanos ou espaços residuais como os que aqui foram apontados, bem como os espaços em desuso, deixaram de ser meros espaços perecidos e abandonados e tem renascido como novas potencialidades para acolhimento e resposta aos modos de vida emergentes, alternativos ao da cidade formal, além de apontar as necessidades defasadas dando abertura para novas.

Os espaços de uso genuinamente públicos de Macapá diluem-se por todos os cantos da cidade, lado a lado com os espaços públicos habituais, gerando raízes se estendendo no território. Desta forma, muitas vezes, o espaço público da cidade não está só onde é esperado. É preciso notar, portanto, que estes espaços improváveis, mas bastante recorrentes, são também portadores de um admirável potencial de renovação de um território sempre expectante e que anseia mudanças.

Ainda, na realidade urbana atual, se percebe que alguns espaços coletivos criados pela própria população não estão intrinsecamente vinculados à proximidade com o Rio Amazonas, como os equipamentos e pontos de lazer configurados na orla de Macapá tendem a fazer e trazem, ainda, cargas simbólicas não observadas

anteriormente. As necessidades verificadas também apontam para práticas que podem estar desconexas e não restritas à conexão com o rio. Os espaços residuais se mostram então como elementos propensos a se converterem em espaços públicos democráticos que respondem às necessidades dos habitantes independentemente da existência de espaços disponíveis e servidos por infraestrutura adequada às práticas sociais.

A prática urbana aponta uma diversidade de maneiras que os espaços públicos são construídos em Macapá, com diversas dimensões e características, traçando então um perfil de perspectiva multiuso, pois possuem desde playgrounds a campos de área e espaços de contemplação, além de uma arborização não acentuada, que implica na falta de conforto ambiental para que os espaços sejam utilizados em mais períodos do dia.

Nos espaços públicos aqui elencados se verifica uma multiplicidade de atividades que são realizadas, que vão de atividades esportivas ao lazer e contemplação, contudo, pouco se notou na setorização destes um lugar reservado para o desenvolvimento de atividades culturais<sup>12</sup>, denotando uma segregação de enfoque projetual voltado à esta causa pela ausência de palcos, canchas acústicas ou outros elementos que promova o desenvolvimento de eventos culturais em espaços próprios, embora estes espaços públicos acabem por se tornarem receptores destes eventos de forma espontânea a partir da apropriação da comunidade local por meio das feirinhas, dos pequenos shows itinerantes e outros. Dito isto, é importante salientar que futuros projetos de espaços públicos devem se atentar às novas atividades que surgem no espaço urbano.

Portanto, elencar estes contextos e entender como a cidade tem criado seus espaços públicos promove a germinação de ambientes mais pertinentes, assim, abrindo um leque de novas dimensões de vida e relacionamento da sociedade com o lugar, fomentando uma produção eficaz da cidade.

---

<sup>12</sup> Tais aspectos podem ser observados apenas nos espaços públicos presentes na orla dos bairros Cidade Nova, Araxá e Fazendinha.

## **5 LEITURA DO ESPAÇO: HISTÓRIA, CARTOGRAFIAS E DIÁLOGOS SOBRE A PRAÇA DO SANTA INÊS**

Adentrando, finalmente, ao que tange a área de estudo desta pesquisa, este capítulo visa contar um pouco da história do bairro que abraça a praça discutida, mostrando seu percurso ao conversar com imagens e momentos fundamentais para a solidificação do bairro Santa Inês, na cidade de Macapá. Entre estes momentos, é necessário pontuar a conexão com o Rio Amazonas e as relações defrontadas à beira deste, bem como os planos urbanos que transformaram a cidade e a região (BOTELHO, 2011; SANTOS, 2016; TOSTES, 2006).

Após isto, o diálogo segue com a apresentação da área de estudo em si, abrangendo a microescala do entorno da Praça do Santa Inês e, em seguida, se debate sobre o diagnóstico concebido através da conversa com os usuários do espaço público e o que estas pessoas tem a falar sobre a praça.

### **5.1 PERCURSOS HISTÓRICOS DO BAIRRO SANTA INÊS**

Próximo à região central da cidade de Macapá e remontando os primórdios da expansão urbana do município, o Santa Inês (figura 48) é um pequeno bairro que abriga o objeto de estudo desta pesquisa, a Praça do Santa Inês.

Hoje o bairro é referência na cidade por estar localizado em frente ao Rio Amazonas, sendo contemplado pela orla e as diversas dinâmicas urbanosociais que ali são vivenciadas. Este bairro possui um caráter multifacetado, por ser palco de inúmeras atividades, entre elas: funções turísticas da orla, a condição comercial devido a rampa portuária que recebe pessoas e mercadorias, a presença dos munícipes, entre outros.

Com relação aos aspectos históricos, a segunda metade do século XX, em meados da década de 1960, verifica-se a aparição de alguns aglomerados que compuseram o que hoje se conhece como Bairro Santa Inês, dentre eles estão a Vila Mucajá e o aglomerado da Vacaria, nome este que faz referência à fazenda que abatia gado naquela região (TOSTES, 2006). A região, mesmo que próxima ao centro da cidade, detentora da pompa e modernização arquitetônica, era considerada área rural na década de 1960, devido aos sítios que produziam gado leiteiro.

Figura 48 – Localização do bairro Santa Inês em Macapá – AP.



Fonte: Elaborado pela autora com base no Google Earth (2020).

Outras alcunhas surgem na literatura para designar as comunidades na orla de Macapá. Conforme Botelho (2011) aponta, o bairro Santa Inês outrora era conhecido como “Igarapé do Elesbão” e “Praia da Vacaria”, esta última denominação se dá devido à falta de construções portuárias que possibilitava então a existência de uma faixa de areia que existiu até os anos 1990 na orla da cidade (figura 49).

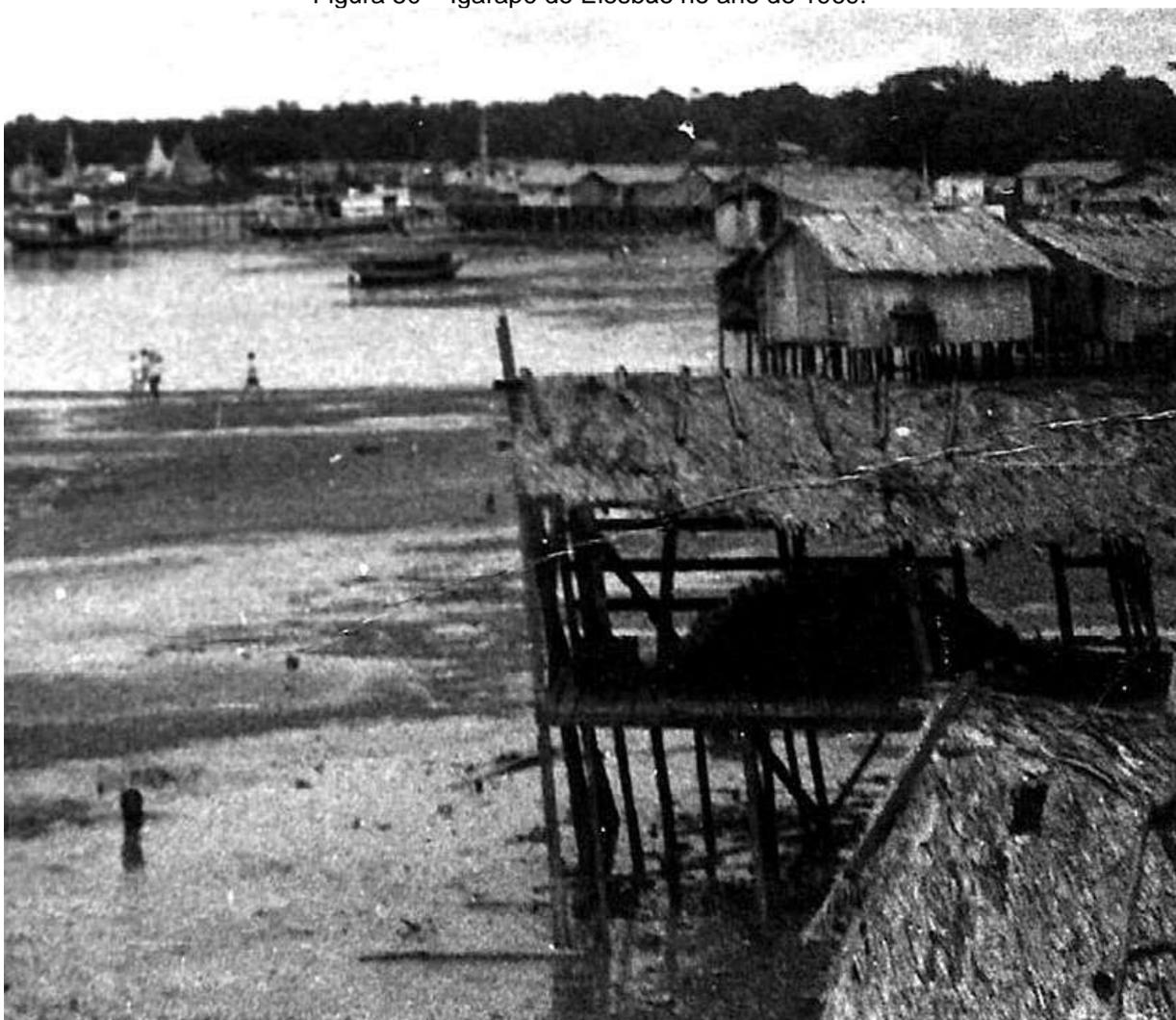
Figura 49 – Captura de tela do filme Antítese, mostrando a orla nos anos 1990.



Fonte: Magalhães Produções (1990).

A população que deu início à produção deste espaço e povoou a região era de origem ribeirinha, nativos das ilhas do Pará e do Marajó, desta maneira, a produção urbana naquela época remonta uma morfologia urbana característica das palafitas (figura 50), ou seja, um tipo de habitação em madeira construída sobre estacas e pilares, comumente erguidas sobre áreas alagadiças. Neste seguimento, a região era frequentada tanto pelos moradores locais, quanto pelos ribeirinhos responsáveis pela oferta de produtos como o peixe, o camarão e produtos agrícolas que ali desembarcavam, além de serviços de transporte fluvial prestados por estas pessoas. Logo, nos primórdios do bairro Santa Inês, verifica-se uma faceta voltada para o comércio e outras atividades do cotidiano, como tomar banho de rio e caminhar.

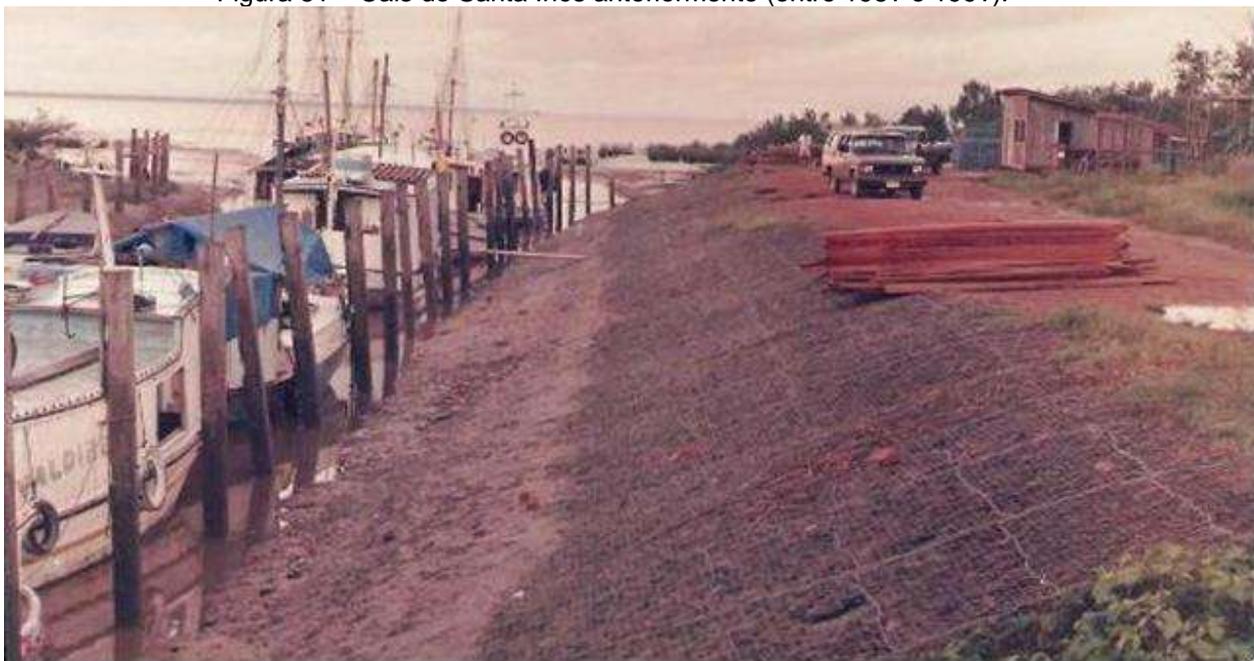
Figura 50 – Igarapé do Elesbão no ano de 1969.



Fonte: Olivar Cunha (1969).

Apesar da configuração arquitetônica simples, a região era visada para estruturação urbanística por apresentar uma conexão com estas ilhas do Pará, sendo palco para o trânsito de mercadorias que abasteciam a cidade e recebendo a população que migrava para o Estado por meio fluvial e aportavam seus barcos na região (figura 51). Isto se confere conforme o Plano Diretor Grumbilf de 1960, sendo este o primeiro plano urbanístico de Macapá, surgido com o intuito de “suprir as necessidades emergenciais a exemplo do fornecimento de água e energia elétrica além do tratamento de esgoto e melhores condições de moradia” (BOTELHO, p. 56, 2011).

Figura 51 – Cais do Santa Inês anteriormente (entre 198? e 199?).



Fonte: Blog Fernando Canto (2011).

O surgimento do bairro se acentua com a expansão que surge ao Sul, com o bairro do Trem e parte do bairro Beiril. Para Botelho (2011), outros problemas foram surgindo, como a ocupação dos braços de lagos e ressacas, que foram sendo ocupados desordenadamente, aterrados indevidamente, aumentando cada vez mais o problema de saneamento da cidade. *A posteriori*, os planos urbanísticos precisaram evidenciar o planejamento para o Bairro Santa Inês, conforme esse crescimento aumentava.

A cidade de Macapá como área de atuação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) foi alvo dos investimentos de infraestrutura de urbanização para a costa, onde foi consolidada a Orla do Santa Inês, em que a obra denominada “Infraestrutura turística da Orla de Macapá – Bairro Santa Inês” (SANTOS, 2016, p.156) recebeu R\$ 1.739.195,45 da SUFRAMA. Dessa forma, é possível analisar o início de planejamento com finalidades de lazer e turismo para a área, contudo, sem levar em conta as multiterritorialidades existentes.

Assim, esse processo de urbanização interferiu nas atividades que ocorriam popularmente na área como o banho de rio e a aportagem de pequenas embarcações, devido ao desenvolvimento turístico dado à área e drenagem da praia do remanso. Os principais elementos concebidos foram, de acordo com Brito e Cantuária (2014) o muro de arrimo, expansão da via margeando o rio, canteiros paisagísticos com quiosques e mobiliário urbano (figura 52).

Figura 52 – Captura de tela do filme Antítese, mostra a orla de Macapá nos anos 1990.



Fonte: Magalhães Produções (1990).

Alguns planos urbanísticos produzidos para o município de Macapá descrevem o contexto da cidade e apresentam propostas que manifestam o potencial mercantil e turístico desta. Neste prisma, o Plano Urbanístico da GRUMBILF (1960) mencionou sobre a situação portuária e a orla da cidade, em que o lazer se baseava nas atividades que envolviam este contato com orla, como o banho de rio, pesca e futebol, praticados pela extensão do cais criado para o desembarque de turistas e novos munícipes. Além disso, o plano também levou em consideração o fluxo fluvial, que era utilizado para o transporte de mercadorias destinadas das ilhas, de outros Estados ou do exterior, conforme se verifica no seguinte trecho do plano:

Um fator também importante para a cidade de Macapá é o tráfego fluvial ou o movimento das embarcações fluviais, no momento ainda o meio de transporte mais usado para as mercadorias, provindas do interior do território, das ilhas, dos estados vizinhos e do exterior. As docas atuais, já não comportam o movimento atual das embarcações (...) O desembarque das mercadorias em docas improvisadas, sujeitas às marés e, portanto, só praticáveis com a enchente, requerem quanto antes instalações mais condizentes com as necessidades atuais, cada vez mais progressivas (GRUMBILF DO BRASIL, 1959, p. 44).

Justamente devido sua localização geográfica, o Bairro Santa Inês então tornou-se um lugar de intensa movimentação de pessoas e mercadorias, um pequeno centro comercial ao ar livre, onde funciona a feira popular do Bairro Santa Inês, que aglomera pessoas, notadamente estes ribeirinhos de localidades vizinhas e os

residentes que consomem os produtos desembarcados ali, caracterizando uma relação intensa e cotidiana entre a cidade e o campo.

Posteriormente, a institucionalização do bairro Santa Inês ocorreu por meio da Lei municipal nº 187/83 – PMM, em 17 de novembro de 1983. De acordo com a planta cadastral do bairro, suas delimitações cerceiam a Oeste pelo barranco do Bairro do Trem, a Leste pela margem do Rio Amazonas e ao Sul pela Av. Camaru até a Av. 1º de Maio.

Com a especulação imobiliária decorrente da infraestrutura instalada para construção e expansão da orla até o bairro Araxá, no final da década de 1990, paulatinamente, os primeiros moradores foram sendo substituídos por aqueles de poder aquisitivo mais elevado. Suas casas (de madeira com aparência de palafita) foram demolidas para construção de modernas residências, pequenos prédios residenciais e comerciais, com destaque a bares e restaurantes (figura 53).

Figura 53 – Restaurantes situados na orla de Macapá - AP.



Fonte: Google Maps (2021).

As informações obtidas na Secretaria de Infraestrutura do Estado do Amapá datam a construção da rampa do açaí em meados da década de 1980, século XX, no governo de Annibal Barcellos (1979-1985 e 1991-1995), sendo essa a época do planejamento embelezador para a orla. As intervenções ocorridas com o passar do tempo mostram as modificações territoriais e urbanísticas ocorridas em função das visões externas (turistas e grandes empreendimentos) em detrimento do interno (população local e das ilhas). Brito e Cantuária (2014, p. 9) quanto à consolidação do bairro apontam que “o processo se completou no final da década de 1990, quando se

observou a consolidação do bairro Santa Inês como área turística e de lazer, composta principalmente por bares, onde o maior atrativo é a vista para o rio”.

Ainda, anos mais tarde tem-se a construção dos atracadouros de concreto na orla, os quais, segundo Brito e Cantuária (2014) são denominados popularmente de rampas do Santa Inês. Assim, tem-se a consolidação, no território da cidade, de uma rede hidroviária já estabelecida entre a capital e as ilhas do Pará, com o transporte de passageiros e cargas.

Conforme os apontamentos supracitados, a atividade de comércio à margem do Rio remonta mesmo antes da criação do bairro Santa Inês e sempre esteve presente na área em que compreende o objeto de estudo desta pesquisa, bem como a intrínseca paisagem ribeirinha, influenciando diretamente na configuração espacial que abarca a Praça do Santa Inês, a dinâmica sociourbana presente no bairro e na infraestrutura que se encontra ali.

Entende-se então que os planos, principalmente, o plano da empresa Grumbilf, visto que este deu origem aos planejamentos urbanos de Macapá, tinha por finalidade orientar a expansão do município. Todavia, ele poderia se sujeitar a alterações, onde a evolução futura da cidade em desacordo com as previsões justificasse as alterações. Finalmente, de acordo com Botelho (2011), o autor aponta que houve uma falta de impulso por parte da administração pública em idealizar as proposições daquele plano, de modo que a expansão da cidade aconteceu sem ordenamento e infraestrutura, sobretudo em bairros que estavam se configurando, como o Santa Inês.

No último censo oficial disposto pelo IBGE, a população do bairro Santa Inês no ano de 2010 era de 5 847 mil habitantes, sendo 2.820 mil homens e 3.027 mil mulheres. Possuía 1.227 mil domicílios particulares permanentes, que estavam distribuídos em uma área total de 0,7 km<sup>2</sup>. Após 11 anos, ainda não há um censo oficial, contudo, o tópico a seguir apresenta análises urbanísticas que demonstram o crescimento do bairro e a mudança de usos dos lotes, representando hoje um bairro plural e não apenas residencial.

## 5.2 ANÁLISE URBANÍSTICA DA ÁREA

Dando continuidade ao entendimento da área de estudo, é indispensável que se observe os aspectos intraurbanos de onde a Praça do Santa Inês está localizada,

isto é, compreender os fatores naturais e climáticos que atingem a região e o município, bem como saber de que forma é implementada a infraestrutura, arborização, usos e as atividades que se manifestam no entorno e que influem diretamente nas dinâmicas encontradas no âmbito socioespacial. Ainda, verificar as vias do entorno, seus acessos, nós e pontos de encontro que contextualizam o espaço público e que promovem o deslocamento de pessoas ao objeto de estudo. Para tanto, a análise foi feita em cima da metodologia de Perfis Transversais, reconhecendo o espaço, seus ambientes, diferenças nos usos do solo, acidentes geográficos e vegetação, práticas culturais, infraestrutura urbana, mobiliário, etc.

Outro ponto a ser levantado neste momento, diz respeito às diretrizes legais da implantação da praça, com documentos disponíveis pela prefeitura do município por meio do Plano Diretor, que serão analisados conforme a realidade encontrada na praça, bem como do entorno.

No último momento deste tópico se apresenta, então, os resultados das metodologias aplicadas que servirão para fundamentar o produto final desta pesquisa. Os resultados da aplicação das entrevistas realizadas no formato de Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP) e com outras estratégias de mapeamento que já foram mencionadas durante a apresentação da metodologia da pesquisa são exibidas em forma de quadros e gráficos dinâmicos, promovendo diferentes perspectivas a serem analisadas.

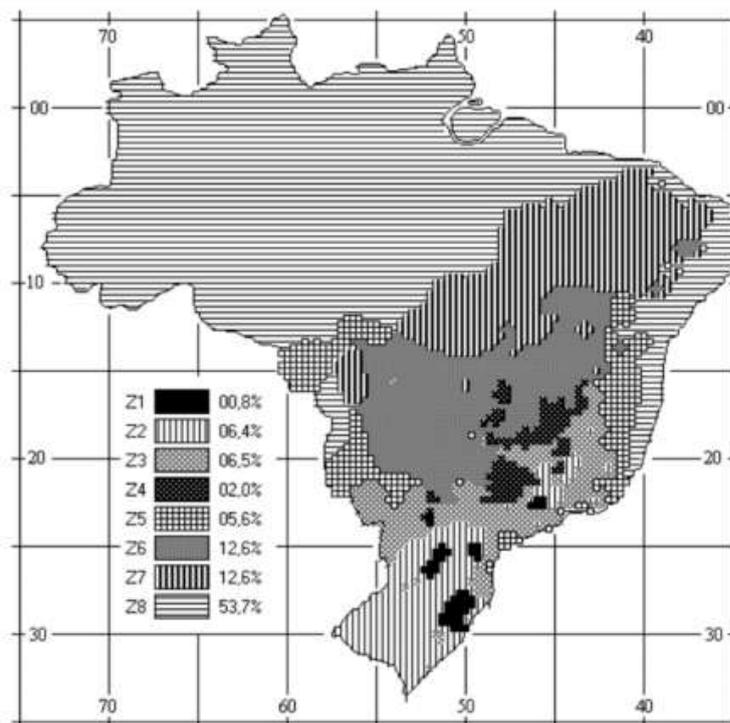
### **5.2.1 Aspectos bioclimáticos**

O clima da cidade de Macapá é predominantemente equatorial úmido ou tropical super úmido, devido à influência da Floresta Amazônica no território do Amapá. Neste sentido, o clima da cidade é caracterizado por altas temperaturas e elevados índices pluviométricos. A temperatura média do Estado pode variar entre 36 °C e 20 °C e seus índices de chuva anualmente são de 2500 mm.

A NBR 15220-3 (p. 50) estabelece o Zoneamento Bioclimático Brasileiro (figura 54), agregando um conjunto de diretrizes e estratégias construtivas propostas a cada tipo de zona, além de recomendar o tamanho de aberturas para ventilação, proteção das aberturas, vedações externas e estratégias de condicionamento térmico. Amparado a isto, o Estado do Amapá se situa entre os 53,7% na zona 8, onde, de acordo com a norma estabelecida, são indicadas aberturas grandes e sombreadas,

além de construções com paredes leves refletoras e coberturas leves refletoras (ABNT NBR 15220-3, 2003, p. 49-50).

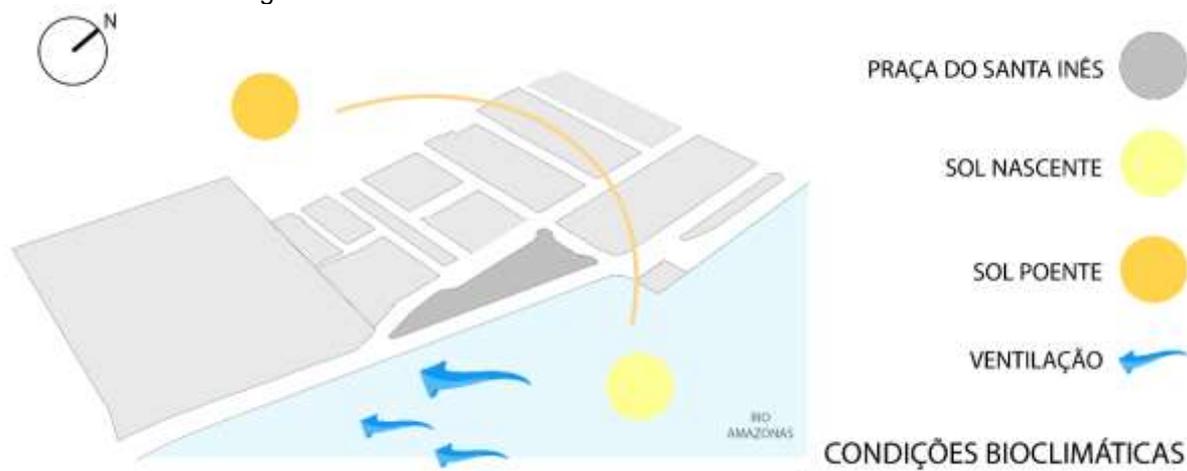
Figura 54 – Zoneamento bioclimático Brasileiro.



Fonte: NBR 15220-3 (2003).

Outras características das condições bioclimáticas acima apontadas se referem à ventilação e insolação (figura 55), que trazem uma dinâmica específica para a praça.

Figura 55 – Condicionantes bioclimáticas da área de estudo.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Os ventos se manifestam predominantemente no sentido nordeste e abrangem toda a área onde a praça estudada está implantada, permitindo que toda a faixa de orla também seja bastante contemplada. Esta condição ajuda a contrapor a forte incidência solar e torna a praça aqui estudada mais agradável em termos de conforto ambiental.

Ainda, quando se fala da insolação, o sol nascente vem de Leste, incidindo diretamente no objeto de estudo e permitindo que durante todo dia a praça seja iluminada, enfim, o sol se põe no Oeste (figura 56), dito isto, é de suma importância atentar em prover bons espaços sombreados na praça para que se gere conforto térmico.

Figura 56 – Incidência solar no sentido poente.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Durante o período do dia onde a incidência solar está mais forte, a praça se torna pouco utilizada, visto que não há tantos espaços com proteção solar, fora os quiosques existentes. Dos horários observados, a partir das 17h os espaços começam a receber mais pessoas (figura 57), tendo uma boa distribuição de uso entre os setores.

Figura 57 – Vista da praça do Santa Inês e seus usos.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

### 5.2.2 Uso e ocupação do solo

Alinhado ao Plano Diretor, a existência da Lei de Uso e Ocupação do Solo confere um status de regulação urbana do que acontece na cidade e de que forma as áreas poderão ser utilizadas pelos cidadãos a partir das diretrizes estabelecidas. O documento prevê determinados usos e suas intensidades de acordo com o tipo de setor no qual está inserido na urbe. Neste momento, foram averiguados se os usos existentes no entorno da praça estudada estão de acordo com o que o documento supracitado orienta.

Desta forma, no mapeamento (figura 58) realizado no entorno da praça foi encontrado um uso predominantemente residencial, com alguns pontos de uso comercial e de serviço, isto é, pequenos estabelecimentos de venda, manutenção ou do ramo alimentício que atendem à população que reside ali, entre eles estão os bares, quiosques e restaurantes.

Figura 58 – Mapa de uso e ocupação do entorno da área de estudo.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

### 5.2.3 Acessos e classificação viária

Para se acessar a Praça do Santa Inês, há inúmeras vias que tangenciam ou estão próximas ao objeto de estudo. A pracinha está bem localizada, em frente à Av. Beira Rio, via arterial que abrange uma grande extensão da orla, possui acesso por 5 vias locais e recebe outros transeuntes através da via coletora no entorno.

Figura 59 – Classificação viária na área de estudo.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Conforme o mapa de classificação viária (figura 59), é possível observar que as principais vias são a Rua Jovino Dinoá e a Av. Beira Rio, anteriormente mencionada, e estas atuam como grandes corredores que conectam os eixos sul e central à praça. As vias locais atendem principalmente os moradores do entorno, onde

determinadas ruas não possuem saída, logo, são áreas que restringem o acesso apenas aos moradores. O mapa também aponta a via coletora na Av. Pedro Lazarino, onde há uma rotatória (figura 60), que consente o acesso às vias coletoras e a dispersão do fluxo de trânsito para os demais bairros. Este ponto pode ser considerado um marco do bairro, pois é um dos pontos que promove o acesso à orla de Macapá.

Figura 60 – Rotatória localizada na Av. Pedro Lazarino, no bairro Santa Inês.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Acerca dos pontos de ônibus nas adjacências da Praça do Santa Inês, há somente 4 pontos que se distribuem ao longo da Av. Jovino Dinoá, próximos ao SESC e Conjunto Habitacional Mucajá (figura 61).

Figura 61 – Ponto de ônibus em frente ao Conjunto Habitacional Mucajá, em Macapá - AP.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Desta forma, é necessário que as pessoas se desloquem uma maior distância para que acessem a Av. Beira Rio, onde se localiza o objeto de estudo. Visto que a Av. Beira Rio não permite trânsito de ônibus na via, não existem outros pontos de parada no raio de abrangência aqui apresentado (500m), logo, há a necessidade de provisão de mais pontos para que os cidadãos que residem na região possam ser contemplados e que assim se permita um melhor acesso à Praça.

#### 5.2.4 Arborização

Quando se trata de arborização (figura 62), cabe observar a existência ínfima de áreas verdes que sejam próximas ao objeto estudado. Na Praça do Santa Inês, a presença de árvores é quase nula: há apenas 2 árvores de pequeno porte.

Figura 62 – Arborização do entorno da Praça.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Relativo à existência destas duas únicas árvores no local, se nota que ambas estão localizadas em pontos não estratégicos e apenas uma delas está próxima ao mobiliário urbano, contendo 4 bancos para que os usuários possam desfrutar da pouca sombra (figura 63).

Figura 63 – Arborização dentro da Praça.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

No entorno constatou-se a presença de algumas árvores nas calçadas ou por cima do muro de algumas residências onde se enxerga árvores de grande porte, todavia, estas não contemplam, de fato, a via pública nem as faixas de serviço.

Neste sentido, a ausência de arborização influencia no período em que a praça é utilizada, isto é, durante o período diurno, a praça pouco é utilizada, pois não há sombreamento satisfatório para que se permaneça ali. Ao pôr-do-sol, a praça se torna mais agradável e, desta maneira, passa a receber mais visitantes.

### **5.2.5 Setorização da Praça do Santa Inês**

Hoje, a Praça do bairro Santa Inês apresenta uma morfologia que abriga quatro tipos de ambientes que apresentam usos e atividades distintas. Para tanto os referidos ambientes se confluem dentro do próprio perímetro da praça, conforme ilustrado na setorização (figura 64).

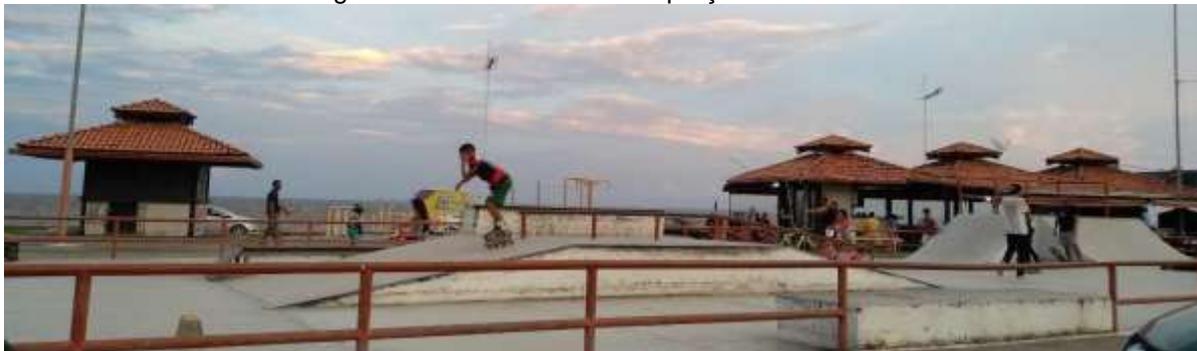
Figura 64 – Atual setorização espacial da praça do Santa Inês.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Sua setorização se divide em um espaço destinado à prática esportiva, contemplando uma pista de skate (figura 65) bastante utilizada por jovens e ao lado há uma academia ao ar livre que recebe um público mais adulto.

Figura 65 – Pista de skate da praça do Santa Inês.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Ao lado desta academia existem 2 conjuntos de quiosques (figura 66) de tamanhos distintos, ambos pertencentes ao ramo alimentício e se integram à totalidade da praça conforme são dispostas as cadeiras dos estabelecimentos nas áreas livres.

Figura 66 – Quiosques da praça do Santa Inês.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Além dos setores supracitados, há também um playground com brinquedos construído em concreto e balancinhos que estão depredados (figura 67), esta área infantil está situada entre a pista de skate e uma área livre. Para maior compreensão, aqui serão chamados de áreas livres os espaços que hoje possuem pouco ou insuficiente mobiliário urbano ou que atuam como espaços de passagem e travessia, estas áreas da praça possuem apenas um gramado ou o piso concretado.

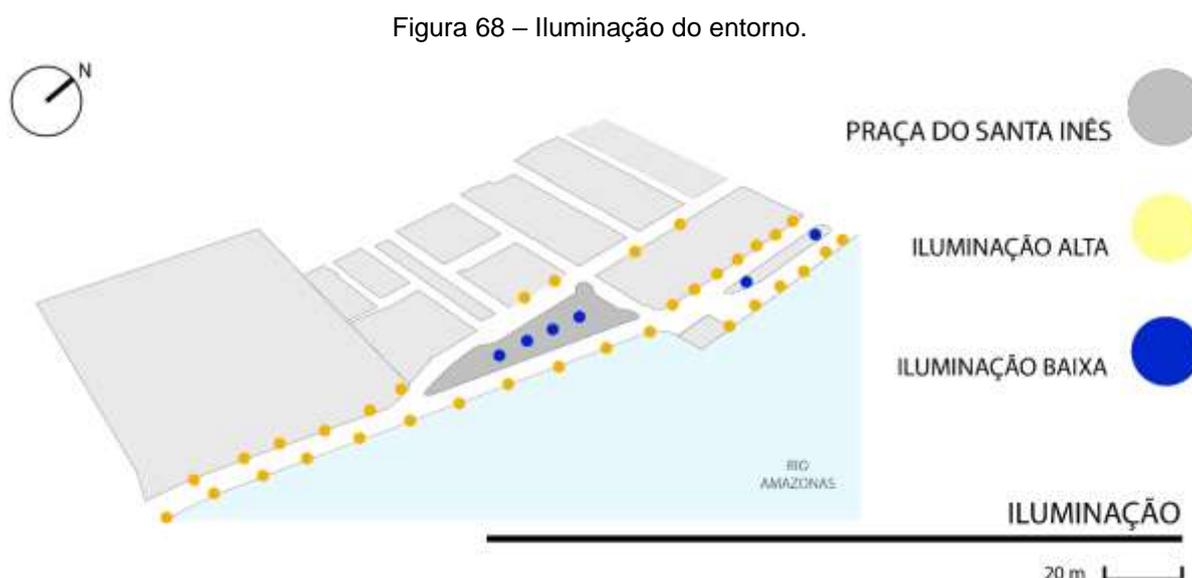
Figura 67 – Playground da praça do Santa Inês.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

### 5.2.6 Iluminação do entorno

Quando se trata de iluminação do entorno (figura 68), esta se divide entre iluminação alta e iluminação baixa, onde a primeira é a pública, que contempla as vias e, devido ao contexto turístico e de lazer do setor onde o objeto de estudo se localiza, a faixa de orla apresenta postes suficientes, não deixando a desejar.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A segunda é a iluminação que se encontra tanto a praça quanto os canteiros que dão continuidade ao espaço público estudado, contemplando os usuários e pedestres. Contudo, ao observar a praça em si, a iluminação se torna insuficiente, pois está à mercê da depredação e a falta de observação dos órgãos responsáveis pela manutenção da infraestrutura, embora a iluminação alta seja bastante verificada. Os moradores do entorno denunciam que a falta de manutenção mais constante atrai infratores e torna os transeuntes mais vulneráveis, ficando expostos à assaltos e outras situações.

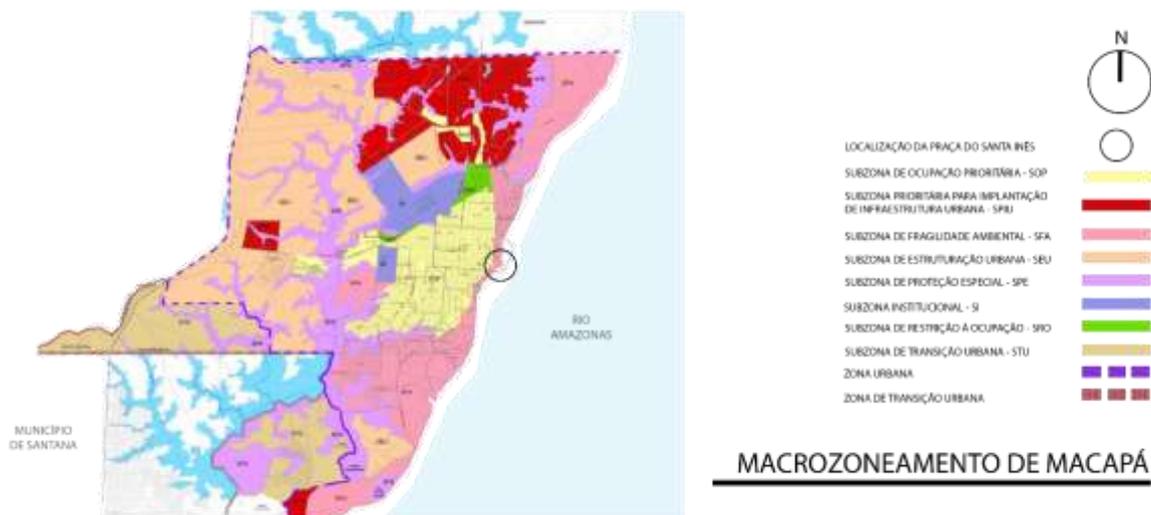
### 5.2.5 Condicionantes legais

Para maior compreensão de como a Praça do Santa Inês está comportada na cidade de Macapá, o Plano Diretor apresenta os parâmetros legais da implantação e setores nos quais o objeto de estudo está implantado e outras qualificações importantes que regulamentam as construções. Em conformidade com o documento

supracitado, a praça se insere em três setores com propriedades distintas, sendo elas: Subzona de Fragilidade Ambiental, Área de Interesse Turístico e Setor de Lazer 2.

Iniciando a leitura acerca do setor no qual a praça está inserida, o macrozoneamento urbano antevisto no capítulo V do Plano Diretor elucida que o local se insere na Subzona de Fragilidade Ambiental (figura 69).

Figura 69 – Macrozoneamento do município de Macapá – AP.



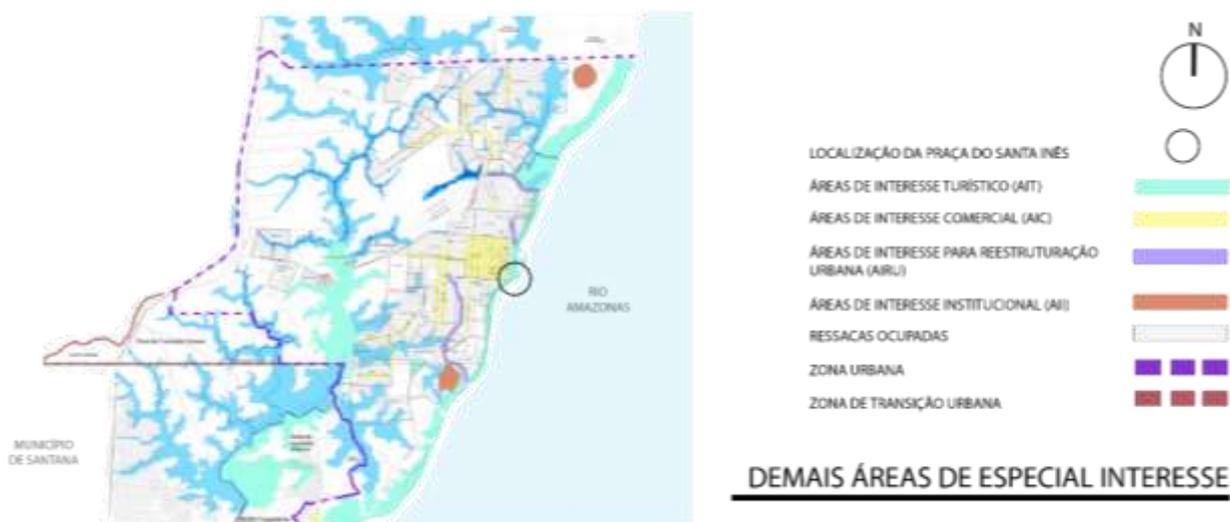
Fonte: Elaborado pela autora (2020) com base no mapa do Plano Diretor (2004).

Demarcado na cor rosa, a área apontada percorre toda a orla e compreende espaços onde existem também áreas de ressaca. O plano, além de propor que se contenha o adensamento da região de caráter turístico e residencial, destaca as seguintes estratégias:

- I - Valorização das áreas de interesse turístico na orla do rio Amazonas, com a preservação das suas características;
- II - Ordenamento das áreas dos atracadouros;
- IV - Otimização da utilização dos equipamentos implantados;
- V - Implantação de infraestrutura urbana nas áreas deficitárias; (PDDUA, 2004, p. 41).

Para além, a área em que se insere a praça é qualificada como uma Área de Interesse Turístico, determinada na cor verde claro no mapa (figura 70).

Figura 70 – Áreas de Especial Interesse em Macapá – AP.



Fonte: Elaborado pela autora (2020) com base no mapa do Plano Diretor (2004).

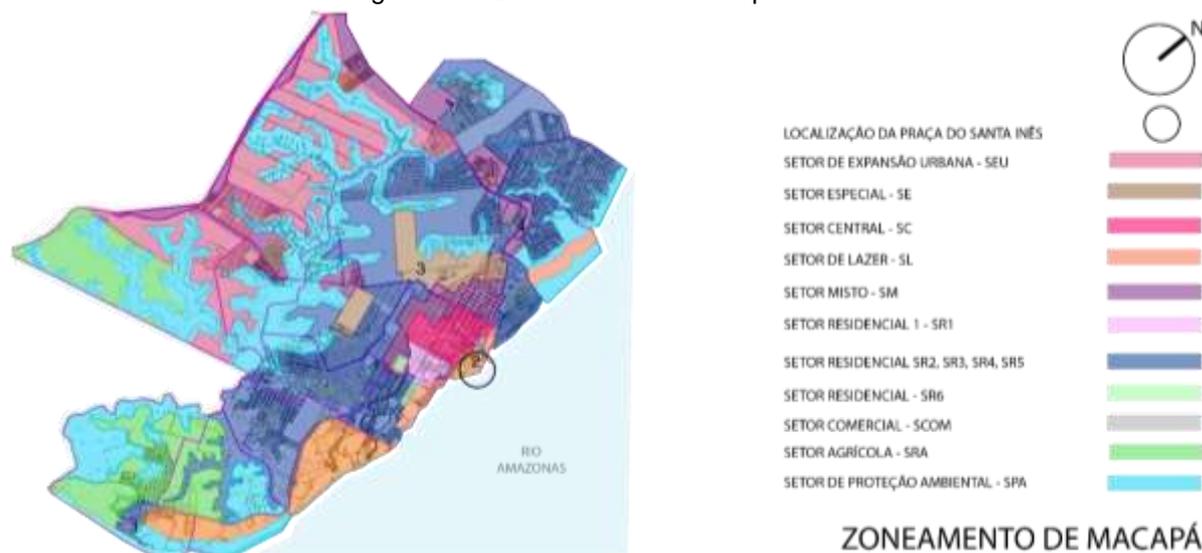
Sobre as áreas voltada para o interesse turístico, o Plano Diretor aponta para o desenvolvimento de atividades de turismo sustentável, onde também devem ser inseridos programas, planos e projetos que recuperem e protejam a faixa de orla, das margens dos igarapés e dos marcos turísticos, que favoreçam a criação de espaços públicos de lazer. O plano salvaguarda a área da praça ao mencionar:

- I - Faixa ao longo da orla do rio Amazonas, contida nos limites do perímetro urbano definido em lei municipal específica;
- IV - otimização da utilização dos equipamentos implantados (PDDUA, 2004, p. 53).

No que diz respeito aos setores urbanos da cidade de Macapá, a Seção II dispõe no Art. 7º a divisão em: I - Setor Comercial; II - Setor Misto; III - Setor Residencial; IV - Setor de Lazer; V - Setor Especial. Desta maneira, a praça estudada se enquadra também no Setor de Lazer, qualificado na cor laranja no mapa, tendo em seu entorno os setores residenciais.

Da extensão do setor, a praça se enquadra no polígono pertencente ao Setor de Lazer 2 (figura 71), que abarca até a margem do Rio Amazonas, conforme a descrição dos limites.

Figura 71 – Zoneamento de Macapá - AP.



Fonte: Elaborado pela autora (2020) com base no mapa do Plano Diretor (2004).

Desta forma, o setor de lazer está encravado na Subzona de Fragilidade Ambiental prevista no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá, com as seguintes diretrizes específicas:

- a) incentivo à baixa densidade;
- b) ocupação horizontal;
- c) incentivo à implantação de atividades comerciais e de serviços de apoio ao lazer e ao turismo. (PDDUA, 2004, p.)

Das zonas e setores aqui descritos, apenas o zoneamento do município traz parâmetros legais para implantação de atividades no setor e denota as diretrizes que regulamentam a ocupação do solo. Neste sentido, são descritas as atividades que podem ser implementadas na área, influenciando nas práticas existentes também na praça estudada.

Quadro 3 - Descrição de usos e atividades do Setor de Lazer 2.  
**SETOR DE LAZER 2 – QUADRO DE USOS E ATIVIDADES**

Atividades comerciais e de serviços de apoio ao lazer e ao turismo	Residencial uni e multifamiliar; comercial e industrial nível 1; de serviços níveis 1,2 e 3	Serviços nível 2 somente museu, centro cultural ou pousada, nível 3 somente clube, hotel ou pousada, motel, cinema e teatro; industrial nível 1 somente caseira.
--	---	--

Fonte: PDDUA (2004, p.36).

Conforme o quadro 3 apresenta, é possível averiguar que a praça está de acordo com estes parâmetros normativos, pois, das atividades encontradas, há tanto o desenvolvimento de atividades comerciais quanto de lazer e turismo, além de estar cercada pela zona residencial.

Além de se discutir sobre as atividades possíveis a serem inseridas na região, o plano remarca outras diretrizes. Nestes outros parâmetros, são pontuadas as: alturas máximas para a edificação em metros; além da taxa de ocupação máxima dos lotes pertencentes à zona analisada; a taxa de permeabilização máxima do solo, que é de fundamental importância para que exista a harmonia entre a construção e o solo livre de edificação; além dos afastamentos mínimos que influenciam no conforto ambiental e térmico.

No que diz respeito ao Setor de Lazer 2, quanto aos parâmetros de ocupação (quadro 4), na zona onde a praça está encaixada, o Plano Diretor aponta:

Quadro 4 - Parâmetros para ocupação do solo.

SETOR	Diretrizes para intensidade de ocupação	PARÂMETROS PARA OCUPAÇÃO DO SOLO					
		CAT máxi mo	H máxima da edificação (m)	Taxa de ocupaç ão máxima	Taxa de permeabiliz ação mínima	Afastamentos mínimos	
						Frontal	Lateral e Fundos
LAZER 2	Baixa densidade ocupacional	1,0 (a)	8	60%	20%	3,0	2,5

Fonte: PDDUA (2004, p. 44).

Outro ponto importante de ser observado, corresponde ao anexo III (quadro 5) da Lei Complementar nº 030 de Parcelamento do Solo Urbano do Município de Macapá. que apresenta o quadro de parâmetros para a destinação de áreas de uso público, isto é, são demonstrados os percentuais de área mínima destinadas para a construção de equipamentos comunitários, bem como de área verde dentro do domínio público.

O que se percebe, considerando o mapeamento de arborização apresentado anteriormente e, comparando ao quadro do que a legislação demanda, é que as áreas verdes no Setor de Lazer 2 são insuficientes e podem ser melhoradas.

Quadro 5 - Anexo III - Parâmetros para destinação de áreas de uso público.

SETOR	Percentual mínimo para áreas de uso público	
LAZER 2	Equipamento comunitário	Área Verde
	15%	10%

Fonte: PREFEITURA DE MACAPÁ (2004, p.26).

### 5.3 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

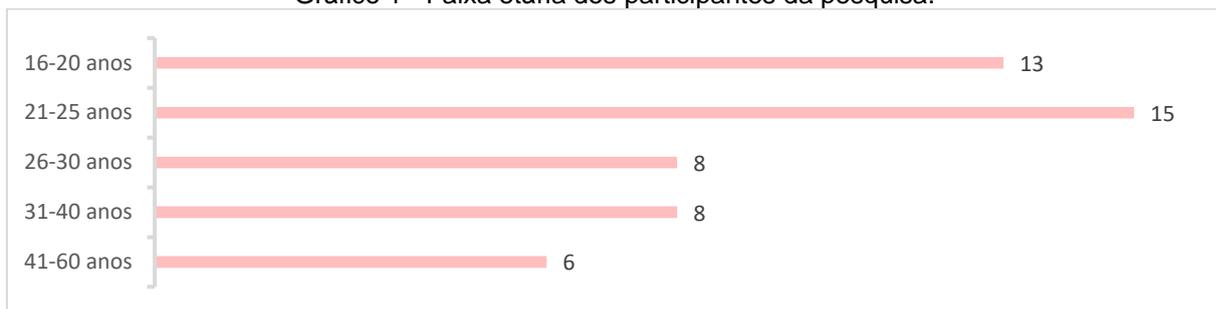
Para validar tudo que foi estudado é de fundamental importância que aconteça o contato com os usuários da praça. Desta maneira, o objetivo de amostragem inicial foi de 50 participantes entrevistados, sendo alcançado em amostragens parciais, desenvolvidas em 5 dias diferentes com 10 participantes por vez, como uma maneira de respeitar as medidas sanitárias referentes a pandemia do vírus Sars-Cov-2, a Covid-19, a fim de não gerar aglomerações ou alta exposição ao contágio. O total de pessoas entrevistadas (50) se refere a 0,85% da população do bairro Santa Inês, de acordo com o último censo oficial do IBGE para 2010, embora seja uma baixa porcentagem, as respostas colaboraram para enriquecer o trabalho e florescem como um veículo de grande ajuda para o desenvolvimento projetual futuro.

A pesquisa aconteceu durante os dias 23/08/2020, 29/08/2020, 08/09/2020, 12/11/2020 e 17/11/2020, contando com 10 perguntas que concordam com os temas da pesquisa: espaço público, cultura, planejamento participativo, entre outros, por meio do método pesquisa-participante, promovendo maior interação entre pesquisador, usuário do espaço e o objeto de estudo. A ficha utilizada para anotar as respostas pode ser verificada no apêndice I deste trabalho.

Para início da discussão, quanto aos aspectos relativos ao perfil das pessoas entrevistadas, é relevante apontar a faixa etária e gênero, pois, no decorrer das entrevistas semiestruturadas com base na metodologia de Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP), onde as entrevistas também geram conversas e mapas que colaboram ativamente e diretamente para a pesquisa, estas foram características que influenciaram na perspectiva de respostas, bem como nas atividades desenvolvidas ao se visitar a praça.

Percebe-se que a praça recebe indivíduos de diversas idades (gráfico 1), pois a praça em questão mescla variadas práticas e usos.

Gráfico 1 - Faixa etária dos participantes da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Entretanto, com relação às pessoas que foram positivas em participar da entrevista, ocorreu a predominância de jovens entre a faixa etária de 21 à 25 anos, seguido de jovens entre 16 e 20 anos. Estes, em maioria, situavam-se próximo à pista de skate, prática mais popular no meio jovem, enquanto os entrevistados na faixa etária de 26 a 30 anos e 31 a 40 anos se concentravam na área designada para a prática de atividade física com aparelhos (figura 72), dispostos na esquina oposta à pista de skate.

Figura 72 – Academia ao ar livre à direita da pista de skate.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Quanto aos usuários na faixa etária de 41 a 60 anos, a pesquisa obteve a ocorrência de 6 pessoas, que utilizam a praça para contemplação da paisagem e para atividades de menor esforço, como a caminhada.

Embora a pesquisa não traga o enfoque voltado às perspectivas de gênero, cabe ressaltar a relevância deste aspecto para que se entenda a construção da cidade, suas dinâmicas socioespaciais e a busca da compreensão do uso do meio urbano, que também é fruto da presença predominante de mais homens ou mais

mulheres em um determinado espaço da cidade. Desta maneira, a fim de traçar o perfil dos entrevistados, verificou-se então o gênero destes, onde a maioria entrevistada é do gênero masculino.

Quadro 6 - Quantificação de gênero participante na entrevista.

	
26 homens	24 mulheres

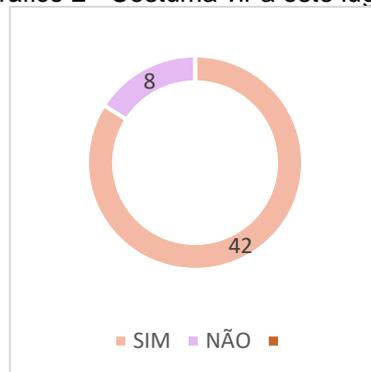
Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Esta verificação de gênero antecipou as perguntas voltadas ao uso, segurança e frequência de visita à praça, estimulando o diálogo que conferiu que muitas mulheres estavam ali para acompanhar o parceiro e observar enquanto este desenvolvia suas práticas esportivas.

Finalizando os dados prévios, foi possível obter respostas que abrangem uma diversidade positiva a ser considerada no âmbito físico-projetual. Cabe ressaltar que, durante a realização da pesquisa, o método pesquisa-participante foi de grande ajuda para resgatar minúcias que os entrevistados apresentavam ao comentar sobre as perguntas e que conferem um caráter mais participativo à pesquisa semiestruturada.

Das perguntas relativas ao tema da pesquisa, estão as questões: “Você costuma vir a este lugar? Com qual frequência você vem a este lugar?”, onde 42 pessoas apontaram que costumam ir à pracinha, representando um número relevante de frequentadores. Dos 8 usuários que não costumam visitar o local, foi averiguado principalmente a primeira visita dos indivíduos no dia da realização da entrevista.

Gráfico 2 - Costuma vir a este lugar?



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Quanto à frequência de visitação ao objeto de estudo, um total de 22 pessoas afirmaram que frequentam a praça pelo menos 1 vez na semana, outras 10 pessoas visitam até 3 vezes na semana. Os entrevistados que possuem maior frequência de visitação foram os que pontuaram morar perto e que apresentam facilidade de acesso à praça, possibilitando idas de até 5 vezes na semana ou ainda todos os dias.

Gráfico 3 - Frequência de visitas à Praça do Santa Inês.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Com relação às atividades desenvolvidas na Praça do Santa Inês, foi lançada a seguinte pergunta aberta: “Qual atividade lhe motiva a vir a este lugar?”, esta questão possibilitou compilar as respostas em 4 tipos de práticas, entre elas: a prática de exercícios físicos usufruindo da academia ao ar livre, que obteve 17 respostas e a prática de skatismo na pista existente no local, por 15 pessoas. Outra categoria apontada foi o passeio e a contemplação, onde as pessoas visitam a praça para sentar e relaxar, observar o Rio Amazonas e conversar, práticas estas averiguadas historicamente na localidade.

Gráfico 4 - Atividades praticadas na Praça do Santa Inês.

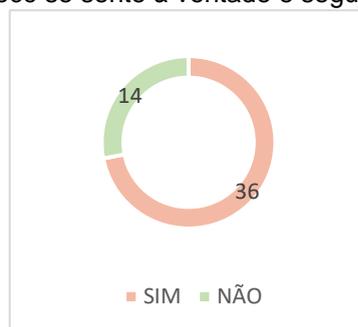


Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Após compreender as atividades ali desenvolvidas, a pesquisa seguiu com as verificações relativas à segurança do local e como as pessoas enxergam este aspecto que influencia diretamente em seu uso e as práticas que se manifestam no cotidiano. Ao ser perguntado se o indivíduo se sente confortável e seguro na Praça do Santa Inês, 36 pessoas entrevistadas responderam que sim, se sentem seguros, entretanto, embora as respostas fossem positivas, estas vinham acompanhadas de comentários relativos ao horário de uso do local, bem como o porte de objetos eletrônicos e sua exposição ao utilizar os aparelhos que influenciava em eventuais desconfortos.

Além disso, alguns entrevistados compartilharam experiências quanto aos assaltos e furtos que acontecem na praça, principalmente no horário da noite. Reiterando a importância da perspectiva de gênero abarcada no ponto inicial da aplicação dos questionários, as mulheres manifestaram preocupação ao ir sozinha à praça ou de estar praticando atividade física a partir do fim da tarde, aspectos estes que afastam as mulheres do uso do local.

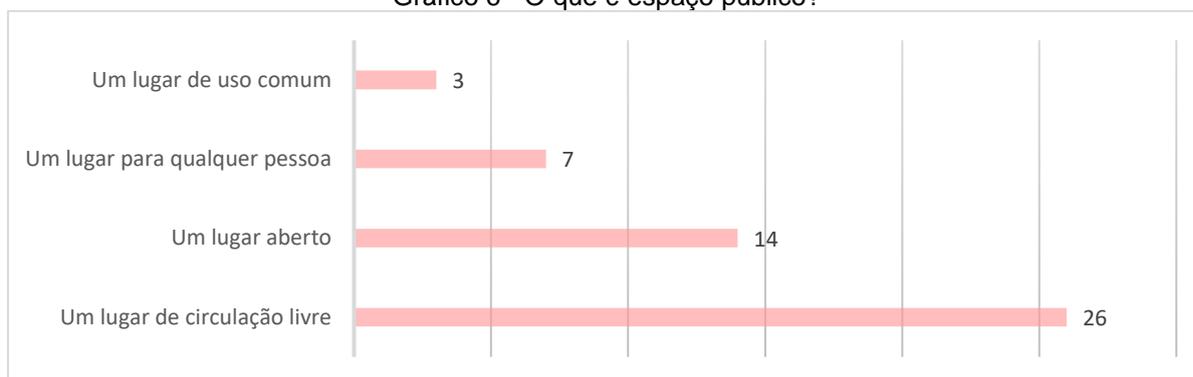
Gráfico 5 - Você se sente à vontade e seguro neste local?



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

No que diz respeito ao tópico sobre espaço público, a entrevista almeja verificar o que os entrevistados consideram como espaço público. Como apresentado nos capítulos teóricos desta pesquisa, o conceito de espaço público perpassa diversos aspectos que podem diferir do que o cidadão entende como o significado do termo, logo, a pergunta busca conferir se a concepção da população está alinhada com o que vem sendo trabalhado anteriormente.

Gráfico 6 - O que é espaço público?



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Assim, a pergunta aberta “O que é espaço público?” (Gráfico 6) também obteve respostas que possibilitaram a formação de tópicos-chave, que caracterizam o entendimento das respostas. 26 entrevistados consideram o espaço público como um lugar de circulação livre, assim, condizente com o principal conceito utilizado nesta pesquisa, isto é, espaço urbano público livre. Outras 14 pessoas entrevistadas consideram o espaço público como um lugar aberto, 7 pessoas apontaram que é um lugar para qualquer pessoa e outras 3 opinaram ser um lugar de uso comum.

No aspecto relativo às melhorias do lugar para que ele seja mais utilizado, as respostas atravessam as perguntas quanto à segurança e práticas desenvolvidas. A pergunta proposta foi “O que tornaria o lugar mais agradável e utilizável?” (figura 73) e, com exceção de 3 entrevistados, os participantes da pesquisa elencaram mais de um aspecto a ser melhorado.

Figura 73 – O que tornaria o lugar mais agradável e utilizável?



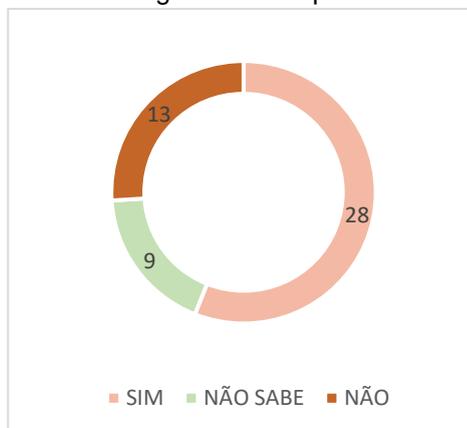
Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A iluminação e arborização tiveram uma quantidade expressiva de respostas, com 32 entrevistados se mostrando favoráveis a esta melhoria, seguido de reforma e expansão do playground juntamente com a pista de skate. Outros entrevistados responderam que há a necessidade de segurança e mais mobiliário urbano, como bancos e lixeiras. 2 pessoas sentiram a necessidade de mais estacionamento para a região e uma única pessoa verificou a importância de tornar o espaço melhor através da acessibilidade.

Para responder sobre o aspecto teórico-conceitual com relação à cultura, o questionário abarca a pergunta “O lugar reflete aspectos culturais de Macapá?”, onde o entrevistado poderia responder a esta questão fechada e em seguida sugerir quais são os elementos que inferem a característica cultural macapaense na Praça do Santa Inês.

Nesta questão, 28 pessoas entrevistadas responderam que sim, a praça reflete aspectos culturais, 13 responderam que não reflete e outros 9 não souberam responder à pergunta.

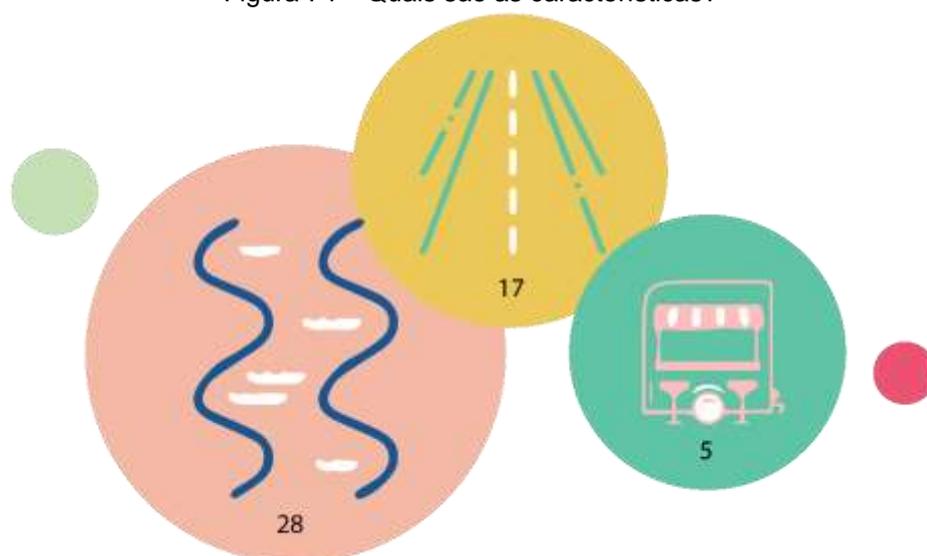
Gráfico 7 - O lugar reflete aspectos culturais?



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Ao responder sobre qual é a característica que reflete os aspectos culturais de Macapá (figura 74) na Praça do Santa Inês, os 28 que afirmaram que há traços da cultura no lugar assinalaram que o maior responsável por isto é a presença do Rio Amazonas em frente à praça. Das outras respostas, obteve-se que a faixa de orla para caminhar e a presença dos quiosques que vendem comidas típicas e iguarias regionais fazem com que a praça tenha aspectos culturais macapaenses.

Figura 74 – Quais são as características?



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Relativo ao acesso à praça (figura 75), duas perguntas foram utilizadas: “Como você acessa este local? Você mora perto (bairro)?”, onde se obteve respostas bastante variadas, contudo, o acesso por meio do carro foi maior, representando 17 respostas, seguido de 12 pessoas que visitam a praça a pé, 9 se deslocam por meio de motocicleta, 7 por ônibus e finalmente, 5 que usam a bicicleta como meio de transporte.

Figura 75 – Meios de transporte utilizados para ir à praça.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Os entrevistados representaram mais de 8 bairros de Macapá (figura 76), onde os visitantes do Araxá, Centro, Trem e Santa Inês são os que mais utilizam a caminhada, motocicleta e bicicleta para se deslocarem até à praça. Os maiores

deslocamentos são dos moradores do Novo Horizonte, Congós, Zerão e Santana, que visitam a praça por meio do uso do carro ou ônibus. Esta pergunta gerou apontamentos com relação aos pontos de ônibus, onde um entrevistado observou que “poderia ter mais pontos de ônibus ou que eles fossem mais próximos da praça”.

Figura 76 – Mapa ilustrativo de onde moram os entrevistados.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Finalizando o questionário, a pergunta apresentada foi “Como a população pode participar da construção de um espaço público?” (figura 77), que diz respeito à maneira que os cidadãos podem ter uma participação popular efetiva no direcionamento das propostas para a cidade, seja no âmbito político, social ou prático. Nesta pergunta, foi perceptível que o cidadão sente dificuldade em compreender seu papel político e social na cidade, entretanto, as respostas expressam a criatividade e diversas maneiras de se fazer presente no contexto decisório da construção da cidade e resoluções que tornam o indivíduo mais participativo neste âmbito.

Figura 77 – Elementos mencionados para participação popular.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

As respostas foram bastante variadas, apresentando diversos pontos em que o cidadão se sente exercendo seu direito de construir a cidade. Para os entrevistados, a participação popular pode se dar por meio de conversas entre o poder público e o cidadão, trocando ideias e sugestões de melhorias para a cidade (25), sendo educado do porquê a cidade é como é e participando de audiências públicas (7).

Outros entrevistados sugeriram que para se ter participação popular basta pagar imposto (6), fazer pesquisas sociais (21) e opinando nos projetos (18). Alguns participantes manifestaram sugestões mais práticas, entre elas: utilizando o espaço da praça e outros espaços públicos (14), tendo mais serviços públicos prestados à sociedade (15), tendo mais eventos culturais para as pessoas, ajudando na organização da praça (30), colaborando com reciclagem e decorando a praça e outros ambientes e também criando enfoque de preservação dos ambientes públicos.

Dito isto, o conjunto de respostas compila as problemáticas e, sobretudo, as potencialidades do espaço público estudado, pois, com estas respostas é possível explorar distintas soluções para o objeto de estudo. Cada resposta agrega imenso valor à pesquisa por terem sido obtidas de uma forma dinâmica, presencial e objetiva por meio do diagnóstico urbano rápido participativo, que eleva as entrevistas ao âmbito pessoal do usuário, que pouco é ouvido.

As demandas não foram somente quantificadas pelos usuários do espaço, mas também promoveram um olhar atento ao que incide na Praça do Santa Inês, despertando críticas relativas ao espaço físico e questões projetuais, bem como à dimensão de problemas intrínsecos à gênero, classe e poder aquisitivo que cabem ser abordadas na fase projetual deste trabalho, de modo a permitir a criação de um projeto que engloba diferentes pessoas, usos, características e possibilidades.

Tais respostas acordam com as reflexões teóricas apresentadas neste estudo, pois esmiúçam o entendimento da população quanto à ideia de participação popular e como ela tem ocorrido, confrontando-se com a perspectiva da inserção cultural nos espaços públicos. Outras respostas refletem a necessidade de se pensar no melhor atravessamento dos modais para a mobilidade urbana e melhor acesso aos espaços públicos de Macapá, alertando a necessidade de atualização das políticas públicas para que a cidade inclua os espaços criados espontaneamente, entre outros.

A seguir, o capítulo final desta pesquisa dilui as concepções obtidas na forma de anteprojeto, enlaçando às demandas aferidas com diretrizes projetuais para o projeto de requalificação urbana da Praça do Santa Inês.

## **6 TEORIA QUE VIRA MATÉRIA: PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA DA PRAÇA DO SANTA INÊS**

Neste capítulo algumas questões são retomadas para que o projeto inclua o que foi discutido no estudo teórico, por meio da revisão das problemáticas encontradas na área de estudo e no contato proposto com a comunidade que frequenta a Praça do Santa Inês, durante a aplicação das metodologias de diagnóstico participativo, onde foi possível averiguar quais os causadores do afastamento da população daquele espaço público.

Adiante, são sugeridas as diretrizes que colaboram para a solução dos problemas e, de acordo com o que foi elencado, são oferecidos os itens relativos ao programa de necessidades do projeto, bem como o que seria apontado como a setorização do projeto, porém, aqui a setorização carrega o nome de “eixo projetual”.

Dando continuidade, são explanados o que são estes eixos e as determinadas escalas de intervenção que o projeto almeja atender, relacionando estas intervenções com objetivos tangíveis para construção da proposta de requalificação do espaço público estudado, a Praça do Santa Inês.

Finalmente, o conceito do projeto amarra as diretrizes, os intuitos, as escalas e outros elementos apresentados com uma identidade visual, imaginável e convidativa, dando a base do aspecto estético do projeto. As intervenções e pontos de aplicação destas serão vislumbradas durante o capítulo por meio de croquis das ideias projetuais, mapas e exemplos de como atuam os eixos do projeto, a fim de humanizar as abordagens da pesquisa. O momento visual apresenta as ideias que materializam as resoluções dos problemas e de que modo o estudo teórico conversa com o espaço real da Praça do Santa Inês.

Para além de uma proposta, o capítulo busca resgatar intervenções com qualidades que promovem uma arquitetura e um urbanismo que olham para os cidadãos e promovem o exercício do direito à cidade e ao espaço público aliados à cultura local e ao planejamento urbano participativo.

## 6.1 DAS PROBLEMÁTICAS QUE PROMOVEM IDEIAS: AS NECESSIDADES NO PROJETO

Amparado na hipótese que justifica a existência desta pesquisa, foi estruturada a maneira de se entender o espaço público. Com isto, a metodologia participativa apontou diversas problemáticas que acometem a cidade de Macapá como um todo, sobretudo, os espaços mais abandonados do município e a Praça do Santa Inês.

Após a pesquisa *in loco*, foi possível compilar os problemas da Praça do Santa Inês em cinco grandes temáticas que se atravessam constantemente, contudo, promovem também uma resolução em conjunto, isto é, permitem que a proposta de resolução para um problema seja mais abrangente e sane também outras questões. Estas problemáticas são: a falta de segurança pública, falta de iluminação pública, a pouca arborização da praça, a constrição da diversidade de uso e a constrição de horários de uso deste espaço, bem como a falta de manutenção dos equipamentos e mobiliário urbano.

### 6.1.1 Respondendo às problemáticas: diretrizes projetuais

Entendendo as ocorrências, o diagrama de problemáticas e proposições (figura 78) apresenta as grandes temáticas abordadas de forma prioritária no projeto e as diretrizes deliberadas para cada uma. De modo a conseguir uma proposta tangível, cada problema-tema determina três diretrizes projetuais.

Figura 78 – Diagrama de problemáticas e diretrizes.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

### 6.1.2 Escalas de Intervenção do Projeto

Para nortear a proposta e trabalhar um conceito interessante, além das diretrizes, o projeto objetiva incluir o espaço público em duas escalas, onde cada uma apresenta objetivos básicos:

- Escala do bairro:

- I. Conectar a Praça do Santa Inês ao seu entorno, tornando o espaço público como um nó urbano, um ponto de referência, um espaço ativo dentro da malha da cidade;
- II. Promover segurança através da extensão da área de intervenção, fazendo com que os deslocamentos entre a praça e o bairro sejam mais seguros devido ao ambiente ativo em diversos horários e atividades que ali ocorrem;
- III. Reforçar o que a legislação prevê para a área quanto à Área de Interesse Turístico, isto é, agregar elementos que convidem a população a usufruir do espaço público para lazer e turismo.

- Escala da intervenção:

- I. Criação do projeto em escala humanizada, fazendo com que o ambiente coexista em uma proporção convidativa, não superdimensionada, que seja compatível aos olhos humanos;
- II. Prover espaços adequados ao trânsito humano, com foco nos pedestres que circulam na Praça do Santa Inês e em seu entorno;
- III. Potencializar as atividades que ocorrem na área de intervenção.
- IV. Promover usos diversos e em variados horários para que o espaço público ativo se torne mais seguro e permita maior permanência dos usuários, bem como o conforto e afeto.

### 6.1.3 Programa de necessidades arquitetônicas e urbanísticas

Na busca da resolução dos problemas, as diretrizes abordadas visam conversar entre si, independentemente de qual eixo estejam alocadas e colaborar para a solução além do assunto a qual está diretamente relacionada.

À título de exemplo, os problemas de constrição de horários de uso da Praça do Santa Inês estão intimamente ligados com a falta de segurança pública, que também é afetada pela falta de iluminação, logo, resolver um dos pontos influencia na resolução de outro, assim por diante. Outro exemplo é: a pouca arborização influencia na constrição de diversidade de usos, pois a falta de sombreamento impossibilita determinadas atividades, bem como o uso do espaço público com multiplicidade de horários.

O resultado destas constatações é o programa de necessidades (figura 79) que responde às problemáticas e às diretrizes deliberadas, pois se sabe o que acontece na Praça do Santa Inês e, dentro do programa, preferiu-se fazer apontar eixos que caracterizam as diretrizes aplicadas. Assim, as necessidades se transcrevem em ambientes pré-dimensionados para cada eixo projetual, totalizando um projeto de 11.340 m<sup>2</sup>.

Figura 79 – Diagrama do programa arquitetônico e urbanístico.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

#### **6.1.4 Para além de uma requalificação: Masterplan do Complexo Esquina do Rio Amazonas**

Após tantas tomadas de decisão, o que se tem então é o *masterplan* (figura 80) que guia a requalificação da Praça do Santa Inês, adicionando em seu programa o anexo gastronômico e a criação de um píer, para a resolução dos problemas de ordem arquitetônica e urbanísticas encontrados, possibilitando uma apropriação por parte da população de maneira orgânica, mas mutável, flexível e viável para o objeto de estudo.

Das características locais inseridas estão: arquitetura com o uso da madeira como forma de rememorar os primórdios do bairro Santa Inês, que possuía residências na tipologia de palafitas; espacialização dos ambientes da praça dispostas no decorrer das calçadas com formas orgânicas que reconhecem o balançar da maré do Rio Amazonas, ponto focal discutido com os usuários do local; escolha de uma paleta de cor com tons de verde e tons terrosos que conversam com o paisagismo, este que é inspirado nas cores e flores das saias das mulheres que dançam o Marabaixo, maior manifestação cultural do Estado do Amapá. O *masterplan* tem um viés global, abrangendo os aspectos significativos estudados anteriormente, não apenas no aspecto visual, mas no contexto simbólico e urbanístico, transformando assim o projeto em algo imaginável e exequível.

A requalificação da Praça do Santa Inês engloba em seu programa os ambientes existentes, mas também propõe a criação de novos espaços que agregam valor à Praça do Santa Inês, como a transformação dos restaurantes existentes no entorno em um eixo gastronômico com restaurantes e cafés, denominado “Bloco Restô”, espaços apropriados para a prática cultural e fomento aos eventos locais tanto dentro do bloco restô quanto no píer, jardim sensorial, área para diversão e esporte, entre outros.

Figura 80 – Masterplan do Complexo.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

### 6.1.5 Disposição de eixos na área de intervenção

Dentro do *masterplan*, os ambientes do projeto se organizam em uma setorização. Todavia, os setores que compilam as diretrizes e o programa atuam para além de uma setorização projetual que localiza um ambiente, por este fator, serão denominados eixos projetuais e não setores.

No programa de necessidade, os eixos contemplados configuram os ambientes como temáticas que não limitam o projeto a um único fim. Os eixos pensados são: gastronômico, de decompressão, de esporte e sarau cultural, como se confere na figura 81, onde, em cada item se compilam os ambientes interessantes para contornar as problemáticas apontadas anteriormente.

Figura 81 – Disposição dos eixos do projeto.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Estes importantes eixos discutem a práxis urbana da cidade de Macapá e podem ser conferidos nos croquis apresentados a seguir. As ideias a seguir serão implementadas nas áreas A, B e C, com suas devidas adequações para um projeto harmônico.

O primeiro eixo definido é o gastronômico (figura 82), ambiente este que busca dialogar com os conflitos urbanos que diz respeito à especulação imobiliária, pois, como averiguado, o setor onde está a Praça do Santa Inês é destinado ao turismo e vem sendo mal aproveitado devido a presença de terrenos que não cumprem a função social da propriedade urbana. Desta forma, o eixo resgata o uso do espaço adjacente à praça para devolver à sociedade novos restaurantes e cafés que permitem funcionamento e vivência da área em diversos horários e que seja aconchegante;

Figura 82 – Estudo preliminar do eixo gastronômico.



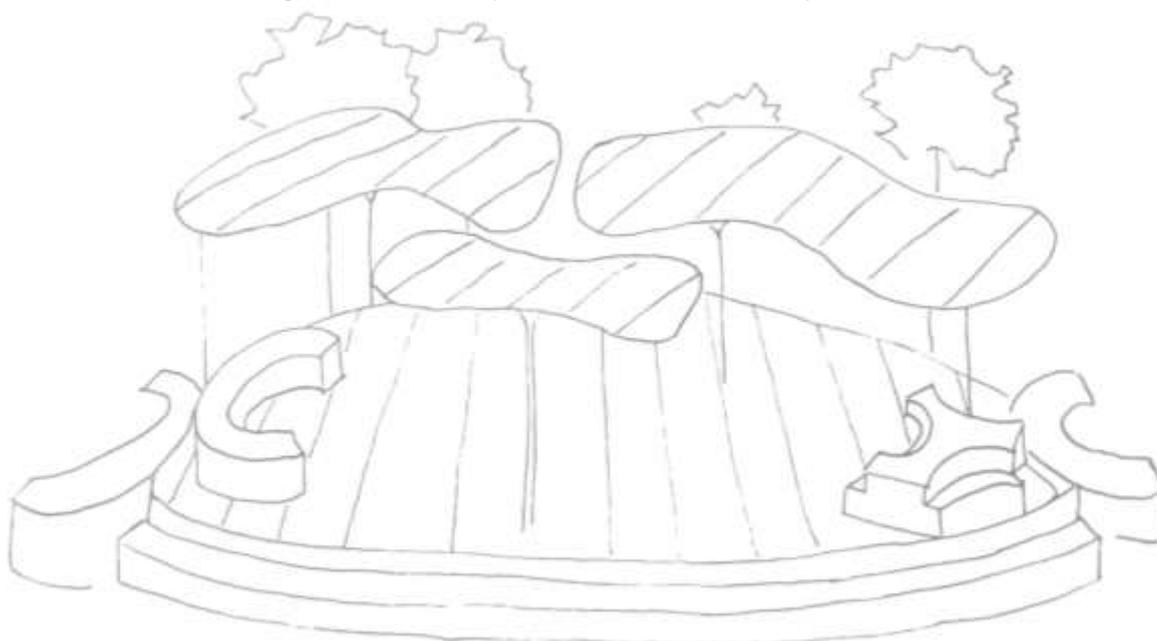
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A fachada aberta permite que as mesas e cadeiras dos restaurantes tenham melhor permeabilidade visual, onde, para além da segurança de enxergar todo o espaço público, promove vistas agradáveis do rio, dos outros ambientes e aproveita a ventilação e iluminação natural. A arquitetura do setor de restaurantes pretende trazer o uso da madeira em painéis, juntamente com sua estrutura de cobertura feita com este material, lembrando as casas antigas da região.

Quanto ao eixo de desconpressão, o nome advém do contexto do ambiente de trabalho onde, nas empresas, a sala de desconpressão é um espaço oferecido aos colaboradores para que eles se desconectem um pouco do exercício laboral. Seu

principal objetivo é promover um tempo de relaxamento, fazendo com que voltem às suas atividades revigorados. Utilizando a ideia para o espaço público, o eixo de descompressão é indicado para as áreas onde as pessoas possam parar, sentar, conversar e se distrair (figura 83), contemplando a Praça do Santa Inês e seu entorno com mobiliário urbano que gera conforto e liberdade de se estar, ainda, o píer cultural dará continuidade a este espaço de estar.

Figura 83 – Estudo preliminar do eixo descompressão.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

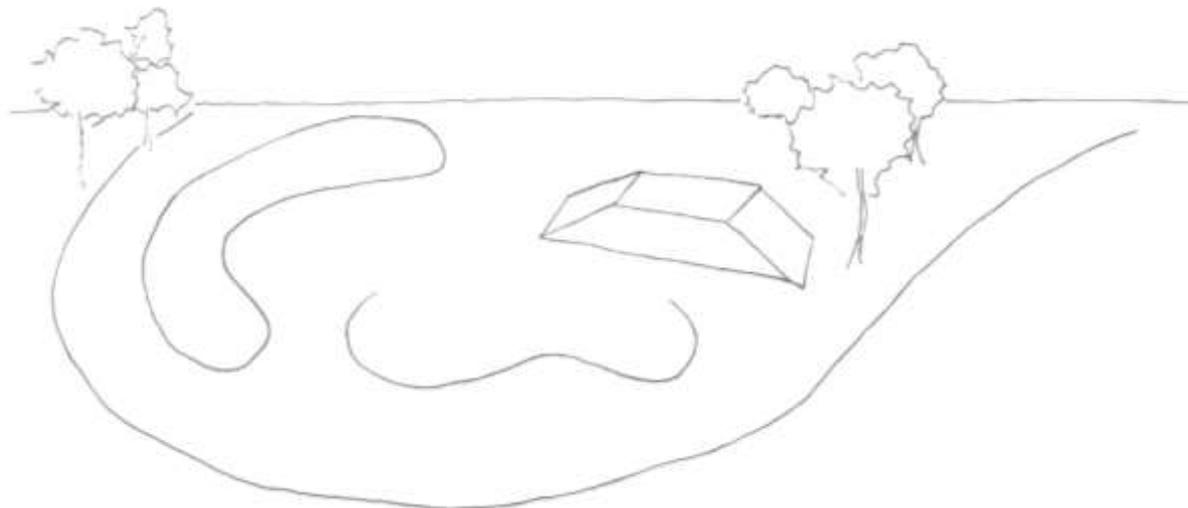
Sua localização no terreno infere na necessidade de proteção solar, que será feita com pequenas coberturas, criando um conjunto leve, mas que protege a área. Também o espaço receberá arborização e paisagismo.

No que se trata do eixo de desporto, aqui se agrega os espaços já existentes na setorização prévia da Praça do Santa Inês relativos à prática de esporte, eles são: pista de skate, playground e academia ao ar livre. Contudo, estes ambientes passam pela requalificação para o resgate do seu potencial, sendo mais convidativo à população e que se aumente a qualidade da prática esportiva no espaço público.

Em relação a pista de skate (figura 84), o intuito é que aconteça a alteração do modelo utilizado hoje. A pista se divide em duas áreas abaixo do nível da praça, ou seja, a pista fica escavada no solo, área que permanece no nível da praça e outra área onde a pista se eleva. Para não colocar pedestres em perigo, a pista contará com

proteção de guarda-corpo em alguns pontos. E, com a finalidade de aumentar o horário de uso da pista, as proximidades da pista receberão arborização adequada.

Figura 84 – Estudo preliminar do eixo desporto: Pista de Skate.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Já a concepção do playground (figura 85), a ideia parte de alguns dos princípios do método Montessori, que se trata de uma pedagogia com o principal objetivo de contribuir positivamente no desenvolvimento da criança, estimulando sua autonomia, autoestima e autoconfiança.

Dentre as habilidades e características que a aplicação do método pode trazer ao desenvolvimento das crianças estão: a concentração, a criatividade, a curiosidade, o senso de justiça e a inteligência emocional.

Logo, o playground cria vários espaços onde a criança é capaz de explorar os brinquedos, onde todos estarão dispostos em alturas compatíveis com a escala infantil, mesmo que estes elementos criem níveis diferentes para estimular a diversão. A disposição do ambiente no terreno é paralela à via local e não da arterial para que seja mais seguro para as crianças.

Figura 85 – Estudo preliminar do eixo desporto: Playground.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Logo, o playground cria vários espaços onde a criança é capaz de explorar os brinquedos, sendo todos dispostos em alturas compatíveis à escala infantil, mesmo que estes elementos criem níveis diferentes para estimular a diversão. A disposição do ambiente no terreno é paralela à via local e não da arterial, trazendo mais segurança.

Para a academia ao ar livre, novos equipamentos serão inseridos, além disso, a variedade de aparelhos permitirá que o espaço seja mais utilizado por promover uma atividade física mais completa do que a que acontece atualmente.

Outro eixo abordado na pesquisa carrega o nome “Sarau”. A inspiração do eixo veio deste evento cultural que se realiza em espaços particulares onde as pessoas se encontram para se expressar ou se manifestar artisticamente, entre as práticas envolvidas se tem a dança, a poesia, leitura de livros, música e outras formas de arte. Logo, dentro deste eixo se encaixa o píer cultural (figura 86), um espaço plural, adaptável e com conforto, destinado à toda e qualquer manifestação cultural, contrapondo o que foi averiguado nos capítulos teóricos quanto a existência de práticas espontâneas que acontecem nos espaços públicos, mas que pelo não planejamento de uma área assim, acabam por se adaptar em lugares não confortáveis e receptivos. Sua principal característica e ponto forte é a conexão com o Rio Amazonas, pois este está inserido sobre as águas, dando continuidade ao calçadão da orla rio adentro.

Figura 86 – Estudo preliminar do eixo sarau: Píer Cultural.



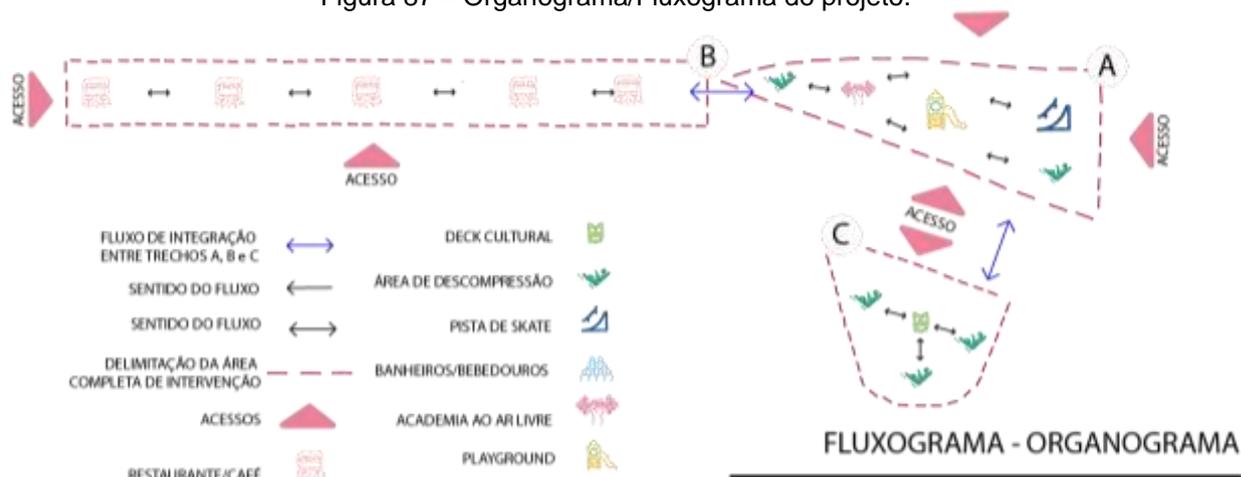
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Para chegar nestas concepções, foram utilizadas diversas ferramentas como o desenho à lápis, o desenho colorido e programas de desenho online para que a ideia inicial fosse transmitida de modo preliminar. Após esta etapa, se seguiu para o desenvolvimento de diagramas e plantas que, finalmente se transformaram na concepção final e foram materializadas por meio de computação gráfica 2D e 3D que serão discutidas *à posteriori*.

#### 6.1.6 Organograma/Fluxograma

A partir do programa de necessidades alinhado aos eixos do projeto, é apresentada a disposição dos ambientes dentro da configuração geral da área de intervenção. Desta maneira, o organograma/fluxograma (figura 87) da intervenção projetual divide-se em três momentos: A) Praça do Santa Inês, objeto da pesquisa, B) Área bastante plural, que conta com bares, lotes mistos e lotes em especulação e C) o próprio Rio Amazonas.

Figura 87 – Organograma/Fluxograma do projeto.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O objetivo de conectar a Praça do Santa Inês em outros dois espaços, inclui as problemáticas apresentadas e se alinha às resoluções tomadas. Praça do Santa Inês atualmente se encontra desalinhada da malha urbana, atuando de um modo solitário no bairro, deste modo, atrelar ela ao entorno, expandindo a área de intervenção, promove a sua melhor inserção no bairro e gera maior intimidade com o entorno imediato. Além disto, a expansão transforma os deslocamentos em momentos mais tranquilos por gerar maior sensação de segurança, visto que assim existirão mais espaços ativos e com pessoas.

## 6.2 O PARTIDO ARQUITETÔNICO TRANSFORMADO EM VIVÊNCIA

Navegar.

Na · ve · gar. Verbo 1. *intransitivo*: conduzir embarcação ou aeronave em segurança, entre pontos determinados: “n. pelo rio Amazonas”. 2. *transitivo direto* cruzar (mar, espaço etc.) em embarcação, aeronave, astronave etc.: “n. mares bravios”.

Esta é uma investigação que navegou por diversos tempos e histórias, explorou inúmeros conceitos e ideias, entendeu a construção da cidade e do espaço público com sua matéria e seus signos. Logo, o conceito deste projeto é a confluência de todas as águas pelas quais esta pesquisa atravessou, resgatando tudo que foi posto a bordo nesta pesquisa-embarcação. O conceito do projeto a ser apresentado é o “navegar na esquina do Rio Amazonas”, que retoma as percepções supracitadas, a história de Macapá e, sobretudo, a história do bairro Santa Inês.

Como já mostrado anteriormente, Macapá constrói uma relação firme e singular com o Rio Amazonas, tendo o tráfego fluvial como o principal meio de transporte para deslocamento de mercadorias, pessoas, histórias e simbologias provindas do interior do território, das ilhas, dos estados vizinhos e também do exterior. Já a “esquina do Rio Amazonas” é uma analogia posta em música regional<sup>13</sup> ao ponto de parada para as conversas de fim de tarde na beira do rio, os encontros dos cidadãos, o desembarque de quem chegava para fazer parte da história do município, para o caminhar na orla que se transformou, para as lembranças do banho de rio e nas brincadeiras que ali aconteciam.

Sendo assim, o intuito deste conceito é fazer com que a Praça Santa Inês seja requalificada para que a população retome a sua conexão com o rio com mais qualidade, em um espaço amplo, de contemplação, que reforce a história e as potencialidades já apresentadas. Também, pretende resgatar o uso de materiais locais para ser construído, bem como inserir espécies nativas para um paisagismo que valorize a praça.

A maneira de traduzir este conceito simbólico em uma forma física foi o resgate da imagem do cotidiano do passado da capital: o barco navegando pelo Rio Amazonas (figura 88). Em formato triangular, mas ainda assim orgânico, o projeto traz a forma da proa do barco em planta baixa, criando um espaço anexo de contemplação como um mirante para o apreciar o rio.

Figura 88 – Navegação no Rio Amazonas.



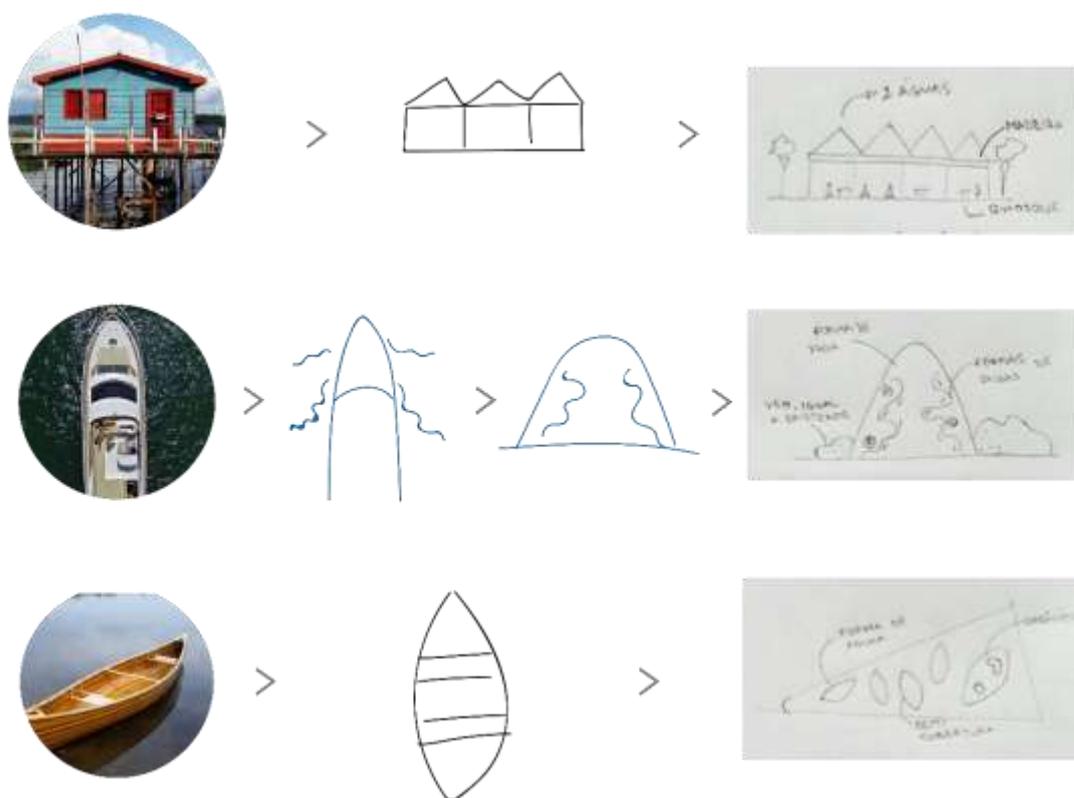
Fonte: OLIVEIRA, C. (2018).

---

<sup>13</sup> Canção “Meu endereço”, do cantor e compositor de música popular amapaense, Zé Miguel.

O conceito “navegar” é convertido em todo o conjunto do projeto (figura 89): primeiramente no bloco restô por meio da concepção que remete às palafitas da beira do rio; depois, a embarcação vista de cima que configura a forma do píer cultural; por último, as pequenas canoas criam os espaços da praça e delimitam a paginação do piso desta, além de remeterem ao desenho de uma folha, elemento natural que também é presente no contexto natural do rio e suas margens.

Figura 89 – Diagrama sobre o conceito projetual



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

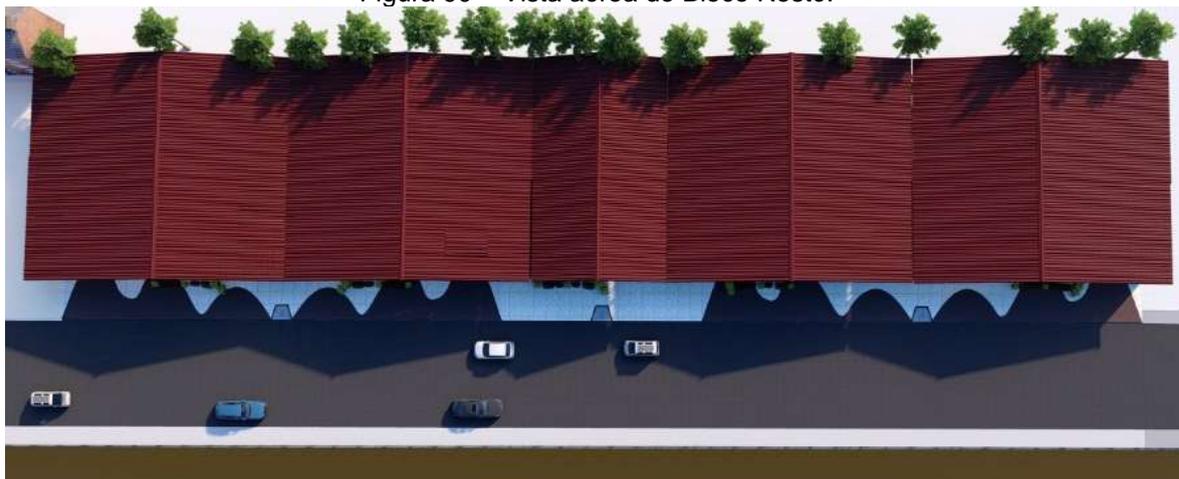
Assim, a praça navega pela própria história e segue em frente para dar continuidade às tradições e forma de viver a frente da cidade.

### 6.3 COMPLEXO “ESQUINA DO RIO AMAZONAS”

A seguir, as palavras e imagens apresentam o Complexo “Esquina do Rio Amazonas”, produto desta pesquisa que navegou com carinho na história da cidade. As informações de infraestrutura, supraestrutura, materiais e outros se encontram no anexo II desta investigação.

O primeiro espaço a ser apresentado é o “Restô”. Este bloco sugere uma proximidade entre o usuário e o espaço, convida a conhecer e aproveitar do ambiente que foi pensado para ser acolhedor e permeado de uma estética local. Em vista aérea (figura 90) se destaca pela cobertura em telha ecológica vermelha e a paginação de piso que apresenta formato de ondas, inspirado no “navegar” trazido como conceito.

Figura 90 – Vista aérea do Bloco Restô.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A fachada do bloco restô (figura 91) tem a intenção de ser aberta, inspirando o convite a entrar no espaço e aproveitar dos restaurantes e cafés que ocupam o projeto. Esta fachada livre implica na conversa entre a edificação e o Rio Amazonas, pois, independentemente do ponto onde o usuário está sentado ou caminhando dentro do bloco, é possível observar o rio e o movimento da rua, atendendo aspectos de diretrizes projetuais com a forma de trazer segurança ao espaço público por meio da permeabilidade visual, a presença de pessoas e o uso do espaço em diversos horários. Entre a calçada e o espaço útil do restô há apenas alguns lances de divisórias amadeiradas, para permitir certo fechamento, mas criar também um apelo estético e criar a sensação de divisão de espaços em quem o utiliza.

Figura 91 – Fachada do Bloco Restô.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Desta maneira, a calçada aberta (figura 92) permite a liberdade do uso do espaço público em um espaço que anteriormente inferia em apenas o consumo e usufruto privado. Nas calçadas 3 rampas permitem a acessibilidade e dão acesso ao resto. Conforme o estudo da NBR 9050, as rampas foram dimensionadas e distribuídas uniformemente, permitindo assim a criação da paginação de piso que reflete o conceito por meio de formas orgânicas em dois materiais: a madeira e o granilite, uma forma de brincar com texturas e materiais.

Figura 92 – Calçada do Bloco Restô.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Ao entrar no restô, o usuário se depara com um interior (figura 93) de diversas cores e texturas que buscam refletir aspectos locais. A cobertura se transforma através do seu uso aparente.

Figura 93 – Interior do Bloco Restô.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A cobertura com madeiramento exposto (figura 94) visa criar a sensação de amplitude, bem como a valorização do material que existe em abundância no Estado e que hoje tem o estigma de uma arquitetura inferiorizada em detrimento de materiais de arquiteturas importadas. Assim, o projeto valoriza a arquitetura tradicional local, bem como o intuito de remeter à tipologia arquitetônica palafítica dos primórdios do bairro Santa Inês.

Figura 94 – Interior sem forro, madeiramento aparente.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Visto que é uma edificação aberta, o projeto almeja atender níveis de conforto térmico por meio das orientações da norma NBR 15220, que indica o uso de beiral que sombreie as aberturas e permita a ventilação do ático. Logo, a cobertura atende

estes requisitos e se alia às aberturas em muxarabi com temática de folhas. Outro ponto da decoração é trazer a natureza para perto do usuário e isto é demonstrado pelos vasos de plantas, muraxabi com temática de folhas, bem como o madeiramento exposto da cobertura (figura 95).

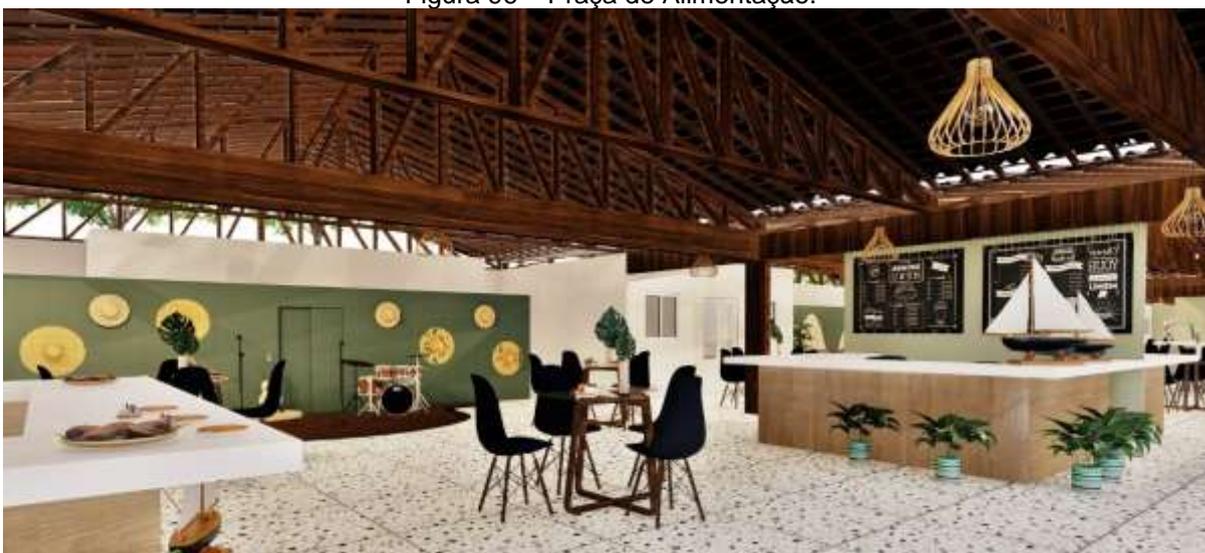
Figura 95 – Vista da parede com quiosque e muxarabi.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Relativo aos espaços dentro do bloco restô, existem os quiosques, que servem como espaços para caixa e atendimento ao cliente separado da área da produção de comidas e bebidas. Ao deslocar esse espaço de atendimento de dentro da sala destinada ao preparo, se aumenta o contato entre cliente e empreendedor, sem perder o quantitativo de espaço destinado a esta função, ainda, chama e mantém a atenção do usuário ao espaço que ele ocupa, ou seja, a praça de alimentação como um todo (figura 96).

Figura 96 – Praça de Alimentação.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O projeto pensa no setor de restaurante pela composição de blocos: uma concentração de mesas compartilhadas entre dois restaurantes. Então, cada quiosque pertence a um restô e assim se mantém a dinâmica entre o bloco inteiro.

Para privilegiar o bloco restô como um espaço de cultura e lazer do macapaense e do turista, centralizado na edificação há um espaço delimitado pela paginação de piso que atua como um palco musical (figura 97). E, visto que o bloco é um ambiente fluido, as mesas e cadeiras podem ser deslocadas e reorganizadas para que se aproveite a boa música e dança. A decoração deste espaço também busca remeter ao conceito implicado no uso de chapéus pendurados, tal qual os chapéus dos pescadores e ribeirinhos que navegam o rio Amazonas.

Para segurança, devido ao pé direito alto, há possibilidade de serem instaladas portas de enrolar metálicas do piso ao teto de modo que externamente não se sinta tanto o fechamento do espaço, caso seja necessário. Assim, durante o horário de funcionamento o ambiente fica totalmente livre permitindo que as características queridas quanto ventilação e permeabilidade visual sejam atendidas e após o horário em que o bloco restô está funcionando, seja possível fechar o espaço.

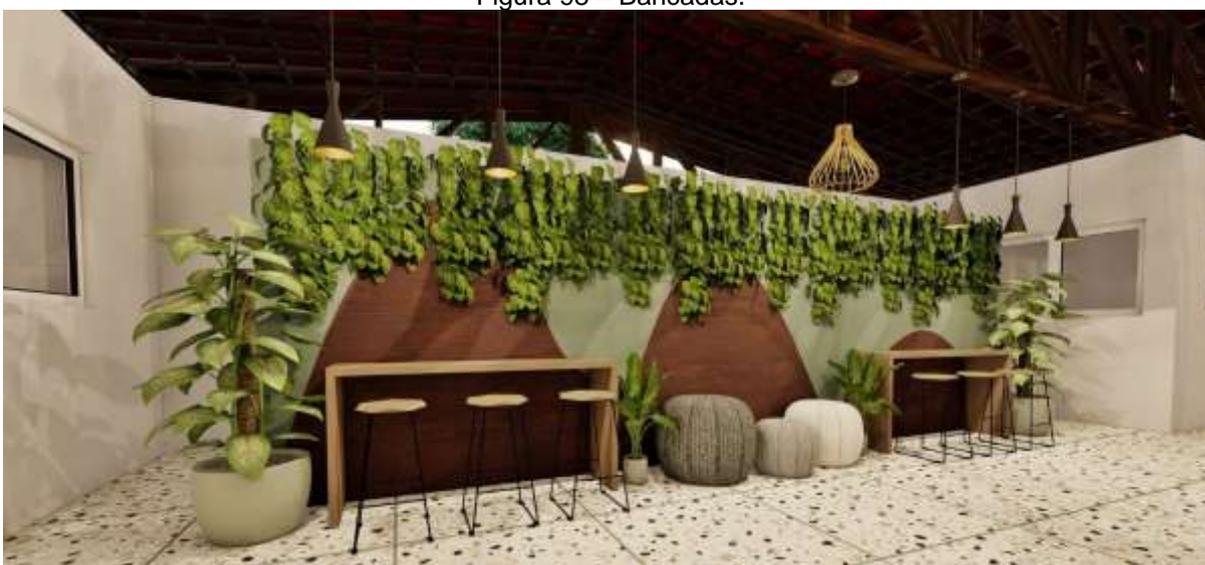
Figura 97 – Palco musical.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Dos espaços diferenciados, o bloco ainda conta com bancadas dispostas para uso mais individual, para quem está de passagem ou até se precisar sentar e relaxar (figura 98). A parede atua como biombo que dá acesso aos banheiros, contudo é aproveitado para agregar ao visual do bloco e ser útil também.

Figura 98 – Bancadas.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

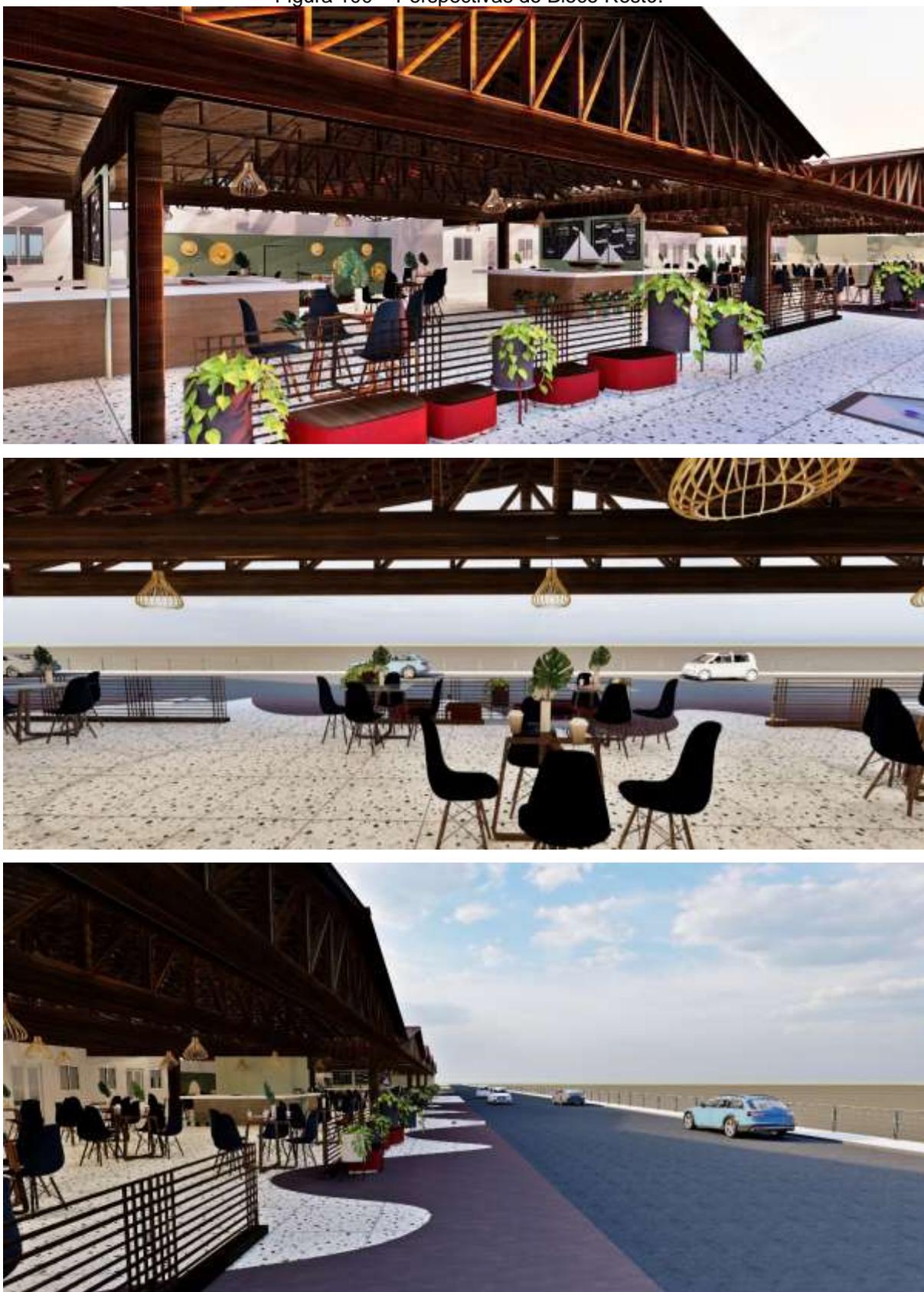
Por trás desta parede se cria um corredor e ele também é aproveitado para o apelo visual e utilidade do usuário, reforçando a decoração com temática de natureza (figura 99).

Figura 99 – Corredor dos banheiros.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

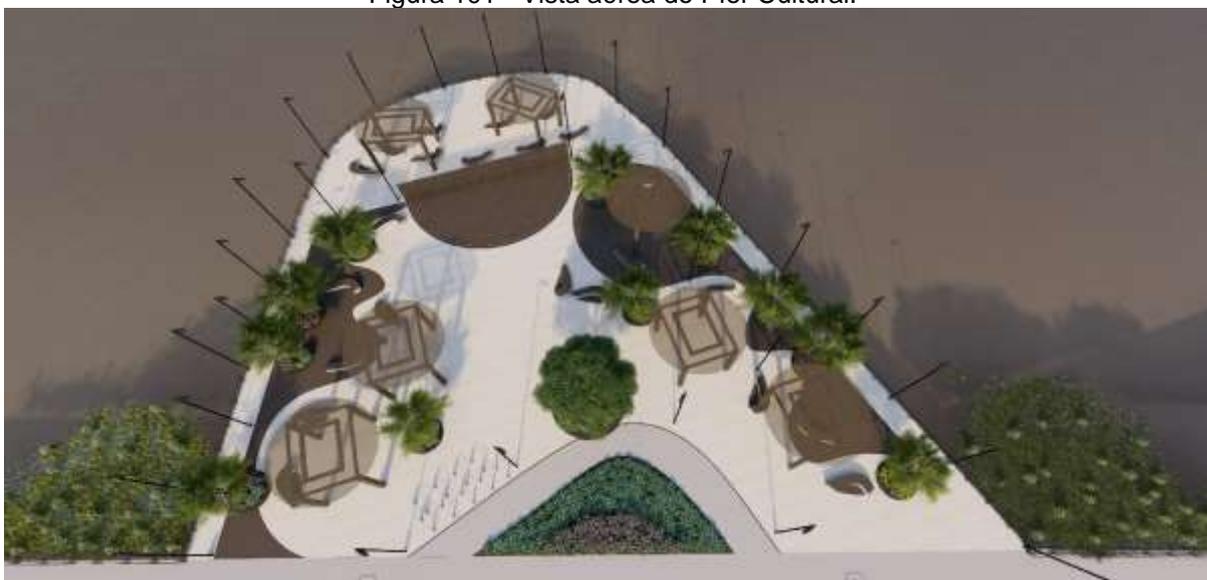
Figura 100 – Perspectivas do Bloco Restô.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O próximo destaque vai para o píer em forma da proa de barco, novo item adicionado ao projeto (figura 101). Atualmente, a orla de Macapá conta com alguns píeres e docas que recebem embarcações, contudo, nenhuma é adequada para o uso cultural ou para lazer, também não dispõem de espaços propícios a reuniões e uso como espaço público. O Rio Amazonas é o protagonista do espaço que cerca a área de intervenção, logo, anexar um deck sobre as águas do rio é uma intervenção que realça esta conexão e permite um usufruto do espaço ainda maior, com o intuito de promover ainda mais a valorização deste elemento que, além de natural, faz parte dos aspectos culturais de Macapá.

Figura 101 - Vista aérea do Píer Cultural.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Em sua composição, o piso reflete a forma de ondas e a vegetação do paisagismo aproxima o usuário do natural (figura 102). Ainda, as laterais do deck contam com gradis sobre o rio que atuam como pequenos viveiros das espécies locais fazendo com que estas plantas sejam vistas como parte do paisagismo, não apenas uma vegetação que cresce na orla.

Figura 102 - Calçamento interno do píer e vegetação.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O deck conta com a proteção de guarda-corpo, que permite o usuário de estar mais próximo do rio, porém, em segurança. A iluminação pública se espalha pela praça conforme as orientações da NDT 04 do órgão regulador do Estado, a Companhia de Energia do Amapá (CEA), alocados de 20m em 20m. O passeio é livre e permite o ir e vir das pessoas, aproveitando a vista para o rio e para os canteiros com árvores e arbustos desde o acesso ao píer até seu interior.

Na ponta oposta do píer (figura 103), mais próxima ao rio, existem banco orgânicos feitos em concreto e madeira que se dispersam sob as pequenas coberturas circulares que tem a intenção de proteger da insolação, porém, não impedir totalmente a iluminação, por isso são feitas de policarbonato.

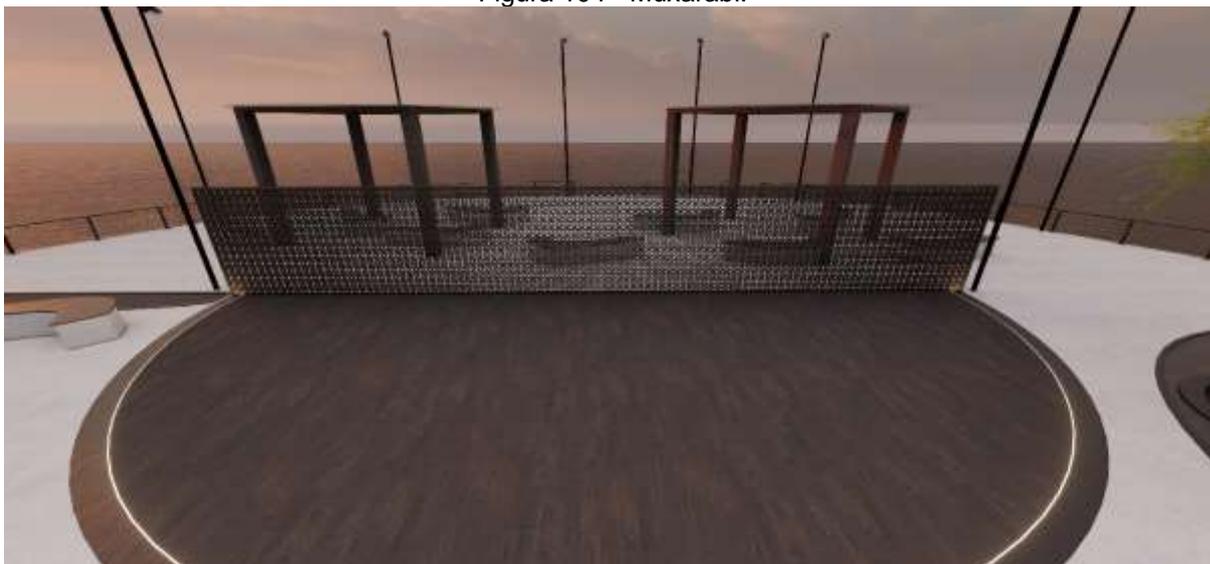
Figura 103 - Ponta do Píer.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Colaborando para a divisão dos espaços do píer, há um muxarabi (figura 104) que atua como divisória e também como um delicado fechamento entre o palco e a área de bancos mencionada, desta forma, quem desfruta do píer e caminha pelo entorno não tira a atenção dos eventos propícios no palco circular. Para valorizar este palco para atividades culturais, uma faixa de fita de LED contorna sua forma e valoriza o uso da madeira.

Figura 104 - Muxarabi.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Ao lado do palco, as áreas de estar (figura 105) se espalham com bancos e vegetação, tornando a permanência no espaço mais propícia e adequada, protegendo

da insolação com cobertura circular e árvores de pequeno porte em canteiros calculados junto à estrutura do píer.

Figura 105 - Áreas de Estar.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O uso dos espaços fica livre e ao critério do usuário, podendo ser utilizado para atividades culturais, esportivas e de lazer, potencializando assim as atividades que ocorrem no entorno da área de intervenção do projeto (figura 106).

Figura 106 - Uso do espaço do Píer.

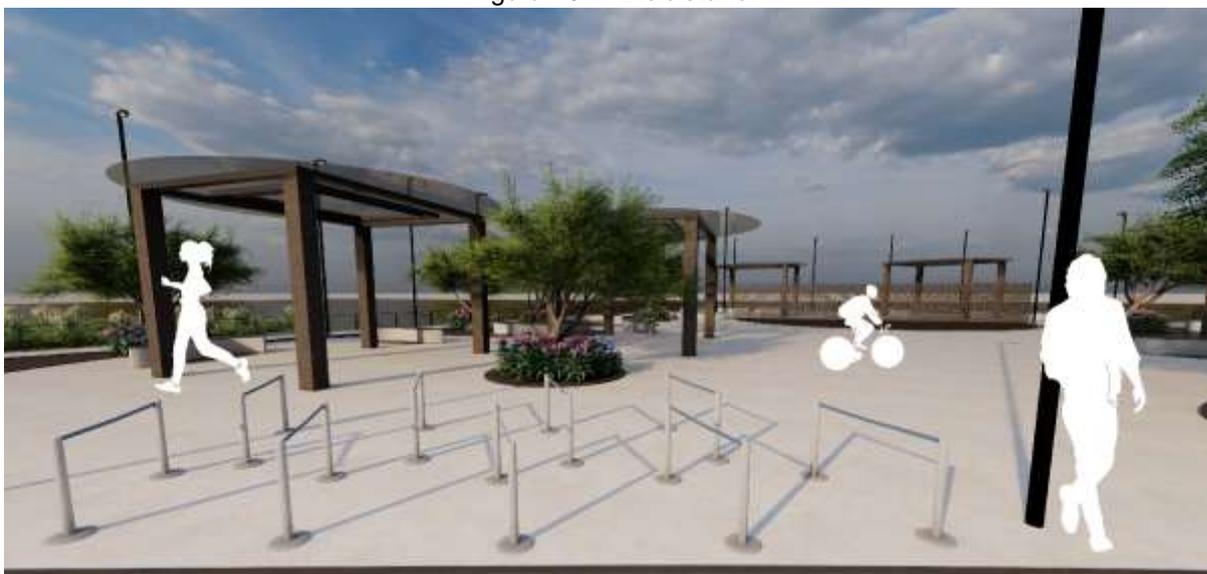


Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Considerando um tráfego mais humanizado, em uma escala reduzida e com velocidade compatível ao pedestre, se considera a mobilidade ativa por meio do uso

da bicicleta, sendo assim, a área do píer abriga um espaço de bicicletário (figura 107), que complementa a necessidade deste item à Praça do Santa Inês, sem deixar de permitir o fácil acesso às bicicletas por quem está na praça ou no píer.

Figura 107 - Bicicletário.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Figura 108 - Perspectivas do Pier Cultural.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Finalmente, se apresenta o objeto inicial e o vetor que modela a concepção do projeto: a Praça do Santa Inês (figura 109). Os seus contornos externos quase não se alteram entre a forma existente e o novo projeto, porém, sofre significativas alterações que visam valorizar e realçar as características de praça, potencializando seu uso para o estar e para o esporte.

Figura 109 - Vista aérea da Praça do Santa Inês.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A praça subtrai seus quiosques, que foram realocados no bloco restô, para que pudesse receber mais áreas de estar e de contemplação (figura 110), logo, a nova praça conta com três áreas de estar com bancos em concreto e madeira, espaço para academia ao ar livre, playground e uma pista de skate repaginada.

Figura 110 - Áreas de Contemplação.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

As áreas de estar se dividem em duas categorias: semicobertas e não cobertas. A primeira categoria expressa o espaço de estar que recebe uma cobertura que não abrange toda a área de bancos, pois, o intuito é que a cobertura proteja da

insolação em determinados momentos do dia e em outros momentos possa gerar apenas sombra em algum ponto da praça (figura 111).

Figura 111 - Área de Estar com cobertura.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Já as áreas não cobertas, embora não possuam a proteção solar com estrutura, contam com vegetação que colabora para a proteção solar e também para o sombreamento querido para o projeto (figura 112). Embora a cidade de Macapá esteja situada em uma região que requer forte proteção, por se tratar de uma praça, o plano é que as coberturas não impeçam a permeabilidade visual nem enclausurem a praça, apenas potencialize e colabore com a vegetação prevista para cumprir a função de bloqueio solar.

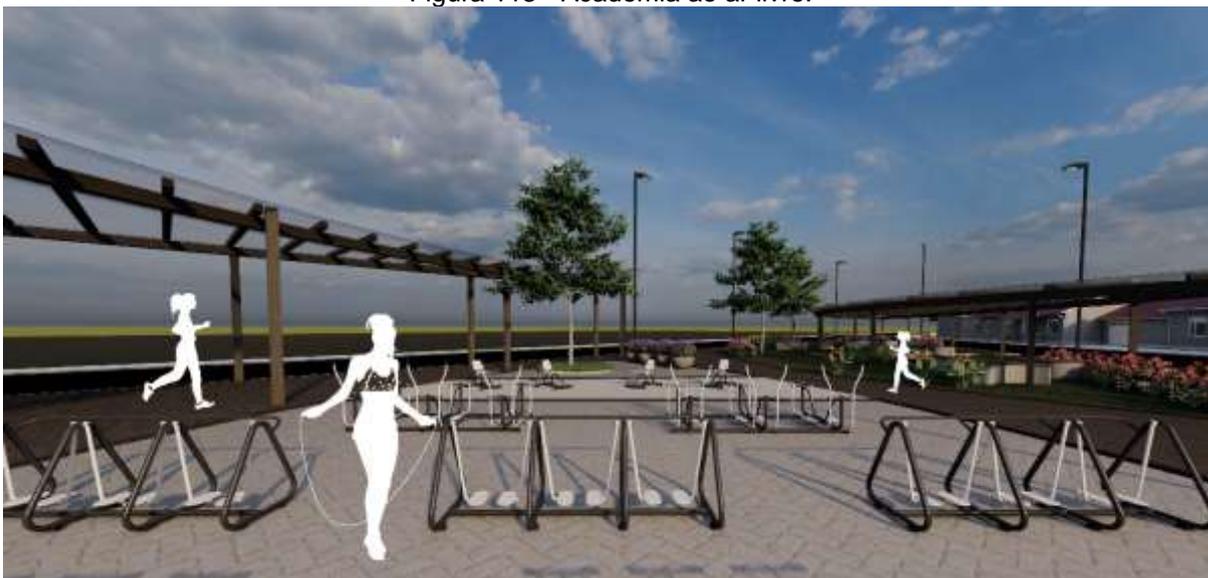
Figura 112 - Área de Estar sem cobertura.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Próximo à uma das áreas de estar já se localiza a academia ao ar livre (figura 113), pensada para abrigar uma maior variedade de equipamentos, estes pintados na cor branco e preto para trazer mais sobriedade e harmonia à composição. Se localiza em um recorte delimitado pela própria paginação de piso que, como explicado no escopo conceitual, possui formato de canoa, remetendo ainda às vivências locais.

Figura 113 - Academia ao ar livre.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Este espaço de academia recebe um pouco de paisagismo, incluindo uma árvore para colaborar na insolação diurna, bem como vasos de concreto com vegetação arbustiva (figura 114).

Figura 114 - Vista do espaço de academia.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Após a área mencionada, há o espaço destinado ao playground (figura 115). Esta área se divide em dois recortes: um em piso cimentício colorido e outro em caixa de areia, promovendo uma variedade de texturas e estilos, intigando a criança a brincar de diferentes formas.

Figura 115 - Playground.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Na caixa de areia há uma geodésica e outros aparelhos como gangorra e pendurador com modelo de escala (figura 116). A cobertura principal, que atravessa o meio da praça, foi pensada para cobrir os caminhos laterais do playground e assim gerar sombreamento durante a tarde, período em que foi verificada uma maior incidência de crianças usufruindo do espaço público durante a investigação.

Figura 116 - Playground em caixa de areia.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Os balanços e mais um modelo de geodésica para escala são situadas na área do playground em piso cimentício (figura 117). As cores dos equipamentos são terrosas, acompanhando a paleta escolhida para o projeto. Ambos os espaços de playground estão no recorte em formato de canoa.

Figura 117 - Playground em piso cimentício.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Quanto à pista de skate, um novo modelo é inserido na praça (figura 118). Com intuito de brincar com as alturas e diferentes escalas, a pista se divide em vários momentos, tendo partes em nível abaixo do solo e outras mais altas, para que o esportista possa ter uma variedade de possibilidades em sua prática.

Figura 118 - Pista de Skate.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A pista é feita em piso cimentício colorido nos tons selecionados de verde e em tons terrosos. Próximo à pista há um espaço de estar que conta com uma cobertura, proteção solar esta que colabora com sombreamento da pista durante o dia (figura 119).

Figura 119 - Pista e área adjacente.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Contornando a pista, o paisagismo colabora com mais sombreamento e com a vista agradável dos coqueiros areca-bambu e arbustos em espaço gramado, que pode ser utilizado como um espaço de apoio para o esportista e também para encontros, piqueniques e aproveitar o ar livre (figura 120).

Figura 120 - Lateral da Pista de Skate.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Figura 121 - Perspectivas da Praça do Santa Inês.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões teóricas aqui discutidas foram a base para a construção das ideias apresentadas como produto desta pesquisa, contudo, este trabalho não se encerra, pelo contrário: os estudos geram mais inquietações que fomentam o assunto sobre os espaços públicos e políticas públicas que devem ser criadas para incitar o uso dos lugares como deve ser. Esta monografia abre caminho para novas discussões e reflexões acerca da temática da requalificação urbana como ferramenta para o desenvolvimento de espaços públicos que contemplem a cultura e a participação popular nos projetos. Por último, esta pesquisa ensinou como o arquiteto urbanista pode alcançar bons espaços públicos quando se permite navegar e se banhar do espaço que ocupa, da cidade em que habita e da história que quer resgatar.

Durante o desenvolvimento deste trabalho, compreendeu-se melhor as problemáticas que atingem os espaços públicos, especialmente, daqueles pertencentes à Macapá, e como elas estão ligadas a aspectos intrinsecamente históricos do município. Contudo, a trajetória percorrida ensina que enxergar o espaço público vai além de anotar as problemáticas e apontar os defeitos que ali existem, mas também que, é essencial perceber as minúcias que tornam o lugar especial e potencializar o que há de bom para que ele se vincule à malha urbana como um elemento físico importante, um ponto de encontro, uma conexão, sendo um ambiente simbólico, cultural e que faz parte da cidade.

Assim, a hipótese se transforma em fato: a análise do objeto de estudo aliado ao processo metodológico participativo destinado à requalificação urbana é um artifício que coopera para minimizar problemas formais e sociourbanos elencados na Praça do Santa Inês em Macapá.

Em síntese, o percurso trilhado durante os seis capítulos foi norteador para a elaboração da proposta de um partido geral, por meio de exemplos do que vem sendo praticado em outras cidades e países, amparando as análises feitas na Praça do Santa Inês, permitindo o entendimento da relação entre espaço público, planejamento urbano participativo, políticas públicas e as práticas urbanísticas. No capítulo que se apresenta o projeto final, se entrega o fruto de uma pesquisa profunda, que deve ser feita para toda e qualquer proposição urbano-arquitetônica, traduzindo as necessidades da população que participou da pesquisa.

Dito isto, não sendo o fim, mas uma fagulha das transformações que a pesquisa e o projeto podem fazer na urbe, a elaboração desta proposta de requalificação urbana à luz do planejamento urbano participativo foi alcançado e tido como inspiração para um futuro que pensa no cidadão e no papel do arquiteto na sociedade, considerando a valorização cultural para o uso do espaço, que atenda as demandas locais e contribua para o desenvolvimento local tão necessário em Macapá.

## REFERÊNCIAS

ACIOLY, C.; DAVIDSON, F. **Densidade Urbana**: um instrumento de planejamento e gestão urbana. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 1998.

ACSELRAD, H. **Introdução**: o debate sobre cartografia e processos de territorialização - anotações de leitura. In: ACSELRAD, H. et al. (Org.). Cartografias sociais, lutas por terra e lutas por território. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, p.08-29, 2015.

ALEX, S. **Projeto da Praça**: Convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: Senac, 2008.

AMARAL, M. D. B. **Dinâmicas econômicas e transformações espaciais**: a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia Oriental – Marabá e Macapá. São Paulo: USP/FFLCH/PPGEO, 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

ANDRADE, E. D. V.; CARNEIRO, A. F. T. **A elaboração de documentos cartográficos sob a ótica do mapeamento participativo**. Curitiba: Bol. Ciênc. Geod., sec. Artigos, v. 15, no 3, p.410-427, 2009.

ARAÚJO, G. M. **Paisagem Cultural**: um conceito inovador (Cultural Landscape: an innovative concept). In: Castriota, Leonardo Barci Paisagem cultural e sustentabilidade / organização de Leonardo Barci Castriota – Belo Horizonte: Editora UFMG; leds, 2009.

ARCHDAILY BRASIL. **6 Iniciativas voluntárias que transformam a vida de diferentes cidades do Brasil**. 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/928836/6-iniciativas-voluntarias-que-transformam-a-vida-de-diferentes-cidades-do-brasil>. Acesso em: 12. mar. 2020.

ARCHDAILY BRASIL. **Lightpathakl Monk Mackenzie Architects**. 2016. Disponível em: <https://www.archdaily.com/790707/lightpathakl-monk-mackenzie-architects>. Acesso em: 12. mar. 2020.

ARCHDAILY BRASIL. **Uma pista de skate sob o viaduto Krymsky**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/907774/uma-pista-de-skate-sob-o-viaduto-krymsky-snohetta-plus-strelka-kb-plus-strelka-architects>. Acesso em: 12. mar. 2020.

ARCHDAILY BRASIL. **Level Up**. Disponível em: <https://www.archdaily.com/911991/level-up-brett-mahon>. Acesso em: 12. mar. 2020

ARCHDAILY BRASIL. **Infra Space 1**. Disponível em: <https://www.archdaily.com/911262/infra-space-1-landing-studio>. Acesso em: 12. mar. 2020

ARCHDAILY BRASIL. **Projetos de urbanismo colaborativo de todas as regiões do Brasil**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/925160/21-projetos-de-urbanismo-colaborativo-de-todas-as-regioes-do-brasil>. Acesso em: 12. mar. 2020

ARCHDAILY BRASIL. **Intervenção Transborda**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/931299/intervencao-transborda-estudio-chao>. Acesso em: 12. mar. 2020

ARCHDAILY BRASIL. **Centro Comunitário Camburi**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/906019/centro-comunitario-camburi-cru-architects>. Acesso em: 12. mar. 2020

ASCHER, F. **Metapolis**: Acerca do futuro da cidade. Oeiras: Celta, 1998

ASCHER, F. **Novos Princípios do urbanismo**. Novos compromissos urbanos: Um léxico. Lisboa: Livros Horizonte, 2011.

BAUMAN, Z. **Cultura como práxis in**: Ensaios sobre o conceito de cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BARCELLOS, V. **Os Parques como Espaços Livres Públicos de Lazer**: o Caso de Brasília. 1999. Tese de Doutorado (Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

BECKER, B. **A urbe amazônica**: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2013.

BERRIO, S. D.; ORIVE B. **Terminologia general em materia de conservacion dei Patrimônio Cultural Prehispanico**. Roma: ICCROM, 1974.

BLANKENSHIP, J. D. **Reading Landscape**: J. B. Jackson and the Cultural Landscape Idea at Midcentury. In: *Landscape Journal: design, planning, and management of the land*. Vol. 35, no. 2, p. 167–184, 2016.

BOTELHO, L. P. **Evolução urbana da cidade de Macapá: análise do perímetro da Fortaleza de São José de Macapá ao Araxá no período de 1950-2010**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, Macapá –AP, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Portaria n. 127, de 30 de abril de 2009**. Estabelece a chancela da paisagem cultural brasileira. In: *Diário oficial da união*, 5 de maio de 2009, nº 83, p.17, 2009.

BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN . **Convenção do Patrimônio Mundial, 1999**. Cartas Patrimoniais. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 17.04.2021.

BRASIL. **Ministério das Cidades Regularização Fundiária Urbana: como aplicar a Lei Federal nº 11.977/2009**. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação e Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos. Brasília: 2012.

BRASIL. **Estatuto da Cidade. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001**. Diário Oficial da União. Brasília: 2001.

BRITO, A.; CANTUÁRIA, E. **Da Fortaleza ao Araxá: O processo de transformação da paisagem cultural da orla do Rio Amazonas em Macapá-AP**. Anais 3º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto – Desafios e perspectivas. Brasil, Belo Horizonte, 2014.

BUGGEY, S. **Associative values: Exploring nonmaterial qualities in cultural landscapes**. APT Bulletin, v.31, n.4, p. 21-27, 2000.

CARVALHO, S. N. **Estatuto da cidade: aspectos políticos e técnicos do plano diretor**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, v. 15, n. 4, p. 130-135, 2001.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2009.

CIDADE QUINTAL. **Cidade Quintal - nós**. 2019. Disponível em: <<https://sites.google.com/view/cidade-quintal/n%C3%B3s>>. Acesso em 12. mar. 2020.

CLARK, D. **Introdução à Geografia Urbana**. 2ª edição. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil S.A., 1991.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. **Carta de Reabilitação Urbana Integrada - Carta de Lisboa**. In I Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana Centros Históricos. Câmara Municipal de Lisboa. Pelouro da Reabilitação Urbana nos Núcleos Históricos, Lisboa, 1995.

CARVALHO, P. **Cidades e Valorização Paisagística de Frentes Aquáticas**. In Biblos (Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), Coimbra: Faculdade de Letras, Volume VI (2ª série), 2008.

Celentano, D., & Veríssimo, A. **O Avanço da Fronteira na Amazônia: do boom ao colapso**. O Estado da Amazônia – Indicadores, 48. Belém: Imazon, 2007.

CHOAY, F.; MERLIN, P. **Dictionnaire d'urbanisme et de l'aménagement**. Paris: Presses Universitaires de France, 1988.

COLETIVO MOB. **Quem somos**. 2019. Disponível em: <<https://www.coletivomob.com/quem-somos>>. Acesso em 12. mar. 2020.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 4ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 2005.

CORRÊA, R. L. **Construindo o conceito de cidade média**. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.). Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007

COSTA, C. S. "O acesso ao espaço público urbano como indicador de inclusão e equidade social". In *Neighbourhood & City - Between digital and analogue perspectives*, 137-150. Lisboa, Portugal: Lusófona University Press, 2019.

CULLEN, G. **Paisagem urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

CUNHA FILHO, F. H. **Cultura e Democracia na Constituição Federal de 1988: representação de interesses e sua aplicação ao Programa Nacional de Apoio à Cultura**. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

DIÁRIO DO AMAZONAS. **Espaços públicos mudam paisagem de Manaus**. Disponível em: <https://d24am.com/amazonas/responsabilidade-compartilhada-de-espacos-publicos-muda-paisagem-de-manaus/>. Acesso em: 12. mar. 2020

DIAS, M. S; JÚNIOR, M. E. **O espaço público e o lúdico como estratégias de planejamento urbano humano em: Copenhague, Barcelona, Medellín e Curitiba**. São Paulo: Cad. Metrop. v.19, n.39, 2017.

DIREITOS URBANOS. **Histórico do projeto Novo Recife e outras propostas**. 2012. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/04/historico-do-projeto-novo-recife-e-outras-propostas>. Acesso em 12. mar. 2020.

DOWBOR, L. **O Que é Poder Local**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

EXPRESSO. **Monte Alentejano renasce como hotel de cinco estrelas**. 2016. Disponível em: <https://expresso.pt/economia/2016-05-08-Monte-alentejano-renasce-como-hotel-de-cinco-estrelas>. Acesso em 12. mar. 2020.

FERRARA, L. D. **Ver a cidade: cidade, imagem, leitura**. São Paulo: Nobel, 1988.

FOWLER, P. J. **World Heritage Cultural Landscapes, 1992-2002**. In: *World Heritage Papers*. No. 6. 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001331/133121e.pdf>. Acesso em: 17.04.2021

G1. **Espaço de esporte e lazer**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2019/07/16/espaco-de-esporte-e-lazer-unica-praca-de-bairro-em-macapa-esta-tomada-por-mato-e-escuridao.ghtml>. Acesso em: 24. ago. 2020

GADOTTI, Moacir. **A dialética: concepção e método**. In: *Concepção Dialética da Educação*. 7 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, p. 15-38, 1990.

GATTI, S. **Espaços Públicos**. Diagnóstico e metodologia de projeto. Coordenação do Programa Soluções para Cidades. São Paulo: ABCP, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ed. São Paulo: Atlas. 2008.

GOMES, P. C. C. **Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço**. In: CASTRO, I, E; GOMES, P.C. C; CORREA, R.L. Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.p.19-41.

GRUMBILF DO BRASIL (Governo do TFA) **Plano urbanístico da cidade de Macapá**: relatório. São Paulo, 1960.

GUIMARÃES, C. R. **Evolução e Índice de Proteção das Áreas Vegetadas de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Vol I e II. 2 ed. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAESBAERT, R. **Desterritorialização**: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E.; COSTA, P. C.; CORRÊA, R. L. (OrgS.) Geografia: conceitos e temas. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

HAESBAERT, R. **Identidades territoriais**. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, p. 169-190,1999.

HAESBAERT, R. **Identidades territoriais**: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, F. G. B. de; HAESBAERT, R. (orgs.). Identidade e territórios: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Acess, 2007.

HOMETEKA. **7 projetos de revitalização urbana**. 2013. Disponível em: <<https://www.hometeka.com.br/f5/7-projetos-de-revitalizacao-urbana/>>. Acesso em 12. mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo populacional 2010**. Rio de Janeiro: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/tooltip/tooltip.htm?codigo=160030305000040>. Acesso em: 24. ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo populacional 2007**. Ed. 2. Rio de Janeiro: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv93420.pdf>. Acesso em: 24. ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População estimada em Macapá 2019**. Rio de Janeiro: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística, 2019. Disponível em:  
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/macapa/panorama>. Acesso em: 24. ago. 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População estimada na região Amazônica 2019**. Rio de Janeiro: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. Disponível em:  
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em: 24. ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo populacional 2010**. Rio de Janeiro: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em:  
<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=16&dados=6>. Acesso em: 24. ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Populacional 1990**. Rio de Janeiro: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1991. Disponível em:  
[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/82/cd\\_1991\\_n6\\_caracteristicas\\_populacao\\_domicilios\\_ap.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/82/cd_1991_n6_caracteristicas_populacao_domicilios_ap.pdf). Acesso em: 24. ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Populacional 2016**. Rio de Janeiro: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016. Disponível em:  
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acesso em: 24. ago. 2020.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JANUZZI, D. C. R.; RAZENTE, N. **Intervenções urbanas em áreas deterioradas**. Semina: Ciências Sociais e Humanas, v. 28, n. 2, p. 147-154, 2007.

KLIASS, R. G.; MAGNOLI, M. M. **Áreas verdes de recreação**. Páginas 245-256. Paisagem e Ambiente – Ensaios. São Paulo, n. 21, 2006.

KOCHI, S; CLEMENTE, V.M. **Arborização Urbana, Rural e Paisagismo**. Belo Horizonte: Instituto Estadual de. Florestas, 2012.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Trad. NEVES, Célia; TORÍBIO, Alderico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LAVALLE, A. G. **Participação: valor, utilidade, efeito e causa**. In PIRES, R. R. C. - Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: IPEA, 2011. v. 7, p. 372, 2012.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4ed Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LERNER, J. **Acupuntura urbana**. 5º Ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LEITE, R. P. **Contra-usos e espaço público**: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. Rev. bras. Ci. Soc. São Paulo, v. 17, n. 49, 2002.

LIBERALINO, C. C. **Praça: lugar de lazer**: relações entre características ambientais e comportamentais na Praça Kalina Maia. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, p. 131, 2011.

MACAPÁ. **Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo de Macapá No 029/2004**. Macapá, AP, 2004.

MACEDO, S. S. **Espaços Livres**. Paisagem e Ambiente – Ensaios, São Paulo: FAUUSP, n. 7, p. 15-56, 1995.

MARX, Karl. **A Ideologia alemã e Outros Escritos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

MATOS, F. L. **Espaços públicos e qualidade de vida nas cidades**. O caso da cidade do Porto. Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CEGOT. OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.2, n.4, p.17-33, 2010.

MATOS, F. L. **Revitalização urbana da baixa Portuense**: qualidade habitacional. Revista da Faculdade de Letras – Geografia – Universidade do Porto, v. 1, p. 33-54, 2007.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3 ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MARICATO, E. **Brasil, Cidades-alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, E. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, p. 121-192, 2000.

MARTINS, S. R. O. **Desenvolvimento Local**: questões conceituais e metodológicas. INTERAÇÕES-Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, N. 5, p. 51-59, 2002.

MEDVEDOVSKI, N. S.; KERKHOFF, H. V.; SOPEÑA, S. de M.; CATHARINA, R. T. S.; GUIMARÃES, E. S.; ALMEIDA, H. **Diagnostico rápido urbano participativo (drup)**: um relato sobre a ferramenta como instrumento para processos participativos em habitação de interesse social - uma ação extensionista. Revista Expressa extensão | (2015) – 99. UFPel Pelotas v. 20, n. 2 (2015)

MENESES, M. L. P. **Tendências atuais das migrações internas no Brasil**. Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidade de Barcelona. Nº 69 (45), 2000.

MONTE-MÓR, R. L. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006.

MUMFORD, L. **Paisagem natural e paisagem urbana**. Revista Landscape (1960). In: CHOAY, F. O Urbanismo: Utopias e realidades: Uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 286-291.

MUMFORD, L. **What is the City**. Architectural Record (1937). In: LEGATES, R. T.; STOUT, F. (Orgs). The city reader: Fifth edition. Londres: Taylor & Francis group, 2011. p. 91-95.

NAFES, S. **Programação ao redor do Estádio Zerão. 2016**. Disponível em: <https://selesnafes.com/2016/07/programacao-ao-redor-do-estadio-zerao-atrai-praticantes-de-esportes/>. Acesso em: 24. ago. 2020

OLIVEIRA, F. M. **Cidadania e Cultura Política no Poder Local: O Conselho da Administração Participativa de Camaragibe - PE**. Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

PANERAI, P. **Análise urbana**. Tradução: Francisco Leitão. Revisão técnica: Sylvia Ficher. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

PANERAI, P. **O retorno à cidade**. O espaço público como desafio de projeto urbano. In: Projeto, n. 173, p. 78-82, 1994.

PALHETA, T. C., SANTOS, F. B. SERDOURA, F. **Segregação ou integração dos espaços públicos urbanos: uma análise da zona norte de Macapá – AP**. Anais Pluris Contrastes Contradições Complexidades. 2016.

PEREIRA, J. I. C. **Espaços residuais urbanos: os baixos de viaduto**. Dissertação de mestrado (Arquitetura). Coimbra: Departamento de Arquitectura, 2011.

PEREIRA, R. A. **Expansão e Planejamento Urbano em Macapá: O Caso da Gleba Infraero**. Monografia (TCC em Arquitetura e Urbanismo) - Santana-AP: UNIFAP, 2013.

PORTAS, N. **Notas sobre a intervenção na cidade existente**. Espaço & Debates, Ano VI, nº 17: 94-104, 1986.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá**. 2004

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo - RS: Feevale. 2013.

- PORTILHO, I. S. **Políticas de Desenvolvimento Urbano em Espaços Segregados: Uma Análise do PDSA na Cidade de Macapá - AP.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2006.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.
- RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público. **Temas imprescindíveis para a revisão dos Planos Diretores.** MENEGAT, Débora (Ed.) Porto Alegre: Ministério Público, 2017.
- RODRIGUES, A. M. **Direito à cidade e o estatuto da cidade.** Revista Cidades, Presidente Prudente, SP: UNESP, v. 2, n. 3, p. 89-110, 2005.
- ROGERS, B. **In defence of the realm: 10 principles for public space.** In: Making Good: Shaping Places for People. London: Centre for London, 2017.
- ROLNIK, R. **Estatuto da Cidade - Instrumento para as Cidades que Sonham Crescer com Justiça e Beleza.** São Paulo: Polis, 2001.
- ROSANELI, A. F. **Olhares pelo espaço público.** 1ª ed. - Curitiba: Setor de Tecnologia da UFPR, 2019.
- RUFINONI, M. R. **Preservação e Restauro Urbano: Teoria e Prática de intervenção em sítios Industriais de Interesse cultural.** Tese de Doutorado (Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: FAU/USP, 2009.
- SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SALLES, M. B. C. **A Lei da Cultura e a Cultura da Lei.** 2013. Dissertação de mestrado (Mestrado em Direito). São Paulo: Universidade São Paulo, 2014.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.
- SAULE JÚNIOR, N. **Marco Legal do Direito à Cidade - A Trajetória da Reforma Urbana no Brasil.** In: Ana Sugranyes, Charlotte Mathivel. (Org.). Cidades para Todos Propostas e Experiências pelo Direito à Cidade. 1ª ed. Santiago - Chile: Habitat International Coalition, v. 1, p. 257-271, 2010.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: Edusp, 2006.
- SANTOS, E. **Amazônia Setentrional Amapaense: do “mundo” das águas às florestas protegidas.** Tese de doutorado (Faculdade de Ciências e Tecnologia). Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2012.
- SANTOS, M. **Espaço e método.** 1. ed. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Economia Espacial: Críticas e Alternativa**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SARDINHA, M. A, JUNIOR, F. O. C., SILVA, S. K. A. **As praças e arborização urbana: o caso de Macapá**. Revista Científica ANAP Brasil, 2016.

SILVA, J. A da. **Direito urbanístico brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2000.

SOUZA, A. C. M. de. **Análise do planejamento urbano de um espaço em transformação: as cidades de Macapá e Santana na perspectiva do desenvolvimento local**. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo). Macapá: Ana Cláudia Machado de Souza, 2014.

SOUZA, M. L de. **Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 2008.

SOUSA, N. M. B. de. **Urbanização do Amazonas entre o passado e presente: a manutenção da primazia urbana de Manaus**. Norma Maria Bentes de Sousa. – Rio de Janeiro, 2016.

SCHVARBERG, B. **Módulo II: Plano Diretor**. In B. Schvarsberg. Curso Instrumentos do Estatuto da Cidade: Parte 1 - Planejamento Urbano e Plano Diretor (Capacidades - Programa Nacional de Capacitação das Cidades, 35 p.). Brasília: Programa Nacional de Capacitação das Cidades, 2013.

SILVA, A. M. **Atratividade e dinâmica de apropriação de espaços públicos para o lazer e turismo**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SILVA, E. C. da. **A urbanização em Macapá após a criação do Estado do Amapá: expansão urbana e desigualdade socioespacial**. Ciência Geográfica, v.21, Bauru, 2017. p. 428-441, 2017.

SILVA, J. A. **Direito urbanístico brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1995.

SOBARZO, O. **A produção do espaço público: da dominação à apropriação**. Revista Geosp - Espaço e Tempo. São Paulo, n. 19, p. 93-111, 2006.

SPOSITO, M. E. B. **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

STEINBERGER, M.; BRUNA, G. C. **Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado**. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org.). Cidades médias brasileiras. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.

SUTIL, M. S. **Beirais e platibandas: a arquitetura de Curitiba na primeira metade do século XX**. Tese de Doutorado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2003.

TAVARES, P. C. **Gestão de Organizações Coletivas: Um Quadro de Referências.** Tese de Doutorado (Pós-Graduação em Organizações e Recursos Humanos). São Paulo: EAESP/FGV, 2003.

TOSTES, J. A. **Planos Diretores no Estado do Amapá: uma contribuição para o desenvolvimento regional.** Macapá, 2006.

TOSTES, J. A. **Transformações urbanas das pequenas cidades amazônicas (AP) na faixa de fronteira setentrional.** Rio de Janeiro: Publit, 2011.

TRINDADE JR., S. C. da. **Cidades e Centralidades na Amazônia: Dos Diferentes Ordenamentos Territoriais ao Processo de Urbanização Difusa.** Revista cidades. p. 305-334, Vol. 12, n. 21. 2015.

TRINDADE JR., S. C. da. **Territórios pensados e territórios vividos: apropriação do espaço e práticas urbanas de renovação urbana na área central de Belém.** Grumo-N. 1. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

UNESCO. **Recomendação da Europa, 1995.** IPHAN. Cartas Patrimoniais. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 17.04.2021.

VAINER, C. B. **As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?** Cadernos IPPUR, ano XV, n.2, 2001 - ano XVI, n.1, pp. 13-32, 2002.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª. Edição, 1977.

VILLAÇA, F. **Dilemas do Plano Diretor.** O município no século XXI: Cenários e Perspectivas. São Paulo: Cepam & Correios, 1999.

WRI BRASIL. **O Desenho de Cidades Seguras: Diretrizes e Exemplos para Promover a Segurança Viária a partir do Desenho Urbano.** Cartilhas e Manuais. Brasil: WRI Ross Center For Sustainable Cities. 2016.



## APÊNDICE I

### **METODOLOGIA DRUP - ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS - PERGUNTAS-CHAVE SOBRE A PRAÇA DO SANTA INÊS, CULTURA E PARTICIPAÇÃO POPULAR**

#### FAIXA ETÁRIA

16-20  21-25  26-30  31-40  41-60

MULHER  HOMEM

1. Você costuma vir a este lugar? Com qual frequência você vem a este lugar?

SIM  NÃO

SEM FREQUENCIA  TODOS OS DIAS  5x NA SEMANA  ATÉ 3x NA SEMANA  1x NA SEMANA

2. Qual atividade lhe motiva a vir a este lugar?

3. Você se sente à vontade e seguro neste lugar?  SIM  NÃO

4. O que você considera espaço público?

5. O que tornaria o lugar mais agradável e utilizável?

6. O lugar reflete aspectos culturais de Macapá? O que?

SIM  NÃO  NÃO SABE

7. Como você acessa este local? Você mora perto (bairro)?

CARRO  À PÉ  MOTOCICLETA  BICICLETA

ÔNIBUS

8. Como a população pode participar da construção de um espaço público?



## APÊNDICE II

### MEMORIAL DESCRITIVO E JUSTIFICATIVO: UMA REQUALIFICAÇÃO NA ESQUINA DO RIO AMAZONAS

Um espaço plural, cultural e vivo, esta é a requalificação da Praça do bairro Santa Inês, que engloba uma expansão em restaurante e deck que traduzem as necessidades e potencialidades averiguadas anteriormente. O intuito não é somente atender a população das imediações, mas convidar o macapaense e o turista a retornar a um espaço público, que será devolvido para gerar qualidade de vida, conforto e é propício às manifestações culturais locais.

Os materiais utilizados foram pensados como maneira de resgatar a história arquitetônica do bairro, que tinha como característica principal o uso da madeira nas edificações. A utilização deste material também visa encontrar um acolhimento, compor um espaço que abrace o usuário, que o convide a se apropriar do lugar e permanecer. A cobertura do bloco “restô” não possui forro, permitindo que quem percorre o local contemple o material e sinta a alusão de um grande espaço, alto e aberto, como a praça. O piso de granilite combinado com o assoalho pretende causar a sensação de percorrer as passarelas palafíticas e o encontro das texturas que comumente cercavam as residências.

Estes intuitos também cabem à praça, que possui uma paginação orgânica, que passeia no solo tal qual as ondas passeiam nos rios, como as ondas que se formam no navegar. E os materiais utilizados assim demarcam os ambientes da praça. A natureza então faz por si só seu paisagismo, com espécies coloridas para combinar com o sol que ali bate.

Para finalizar, não há encontro maior com o rio do que estar sobre ele. O deck de madeira performa o barco que navega no Rio Amazonas, com os bancos que promovem encontros e conversas entre quem os utiliza, com a proteção de coberturas leves e que deixam o sol iluminar o convém. A seguir, são descritos os elementos escolhidos para incorporar o conceito do Navegar.



## 1. FICHA TÉCNICA DA OBRA

Objeto: Praça Santa Inês, setor gastronômico e píer cultural.

Localização: Av. Beira Rio, Macapá - AP.

Área da intervenção: 10.000 m<sup>2</sup>

## 2. INFRA-ESTRUTURA

Para a bloco da Praça Santa Inês e para bloco “restô” será utilizada a fundação do tipo sapata aliada a viga baldrame. A viga baldrame é um elemento estrutural de concreto armado que tem a função de distribuir a carga das paredes e do teto para a fundação. O seu uso tem o intuito de que não ocorra o surgimento de trincas nas paredes, umidade e outros problemas que comprometam a segurança da edificação.

Figura 1 – Execução de fundação tipo viga baldrame.



Fonte: Escola Engenharia (2021).

Para a execução da fundação, devem ser seguidas as seguintes normas: NBR 6122:2010, que trata de projeto e execução de fundações, a NBR 6118 referente aos procedimentos e projeto de Estruturas de Concreto e a NBR 9575, que diz respeito aos critérios de impermeabilização e projeto.

## 3. SUPRA-ESTRUTURA

A estrutura do píer será projetada com vigas e laje de madeira de lei e apoiada em estacas de madeira no sentido longitudinal e uma linha de estacas ao longo de toda lateral do píer. As estacas são executadas com auxílio de equipamento em



estrutura metálica para cravação de estacas em região de difícil acesso, composto de guindaste sobre carro de cravação e vigas trilhos e que se desloca sobre estacas recém cravadas. Seu travamento se dará com parafusos e outros.

Figura 2 – Exemplo de supra-estrutura em madeira.



Fonte: Pixabay (2021).

#### 4. VEDAÇÕES

A alvenaria é um tipo de estrutura que utiliza pedras, tijolos ou blocos unidos por argamassa, neste caso, para o projeto do bloco “restô” será utilizada a alvenaria em blocos cerâmicos, com o objetivo de oferecer resistência, vedar os ambientes de cozinha e banheiros, além de fornecer proteção acústica e térmica no projeto. Não há efeito estrutural, pois servirá apenas para suportar o seu próprio peso e a carga das portas e janelas instaladas.



Figura 3 – Alvenaria de blocos cerâmicos.



Fonte: Educa Civil (2021).

Diante desse contexto, serão executados vigas e pilares de concreto conforme as regulamentações que oferecem segurança e praticidade, como a NBR 12118/2013 – Blocos Vazados de Concreto Simples para Alvenaria – Método de Ensaio.

A escolha deste tipo de vedação se deu devido as obras com este sistema costumam serem rápidas, já que há uma facilidade na compatibilização de projetos (arquitetônico, hidráulico e elétrico) e é o método construtivo com melhor custo, pois os materiais e mão de obra são de fácil acesso.

## 5. COBERTURAS

### 5.1 Estrutura de Madeira

Este material foi selecionado como o principal elemento da intervenção por estar presente desde a cobertura até o piso. Na cobertura é utilizada a madeira Cambará, uma madeira de lei, ou denominada nobre, pois é uma madeira nativa, apresenta maior resistência, qualidade e custo em relação a outras à longo prazo, visto que o que se espera do projeto é uma edificação durável e com menos exigência de manutenção, pois é menos propensa a sofrer os impactos dos ataques de cupins, insetos em geral e umidade. Já nos caibros, ripas e terças, bem como outros encaixes de cobertura são feitos em madeira comum. Essa composição serve para alcançar versatilidade e conforto ao olhar a estrutura da cobertura, além disso, ela é capaz de vencer grandes vãos.



Figura 4 – Madeiramento de cobertura.



Fonte: Tudo construção (2021).

Finalizando, a madeira então se mistura e remete aos elementos naturais, como as árvores, para resgatar a nobreza de uma arquitetura do passado, assim, deixando o espaço criado mais equilibrado e menos “selva de pedra”.

## 5.2 Telha Ecológica

As telhas ecológicas são fabricadas a partir de resíduos de fibras vegetais, seja de madeiras, como pinho e eucalipto, seja de não-madeiras, como bananeira e coco. Também existem materiais feitos de fibra de celulose, extraída de papel reciclado. É ecológica, de fácil manuseio, prática na instalação, dá leveza à estrutura do telhado, resistente, com baixa transmissão de calor e som e durável.

Figura 5 – Cobertura com telha ecológica vermelha.



Fonte: Onduline (2021).



O intuito de usá-la se dá especialmente por ser uma telha impermeabilizada com betume e protegidas por uma resina especial, contra raios UV, que traz mais controle do aquecimento na edificação. Também, esta proteção preserva a cor do produto e impede a escamação da superfície, o que é comum nas telhas multicamadas, logo, também é necessário menos manutenção.

### 5.3 Cobertura De Policarbonato

A cobertura de policarbonato é mais leve e mais resistente, não trincando com facilidade, transmite luz natural com eficiência e mantém essa transparência mesmo após muitos anos de exposição ao sol, por isto, foi escolhida como cobertura da praça e do píer. Estas coberturas serão usadas pontualmente no píer, logo, este material cumpre o intuito de não sobrecarregar o ambiente e promover um protagonismo para as estruturas de madeira. Desta maneira, a luz natural é aproveitada durante quase todo o dia, alcançando um nível de conforto térmico devido a proteção solar que gera. Além disso, o policarbonato tem a propriedade de bloquear a luz ultravioleta (UV), tornando os espaços mais seguros contra esse tipo de radiação.

Figura 6 – Cobertura com policarbonato.



Fonte: Polysolution (2012).



## 6. REVESTIMENTOS, ACABAMENTOS E PINTURA

### 6.1 Assoalho de madeira

O assoalho de tábua corrida será utilizado com aplicação diretamente sobre contrapiso (piso sem acabamento) e fixadas por barroteamento (pequenos pedaços de madeira embutidos no cimento ao nível do piso, nos quais serão aparafusadas ou pregadas).

Figura 7 – Assoalho de madeira.



Fonte: Projeto Madeiras (2021).

Na instalação do assoalho, em primeiro lugar deve se verificado o nivelamento do piso, como também a qualidade do contrapiso, para que não venha a ter problemas posteriores, após isto, se segue a colocação dos barrotes (vigas, caibro ou uma peça em formato de trapézio de madeira que são fixadas no contrapiso onde serão pregadas ou parafusadas as tábuas) e colagem.

### 6.2 Piso Granilite

O piso e revestimento granilite é feito de uma base cimentícia, composta por areia, água e cimento, junto de grânulos de várias pedras naturais. Como já é encontrada uma maior variedade de composição, será o utilizado o piso granilite colorido, para trazer textura ao ambiente do “restô”.



Figura 8 – Granilite colorido.



Fonte: Pinterest (2021).

Entre as finalizações e acabamentos do granilite, o projeto adota o acabamento polido, ou seja, mais liso e brilhante, facilitando a limpeza e manutenção, além de ter um apelo estético mais clássico.

### 6.3 Piso Travertino

O travertino é uma pedra natural e sua cor é puxada para o bege, com textura um tanto manchada que segue a mesma tonalidade da pedra, seguindo a linguagem do bege. Aqui será utilizado o travertino na sua forma bruta natural, que possui uma textura opaca por ser inserido sem nenhum tipo de polimento, possui também buracos aparentes. Sua aplicação será feita no bloco pír, para dar acabamento ao deck construído, contrastar com o assoalho de madeira das áreas com bancos e trazer luminosidade para o espaço.



Figura 9 – Piso travertino.



Fonte: Nacional Piso (2021)

#### 6.4 Piso intertravado

O piso intertravado é um tipo de pavimento em que o revestimento é formado por blocos de concreto com intertravamento por areia de selagem. As cargas a que o pavimento é exposto são distribuídas pelos blocos e resistidas em conjunto, por isso a importância do intertravamento adequado. Um piso intertravado não se desloca lateralmente quando solicitado, nem rotaciona, nem translaciona.

Este tipo de piso é muito utilizado em pavimentação de ruas, acessos internos, calçadas e passeios, sendo assim, este piso será utilizado nas áreas de academia da praça e em área de bancos e, como é necessário inserir elementos de contenção, como cordões em concreto em suas extremidades, isto servirá para delimitar os espaços e compor os contornos da praça.

Figura 10 – Pavimento intertravado ou paver.



Fonte: Projepar (2021).



## 6.5 Cimento polido

Acompanhando o acabamento da pista de skate da praça, o bloco contará com o cimento polido como piso do playground. Basicamente, o cimento polido é uma das variações do revestimento queimado, que é aplicado como acabamento da superfície do piso, e passa por um processo de polimento com a ajuda de ferramentas e de produtos que irão garantir a resistência final do piso.

O intuito deste uso é poder colorir um pouco o piso e implementar uma estética mais suave do que o cimento comum ou o cimento queimado, ainda, como é possível fazer variação de cor, pretende-se inserir cor ao acabamento.

Figura 11 – Exemplo de piso de cimento polido colorido.



Fonte: Archifeeds (2014).

## 7 ESQUADRIAS

Para as janelas e balancim serão utilizadas esquadrias com folha de vidro e alumínio na cor branca, conforme o exemplo a seguir (figura 12):



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS – DCET  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO – CAU

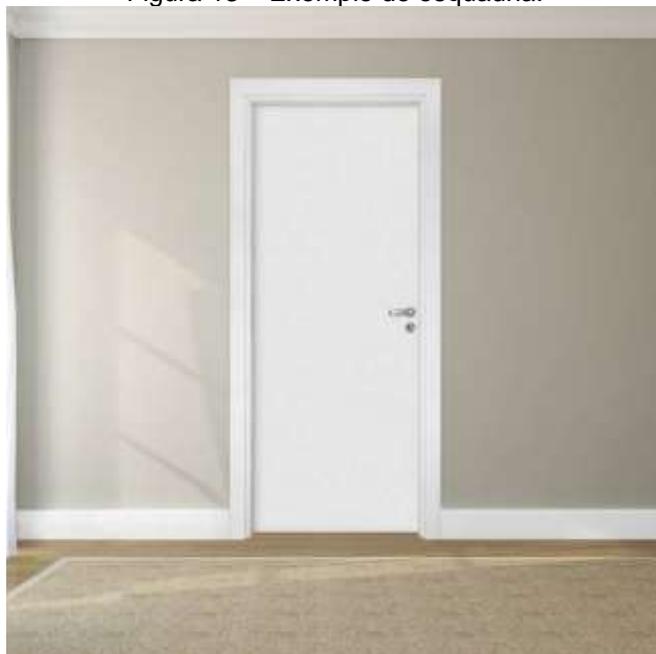
Figura 12 – Exemplo de janela.



Fonte: Amoedo (2021).

Para as portas, serão utilizadas portas simples na cor branca, conforme o exemplo (figura 13).

Figura 13 – Exemplo de esquadria.



Fonte: Curitiba Portas (2021).

A quantidade de itens necessários para o bloco “restô”, sendo este o único bloco com vedação e fechamentos, pode ser verificada no quadro de esquadrias do projeto (figura 14).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS – DCET  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO – CAU

Figura 14 – Quadro de esquadrias do projeto.

Esq.	Largura (m)	Altura (m)	Peitoril (m)	TIPO	MATERIAL	ESPECIFICAÇÕES
JANELAS E FECHAMENTOS						
J1	0,70	0,85	1,50	BASCULANTE	ALUMÍNIO E VIDRO	Conjunto 4 folhas
J2	0,80	0,80	1,50	BASCULANTE	ALUMÍNIO E VIDRO	Conjunto 3 folhas
J3	1,20	0,60	1,85	BASCULANTE	ALUMÍNIO E VIDRO	
J4	0,87	0,60	1,85	BASCULANTE	ALUMÍNIO E VIDRO	
J5	1,00	1,20	1,20	ABRIR	ALUMÍNIO E VIDRO	
J6	1,17	1,20	1,40	CORRER	ALUMÍNIO E VIDRO	2 folhas
J7	2,00	1,40	1,25	CORRER	ALUMÍNIO E VIDRO	
M1	4,90	2,50	–	FIXO	MADEIRA	Muxarabi com tema de folhas
M2	3,28	2,50	–	FIXO	MADEIRA	Muxarabi com tema de folhas
M3	3,00	2,50	–	FIXO	MADEIRA	Muxarabi com tema de folhas
PORTAS						
P01	2,53	2,63	–	ABRIR	MADEIRA	Porta Dupla
P02	1,00	2,10	–	ABRIR	ALUMÍNIO E VIDRO	Porta Dupla
P03	0,80	2,10	–	ABRIR	MADEIRA	
P04	0,96	2,10	–	ABRIR	MADEIRA	Com sinalização conforme NBR
P05	0,60	1,80	–	ABRIR	MDF	Divisória

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

No que diz respeito aos muxarabis mencionados no quadro de esquadrias, estes servirão como painel de fechamento nas fachadas laterais do bloco “restô”, para que gere privacidade e segurança, contudo, permitam a entrada de ventilação e iluminação. O recorte na sua parte interna possui a temática de folhas (figura 15), remetendo a natureza, com a finalidade de compor este espaço que traz referências da natureza para o espaço.

Figura 15 – Muxarabi com temática de folhas.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).



## 8 PINTURA

As cores de pintura adotadas no projeto buscam mesclar um pouco de tons terrosos e tons esverdeados que consigam compor um ambiente descontraído, além de cores como o laranja, que contrasta com as outras escolhas. A seleção de cores pode constar nas paredes ou outros elementos, podendo compor o ambiente de forma fluída e sem compromisso, visto que são cores pensadas para combinar com o conjunto dos materiais utilizados no projeto. Portanto, a paleta de cor é apresentada a seguir (figura 16).

Figura 16 – Paleta de cores do projeto.



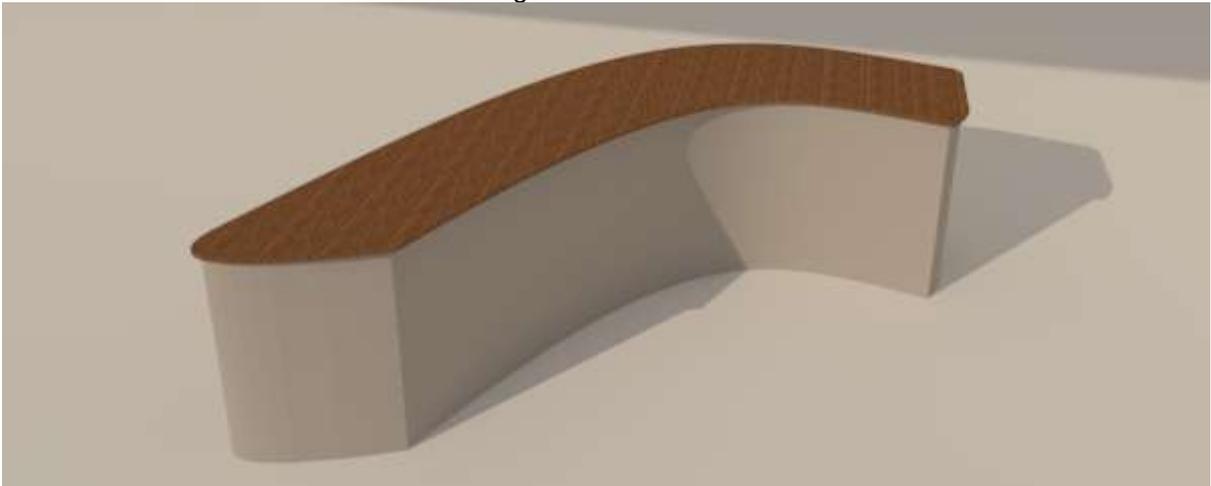
Fonte: Elaborado pela autora com base em Pinterest (2021).

## 9 MOBILIÁRIO URBANO

O projeto conta com alguns elementos pensados com exclusividade e a seguir eles serão identificados. Primeiramente, os bancos (figura 17) são utilizados na praça e no pór, em formato curvo, como se abraçasse uma reunião entre amigos, podendo ser utilizado por todos os lados.



Figura 17 – Bancos.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

As coberturas (figura 18) utilizadas também foram pensadas para o modelo de praça e refletem a paginação de piso e o conceito abarcado no contexto.

Figura 18 – Cobertura da praça.

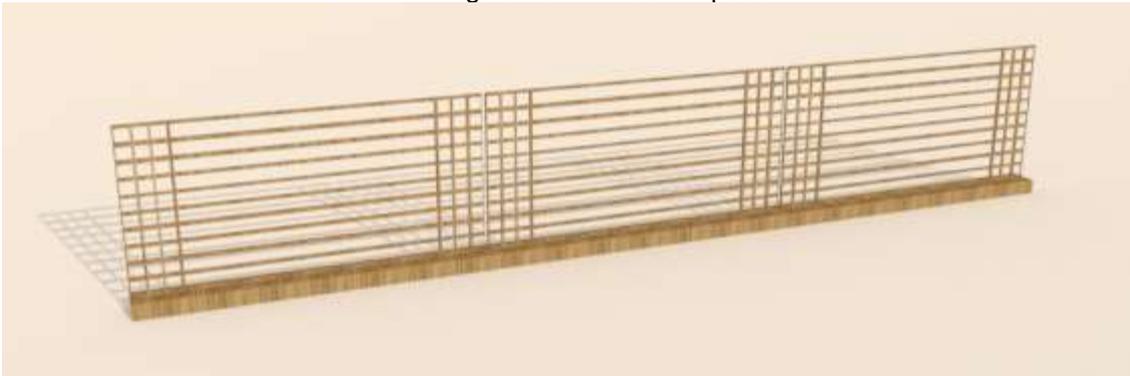


Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Para a organização do espaço de restaurante e o calçamento externo ao bloco restô são utilizadas divisórias ripadas (figura 19), similares a um guarda-corpo, contudo, sua intenção é apenas dividir os espaços, sem enclausurar ou segregar. São feitos em madeira e ficadas no chão.



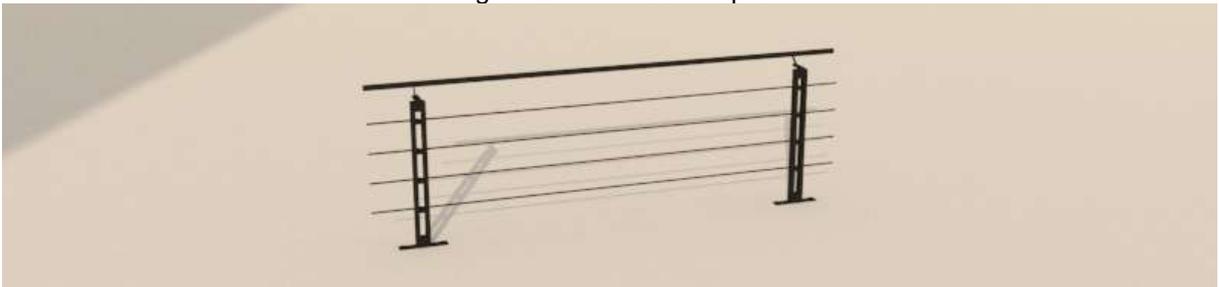
Figura 19 – Divisória ripada.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Por último, entendendo o contexto da orla como parte do projeto, foi pensando em um guarda-corpo (figura 20) que permitisse a visibilidade para o rio e fosse fluido, assim, o guarda-corpo metálico colabora com a segurança e sobriedade do espaço destinado ao caminhar.

Figura 20 – Guarda-corpo.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

## 10 VEGETAÇÃO

Dos aspectos relativos à vegetação, o paisagismo busca inspiração em algo muito local: as saias das mulheres ao dançar marabaixo, floridas e coloridas (figura 21). Desta maneira, o projeto carrega uma seleção de espécies que possuem tons rosa, amarelo e verde, se espalhando pelo passeio da praça, contornando as formas do piso e trazendo um aspecto agradável próximo aos bancos dispostos na praça e no deck.



Figura 21 – Mulheres dançando marabaixo.



Fonte: Mixology News (2021).

As espécies que serão agregadas no projeto podem ser conferidas no quadro a seguir (figura 22).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS – DCET  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO – CAU

Figura 22 – Vegetação do projeto.

VEGETAÇÃO			
IMAGEM	NOME POPULAR	ESPÉCIE	ALTURA
	BURITI	<i>Mauritia flexuosa</i>	8m
	BEIJINHO	<i>Impatiens parviflora</i>	80cm
	ESTRELÍCIA	<i>Strelitzia reginae</i>	1,0 a 1,20m
	ARAÇÁ	<i>Psidium cattleianum</i>	3m
	DASILÍRIDO	<i>Dasyllirion acrotrichum</i>	1,0 a 1,50m
	AÇAIZEIRO	<i>Euterpe oleracea</i>	6m
	CONFORME EXISTENTE		

Fonte: Elaborado pela autora (2021).